

**||| G I L ◀**  
**V I C I E N T I E**

---

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE  
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA  
RUA DE EGAS MONIZ, 87—Guimarães

---

COMPOSTO E IMPRESSO NA  
COMPANHIA EDITORA DO MINHO  
RUA D. ANTÓNIO BARROSO — Barcelos

---

# GUIL VICENTIE

— REVISTA  
— LITERÁRIA  
DE CULTURA  
NACIONALISTA

SOCIEDADE  
MARTINS SARMENTO  
~~~~~  
BIBLIOTECA

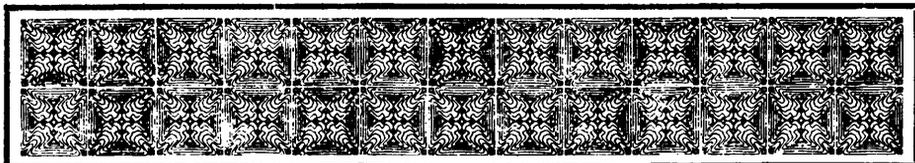
XI VOLUME  
N.ºs 1 a 12

GUIMARÃIS  
1935

JANEIRO  
a  
DEZEMBRO

Directores: ==

D. José Ferrão  
Manuel Alves de Oliveira



## Àvante! Pola Lei e Pola Grei

---

São decorridos onze anos sôbre o aparecimento desta Revista. Mais uma jornada vencida. Mais uma jornada que se inicia. No mesmo rumo de há onze anos se mantém «GIL VICENTE». Intransigentemente, sem desfalecimento, aguardando a hora da vitória do nacionalismo integral, que se não acomoda a tiranias ou a individualismos, que se não subordina a homens, mas segue àvante, por sôbre todos os cadáveres, à conquista do futuro.

Sobe a maré alta dos egoísmos, cresce a legião dos acomodaticios, dos que têm pressa de subir, de marcar lugar, de tirar proveitos de situações transitórias, cedendo às solicitações do suborno. Mas quanto mais a crise de carácter e de inteligências se vai acen tuando, tanto maior é o nosso ardor no combate aos novos mitos, tanto maior é a nossa fé na vitória daqueles princípios que Balzac proclamou e Sardinha colocou na portada de *O Valor da Raça* !

\*  
\*       \*  
\*

Ainda não há um ano que Etienne Gilson escreveu um belo artigo sôbre o novo culto dos ídolos.

Na confusão das ideas e dos problemas da política que vai pelo mundo, é difícil prever que novos cataclismos teremos de suportar.

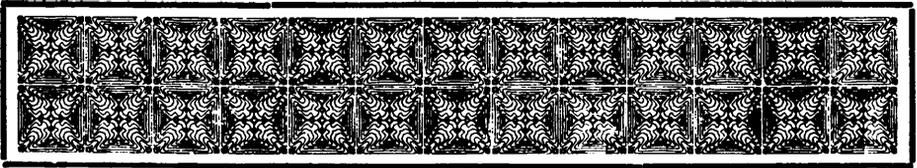
Mas dois caminhos se nos deparam, nesta encruzilhada das idéas, bem nítidos, bem claros, bem definidos. Um levar-nos-á a Deus e ao culto da Pátria e da Família. Outro levar-nos-á à subversão total da nossa civilização ocidentalista e cristã. Um conduzir-nos-á à Tradição; o outro à tirania. O que se fixar na encruzilhada, no meio térmo, na terra de ninguém, está condenado a desaparecer.

É por isso que nos não devemos apegar demasiadamente ao presente porque temos de preparar o futuro. A lição é de ontem, para que se tenha já varrido da nossa memória. Preparemos, pois, o futuro, o futuro de Portugal cristão, bem português, bem tradicionalista.

E que a memória dos nossos mortos, dos que batalharam em Chaves, no Vouga, no Pôrto, em Monsanto, e dos que caíram às balas assassinas em Évora, em Loanda e em tantos e tantos recantos de Portugal, nos encoraje nesta nova jornada que vamos iniciar, hoje como há onze anos,

**Pola Lei e Pola Grei.**





# PROFECIA

---

*Emoras ! Qu'isto bem vai.  
Um novo Rei succedeu ;  
Será bom como Seu Pai,  
Que foi bom como o Pai Seu.*

(Velha quadra popular da Beira)

Esperaram, Vosso Pai, os nossos pais,  
Como, a Vosso Avô, nossos avós :  
A Vossa Majestade, esperamos nós,  
E hoje, como ontem, sempre iguais.

Assim, três gerações foram leais,  
A cem anos de exílio — um século atroz,  
Aguardando o perdão vindo de Vós,  
Dêste castigo com que nos tardais . . .

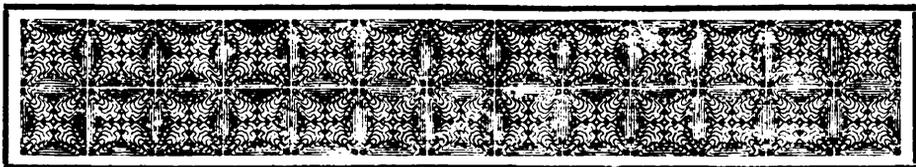
Tardais ?

Oh não ! . . .

Os anos são instantes ! . . .

Deus fará o depois, como era d'antes . . .  
(Não torna o mar revôlto à pura fonte ?)

Um dia, sim, fará, — Pois Deus é recto,  
Ao Avô, re-açando num Seu Neto,  
No Calvário sagrar de Évora-Monte . . .



# António Sardinha

(EXCERTO DUM LIVRO EM PREPARAÇÃO)

por ÁLVARO MAIA

**T**ODO o intenso contra-revolucionarismo de António Sardinha; a originalidade, docemente colorida e íntima, dos seus poemas; a ardência doutrinária de uma acção entusiástica e dominadora, que não esmorecia; a marcha triunfal do seu pensamento para a Beleza Divina; o seu extreme catolicismo; a sua intransigência política; o ardor combativo do seu jornalismo, tóda a sua vida, enfim — malaventuradamente tam curta! — mais não foram do que a vitória dos seus arqui-avós, cavaleiros e lavradores, galgando na alma do neto as sobreposições do século XIX, vencendo os delírios saídos do grande desvaio do 93 e que tanta ruína acumularam nas almas e nos Estados!... E essa vitória, essa irrupção avassaladora das almas familiares e benéficas, Deus do céu, como êle a sabia contar, êle que, sendo tam grande lido, era maior, muito maior ainda quando nos falava!... Estou ainda a ouvi-lo, ao grande mestre de todos nós que foi António Sardinha, contar-me a sua impressão de angústia quando, muito moço ainda e embuído de revolucionarismo, viu o pai chorar, amargurada, desoladamente, a extinção do município da sua Monforte natal, aquela Monforte do Alentejo que, em tempos idos, mandára representantes a Côrtes, tomára assento no 12.º banco e havia enviado o seu derradeiro procurador à reunião dos Três Estados, em 1828!... Nem êle sabia como explicar o constrangido desapontamento que, já então, sentira... Possivelmente, na sua alma portuguesíssima, andaria já o prenúncio, longínquo embora, dum despertar nacionalista, ao depois tam eficaz e altamente doutrinador!...

\*

\* \*

É que, mesmo na turbulência pseudo-democrática dos seus primeiros anos universitários, quando se proclamava inimigo do regime e ajudava a estilhaçar cátedras, António Sardinha estava longe de ser o espírito romântico tam vulgar naquela época e nos anos que se lhe seguiram... O seu protesto, juvenil e turbulento, era já o de um espírito, ao qual repugnavam as mentiras da falsa monarquia e procurava, inquieto, a Estrada de Damasco, perturbado por vozes longínquas, por uma luz indecisa, vinda não sabia de onde... A sua repulsa tinha lógica; simplesmente, a grande balbúrdia, a formidável derrocada transviavam-no, apontando-lhe como solução o que não passava de um continuado ou apôsto a uma mentira... A alma de António Sardinha, rural e municipalista, obedecia inconscientemente à dos seus avós e arqui-avós, homens da terra e de Deus, ciosos das regalias antigas, empedernidos no culto de quanto ajudara a fazer e tornar gloriosa a pátria portuguesa... E era o aspecto, falsamente anti-constitucional, das idéas prégadas pela geração da Revolta do Pôrto o que encadeava o espírito de António Sardinha: no íntimo, lá estava o repúdio por um regime estrangeiro, em que se afundavam as características da boa gente lusitana, se dessoravam as almas e estagnavam os destinos gloriosos da Nação... Ao tocar o regime os seus últimos dias, António Sardinha não era um anti-monárquico, mas sim um revoltoso anti-constitucional que ainda não encontrara o ideário completo...

\*

\* \*

E o seu regresso à fé antiga, à prática firme e convicta da religião dos avós, inicia como uma era nova na sua existência. Mais do que a leitura, porfiada e sequiosa, dos contra-revolucionários portugueses e estrangeiros, o Catolicismo fez-lhe conhecer as razões da sua repulsa pelo estado de coisas inaugurado em 34... Conhece já a voz que o chamava na Estrada de Damasco e sabe — ou melhor, começa a saber — por que motivo ela se lhe dirigia... A existência das criaturas humanas, das instituições políticas e das nacionalidades e, principalmente, a vocação de Portugal, ganharam no seu espírito e à

luz do Catolicismo, o sentido que, até aí, não tinham conhecido. A irrupção, acarinhada e consoladoramente consentida, do sentimento religioso na sua alma, fê-lo encarar com enlêvo a noção católica da família, primeiro num sentido particularista e, depois, no sentido da sua ampliação ao agregado nacional: sôbre essa noção, como nos bons tempos de outrora, iam repousar agora as suas teorias polítticas, as suas predilecções literárias; a intransigência firme da sua doutrinação; o horror a infiltrações suspeitas no sangue português; o comovido aferro às tradições, costumes e usanças de Portugal; o amor pelo bom avô Garrett; a defeza pertinaz, convicta e entusiástica das ideas que haviam tornado formidável a Terra lusíada e eterna a sua glória; a batalha calorosa em prol da Sinarquia antiga... O fogo da lareira alumando os vultos que, em redor, desfiam as contas, pedindo por mortos e vivos, na eterna comunhão das almas; a visão de duas figuras debruçadas sôbre um berço — eis os símbolos augustos de onde partiu para a grande caminhada que leva a Deus, fim primeiro e último de todos nós!...

\*

\* \*

Ora a compreensão altíssima da instituição familiar — de tamanha beleza que, até o Criador fez surgir Jesus num lar da Judeia! — domina tôda a obra de António Sardinha. É o ponto de partida da sua doutrinação e vai desde o lar de cada um até à estructura da Nação — a «pequena casa lusitana» — a qual repousando sôbre o conceito de família, deverá ser uma grande família, estreitamente unida e fundada nas bases antigas, cristãs e salvadoras... Se lhe argumentassem não terem novidade as suas teorias, António Sardinha poderia responder logo ser sempre novo o que é belo, experimentado e eterno... Velhas, portadoras da morte e da ruína, eram e são-no tôdas as teorias que erigem o indivíduo como célula do agregado social. E, a êsse respeito, a doutrinação do malogrado escritor adquiria uma combatividade, um proselitismo que muitos taxavam de intolerância, de inútil extremismo... Falava-se muito no fanatismo com que tais idéas eram defendidas, fanatismo êsse que os adversários usam declarar próprio dos convertidos... Abençoado fanatismo êsse e bemitos os convertidos, se êles se recusam a pactuar com o êrro e tentam levar à prática da necessária intransigência aquêles que não precisando de con-

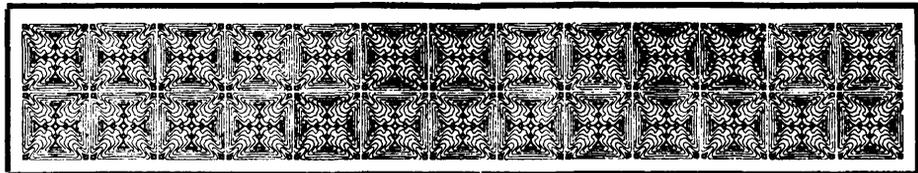
versão, deixam contudo amolecer as crenças políticas e religiosas, ficando-se no horrível meio-térmo, e pactuando com soluções mitigadas, sempre deletérias e inutilisantes... A crença católica terá de ser integral em pensamentos, palavras e obras ou então não serve; do mesmo modo o ideário político de António Sardinha, para conseguir os resultados que fatalmente tem de produzir, deverá ser empregado integralmente e jãmais em doses, em misturas que apenas servem para o inutilizar e fazer ganhar tempo aos seus adversários... Daí, a intransigência de António Sardinha, firme, audaz, inteiriça, jãmais admitindo pactuações nem meios-térmos, soluções intermédias ou mitigadas...

\*

\* \*

A sua ida para Deus, a Quem desejou pertencer até ao último momento do seu coração,—oh! as palavras cristianíssimas da sua agonia admirável! — a sua ida para Deus, se nos privou para sempre da sua presença corporal, deixou-nos contudo uma grande parte do espírito gentil que a animava... Ainda depois de morto nos continua animando, convencendo, admoestando... Que todos quantos tiveram a felicidade de ser seus companheiros e amigos, que todos quantos foram e dizem ser discípulos do mestre querido, façam um exame de consciência, percorram o longo caminho das almas...





# O Culto de S. Gonçalo na Baía

(NOTAS SUBSIDIÁRIAS)

por ALBERTO V. BRAGA

*S. Gonçalo de Amarante,  
brincalhão e galhofeiro,  
fazei-vos das raparigas  
devoto e casamenteiro. (1)*

UM dia, já muito distante, em maré de sorte, sentimos dentro do coração um lampeiro e rasgado traquinar de festa, pelo consôlo espiritual de recebermos, em encantada surpresa, a gentilíssima e cativante oferta de um livro mimoso, variado e perfeito na traça esbelta dos seus capítulos, e calhadamente proveitoso e sopeteante à nossa paixão de rebuscador curioso das tradições populares. Veio até nós, muito a gosto e de vontade, das bandas do Brasil, e trouxe-nos, como em estima de visita, riqueza abundante de boas novas, falares amigos do nosso povo, rezas e cânticos tradicionais da nossa gente.

Diremos melhor e com mais firmeza de bem-querer; trouxe-nos das andadas do passado, o conhecimento dos amores que os nossos irmãos de além, dedicaram sempre, em culto, a S. Gonçalo. É um amor igual, porque vem dos nossos irmãos, irmãos de pureza engastados na mesma raça e no alento do mesmo sangue e da mesma espiritualidade de vida, pelo abraço da conquista e fusão beijada e fraterna do moirejo em comum.

---

(1) Ver o cancionero populár sôbre o Santo, no opúsculo: *S. Gonçalo — culto e lenda das bandas do seu berço* — por Alberto V. Braga.

De maneira que falando-nos do seu amor a S. Gonçalo, fala-nos muito particularmente, muito em achêgo íntimo, ao nosso acalentado amor de orgulho, porque foi Guimarães o berço daquele Santo, a terra predestinada que abafou os passos do seu gaiatar, e o cenário brilhante que deu fundo e expressão aos primeiros capítulos das lendas pastoris, com que ingênuamente começaram a nimbar a fronte do risonho bambino, que já sentiam fadado para altos serviços de Deus.

Indispensável se torna, pois, ajuntar aos pergaminhos desta pequeneira terra devota, e ao vínculo das suas tradições de apêgo cristão, as costumeiras e usanças que por lonjuras recordam tam excelso filho e tam bondoso prêgador, que a popularidade afestou de mimo engalhoso e guisalhante, conjugando a cartilha e o simbolismo, a oração e a folga, o respeito e a pompa espectacular das manifestações do ar livre, numa regra cantada mas sincera de homenagem exultiva a um Santo de caridade, que pacientemente se deixou acomodar a todos os enredos da benzillice amorosa, cheia de endróminas e feitiçarias.

A sua terra, zumbida de recordações mimalhas da sua infância e do culto que lhe ergueu quando a morte o glorificou perpétuamente, a sua Pátria, que o festejou de Norte a Sul, com os mais variados estardalhaços de rubra festança, precisam de conhecer o respeito turibulado que lhe votam lá por longe do País, de saber como se engalanam os arraiais e as ruas, os arcos e os mastros, que apregoam e gritam às multidões o calendário do seu dia e as regras dos desfiles penitentes, ao gôsto picante das mais extravagantes e aferradas crenças de largada supersticiosa.

Vamos entrar na idealização narrativa das suas festas de longínquas terras.

Vamos conhecer os temas e os passos duma ajustada e lógica modificação de costumes.

Vamos sentir novamente, e saber por que persistem através dos séculos, as maravilhas da simbolização popular que andam unidas ao amor dos Santos.

Temos pois, por um festejado raiar de sorte, um livro de cantante e cuidada apresentação, a dizer-nos, em pouco mais de meia dúzia de páginas, e numa linguagem de apurado brilho, tôda casada aos assuntos históricos e tradicionais que desenvolve, como era grande e calorosa, doce e traquinas a alegria que esfuziava dos corações de moças e moços, e como eram desenvoltas, incendidas, as folias dos

conventos e mosteiros da velha cidade baiana, quando o dia festivo de S. Gonçalo despertava popular e ruídosamente anunciado.

Das passadas festas, lentejouladas e benzidas da frescura das mulheres, que sofriam do escravo isolamento de um lar sem amparo marital, do antigo culto, das carcomidas e arrasadas e musgosas capelinhas da sua invocação, nos fala amorosamente, saudosamente, como se nos falassem muitas vozes em litania de perdido pizicato, pelas arcarias fundas de convento velhinho, todo adormecido das rezas e dos gemidos das velhas matronas emparedadas.

Do povo, da gente, das danças e sobretudo dos caprichos algarrentos da expansão popular, filhos dum passado que se alimentou do paganismo, nos fala também, naquela sua espontânea, vigorosa e penetrante forma de escrever, cujo movimento, preciso, expressivo e por vezes irónico, leva sempre em crescente a ânsia do leitor.

*Tradições Bahianas*, é o título do volume, substancioso pela escolha apurada dos assuntos, todos radiculados no amor ao torrão baiano, que entra de se alevantar, num abraço de filial estima, em pendões de festa, em penitências de reza, em guisalhos de graça. E numa peregrinação sentida e saudável, vê-se o autor a caminhar através das tradições mais mantidas da lenda, da história e da vida social e costumeira do passado.

De maneira que o feliz e festejado autor faz passar diante de nossos olhos, em rasgada observação, numa estima de muito adorar a nobre cidade baiana, uma galeria de tipos, um friso de costumes, um novelo de narrativas, tôda uma série distinta de moldes e motivos, que deu mancha, que deu côr, que deu fisionomia e alento a uma época já distante, a um sepulto formigueiro humano, que deixou, embora o tempo se afastasse num ennegrecimento de linhas e numa modificação de pregões, em cada carácter de rua, em cada mistério de templo, em cada biografia de honrosos feitos, em cada episódio de mansarda humilde, um calendário de história local, de sensibilidade afecta ao coração, à graça, ao conto, ao enrêdo, ao romance, ao amor da tradição, da terra, da gente, das coisas, onde os homens aparecem no entrechoque das paixões e das lutas pela vida e pela Pátria.

Tudo isto é bem traduzido, bem disposto, e firmemente enleado aos costumes e aos feitos de carácter popular, tudo vasado na mesma filiação étnica, tudo ligado no mesmo carinho de harmonia e de airo-sidade, onde falam corações altaneiros de bizzarria, de grandeza épica,

espíritos encantados da raça; onde falam, sobretudo, a alma e o sangue das gentes rudes, humildes, soldados e obreiros duma fôrça criadora, que arroteiam e iluminam uma charneca, um lugar, um casal, dando ao mar a potência do seu esfôrço, no tráfeço vergado duma luta esfal-fante e arriscada.

O autor, espírito curioso e de visão, deu-nos um rôr de páginas bem mexidas de vivacidade, de coloração, que passam à fieira do nosso regalo e proveito, cheias de beleza, no jeitoso pincelar da paisagem, dos aspectos, no habilidoso traçar dos costumes e dos casos.

Pintou, descreveu, moldou, quadros e figuras com tintas de fina e leveira composição, com dedos de amestrado manejo, com talento de arrumada cultura.

O autor, o engenheiro João da Silva Campos, é já hoje um nome de valia, no campo da variada orquestração folclórica.

Publicista de assinalados recursos, com vários estudos publicados na «Revista da Academia de Letras da Bahia», e nos «Annaes do Arquivo Público», a sua paixão tende, por influência do seu temperamento, pelo regra metódica das suas lucubrações e pela sua vigorosa cultura, formada na lenta rebusca pelos velhos papéis e antigos per-gaminhos e infólios de amestrada ensinança, a sua paixão tende para o lado da ciência histórica, tendo também um preparo bem condimentado, pelo estudo e pela aplicação, para poder desbravar o terreno fértil onde a etnografia encontra o rasto do povo, nas mais variadas e miúdas manifestações da sua vida e do seu viver.

A sua inteligência, que espevita com cautela e senso todos os assuntos que se propõe lançar a público, o seu contacto directo com as fontes de onde borbotam os costumes e os usos na pureza da sua laboração nativa, o estudo apaixonado de todo o folclore que ondeja em redemoínho nas mais curiosas e típicas modalidades dos cançoneiros, adagiários e romanceiros dos diversos cruzamentos de raças, fazem que os seus trabalhos definitivos saiam fartamente documentados e finamente polvilhados de interêsse.

A colectânea, crescida, de número avantajado, que recolheu da versão popular na restrita área do Recôncavo da Baía, enquadrada no volume primoroso de Basílio de Magalhães, *O Folk-Lore no Brasil*, é valiosa e de muita estima e utilidade para auxílios de comparação e ajudas de confronto.

Êste distinto e erudito folclorista Basílio de Magalhães, antecede a colectânea com um suculento e acurado estudo de sistematização

folclórica, que nos deixa, de maneira muito clara e elucidativa, ao par de tôda a bibliografia dessa cultura, que dentro do vasto território do Brasil e da sua acção evolutiva, toma a tendência adstrita aos vários modelos de colonos, aos rebentos de mestiçagem das correntes emigratórias e à diversidade dos agregados regionais.

Faz também um estudo de análise, o mais desenvolvido possível para a natureza do amplo assunto, todo êle baseado nos mais sólidos conhecimentos do folclore nacional e de alguns países estrangeiros, catando nas origens ou vislumbrando nas transições de adaptação, ou ainda nas características de tique inconfundível que acompanham as ondas emigratórias, a possível proveniência ou os mais claros vestígios de muitas tradições, que se firmaram em determinados pontos do Brasil, de muitos usos que se generalizaram e de muitas transformações que se operaram, pela condição do meio, pela qualidade dos indivíduos e pelo correr modificante dos tempos e das idades.

É vastíssima a bibliografia que nos apresenta. Os nomes que andam presos, unidos a essa bibliografia preciosa, são de fina água, dos melhores e dos maiores.

Nomes de consagrados lançaram os caboucos de um rejuvenescimento pátrio, pelos estudos persistentes e pacientes das suas origens tradicionais, despertaram uma escola de continuadores e deram ao Brasil o conhecimento do seu povo, integrando-o justamente nas feições de um sentimentalismo de coração e de um regionalismo de trabalho.

Na Monografia *A Música da Polícia da Bahia*, Silva Campos também nos revela excelentes qualidades de amorosa curiosidade pelos assuntos do povo e das suas manifestações afins.

É interessante êste estudo de investigação local. Nêle nos descreve tôda a vida e tôda a acção artística dessa banda, que tem páginas brilhantes como corporação de grandes recursos pelo valor dos maestros e dos diversos componentes que por ela têm passado.

Se a êste autor, que focamos de relance e com tôda a verdade, sem a premente ligação do convívio, e com a singeleza que trasborda do nosso temperamento admirativo, ficamos a dever a revelação de algumas páginas curiosas sôbre o culto de S. Gonçalo na Baía, o certo é que à correspondência que nos dirigiu numa porfiosa carreira complacente, ficamos a dever mais ainda, porque nesta, com a maior liberalidade, com a mais rasgada independência, com a mais aberta prodigalidade, sem fugir a trabalhos de respigos, de citações, à canseira do

investigar, do apurar, juntou, recolheu, verbetou, muitas notas, muitos dados, muitas informações, que completam, que adornam, que iluminam e lentejoulam o altar festivo do Santo, o arraial reinadio do Santo, Santo que numa subida inspiração de culto e num grande regosijo de folga supersticiosa, é por todo o Brasil lembrado e venerado.

Tudo o que a sua paciência e boa vontade descobriram sôbre êste nosso interêsse, calorosamente manifestado, de saber o que existia a mais, e de novo, por essa grande cidade, a respeito de S. Gonçalo, nos foi dirigido aos poucos, com aturado zêlo.

E conseguimos assim, graças à sua diligência e bondade, conhecer uma boa parte da história cultural de S. Gonçalo na Baía, tentando nós explicar, possivelmente, consoante os nossos recursos e posses de observação, como teria nascido ali, amor tam vivo, festeiro e aferado ao humilde Santo vimaranense, ao dominico prègador de fama consagrada.

Quando mais não transpareça, os costumes tradicionais baianos que andam à roda do culto de S. Gonçalo, ficam a valer como subsídios de preço para formar mais completamente a sua cartilha lendária, aquela que produziu na alma do povo um maior desenvolvimento amoroso de alada expansão. É interessante verificar que tendo S. Gonçalo, pelo Brasil, a mesma lida de casamenteiro, maior correnteza de preções, de folias e de bailados tinha por aquelas bandas, e mais festejado era, popularmente, do que entre nós o adorado S. João.

\*

Paga a pena recordar, que pela altura da colonização das províncias do Brasil, século XVI adentro, nessa maravilha de rôtas batidas, os nossos emigrantes seguiam espelhentos de fé, confiantes na boa estrêla de Deus, guia serêno dos seus desígnios, do seu lema e das suas ambições.

Levavam na alma todo o sentimento de vontade, de sacrifício, de esperança e de resignação, alimentado na doçura da Pátria-mãe e na mornidão familiar, cantinho de lareira cheio de lendas, oratório de preces, de súplicas e de lágrimas. Levavam consigo, no disfarce abafante e amarfanhado da sua pobreza e no peito do seu amor, todo choroso aos adeuses e abraços da despedida, uma certa riqueza tradicional, que florescia e brotava, por todos os cantos dêste País.

la-lhes na alma a saúde a recordar o bíblico cancionero da sua fé, e no coração a mordedura atrozante de mil receios, presos e ligados à complicada rasoira da vida, que é a preocupação maior de quem tenha de arrastar por longe os passos, na cegueira apalante duma terra estranha.

A riqueza era formada dêsses pouquinhos muitos, dêsses pouchinhos nadas, dêsses liames que a crença amarra às tradições e as tradições aos vencilhos duma costumeira que gira entre o culto divino e a prática de exercícos supersticiosos, era formada pelo afago caloroso do amor, que girava num sangue de viva esperteza, guerreiro, aventureiro, decidido, batalhador e brioso, e criava volteios de águia na inspiração de um lirismo que ia dando pasto, em lentidão de favo, ao espírito popular, que abriria mais tarde a sua escala de canções e de novelário rimado. (1)

A expansão continental da poesia lírica popular, romancejada naquela simplicidade dos contos de narrativa, subia também, que farte, na gama de tôdas as camadas sociais, criava simpatias nas classes cultas e radicava-se com viva firmeza, com gravado encanto fervoroso, nas classes de rumo singelo de nascença e de intuição mais dada ao primitivo respeito de tudo quanto fôsse manter e seguir os costumes duma ensinança avoenga, de vestígios renascidos das civilizações passadas.

E então era ver, por essa época, como em cultivo de jardim aprimorado, em fina ligação de côres e de efeitos, a poesia, cheia de garbo, de graça e de viço, a levantar-se entre os rodeados canteiros das tradições seculares.

O contraste formoso e brincado dessa poesia ligeira do povo, tôda batida dos oiros do sol e dos azues dos céus, reflectia-se com profundidade de afinidade, na bizzarria cromática dos cenários campesinos, dos vestuários aldeãos, frescos e garridos, no espelho branqueado dos linhos estendidos nos coradoiros das eiras, e parecia cantar em sílabas de beijos pela bôca dos conversados, e em alegre de arraial e roma-

---

(1) A Baía, — onde, desde meados do século xvi, se encontraram e começaram a cruzar-se o português e o autóctone, aos quais se foi aliançando, até meados do século findo, o negro importado de África, — não podia deixar de fornecer ópima contribuição ao nosso novelário tradicional. (*O Folk-Lore no Brasil*, por Basilio de Magalhães, pág. 100).

ria, pelas gargantas dos romeiros, numa tonta escala de gozos e de trinados e sob o ritmo e modelação das linhas e curvas das danças sôltas e requebradas.

Soprada ao luar e aos ventos, todos os cantos corria, alando pelas cidades e pelos campos. Tinha a meiguice das papoilas bravas, quando a aragem morna do estio, as faz tombar em languidez sôbre a hirteza sensual dos mal-me-queres amorosos.

Brotava em riqueza e abundância, e vinha à frente de uns tempos, que principiavam a querer marcar novo rumo na agitação social dos povos, e a formar, a apurar, a dignificar, um sentimento que devia seguir junto a tôdas as manifestações colectivas de activa valia, no sacerdócio das cruzadas, no sacrificio das missões colonizadoras e das lutas por amor do bem comum e engrandecimento dos recursos pátrios.

Êste desabrochar da poesia, florescente e rico de expansibilidade, destacava-se também nos mais cultos países da Europa.

No continente português, porém, essa florescência principiou a declinar quási tam de rápido como a vertigem da sua luminosidade crescente, por motivos de variadas oscilações sociológicas, permanecendo estacionária e sem aquela vivacidade criadora e acalentadora do primeiro influxo, que lhe dera esperteza e rumo construtivo.

E não se teria ainda arrumado bem com um quarto do século xvi, e já o seu fraquejar se notava, mas em compensação revivia com fragância nos estados do Brasil, onde a nossa civilização aportava, com todo o carácter nacional de pureza, de feição típica, de abraçamento conseiroso e produtivo. (1)

E é assim que o povo, recebendo pela educação a herança alimentadora e reprodutiva duma seiva supersticiosa, que fortemente o remexia como lei de continuidade, a que tinha de se submeter, em práticas de mêzinhas e fumigações feiticeiras, pelos atritos da sua fraqueza e da sua espantada e apavorante timidez, é assim que o povo

---

(1) «Vê-se que longe da metrópole a poesia conservava todo o seu vigor.

Êstes factos nos levam a inferir que na primeira época da colonização do Brasil deveria ter existido uma forte corrente de poesia tradicional, não inferior à que se manifestava na Índia . . . »

«Como é que renasceu a poesia tradicional nas diversas províncias do Brasil, a ponto de apresentar hoje uma efflorescência que espanta? Explicamo-lo, além de uma persistência provincial espontânea, pela cooperação permanente da emigração portuguesa do Minho e em especial das ilhas dos Açores e Madeira . . . » (*História da Poesia Popular Portuguesa*, por Theophilo Braga, págs. 428 e 429).

leva, mais amarrada à sua constituição lusitana, para essas lonjuras da outra banda, a riqueza dos nossos descantes, legislação do sentimento e do amor.

A fé corou sempre a fronte consumida e suarenta do povo português. Pairando ao cimo das fraquezas do homem, como boa mãe ampara escondidamente os deslizes da benzilhice, que anda com disfarce fingido, muito casadinha com a humanidade tôda, desde aquêlê dia em que Deus proferiu a sentença condenatória no Paraíso. Mas não abandona nunca o seu coração, a fé.

Dá-lhe o valor da raça, dá-lhe o espírito da aventura, dá-lhe o voejo da inspiração, a certeza do empreendimento e acompanha-o ao leme e à rabiça, segue-o e guia-o no mar e na terra, e perdoa-lhe as faltas dêste vale de lágrimas, quando os seus receios e definhamentos o fazem ler as cartilhas de S. Cipriano e do nigromante português S. Frei Gil.

De maneira que a poesia, arreguilando e florindo, mais tarde, noutros períodos da conquista, em constituição popular tam seivosa de vigor borbulhante e incensada dos rumores lendários e das exclamações dos milagres, com ela o povo seguia mundos em fora, olhos no céu, fazendo promessas de tôda a ordem a Deus e aos Santos, dentro da influência ritual dos costumes católicos.

Procedia assim em lição bem aproveitada do que mais fundo o impressionou na sua terra e no seu lugarejo, o exemplo dos mais velhos e a nobreza dos mais ricos.

Muitas das capelinhas onde a sua mocidade entrou; muitos dos lavrados cruzeiros a que a sua cabeça se descobriu; muitas das imagens que alindavam os altares; o fausto e os legados das festas mais importantes, que sorriam em bênção aos casais e aos campos; muitas das missas que se diziam; muitas das rezas que se votavam; muitos dos sermões bonitos que se prêgavam; muitas das penitências, das danças, das folias, das tocatas, que acompanhavam as procissões e os clamores, atestavam o voto e a promessa em honra do Senhor Deus, pelos benefícios baixados à terra, em caridade de alívio, sôbre o afligido coração humano.

Para os Estados da Baía, a colónia emigratória de maior volume foi, em todos os períodos primários, a do Minho. E sabido é que os minhotos, dispensaram sempre o seu amado culto à Senhora da Oliveira, protectora dos navegantes, que «tôdas as quintas-feiras vai ao mar proteger os que andam sôbre as águas», a S. Gualter e em especial a

S. Gonçalo, (1) pelo valor da sua prègação evangelizadora, exercida proficua e incansavelmente, com abstinências e caridades milagrosas de grande celebridade. Sendo pedinte e humilde, como Cristo, e amante dos passarinhos e dos nadas da terra, como S. Francisco, sendo bondoso e tendo no sorriso uma atenção para todos os corações enlutados de desalento, os minhotos não podiam deixar de levar, nas caravelas e barcaças da sua condução emigratória, a divisa festeira e simbólica do Santo, aquela que se liga ao amor pelo abraço do casamento, e que devia ser num circulo de heras e de chaves, um par de corações presos pelos biquitos tenros de dois passarinhos no balanço espanejado do vôo.

No coração levavam êles o culto aceso a S. Gonçalo, a saüdade da sua festa e a esperança na sua protecção amiga, que depois haviam de fazer na Baía o milagre ressurgente dos templos, dos altares, das imagens, que se ergueram em sua invocação, e das procissões e folias que se instituïram em seu louvor, pela bênção dos milagres carinhosamente descidos às agruras dos primeiros desbravamentos duma terra virgem.

O povo vive com os Santos agasalhados na alma, e fá-los reviver, nas horas amargas ou de alegria, com aquêles misticismo e elegância festiva das terras que os tem por padroeiros ou por seus dilectos filhos.

*(Continua)*

---

(1) Poderemos traçar assim, possivelmente, o itinerário das antigas peregrinações e visitas romarieiras dos povos anichados entre o Baixo e Alto-Minho.

Até ao nosso meio, acudiam peregrinações concorridas e constantes à Senhora da Oliveira e a S. Gualter. Mais tarde a S. Torcato.

Daqui e de outras bandas, os ranchos espalhavam-se até S. Pedro de Rates, que teve grande voga, até N. Senhora da Lapa, na Beira, N. Senhora da Lagoa, S. Gonçalo de Amarante, N. Senhora de Guadalupe e S. Tiago da Galiza.

Mais tarde, com o avanço dos séculos o fervor cresceu a outros Santos: S. Bento da Porta Aberta, S. Félix Mártir, em Valença, Senhora da Abadia, em Amares, Senhora do Porto de Ave, Espírito Santo, em Braga, N. Senhora das Necessidades, em Barcelos e N. Senhora do Alívio, em Vila Verde, «a que corre grande número de pescadores da Póvoa do Varzim, munidos de meadas de fio, as quais pelo contacto com a imagem do Alívio ficarão abençoadas e hão-de servir no futuro para fabricar as rêdes novas, pedindo no santuário, em crença piedosa alguns pugilos de incenso em que no regresso, hão-de turificar as rêdes velhas».

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1835

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Janeiro

**Dia 1** — Veio para esta vila, morto, um preso que tinha fugido no dia antecedente, e que tendo ido à freguesia de Matamá, donde era natural, ameaçou aquêles que o tinham culpado. Êstes se defenderam dando-lhe um tiro que o matou. Estava preso por ladrão e ter feito uma morte. (P. L.).

**Dia 2** — Morre um tal Pinheiro, sapa-teiro, morador na rua de Gatos, um dos célebres bêbados que houve em Guimarães, sendo nesta classe um dos mais graciosos. (P. L.). Chamava-se Domingos Pinheiro e foi sepultado no dia 4.

**Dia 7** — Sentença do Corregedor desta comarca, abolindo os coutos de S. Torcato e Ronfe e anexando-os a êste concelho, dando assim execução aos decretos de 29 de Novembro de 1830 e 28 de Junho de 1833.

**Dia 10** — A vereação determinou: em virtude da portaria da prefeitura desta provincia, de 12 de Dezembro p. p., que ordenava se procedesse a avaliação da água do extinto mosteiro da Costa, fôsse a mesma avaliação feita no dia 14 do corrente em acto de vistoria da Câmara e que para ela nomeavam os louvados João dos Santos e João Machado de Freitas Salgado.

**Dia 14** — Em vereação, foi deliberado officiar ao provedor do concelho, para recomendar aos commissários de policia a vigilância das mulheres que andarem publicamente no seu estado interessante, para estas criarem seus filhos.

**Dia 25** — Nesta noite vai a policia desta vila a Ronfe e Brito para fazer prender vários realistas. Só traz preso o «Vila Verde». (P. L.). Êste Vila Verde era Francisco Joaquim de Abreu Vale, desta vila, residente em S. Vicente de Oleiros, de 50 anos, casado, ex-escrivão dos almotaçes. Foi em leva para a Relação em 12 de Março dêste ano.

**Dia 26** — Em sessão extraordinária a vereação resolveu officiar a tôdas as autoridades da vila convidando-as a uma reunião nos Paços do Concelho, às 3 e meia horas da tarde dêste dia, para o fim de se determinarem os festejos que devem ter lugar pela chegada do duque de Leuchtemberg à capital.

**Dia 28** — A vereação vendo que não havia dúvida, visto a participação telegráfica ao Governador das Armas do Pôrto, publicada pela imprensa daquela cidade, da feliz chegada de S. A. R. o sereníssimo príncipe Augusto duque de Leuchtemberg e S.<sup>ta</sup> Cruz à capital do reino no dia 25 do corrente, e devendo chegar a esta vila a notícia official no domingo 1.<sup>o</sup> de Fevereiro.

reiro, se dessem desde já as providências para os festejos que devem ter lugar por tam importante acontecimento, principian-do por se fazer público por meio de um pomposo Bando no dito dia official, lido por um cidadão empregado na administração da justiça, para isso convidado, levando as bandeiras portugueza e do concelho 2 escriturários do secretário da Câmara acompanhados por uma banda de música e por um destacamento do batalhão móvel desta vila, havendo de reunir-se a Câmara pelo meio dia para assistir à saída do mesmo, e ali, depois de se haver tocado o Hino Patriótico dedicado a S. M. F. a Sr.<sup>a</sup> D. Maria II, levantar o Presidente os vivas do costume: — Que no dia 3, último dos festejos, se celebrasse um solene *Te-Deum* para render as devidas Graças ao Todo Poderoso por tam fausto acontecimento, encarregando-se o Padre Domingos da Soledade Silos, para orar nessa ocasião, e fazendo-se no fim uma procissão conduzindo pelas ruas mais públicas da vila o Santíssimo Sacramento com a maior pompa e aparato possíveis, convidando-se para assistir o Cabido, Irmandades e mais corporações, e officinando-se ao vigário geral a-fim de convidar os párocos que julgasse a propósito. Mais foi resolvido convidar por cartas tôdas as autoridades e empregados públicos e por meio de editais todos os habitantes dêste concelho. O edital era do teor seguinte: — « A Camara Municipal & &. Faz saber ao publico que tem determinado fazer celebrar um solemne *Te Deum* em acção de Graças ao Todo Poderoso pelo faustissimo consorcio de S. M. F. a Sr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup> com S. A. R. o seren.<sup>o</sup> Príncipe D. Augusto Duque de Leuchtemberg e S.<sup>ta</sup> Cruz, chegado á Capital do Reino no dia 25 do passado, na igreja de S. Pedro d'esta villa no dia 3 do corrente pelas 3 horas da tarde; para cujo fim tem a honra de convocar os honrados habitantes d'esta villa de todas as classes para assistir a este acto religioso que tem por objecto um dos mais

importantes acontecimentos da Historia desta epocha brilhante da nossa Regeneração Politica e Restauração do Trono Legitimo, tão atrozmente usurpado pela mais vil e abjecta traição sem exemplo na Historia de Nação alguma, por isso mesmo espera ver correr todos os bcns e leaes habitantes a render tão devidas Graças ao Todo Poderoso que tem tomado um particular cuidado da heroica Nação Portugueza desde a fundação da Monarchia pelo Grande Affonso Henriques até este aventuroso acontecimento que tantas prosperidades promete trazer á Nação ».

## Fevereiro

**Dia 1** — Chega a noticia official de ter chegado a Lisboa o príncipe Augusto, marido da rainha Sr.<sup>a</sup> D. Maria II; tocaram logo repiques e deram-se bastantes foguetes do ar. À tarde saíu da Câmara um luzido Bando (enquanto andou fora tocaram muitos repiques e deram muitos foguetes do ar) mandando pôr luminárias nestas 3 noites. À noite houve iluminação na igreja e Casa da Misericórdia e andou pelas ruas uma música a tocar o hino. (P. L.).

**Dia 2** — Na igreja da Misericórdia há missa cantada, sermão e *Te-Deum* pela chegada do marido de D. Maria II. Esteve patente o seu Hospital que estava muito aceiado. As autoridades deram jantar aos presos. À tarde grande função de cavalinhos no Toural, por uma companhia que há tempos aqui se achava, a qual foi de graça e juntou muito povo. À noite houve uma brincadeira no Toural, fingindo a esquadra de D. Pedro contra a de D. Miguel «(isto era artificial)», andando uma música a tocar o hino constitucional. Em todo o dia se lançou muito fogo do ar. (P. L.).

**Dia 3** — Neste dia há repiques em tôdas as tôrres da vila e foguetes e mortei-

ros ao romper da alva e meio dia, etc. De tarde, na basílica de S. Pedro, há sermão, *Te-Deum* e procissão, a que assistiram as autoridades, cabido, clero de todo o termo, ordens 3.<sup>as</sup>, as principais irmandades da vila e muitas pessoas de tôdas as classes. Depois da procissão, às Trindades, saíram da casa da Câmara os retratos de S. Mag.<sup>e</sup> a Sr.<sup>a</sup> D. Maria II e de seu marido o príncipe D. Augusto debaixo de um pátio a cujas varas pegavam os camaristas, acompanhados de muitas pessoas com tochas acesas, indo atrás de tudo uma música a tocar o hino constitucional, uma guarda de honra composta de soldados do batalhão móvel e de polícias. Êste préstito saíndo da casa da câmara foi pela rua de S. Dâmazo, terreiro de S. Francisco e Tournal, dirigindo-se à casa do Tournal onde estava aparelhada de antemão uma simples mas vistosa iluminação, e sendo colocados em um trono os supraditos retratos, principiou nas salas da mesma casa a servir-se um bem guarnecido chá, para o qual foram convidados todos os cidadãos em geral. Depois do chá esteve uma música a tocar os hinos constitucionais até perto da meia noite, havendo nos intervalos muitos foguetes e vários versos recitados das janelas da dita casa, em que até o Padre Antunes, vigário velho de S. Sebastião, recitou uma Ode. E assim terminou o último dia das festas em Guimarães pela chegada do Príncipe Augusto a Portugal. Os retratos foram conduzidos pelo Brigadeiro Mariano, o Barão de Vila Pouca, o Sub-prefeito Manuel de Freitas Costa e o juiz de fora Joaquim Cardoso da Gama. (P. L.).

**Dia 7** — A Vereação designou o dia 14 do corrente para o exame da Junta de Saúde sôbre o recenseamento da Guarda Nacional, a respeito daquelas pessoas que tendo já despacho deixaram de ser examinadas no dia aprazado por falta dos professores, e se nomeou para substituir o dr. Manuel José do Souto Coelho, impe-

dido pelo emprêgo de Juiz de Paz, a Domingos José Ribeiro e Silva, cirurgião.

**Dia 9** — Chega, vindo de Braga, e marcha no dia seguinte para a Beira para governar essa província, o brigadeiro Queiroz que estava governando interinamente a nossa província. Hospedou-se em casa do brigadeiro Mariano Barroso (Almargem), que foi quem ficou governando esta Província do Minho. (P. L.).

**Dia 11** — A Vereação assina uma representação e envia-a às Côrtes, protestando contra a infração do § 7.<sup>o</sup> do art.<sup>o</sup> 145 da Carta Constitucional, cometida pelo corregedor interino da comarca na pessoa de António Rodrigues Coimbra, 2.<sup>o</sup> sargento do Batalhão Nacional do Minho, que foi prêso sem culpa formada, no dia 5 do corrente, por ser acusado pelo ex-capitão-mór Domingos Cardoso de Macedo, de haver na noite de 4 acompanhado um motim e assuada à porta do mesmo. Foi depois de verificada a prisão que se distribuiu e procedeu a sumário, etc.

**Dia 15** — Saíem eleitos vereadores da Câmara Constitucional: presidente o Fontelos d'Arões (Manuel José Pereira Marinho), com 618 votos; fiscal Domingos Duarte Machado Ferraz, com 549 votos; 1.<sup>o</sup> vereador José Joaquim Vieira, com 545; 2.<sup>o</sup> Miguel António Moreira de Sá, das Caldas, com 520; 3.<sup>o</sup> António Joaquim Ferreira de Castro, médico, com 512; 4.<sup>o</sup> Rodrigo de Freitas Sampaio, «o Manguito», com 456; 5.<sup>o</sup> António Joaquim de Carvalho, «o Esquina», negociante junto a S. Sebastião, com 430 votos. Logo que se apuraram mandou o P.<sup>e</sup> José Dionísio dar alguns foguetes do ar. (P. L.).

**Dia 16** — Posse da nova Câmara para servir êste ano. O 3.<sup>o</sup> vereador assinou com o protesto de requerer a S. Mag.<sup>e</sup> a sua escusa.

**Dia 17** — Na Câmara dos Deputados foram apresentadas duas representações, sendo uma de muitos cidadãos da vila de Guimarães e outra da Câmara da mesma vila, que vai mencionada acima, no dia 11, ambas sôbre o mesmo motivo e pedindo sejam tomadas em tôda a consideração.

**Dia 18** — A irmandade de N. Sr.<sup>a</sup> do Rosário toma posse da igreja de S. Domingos, que lhe tinha sido concedida por decreto de D. Maria II, de 5 dêste mês, a quem a tinha pedido para administrar, sendo-lhe entregues tôdas as alfaias do convento. A posse foi dada pelo vigário geral desta vila, no fim da qual houve um repique e foguetes do ar. (P. L.).

**Dia 20** — Ordem do Tribunal do Tesouro Público remetendo ao recebedor geral da Província do Minho uma relação das quantias que deviam ser pagas a alguns párocos da comarca e têrmo de Guimarães, por conta das prestações do mesmo ano corrente, arbitradas provisoriamente na conformidade da carta de lei de 20 de Dezembro de 1834, para que as fizesse pagar aos mesmos, conforme a relação, na totalidade de 2:200\$000 reis metal.

**Dia 23** — À noite os estudantes representam no teatro de Vila Pouca a tragédia — Othelo — sendo o desempenho sofrível e a concorrência grande. A 1 de Março repetiu-se, por curiosos. (P. L.).

**Dia 25** — A Vereação faz uma Representação às Côrtes, expondo-lhe a fraca situação em que se encontrava o municipio, estando em dívida às amas dos expostos, aos empregados, aos médicos do partido das Caldas, etc. e pede autorisação para impor um vintém em cada carro de fora do concelho que entrar nesta vila, e dez réis em cada um dos do concelho, e um segundo real em cada arrátel de carne de qualquer qualidade que seja cortada nos açougues do concelho, a-fim de poder acudir a uma parte das indispensáveis despesas.

**Dia 28** — Portaria do ministério dos negócios eclesiásticos em que D. Maria II concede à Ordem Terceira de S. Francisco a igreja e sacristia do extinto convento da mesma invocação. A posse foi dada a 6 de Agôsto.

JOÃO LOPES DE FARIA.



# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

*« O espectáculo que me oferece o mundo, em geral, e a vida portuguesa em particular, firma cada vez mais no meu espirito a necessidade dum regime político fundamentalmente estável — e nenhum há melhor, a tal respeito, do que o regime hereditário ».*

ALFREDO PIMENTA.

---

### D. MARIA TERESA DE BRAGANÇA

O telégrafo acaba de nos transmitir a triste notícia do falecimento, no dia 16 de Janeiro, da Augusta Senhora D. Maria Teresa de Bragança, Mãe do Senhor Dom Duarte.

Está, pois, de luto a Família de Bragança e, com ela, todos os liaes monárquicos portugueses.

Embora estrangeira por nascimento, pois a Augusta Senhora nasceu em Roma em 4 de Janeiro de 1870, era portuguesa não só pelo seu casamento, mas, também, pelo coração, tendo sabido manter, no lar da Realeza proscrita, o espirito nacional, os usos e costumes dos portugueses.

Escrevendo admiravelmente o nosso idioma, mantinha com alguns dedicados amigos e servidores da Dinastia tradicional amiudada correspondência, interessando-se vivamente por tudo quanto respeitava à Causa Nacional que seu Augusto Filho personifica.

A Senhora D. Maria Teresa Sofia Pia Ana Melchiora, Princesa de Löwenstein-Wertheim-Rosemberg, era filha do Príncipe Carlos de Löwenstein-Wertheim-Rosemberg, (que, depois, se chamou em religião Frei Raimundo Maria), e da Princesa Sofia de Liechtenstein, Alteza Sereníssima. Casou com o Senhor D. Miguel II, em Kleinheubach, em 7 de Novembro de 1893, sendo celebrante o Arcebispo de Praga

e firmando o contrato nupcial uma deputação portuguesa presidida pelo Duque de Cadaval, D. Jaime, e de que faziam parte o Marquês de Abrantes, (D. João de Lencastre e Távora), o Visconde de Molelos, o Padre Coelho dos Reis, D. João de Almeida Correia de Sá e Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy, êstes dois últimos felizmente ainda vivos. Assistiram, também, a Duquesa do Cadaval, D. Graziela, e D. Maria Rita de Almeida Correia de Sá, dama de honor da Rainha. Estiveram presentes numerosos príncipes e outras grandes personagens, tendo sido de uma imponência régia os festejos que então se realizaram em Heubach e aos quais se associou brilhantemente a população local.

Sentindo profundamente a morte da Senhora D. Maria Teresa de Bragança, apresentamos ao Senhor Dom Duarte as mais respeitosas condolências.

---

#### **Conselheiro Fernando de Sousa**

Pelo falecimento da sua dedicada espôsa, a bondosa Senhora D. Berta Guerreiro de Sousa, encontra-se de luto o grande coração do sr. Conselheiro Fernando de Sousa, primoroso jornalista e director de *A Voz*.

Sentindo a dura provação, testemunhamos ao sr. Conselheiro Fernando de Sousa o nosso sentido pesar.

#### **Dr. Anibal de Morais**

Pelo falecimento do seu querido director e brilhante jornalista, encontram-se de luto os nossos camaradas do «Jornal de Notícias», do Pôrto, a quem, num longo e comovido abraço, acompanhamos nesta hora lutuosa.

#### **Dr. António Sardinha**

Passou, a 10 de Janeiro, o 10.º aniversário do falecimento do grande Mestre do nacionalismo português.

Nesse dia publicou *A Voz* um número consagrado à memória do saúdoso escritor, brilhantemente colaborado por Fernando de Sousa, Afonso Lopes Vieira, Afonso Lucas, Hipólito Raposo, Luiz Chaves, Pequito Rebêlo e A. Chaves de Almeida.

Também *Fradique*, brilhante semanário literário, prestou, nos seus n.ºs 49 e 50, de 10 e 17 de Janeiro, uma justa homenagem à memória de António Sardinha, em artigos firmados por Tomaz Ribeiro Colaço, Álvaro Maia, (que transcrevemos neste fascículo), Dutra Faria, Ramiro Rodrigues e António Tinoco.

## Uma excursão

Com êste título, publicou *Fradique*, no seu n.º 46, de 20 de Dezembro, o seguinte eco que aplaudimos e fazemos nosso:

«Propunha-se um grupo de rapazes organizar uma excursão a Marrocos,—e contra o que se supunha a iniciativa alcançou um êxito retumbante. Nas melhores camadas da gente portuguesa, essa peregrinação a um testemunho vivo do passado—e porque não do Futuro?—de Portugal, acendeu verdadeiro entusiasmo. Afinal, parece que dificuldades burocráticas, injustamente surgidas, torpedeiam o intento. É pena. Ao alcance de todos,—até nas primeiras páginas da *grande* imprensa...—a romagem aos floridos túmulos dos magnates da Maçonaria, parece que fácil deveria ser também levar a efeito uma jornada colectiva de mais puro sentido. A burocracia intervem? Paciência. Só logrará que vão, em devoção de espírito, muitos milhares, até onde algumas centenas não puderam ir...»

## O regresso do «Dili»

Na sua modéstia perfeita, o tenente Humberto da Cruz e o 1.º sargento Lobato podem ufanar-se de terem concluído uma empreza brilhante que se não confunde com nenhuma outra das já realizadas.

E como se poderia comparar a magnífica viagem do pequeno avião de turismo, o vôo de dois admiráveis rapazes portugueses, aos recordos que se tem realizado com o auxílio de aparelhos formidáveis?

Na viagem de Humberto Cruz e do seu valoroso companheiro, o que importa sublinhar é o factor *homem* e não o factor *máquina*. A virtuosidade no comando, a vontade inabalável de vencer, o saber, a tenacidade heróica e, sobre tudo isto, o patriotismo iluminando maravilhosamente o vigor dos dois homens—eis o que logo se salienta na bela empreza de Humberto Cruz e António Lobato.

Quem lhes seguiu o vôo até Timor e de Timor a Lisboa, passando pelas terras portuguesas de Macau e da Índia e lhes notou a precisão singular, a constância, o infatigável esforço sustentado do princípio ao fim da viagem e os viu no regresso e nas suas jornadas pelas províncias—dois rapazes modestíssimos, cheios de alegria e de lágrimas nos olhos, às vezes, não pôde conter o ímpeto de ternura nas aclamações tributadas.

Deus os levou. Deus os trouxe. Guimarães soube manifestar aos heróicos aviadores, na visita feita, o seu entusiasmo e o seu agradecimento pelo notável triunfo conquistado. Humberto Cruz foi eloquente e verdadeiramente português na

bela conferência pronunciada no salão nobre da Sociedade Martins Sarmento.

Que Deus guarde os valorosos aviadores para novos e gloriosos feitos, para novas glórias de Portugal.

### «Fradique»

Êste belo semanário literário que Tomaz Ribeiro Colaço inteligentemente dirige, entrou, há pouco, em nova fase, renovando os seus quadros com a entrada de gente nova, como Dutra Faria, António Tinoco e outros rapazes de marcante valor. Com o número de 7 de Fevereiro — notável número brilhantemente colaborado, — entrou «Fradique» no seu segundo ano de publicação. Calculando por nós quanto esforço e quanta cansaça representa uma publicação séria e honesta, associamo-nos à justa alegria do brilhante semanário, a quem desejamos, no novo ano agora iniciado, as maiores prosperidades, a bem da cultura portuguesa.

### «O Pinto»

Esta novela em que se reflecte, através do estudo das almas e da observação exacta das paisagens, a psicologia portuguesíssima do Alto-Minho, surgiu nas montras dos livreiros, entre a montanha

caótica de obras alheias à nossa índole, em francês pensadas e em mau português escritas, como uma lufada de lusitanismo saudável.

As páginas desta novela que o Conde de Aurora, nosso apreciado colaborador, duplamente fidalgo pelas excelências do seu sangue e pelo seu formoso talento literário, lançou para os escaparates das livrarias, são uma análise certeira à pecha eleitoral que durante um século reduziu a Nação a uma *feira da ladra*, prenhe de arruaças de morte e de desorganização social.

### «Portugal não é um país pequeno»

Encimado por êste título, editou o Secretariado de Propaganda Nacional uns interessantes mapas, organizados pelo coronel Henrique Galvão, em que se faz o confronto da extensão do nosso Império do Ultramar com o território da Europa. Êstes mapas são a reprodução de um outro que figurou na nave central do Palácio das Colónias, durante a magnífica Exposição Colonial realizada no Pôrto no ano findo.

Por esta forma se evidencia a nossa supremacia territorial, que muitos portugueses não avaliam e até desconhecem.

A edição dêstes mapas é, quanto a nós, o mais útil e o mais portuguêsíssimo dos trabalhos até agora editados pelo S. P. N.

### «No Saguão do Liberalismo»

Acaba de ser pôsto à venda êste novo livro de Fernando Campos, nosso apreciado e distinto colaborador.

São nove ensaios que constituem contribuição valiosa para o estudo das reacções de alguns dos mais altos espíritos do século XIX perante a dissolução inevitável dos princípios liberais. Nesses ensaios dá-nos Fernando Campos excelentes estudos sôbre o desengano de Garrett, a desilusão de Herculano, o pessimismo de Oliveira Martins, a desolação de Antero, a contrição de Fialho, sempre com um notável vigor de crítica, que mais vinca a cultura do distinto escritor, a quem se devem já trabalhos valiosos sôbre o liberalismo e a actividade contra-revolucionária dos maiores mestres do nacionalismo português.

### Álvaro Pinheiro Chagas

Álvaro Pinheiro Chagas, que tanto se evidenciou no jornalismo português, faleceu, com 62 anos, no dia 27 de Janeiro, na sua casa do Alto Estoril.

Soldado da Galiza, fez parte da organização monárquica constituída pelo núcleo chefiado pelo heróico comandante Paiva Couceiro.

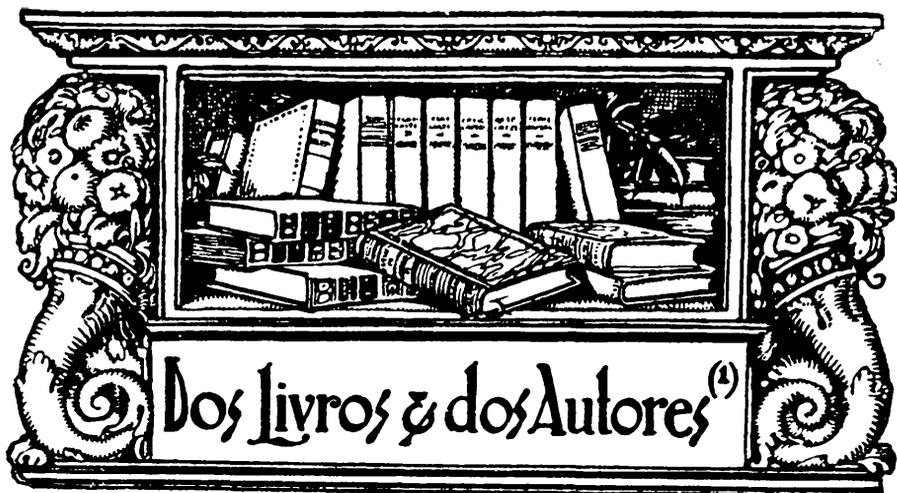
Da sua estada na emigração resultou a publicação duma obra interessante «O Movimento Monárquico» importante documento das lutas políticas de então.

Álvaro Pinheiro Chagas era um homem tam notável pelo brilho do seu espírito como pela inteireza do carácter.

### Tenente-coronel Silveira Ramos

Fernando Coutinho Silveira Ramos que, no dia 7 de Fevereiro, faleceu em Lisboa, era um valoroso companheiro de ideias no campo político e na fé religiosa, era uma figura de rara envergadura moral, fidalgo espírito de cavaleiro, soldado valente, inviolável na fé prestada, arriscando a vida e comodidades na defesa do seu ideal.

Na Galiza, em Monsanto, sempre que era necessário arriscar a vida pela Monarquia, Silveira Ramos nunca faltava. Se os acasos da vida política em Portugal tivessem permitido que na sua farda de soldado honrado figurassem as estrêlas de general, nenhum militar poderia ter correspondido melhor às altas responsabilidades do cargo, pelo seu espírito de carreira, pela sua honra de homem, pelo brilho da sua excepcional inteligência, pelo prestígio dos seus 55 anos, cheios de lições de civismo e de amor a Portugal.



ROMANCES OF CHIVALRY IN THE SPANISH INDIES, — by Irving A. Leonard. University of California Press, Berkeley, 1933.

Qualquer pessoa medianamente culta não ignora o papel que durante o século XVI desempenharam os romances chamados de «cavalaria», mercê do interesse despertado pela tradução castelhana do celebrado *Amadis de Gaula*. Sem tentar nem de leve tocar na questão da autoria deste romance (assunto definitivamente arrumado), apenas direi que as lendas célticas e carolíngias tiveram, a partir dos fins do século XV, uma revivescência notável, produzindo essa interminável cadeia de romances que se repartiram pelos dois ciclos dos *Amadis* e dos *Palmeirins*. A sua história, a sua grandeza e as suas vicissitudes foram admiravelmente tratadas pelo erudito dr. Henry Thomas no seu *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*, publicado em 1920. Já anteriormente Herculano, Varnhagen, Gayangos e Menéndez y Pelayo haviam tratado o assunto, mas só o dr. Thomas conseguiu esgotá-lo no seu notabilíssimo trabalho que a nenhum espírito culto é dado desconhecer. Posteriormente o meu eminente amigo prof. Entwistle estudou a lenda asturiana nas literaturas da Península Hispânica em um livro deveras interessante cuja tradução portuguesa me foi cometida e que já se encontra no prelo.

Aparece agora este voluminho do prof. Leonard, da Universidade da Califórnia, no qual é historiada brevemente a acção dos romances cavalleirescos na América espanhola, nos fins do século XVI e começos do século XVII. Levar-me-ia muito longe a análise pormenorizada da obra, tanto mais que a sua leitura me sugeriu considerações não de todo despididas. A falta de espaço obriga-me, porém, a ser breve.

Principia o autor por estudar a legislação castelhana referente à divulgação da literatura de imaginação nas colónias americanas e ali se vê o cuidado que havia então em evitar que os índios convertidos fôsem postos em contacto com os romances cavalleirescos, na sua maioria focos de imoralidade e do pior desbragamento. Oportunamente a Igreja viu-se obrigada a intervir pondo no *Index* um bom número de romances, como a *Cavalleria Celestial*, não lhe valendo o ser *no un fingido cavallero de la Cruz, mas un precioso Christo, que verdaderamente lo fué*. Isto, porém não impedia que anualmente os romances profanos invadissem as Índias Ocidentais, pois que o *enthusiasm for such fantastic tales was still too strong on both side of the Atlantic*.

Interessante é a descrição dos registos do embarque de livros para a América Espanhola, durante o período de Quinhentos, a quantidade e a qualidade das obras embarcadas, entre as quais, a-par dos romances, figuravam traduções de Cícero, de Aristóteles, obras de Francisco Suárez, de Frei Luiz de Granada, de Luiz de Vives, a

(1) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

Bíblia, almanaques, histórias, devocionários, etc., etc. O capítulo XIV, sobretudo, revela-nos pontos de vista muito interessantes sobre o reflexo do gosto literário da Metrópole nas colónias.

A obra contém um extenso apêndice constituído pelos registos de embarque de livros de 1586 até 1605, pelos quais vemos a quantidade e a qualidade das obras que eram remetidas para a América. A nós, Portugueses, é-nos muito grato vêr que durante o período filipino algumas das obras dos nossos escritores eram para ali enviadas, quer na língua original quer em traduções castelhanas. De facto ficamos a saber que em 27 de Janeiro de 1597 embarcaram com destino à ilha Hispaniola, entre outros, nove exemplares dos *Didlogos* de Fr. Heitor Pinto e oito dos *Didlogos de Amor* do judeu português Leão Hebreu (Judá Abrabanel); nesse mesmo dia em outro caixote lá foram dois exemplares da *Monarquia lusitana* de Fr. Bernardo de Brito, recentemente publicada, pois que a 1.<sup>a</sup> edição da 1.<sup>a</sup> parte é datada daquêlê ano; mais vemos uma « crónica del Rey don Joan de Portugal » que não posso conjecturar qual seja, visto como as obras de Fernão Lopes só foram editadas pela primeira vez em 1644. Seria a raríssima edição de 1545 da *Crónica de D. João II* de Garcia de Resende? Quer-me parecer que sim, porquanto as crónicas de reis com nome João só muito mais tarde vieram a ser publicadas. Em 20 de Janeiro de 1601 embarcaram também « vnas Luciadas de camoes », o que nos prova que os Felipes não se dignaram impedir que nos seu domínios fôsse lido o livro que então servia de lenitivo aos Portugueses expatriados na própria pátria, e no qual Camões cantava em versos vibrantes a eternidade de Portugal. Lá vemos também os *Siete libros de la Diana* de Jorge de Montemór e *Cinco libros de la historia de Portugal y conquista de los Açores*, de António de Herrera Tordesillas, que desconheço, mas escritos talvez já depois da conquista de Portugal em 1580.

António Alvaro Dória.

A FLOR DOS MONTES, — por *Marie le Mière*. Tradução portuguesa. Casa Editora de A Figueirinhas, Ltd.<sup>a</sup>. Rua das Oliveiras, 87. Pôrto, 1934.

A casa Editora de A. Figueirinhas, a quem se devem já outros trabalhos de notável valor, lançou, em nova edição, êste belo romance devido à pena da distinta escritora católica Marie le Mière.

A *Flor dos Montes* é um romance encantador e de profunda análise psicológica, com um entretcho cheio de naturalidade e leveza, que encanta e educa.

Numa altura em que as livrarias portuguesas se consagram às traduções de tudo quanto de peor existe na literatura estrangeira, é de louvar êste belo esforço da Casa Figueirinhas, que, assim, dá um alto exemplo de honestidade, escolhendo para a sua « Biblioteca das Famílias », obras sãs e moralizadoras.

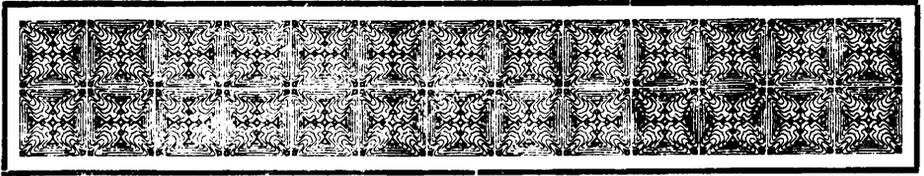
BOSQUEJO HISTÓRICO ÀCERCA DO REGIMENTO DE ARTELHARIA DO PÔRTO, — por *Martino Sanches Ferreira*. Edição do Regimento de Artelharia Ligeira, n.º 4. Leiria, 1934.

O capitão de artelharia Marino da Cunha Sanches Ferreira, soldado heróico e leal que sempre se tem batido pela Nação, faz, neste notável trabalho, a história do Regimento de Artelharia Ligeira n.º 4, desde a sua criação, no reinado de D. José I, até aos nossos dias

Lê-se êste livro com o maior interêsse e agrado, o que não é vulgar em trabalhos desta natureza que, quási sempre, só conseguem interessar um reduzido número de especializados. Neste livro, porém, o capitão Marino revela-se um primoroso escritor e, no seu enredo bem urdido, faz desfilar tôda a acção heróica do seu regimento nas campanhas de Mazagão, (1769), nas do Russilhão (1793-95), nas de 1801 contra a Espanha, na Guerra Peninsular, nas expedições à América (1815-24), na Legião Constitucional Lusitana (1821-23), na Guerra Civil (1820-24), nas campanhas de África em 1891, 1895 e 1902, na Grande Guerra e em outras acções mais recentes.

Notável trabalho lhe chamamos acima. E é-o de facto. Quando se conclui a leitura, ficamos a desejar que novos trabalhos surjam da pena apurada do Capitão Marino Ferreira.

Manuel Alves de Oliveira.



# A Lição de António Sardinha

por LUIZ DE ALMEIDA BRAGA

**N**AS vésperas da publicação dos *Cadernos* de Maurício Barrès apaixonadamente se debatia em França o problema da influência que poderia ainda exercer êsse incomparável excitador de energias, já bem distante para muitos das preocupações da mocidade, arrebanhada agora para as sórdidas alegrias da mesa-posta.

Na verdade, Barrès não tinha lugar num mundo onde parecia perdido o gôsto de tudo o que é grande e é duradouro, onde por lei se invertia o sentido da jerarquia da inteligência e do mérito, e havia só a ambição de humilhar os mais nobres ideais humanos.

Também entre nós há quem procure desviar as novas gerações do caminho onde cruzariam com António Sardinha, tam semelhante a Barrès no modo de ajeitar a sua sensibilidade às exigências criadoras da ordem.

Não consentiremos nós, seus companheiros de todos os instantes, o castigo de outro destêrro. Com êle sofremos a dor sem nome de incompreendidos, quando revelavamos as raízes mais escondidas do nosso nacionalismo; com êle andamos por desoladas terras de exílio, para melhor merecer o nome de português; com êle nos abraçamos em todos os fogos da esperança e sôbre a hóstia e o cálix nos ajuramentamos, prometendo a vida pela vida da Pátria!

Como deixaremos calar a sua voz, desvirtuar o seu ensino?

Vinde ouvi-lo, oh gente nova!

À vossa inquietação dará remédio; entusiasmo às vossas almas túbias. Êle não deixará que a tristeza vos adormente e quebre, porque a ha-de tornar, lusitanamente, em vivificadora fonte de poesia, e dos vossos instintos, subordinando-os à razão, ha-de extrair a flor dos vossos sentimentos. Contra a injustiça, ensinar-vos-há a revolta; o desprezo, contra a estupidéz; contra o que é efêmero, êle vos mostrará

a graça do que é eterno, e para a insatisfação doutrinária êle vos oferece, na lição dos seus livros, a certeza política.

Explicando a Pátria, à Pátria abre as possibilidades da sua regeneração.

Era por 1914. Agitava o País inteiro a febre da agonia. Do alto do Poder desconjuntava-se a Nação. Arruinada a família pelo divórcio e pelo fisco, desmoralizado o Exército com as promoções por actos de rebeldia contra o juramento dado, escravizada a Igreja, ameaçada a propriedade, a escola convertida em oficina de erros e maus costumes, também o Estado, umas vezes despótico, outras paráltico, entrava a decompor-se.

António Sardinha sente o engano em que a sua inteligência se enreda e perde, e ao desprender-se do sonho duma república municipalista, segundo os preceitos fabulosos de Teófilo Braga e dos iludidos sábios da *Portugália*, vai ajoelhar nos campos ainda ensanguentados de Chaves.

É a hora da penitência. Das ásperas meditações em que se abismou, António Sardinha sai reconciliado com as disciplinas tradicionais. O absurdo das novas instituições impõe então ao seu espírito, como primeira necessidade, a restauração da orgânica política que permitiu formar-se e desenvolver-se o Estado português.

No pensamento de António Sardinha a Monarquia não era a chave da abóbada do edifício social; era antes o sólido alicerce em que tudo assentava. Por ela se devia começar. A realeza não a considerava Sardinha como um fim ideal; era apenas um meio, — o meio indispensável para obter a grandeza, a felicidade e a glória da Pátria.

O govêrno de um só torna-se verdadeiramente útil quando fica dependente da ordem da sucessão familiar. Ceda o homem o lugar à família, para que as famílias também encontrem, na estabilidade, a prosperidade.

A lei do sangue, encadeando as gerações, liberta assim a todos, e a cada um, dos defeitos e dos perigos de quem por acaso, e por um momento apenas, em suas mãos tomou a vara do mando.

A primeira virtude de um chefe é a confiança na continuidade da sua acção. Mais do que a segurança do presente, importa achar nêle a promessa do futuro. Confundido na tradição nacional, o chefe deixa de ser a chama de uma vida, que em breve se extingue, para, livre da morte pela herança que transmite, se converter no símbolo imortal da Autoridade.

Por esta forma chegara António Sardinha à conclusão derradeira do nacionalismo. Podíamos agora partir com êle, os que regressávamos do primeiro exílio, para a guerra sem quartel aos mitos em pleno triunfo da soberania popular, do liberalismo corruptor e da enganadora democracia. E sem descançar mais começamos, sob o signo do *Integralismo Lusitano*, a crítica do régimen político e social que há um século vinha apagando as feições da Pátria.

Compadecido sorriso de descrença nos acolheu. Não seria possível, — cuidaram —, achar e impor à Nação as condições do seu renascimento. Mas pouco a pouco alargava-se o círculo da influência de António Sardinha, ganhavam prestígio as ideas anti-liberais de jerarquia e de ordem, de responsabilidade e de autoridade, a fé no regimen amortecia, o absurdo das instituições era já patente aos olhos dos melhores, e o Estado tombava no mais completo descrédito.

O verbo tornava-se acção por milagre da espada de Gomes da Costa.

Se não fôsse a doutrinação de Sardinha e dos seus companheiros, a Revolução de 28 de Maio de 1926 não teria encontrado o clima espiritual e moral que lhe permitiu ambicionar a transformação do Estado.

Um observador tam sagaz como o Sr. Fidelino de Figueiredo, mais do que ninguém atento à marcha das ideas, pôde assim, depois que ouviu ao Sr. Dr. Oliveira Salazar a definição do pensamento construtivo da Ditadura, concluir que o *Integralismo Lusitano* estava triunfante no campo da acção política (1).

Juízo antecipado, creio.

Já Luiz Araquistain se deixou enredar na mesma teia de aparências no curiosíssimo ensaio consagrado à Ditadura Portuguesa, inserto nos números de 11 e de 17 de Setembro de 1928 do diário de Buenos Aires «*La Nación*», escrevendo: «*Puede decirse que la dictadura militar del 28 de mayo de 1926 realiza substancialmente el integralismo lusitano, sin monarquía, claro está*».

Certo, o celebrado discurso da Sala do Conselho de Estado de 30 de Julho de 1930 inspira-se todo êle no índice de soluções que a revista *Nação Portuguesa* publicou no seu número de 8 de Abril de 1914, como lúcidamente observou o ilustre lente da Universidade de Coimbra, Sr. Dr. Cabral de Moncada, ao estudar as origens do mo-

---

(1) Fidelino de Figueiredo, *Depois de Eça de Queiroz*, p. 18.

derno direito português. «Deve dizer-se—explica o insigne professor—que foi o núcleo das doutrinas integralistas o evangelho político aonde o governo português da Ditadura Nacional, desde que esta decidiu transformar-se em «Estado Novo», foi buscar, à parte a forma de governo, alguns dos mais importantes elementos construtivos para o trajeamento dêste, tal como êle foi anunciado não só no importante discurso do Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, em Julho de 1930, como no conhecido projecto da nova constituição da República de 1932». (1)

Mais adiante o Dr. Cabral de Moncada acrescenta: «é inegável que a corrente ideológica, de que estamos falando (*a corrente integralista*) entrou enfim na fase das realizações e se prepara para exercer, embora utilizada por mãos alheias, uma actuação menos teórica do que até aqui na vida política portuguesa». E conclui: «foi indiscutivelmente ela quem deu um pensamento político orgânico às actuais tentativas de construção política que, entre nós, neste momento, se estão ensaiando e que, a vingarem, representarão em Portugal o fim do «Estado Moderno», iniciado em 1820».

Também o Conde de Santibáñez del Río no seu bem documentado e compreensivo estudo «EL INTEGRALISMO LUSITANO» não deixou de notar que «*la Dictadura no hubiesse podido vivir y hacer una labor útil a Portugal, sin la conciencia nacionalista, — integralista, seria más justo señalar*» (2).

Transcreve então Santibáñez del Río das últimas páginas da CARTILHA MONÁRQUICA o índice doutrinário e prático do Integralismo, cuja execução completa as circunstâncias do tempo de agora mais justificam e impõem, e que dizia:

**«Monarquia orgânica tradicionalista anti-parlamentar**

**A) Tendência Concentradora (Nacionalismo).**

*Poder pessoal do Rei: Chefe do Estado.*

**As funções do Rei são:**

**1) Função governativa suprema, exercida:**

— por ministros livremente escolhidos, especializados tecnicamente, responsáveis perante o Rei; por conselhos técnicos, também especializados (parte dos membros de nomeação régia, parte representando os vários corpos, com função consultiva).

(1) *Estudos Portugueses*, v. 1.º, p. 681.

(2) *Acción Española*, Tõmo III, n.ºs 14, 15, 16 e 17. Madrid, 1932, p. 491.

- 2) Função coordenadora, fiscalizadora e supletória das autarquias locais, regionais, profissionais e espirituais; nomeação dos governadores das Províncias e outros fiscais régios da descentralização.
- 3) Funções executivas, fazendo parte da função governativa suprema, que no entanto cumpre sublinhar como sendo a forma de acção mais característica e importante do officio régio:
  - defesa diplomática.
  - defesa militar.
  - gestão financeira geral.
  - chefia do poder judicial: função moderadora.

B) *Tendência Descentralizadora* :

1) *Aspecto económico* :

- *Empresa*: regímen e garantia da propriedade, vinculação (homestead), cadastro, sub-enfiteuse, sesmarias, propriedade colectiva, legislação social da empresa, etc.
- *Corporação*: sindicatos operários, patronais e mixtos; sua personalidade jurídica; fiscalização da empresa, fomento dos interesses comuns, arbitragem, etc.
- *Graus corporativos superiores*: sistematização profissional, colégios técnicos, câmaras de trabalho, etc.
- *Nação Económica*: Política económica do governo central (Rei, ministros, conselhos técnicos), função supletória de fomento (proteccionismo, tratados de comércio) — função de fiscalização e coordenação dos vários graus da hierarquia económica.

2) *Aspecto familiar-administrativo* :

- *Família*: Unidade (pátrio poder); continuidade (indissolubilidade conjugal, vinculação, luta contra o absentismo; vinculação pròpriamente dita, morgadio; homestead).
- *Paróquia*: representação de um conjunto de famílias pelos seus chefes.
- *Município*: representação de um conjunto mais amplo de famílias pelos seus chefes e de quaisquer outros organismos sociais de importância.
- *Província*: câmara por delegação municipal, sindical, escolar e com a assistência do governador da província; função governativa especializada na aristocracia (com carácter rural e regional).
- *Nação Administrativa*:
  - Orgão*: — a Assembleia Nacional, assistida do conselho técnico geral (permanente ou de convocação temporária).
  - Representação*: — delegações provinciais, municipais, escolares, corporativas; delegação eclesiástica, militar, judicial, etc.

*Função*: — consulta sobre a applicabilidade, na prática, das leis que os ministros e os respectivos conselhos técnicos elaboraram, aprovação de impostos, orçamento, etc.

- 3) Aspecto Judicial, essencialmente organizado sobre estas bases;
- *Julgado Municipal* (tribunal singular).
  - *Tribunal provincial* (colectivo).
  - *Supremo Tribunal de Justiça* (colectivo).
  - *Conselho Superior de Magistratura*.
- 4) Aspecto espiritual:
- *Arte*:— Desenvolvimento artístico, subsídios pelo município, província e governo central; restituição às províncias das obras de arte que lhes pertencem; indústrias artísticas locais; museus regionais e defesa do património artístico da província; museus nacionais e defesa do património artístico da Nação.
  - *Ciência*: Desenvolvimento da instrução e prestação de subsídios e auxílio material pelo município, província e governo central, a par da autonomia de alguns órgãos de instrução.
    - Instrução primária no município.
    - Instrução secundária na província.
    - Universidade autónoma (Cómbra).
    - Escolas e Universidades livres.
    - Escolas industriais, regionais.
  - *Religião*: Liberdade e privilégios da Religião tradicional Católica, Apostólica, Romana; protecção a esta religião e prestação de auxílio material em regime concordatário; liberdade de congregação; liberdade de ensino.
  - *Nação espiritual*: a alta representação destas três formas do aspecto espiritual nos conselhos de El-Rei e na Assembleia Nacional».

E posta assim em confronto esta sùmula doutrinária com a síntese magistral do discurso do Sr. Dr. Oliveira Salazar de 30 de Julho, quando afirmou: «Em suma: pretende-se construir o Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade. As famílias, as freguesias, os municípios, as corporações onde se encontram todos os cidadãos, com suas liberdades jurídicas fundamentais, são os organismos componentes da Nação, e devem ter, como tais, intervenção directa na constituição dos corpos supremos do Estado: eis uma expressão, mais fiel que qualquer outra, do sistema representativo»,—o distincto escritor espanhol pergunta, com a satisfação de quem anuncia uma vitória: «*Se comprende ahora la formidable fuerza expansiva del nacionalismo-tradicionalista português?*»

¿Se vé, mejor que nunca, cómo el hombre civil representativo de la Dictadura militar, está bien cerca de los sanos principios del integralismo ?» (1)

Há, porém, entre os textos governamentais e os dos doutrinadores integralistas uma diferença essencial, que convém acentuar : e é que as ideas, sendo realmente as mesmas, passavam agora a ser experimentadas dentro de instituições que fundamentalmente lhes são contrárias.

Abandonando o terreno da interpretação teórica, para se ajustar mais aos factos, o Sr. Dr. Mário Pais de Souza, sendo Ministro do Interior, deu-se pressa em reconhecer esta íntima opposição, e na conferência que proferiu nos Paços do Concelho de Leiria, segundo o relato publicado pelo jornal «*O Século*» de 16 de Maio de 1932, declarou: «A República será democrática e representativa. A Constituição, fundamentalmente nacionalista, opondo-se à falsa teoria do integralismo, estabelece direitos e deveres dos cidadãos».

Esta contradição entre os sentimentos e as ideas, entre os princípios e os actos, levaria René Richard a escrever: «*Salazar est républicain, mais il a donné à son pays une organisation monarchique, sans roi*» (2).

O pensamento inicial da campanha nacionalista de António Sardinha volta dêste modo a aparecer no primeiro plano.

Dez anos passaram sôbre a sua morte, e êle está presente como nos dias em que escrevia as páginas mais belas dos seus livros. Ao seu precetorado têm de acolher-se quantos não venderam a alma ou a não trocaram na feira das vaidades.

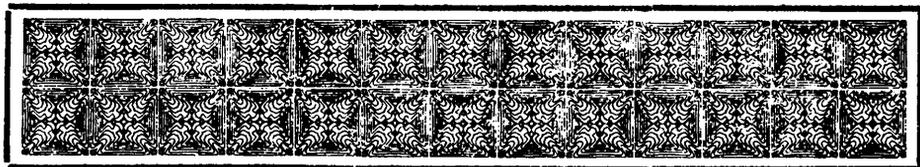
António Sardinha é da linhagem daquêles a quem a morte não interrompe o que Bossuet chamava «*le vrai service*». Gosto do heroísmo, paixão patriótica, confiança nas energias da grei, e o prazer de afirmar, de criar, são os temas dilectos de Sardinha, próprios como nenhuns outros para apartar a juventude das ilusões democráticas, que tudo rebaixam e confundem, e de a conduzir pelos caminhos da verdadeira restauração nacional à clara fonte onde poderá só apaziguar-se a sêde de luzitanismo, que a todos nos traz consumidos.

Sôbre a sua sepultura, onde o mirto se enlaça com o cipreste, não morrem nunca as flores ideais da fé e da esperanza !

---

(1) *Accion española*, Tõmo III, n.º 17, p. 495.

(2) *Le Nouvel État Portuguais ou le triomphe de Salazar*, in *JE SUIS PARTOUT*, sixième année, n.º 222, 23 Février 1935.



# Hipólito Raposo

## O SEU ÚLTIMO LIVRO

por ANTÓNIO A. DÓRIA

O chorado ANTÓNIO SARDINHA, mestre ilustre de todos nós, escreveu algures que Hipólito Raposo é «uma inteligência e um coração, servindo com nobre simplicidade, da política à literatura, a idea dum Portugal amado e restaurado, — o sonho dum Portugal Maior». E se nada mais tivéssemos à mão para comprovar as palavras do notabilíssimo ensaísta, bastaria folhearmos, ainda que distraidamente, o último livro de Hipólito, — *Areias de Portugal*.

Queira ou não a crítica oficial, aquela crítica feita de lugares comuns já consagrados por idiotas impertinentes, a verdade é que Hipólito Raposo, nobre figura de honrado português e temperamento rectilíneo de rijo beirão, é um dos grandes prosadores nacionalistas, formando, depois do eclipse de Malheiro Dias, com Antero de Figueiredo e Luiz de Almeida Braga um tríptico honroso e admirável. Desde o já remoto *Coimbra Doutora* até ao recente *Areias de Portugal*, passando pelo bellissimo *Ana a-Kalunga*, pelo *Berço*, pelos *Dois Nacionalismos* (bela lição de doutor em nacionalismo integral) e por *Um Sorriso de Santo António*, para só citar êstes, Hipólito Raposo vem conquistando um lugar na primeira fila dos escritores portugueses, desajudado das louvaminhas da crítica leviana dos jornalistas e das solenes consagrações académicas. Os seus livros, a-par-de uma lição de nacionalismo saudável sem ridículos saudosíssimos, são um alfobre de boas maneiras de dizer e escrever, uma fonte Castália de belas expressões em lídima linguagem lusitana a que não falta uma sobriedade tóda clássica («Hipólito Raposo sabe latim!» dizia Sardinha) e à qual pouco habituados estamos neste vertiginoso século xx. A sua *Fôrça e Beleza*, admirável conferência ao depois publicada em

opúsculo, é um dos seus mais belos livros e um dos mais belos publicados êste século em Portugal. A expressão correctíssima, sóbria, precisa, com uma precisão lapidar, caminha a-par da doutrina, salutar doutrina de quem não vê a vida e o mundo pelos vidros coloridos de Marinetti ou de Picasso, mas antes lhe aspira o perfume nas páginas simples e ingênuas dos Evangelhos ou na sobriedade majestosa do Decálogo.

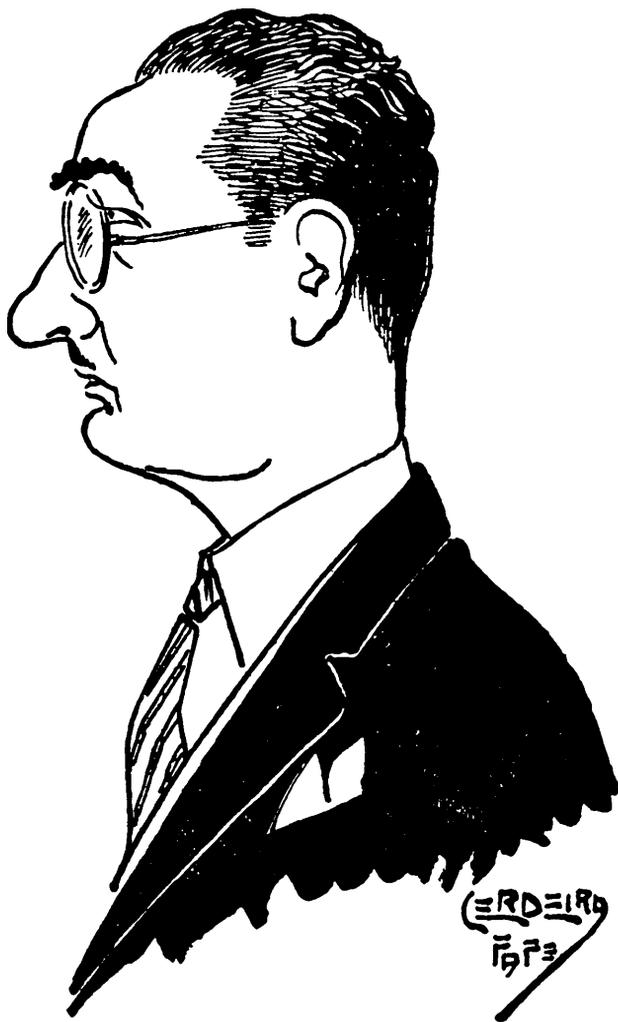
Hipólito Raposo é cristão e português e ler os seus livros é sentirmo-nos fortes na nossa crença e orgulhosos da nossa Pátria. Talvez algum dos meus possíveis leitores ache excessivas as minhas palavras, tam habituados andamos todos ao estafado elogio-mútuo e às consagrações apressadas de jornalistas analfabetos. De resto estas ligeiras notas não pretendem ser uma crítica nem mesmo um esbôço de crítica, mas simplesmente umas impressões muito pessoais, ao correr da pena, a respeito dum livro notável escrito por um prosador de primeira água. Tem êle defeitos? E haverá alguma coisa de humano que os não tenha? De-certo *Areias de Portugal* não é obra de largo fôlego, escrita sob a inspiração do génio, aquela inspiração descabelada tam querida dos românticos, mas é um livro são, elegantemente escrito, de sã doutrina, um livro dum escritor vernáculo que bebeu e bebe na fonte pura dos clássicos, sejam êles César, Cícero e Tito-Lívio, ou Barros, Bernardes e Fr. Luiz de Sousa. E se outros merecimentos não tivesse (que os tem!) êsses lhe bastavam para que o considerassemos uma obra magnífica, não só pela forma mas também e sobretudo pelo espírito e pelas intenções de pura lusitanidade que encerra.

*Areias de Portugal* intitulou Hipólito êste seu livro e como epigrafe foi buscar aquêles versos que embalaram a infância de todos nós, recordando-nos tempos que, por nosso mal, não voltam mais, os versos que já noutras eras haviam embalado o pequenino Garrett, quando a boa Brizida lhe velava o sono :

Vê se vês terras de Hespanha,  
Areias de Portugal.

E é das «areias de Portugal» que todo o livro está cheio, areias doiradas da nossa glória passada e onde também soam os búzios vazios da nossa saúde, areias que nos recordam epopeias esquecidas e acções nobilitantes que hoje são fumo, bem tênue por certo... Êste livro enternece-nos com as suas figurinhas a que o talento de Hipólito deu vida e que perpassam perante nós como sentimentos corporizados e almas doloridas feitas carne sofredora.

Abre por uma epopeia condensada em meia dúzia de frases, como que restos grandiosos do nosso grande naufrágio: *O Último Atlante*. «Sôbre a noite erma do mar, desesperados da aurora e tristes da morte, cegaram-se os olhos das vigias e os ouvidos surdos foram a todo o rumor e hálito de vida na terra». Estamos em plena História Trágico-Marítima. Fuzilam relâmpagos num céu de breu, retumbam trovões, como Adamastores estentóreos, dançam galeões pavorosamente sôbre os horríveis boqueirões das ondas embravecidas, sobem as preces dos missionários para o céu, em melopeia dolorosa, ouvem-se os gritos de dor dos viajantes apavorados, cruzam-se nos ares as exclamações sêcas da maruja a manobrar e por cima de tudo a cruz sangrenta de Cristo esfarrapa-se nas velas como num segundo calvário de perdição. Evoca-se então a tragédia das nossas navegações, o pavor do desconhecido, a marcha aventureira através de mares ignotos em busca de terras para a Coroa



e almas para Cristo. No horizonte, lá bem longe, para além daquelas grossas nuvens prenes de tormenta esfuma-se o perfil anguloso e enérgico do «senhor Infante» e debruçado das janelas do Paço da Ribeira, prescrutando um horizonte negro de tempestades e de conspirações, surge o olhar de águia do Príncipe Perfeito. Caravelas e galeões vão e vêm num constante rodopiar sôbre ondas eternamente movediças, ao longo da ribeira de Belém frades levam procesionalmente o Corpo de Deus Vivo, cavaleiros galopam por areais esbrazeantes, ofegando sob o pêso de armaduras pesadas e lanças enormes, a correrem atrás de mouros fugitivos, sinos tangem a finados pela perda do galeão grande *S. João*, Manuel de Sousa de Sepúlveda corre desvairado para o sertão a matar a dor que o dilacera, por entre o fumo denso das bombardas e do incêndio de Ormuz, Albuquerque olha impávido o Turco fugitivo, enquanto o *Desefado* ouve absorto as instâncias brônzeas que um cego genial lhe recita entre o arvoredado de Sintra.

E já nada hoje resta, porque foi um sonho, o reviver saúdo de saúdosos tempos passados e que recordam a era magnífica das descobertas, durante a enérgica juventude de Portugal. Hipólito Raposo ressuscita em duas páginas magníficas essa era de perdição e com o seu belo talento de escritor vernáculo faz do breve conto um símbolo do velho Portugal Descobridor e do delírio grandioso da Índia: «Então o Pastor, ouvindo da alma ecos de velhos contos, ali clamou com fé de verdade:

« — Tu és Portugal, Capitão d'Além-Mar! »

Só a inteligência rude do Pastor, sentindo dentro de si reviver a recordação do passado longínquo, compreendeu o simbolismo do *último Atlante*, transfigurado e desfigurado vulto do velho Portugal.

Hipólito Raposo esteve em África, «onde foi advogado nos feitos civéis & do crime». Daquela sua estada trouxe fartos cabedais de emoção que, como rico perdulário, vai desbaratando connosco nos seus livros tam portugueses. E nestes tempos em que é moda a chamada literatura colonial, Hipólito é o campeão estrénuo do negro português, o perfeito conhecedor da psicologia complicada, mas ao mesmo tempo tam simples, do prêto. Desde aquêle Manuel Singungo, o «único cidadão português que serviu o parlamento até à prova do martírio, sem a mais leve ambição de se aproveitar dele», até êste Xicomo de fidelidade canina, o Autor dá-nos tipos acabados de negros de coração,

com uma noção mais perfeita e um sentimento mais elevado da honra e da gratidão do que muitos brancos que para aí há. Como Manuel Singungo é o tipo da obediência à lei, ainda quando iníqua, Xicomo é o símbolo da dedicação ilimitada, da fidelidade ao bemfeitor de um dia.

*Filosofia de Marfim* se intitula outro conto porque todo êle gira à volta duma caixa de marfim para charutos e onde irônica ou ingenuamente um negro obscuro insculpiu uma página vergonhosa do nosso desleixo colonial. E bem merece leitura nesta ocasião em que tantos «humanitários» berram contra a escravatura em territórios africanos de Portugal, e em que a cobiça estranha se mascara com falsas palavras de amizade para o único País que até hoje melhor soube colonizar. Sim, meus senhores, porque o prêto do conto era «um africano que se considerava filho da civilização portuguesa, difundida intensamente pela bacia do Zaire, desde os tempos dos reis D. João II e D. Manuel». Apesar disso as ambições estranhas e as artimanhas das chancelarias haviam feito dele, de um dia para o outro, um súbdito de S. M. o Rei dos Belgas, contra o direito das gentes, e o prêto — digno prêto, ó brancos que me ledes! — recusou-se nobremente a pagar o tributo ao seu novo senhor e foi açoitado!

*Antoninha* é um doce diminutivo bastas vezes ouvido em bôcas carinhosas. Hipólito Raposo esquece-se neste passo de que é filho dêste século egoísta e brutal, molha a pena em ternura portuguesa e com lágrimas mal veladas conta-nos da dor desta «sempre noiva» branca, morta entre pretos, lá longe, nas regiões feiticeiras de África. Porque, «para tôdas as almas, triste sempre será a história da Antoninha», que aos cinco anos deixou a sua terra e para quem «Portugal ficou sendo um dia luminoso e brando, muita gente a dizer adeus com lenços a outra triste gente que se despedia e partia...» Mas «a sua inadaptação à terra de África prolongava-se nas perspectivas de um drama íntimo e dilacerante de que não podia queixar-se em voz alta». E Antoninha, doce figurinha lusitana perdida na imensidade das Áfricas, morre mais tarde com o coração partido pela ingratidão dos que amara depois de se ter dado «em corpo e alma a quem só o corpo lhe apetecia». Antoninha é um parêntesis de ternura em meio da luz velada do livro.

*África quiere amor...* Ora sempre lhes direi que êste conto é dos mais sentidos da obra. Nêle vemos um português gastador e de vida

fácil atirado para a África pelos azares da vida, a lutar por adaptar-se a um meio hostil que acabou por vencê-lo: o eterno drama da luta do homem com o meio, aqui agravado pela nostalgia do passado. Um breve idílio de Tomaz da Silveira com a mulata filha do Virgolino, feitor duma fazenda, é quási o fecho da narrativa a que empresta ainda mais melancolia a fiel dedicação do Drago, o cão companheiro de sempre de Tomaz, e que ao ver morto o dono morre de dor sôbre a terra onde descansava o caixão. E é Virgolino, português rijo e crestado pelo sol africano de Cabo-Verde e de Angola, quem faz o elogio fúnebre do morto:

« — África quiere amor! Angola quiere suor e sangue legítimo!  
« Chegam aí já corrompidos, êsses senhores finos, e não podem suportar um raio de sol, nem a ferroada de um mosquito! »

Propositadamente deixei para o fim o principal dos seus contos, quási uma novela, que Hipólito encimou com o título de *Sangue e Alma*. E se o deixei para o fim foi não tanto pela sua extensão (pois ocupa quási um têrço do livro) mas sobretudo por ser uma narrativa singela e comovente que recorda a história angustiosa de todos os que temos 30 anos e não possuímos uma pedra em vez de coração. *Sangue e Alma* é a história dolorosa de um cadete herói da Rotunda (dos *autênticos* heróis da Rotunda, porque os outros...) que o espectáculo vergonhoso dos primeiros anos da ditadura demagógica lançou na descrença do ideal republicano e que mais tarde as pedras do castelo dos Templários em Tomar chamariam à realidade de Portugal Eterno, de parçaria com as desilusões da campanha de África durante a Grande Guerra. Hipólito, incarnado no seu herói, diz-nos o que foi o drama doloroso dos jovens idealistas que uma propaganda mentirosa e às vezes tôrpe (« ó escolas semeai! ») atraíra à república, tendo-os antes desnortado com frases retumbantes forrageadas, e traduzidas à pressa, nos discursos de Mirabeau e de Danton e nas obras altiloqüentes de Vitor Hugo e dos idealistas de 48 ou da Comuna de 71, fraseado bombástico, retumbando como petardos, por vezes tentando ferir o Chefe Supremo da Nação, à semelhança dos assobios de garoto de Henri de Rochefort. Breve foi, porém, a ilusão do cadete Cardoso de Lima, porque « ao sentir que afrontavam a pureza da sua vitória com ambições, violências e assassínios, êsse idealista da Rotunda, com triste desassombro começara logo a declarar pelos cafés do Rossio a sua vergonha de ser republicano ». Promovido a alferes,

mas transferido para Abrantes, num mal encoberto castigo, por lá passou alguns anos até a guerra o levar à África na ânsia suprema da libertação. Prisioneiro em Newala («epopeia maldita» lhe chamou António de Cértima), batendo-se valentemente, expondo-se com heroidade, recusou mais tarde a cruz de guerra, numa simplicidade de cavaleiro antigo, porque cumprira apenas o seu dever.

Não querendo voltar à Pátria, para não recaír na intrigazinha de província, aceitou a chefia duma secção de serviços de agrimensura que daí a pouco teve de deixar pela sua nobre altivez em não querer dobrar-se perante a arrogância tôda britânica dum Mr. Butler que fazia reclamações na sua língua, numa cidade portuguesa e a funcionário português. De regresso à Metrópole «passou a viver tam desconfiado dos camaradas, tam distante das solicitações e atractivos da cidade que já na sala dos oficiais e na má língua da Assembleia não se poupavam remoques à excentricidade ou mal cabido desdém dos seus hábitos de vida». É que o tenente Lima, para melhor se conhecer teve de se recolher a si próprio, vindo a encontrar a verdade portuguesa dentro do seu coração e longe do convívio frívolo dos homens. E ali em Tomar, estudando e meditando «pôde começar a entender o Convento de Cristo que de tûmulo de silêncio e sombra, se ia transformando na revelação exaltante de um pergaminho que dia a dia desdobrava gloriosamente as suas bandas iluminadas». O seu conhecimento do Convento e a sua erudição recentemente adquirida, mas nem por isso menos firme, fizeram que fôsse o escolhido para acompanhar a visita de estudo de um colégio de Lisboa. O tenente Lima foi um cicerone discreto e conhecedor, embora a leviandade natural de rapazes escolares não lhe desse a atenção que lhe deviam e êle merecia. Mas ao terminar a visita e antes de se separarem, explode abundante e nervosa a verdade da bôca do tenente Lima quando, reunidos os alunos, lhes fez um vibrante discurso reconstituindo o Passado e fazendo a sua apologia com palavras inflamadas. Todavia «estas palavras causaram um escandaloso assombro. Houve oficiais que se retiraram discretamente. Os estudantes olhavam uns para os outros, como se tivessem transgredido o regulamento do Colégio Militar, por conta alheia...» pois que o antigo herói da Rotunda, o bravo combatente de África, o republicano convicto de 1910 atrevera-se a afirmar bem alto que «o Rei era a providência, a disciplina moral e militar, a justiça a mandar, a autoridade a comandar, o fiador da honra colectiva, o chefe dos chefes, o pacto vivo, a personificação da Nação»! O tenente Lima subira lentamente o seu calvário, o nosso calvário, o

calvário que todos os de 30 anos subimos um dia dolorosamente, sentindo rasgar-se-nos as carnes ao ruír dos ídolos de pés de barro em cujo culto fôramos educados. Maior dor não sentiram os filhos de Israel ao verem o seu templo profanado pela curiosidade idólatra de Pompeu e dos seus soldados, do que nós sentimos ao ver cair o frágil madeiramento das nossas concepções simplistas. O tenente Lima é bem o símbolo dessa mocidade sacrificada de 1914 a 1918 nos campos da Flandres ou nos adustos sertões africanos, a morrer de frio nas trincheiras de Béthune e de Armentières ou de sede e de fome nos desertos do Cuamato e do Niassa, essa mocidade que resgatou com o seu sangue generoso o pecado colectivo de um século de descrença e que pelo seu sofrimento reatou a Tradição perdida do Portugal de sempre!

Mas o tenente Lima não ficou apenas em palavras. Casado, e já capitão, de novo parte para a África, onde, depois duma viagem tormentosa para o interior, instala um pôsto militar para impor ao indígena a soberania portuguesa. A animosidade de um feiticeiro fomenta uma revolta dos negros que planeiam a chacina do capitão Lima, quando êle se embrenhara no sertão para castigar os revoltosos, deixando a espôsa só, na casa do pôsto, e prestes a deitar ao mundo um herdeiro do nome de seu marido. O feiticeiro e parte dos revoltosos entram no pôsto para se vingarem na mulher branca, ao mesmo tempo que no sertão outros se encarregariam do capitão. Mas a mãe, num arranco de dor e pedindo mudamente o perdão para o recém-nascido, ao ver chegada a sua hora derradeira levanta o filhinho nos braços. Então o negro recuou, surpreendido, «ao conhecer ali o drama comum do comêço da vida... Para satisfação e vingança dos negros, bastou-lhes conhecer que nas fontes da vida, a Natureza não distinguia raças nem condições». E a mãe recente, «logo atenta à voz de um remorso, de si mesma esquecida, com sobre-humano alento, dobrou os olhos para o filho, que a seu lado teimava em chorar, em viver, e aconchegou-o ao peito :

«— Deus te crie para soldado! »

«Deus te crie para soldado», para a luta, para o sacrifício, para a expiação, para a morte. E soldados somos todos os que por êste mundo andamos a arrastar a cruz da nossa dor, a roer surdamente o rancor de vermos a Pátria irredenta, ansiosos pela libertação que nos não poderam dar os corifeus... da Liberdade.

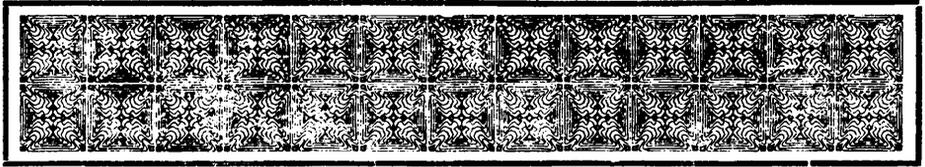
É verdade, senhores, que êste capitão Lima é um símbolo. Eu não sei se o herói de Hipólito teve vida real ou se existiu apenas

na sua imaginação criadora ; isso não importa, no fim de contas, pois que real ou imaginário êle simboliza o nobre soldado português, o batalhador de S. Mamede a La Lys e a Newala ; é também o símbolo do português que se perdeu nos caminhos desgarrados da superstição liberal esquecendo a fonte perene e sempre límpida da Tradição, o símbolo dessa heróica mocidade que não pegou na clavina do Junqueiro para lançar a desordem no seio da Pátria, mas que verteu o seu sangue generoso em Chaves, em Vinhais, em Estarreja e em Monsanto, que ao lado de Sidónio avançou debaixo de fogo pela rua de S. Felipe Néri, e que ainda em 1927 galopava heróicamente sob a metralha pela ponte de D. Luis I, ao assalto do último reduto da velha democracia carcomida e desacreditada !

Pois senhores, muito longe me levou o livro de Hipólito Raposo. O único mérito que estas pobres regras possam ter ser-lhes-á emprestado, à certa, pelas transcrições. Sirvam ao menos estas minhas impressões para chamar a atenção, embora apressada, dos que não conhecem o livro, ou para levar os que já o leram a relê-lo e a meditá-lo.

Quanto a mim só louvo a Deus por me ter proporcionado abrir êste ano como é de uso fechar os sonetos : com chave de ouro, e bem-dizer Hipólito Raposo pela dádiva que me proporcionou tal satisfação. E aqui fico, senhores, aguardando que novos e valiosos livros venham mais uma vez consagrar êste ilustre escritor, prosador dos mais lídimos da nossa língua, o qual já hoje não é lícito desconhecer quem se prese de culto e de amante das letras da nossa terra.





# O Culto de S. Gonçalo na Baía

## (NOTAS SUBSIDIÁRIAS)

(Continuado da página 21)

por ALBERTO V. BRAGA

Foi sem dúvida o espírito crente do povo do Norte, quem levou até à outra banda, êsse amor devoto. (1)

Cada sentimento de cultura, actuando e evoluindo dentro duma seara de espiritualidade, em que as tradições estejam bem presas a uma ternura de crença, molda o carácter dum povo, forma a psicologia das raças, criando à roda da fé e da vida social, hábitos próprios, costumes localizados, na medida orientadora da sua civilização e do seu ritmo educativo.

Cada nação, à volta do seu ambiente e do seu progresso construtivo, tem a sua concepção étnica, tem a sua idealização tradicional.

As raízes que, longe da pátria, cada povo deita ao amor da crença e da tradição, erguendo-lhes altares, orações e deveres, estabelecendo-lhes regras, dogmas e exercícios, no rodopio das modalidades do culto e das usanças, são as mesmas, filhas do produto do meio onde nasceram, porque as alimenta a alma e o sangue, e aos berços pátrios não fuge a vida, porque as gerações não morrem.

E compreende-se então, que as nossas tradições tenham frutificado além, seguidas depois das variantes indígenas que se lhes foram ajuntando no rumo doutros costumes, sem que todavia dentre muitíssimas, o fio que as conduziu e teceu se tenha esfarrapado e delido.

As lendas e as maravilhas de um evangelho popular não fenecem fora do seu ambiente próprio; quando muito, modificam-se pelo sedeiro dos anos e pelo cadinho de novos progressos e civilizações diferentes.

---

(1) Do velho mundo, é que foi levado ao Brasil o Catolicismo, com os seus preceitos e a sua côrte celeste. (*O Folk-Lore no Brasil*, por Basílio de Magalhães, pág. 126).

É certo que distinguir as origens étnicas de qualquer costume ou superstição, não é fácil; mas não é difícil nos casos em que a extensão característica marque um bem definido ponto da sua proveniência.

«Os costumes, as crenças, as superstições emigram, como todos os elementos da civilização» (1).

Mas embora se conservem firmes e vivazes no coração que os alimentou ao bafejo do berço, o clima, o trabalho, as tendências da nova engrenagem social e colectiva para onde o povo lançou os seus passos, operam, pela convivência de outros hábitos, certas modificações nesses elementos originários da sua constituição, e surgem as diversas enxertias, sendo preciso, por vezes, um esforço de revivescência para solenizar, com todo o cortejo de cunho regional e pátrio, num grupo ou num povoado, em certa data solene ou dia célebre, as festas e os costumes que se enroscam e agasalham no âmago tradicional.

¿E quais são as festas que mais vivem no espevitar constante do amor e da crença? São as que a cartilha marca como sendo as mais respeitadas da família, e que o curioso e febril formigar das superstições anima e saborosamente mistifica; são os costumes religiosos com a liturgia de todos os seus poemas em verso; são as penitências e as ladainhas e as procissões ao redor dos Santos conhecidos e tutelares, feitas ao gosto duma acrisolada índole de raça.

De maneira que temos S. Gonçalo a encaminhar os seus passos, em divina espiritualidade, por terras de Santa Cruz, na companhia dos minhotos, seus apaixonados servidores de moral respeitosa no fervor devoto, e desenvoltos amigos da sua folhinha de azevieiro e alacre simbolismo, reanimadora da alegria no mais significativo anseio do amor, que desejam ver beatificado, na terra e em vida, no aconchêgo do coração e do lar, e puro de intenções serviçais no escolher dos conversados para as moças e dos maridos para as velhas.

E nos minhotos é que o carácter tradicional de S. Gonçalo se radicou, porque dentre os minhotos o coração ledamente se espreguiça na lavada mornidão das sextas ensombradas, com cheiros fortes e afrodisíacos dos cravos, das alfádegas, dos fenos e das lestras, em cenário berrante de côr, em paisagem risonha, de romaria, sempre besoirante de lirismo na alma dos gorgeios e dos amores.

---

(1) Etnografia Portuguesa, por F. Adolfo Coelho, no *Boletim da Soc. de Geografia*, 2.<sup>a</sup> série, 1881, pág. 404.

! Pois se a grande maioria dos portugueses que colonizaram a Baía, era oriunda da província do Minho! Talvez 90 % (1).

Assim, muito afiançadamente, e no apuro estatístico no-lo indica em carta o engenheiro Silva Campos.

E dizendo mais, como refôrço, e com tôda a luz do seu seguro e levedado conhecimento histórico, avança pelo caminho duma verdade que justifica o rumo das nossas conclusões: «Ainda no comêço do século XIX, ou fins do domínio colonial, dizia-se que a Baía era uma cidade de minhotos. Vinham, a seguir, os transmontanos, beirões e ilhéus. A colónia portuguesa da Baía, — muito reduzida hoje, — ainda é composta quási exclusivamente de filhos da bela terra minhota.

Sendo assim, fâcilmente se explica a notável difusão do culto de S. Gonçalo entre nós, pois era êle largamente espalhado, também, na terra natal dos colonizadores. Nas primeiras igrejas edificadas na cidade, venera-se a imagem daquêle bem-aventurado. E digo ainda que na maioria dos 60 ou 70 templos desta cidade, se encontra aquela imagem».

A Baía tem o seu passado intimamente ligado ao passado de Portugal.

Sejam estas então, as conclusões finais deste desmantelado capítulo :

Pouco observado devia ser S. Gonçalo entre os aborígenes do grande país da outra banda. Algo festejado, não devia ser conhecido na significação do seu arruído popular. Não alinhava abertamente nos altares, não figurava registadamente nos corações devotos, nem no sangue folgasão do seu salmodear saracoteado, antes do período da expansão colonizadora.

Embora os Jesuítas andassem já na sua faina catequizante pelos antigos aldeamentos, a retumbância da pompa festiva de S. Gonçalo, com todo o cortejo de pureza essencialmente tradicional nas lendas, nos cantos e nas práticas paganizantes do reinadio divertir e dos motivos de simbolização amorosa, só surgiu em templos, em altares, em mosteiros, em conventos, em adros e arraiais, quando se acendeu o facho luminoso duma nova civilização.

---

(1) «Nas buscas que tenho dado em livros antigos de enterramentos e assentos de irmãos da Misericórdia, tombos de Conventos, de Ordens Terceiras e Irmadades, testamentos e diversos assuntos, dos arquivos officiais e particulares da Baía, venho concluindo que a grande maioria dos portugueses que para cá emigraram eram naturais do Pôrto, Viana do Minho, Arcos-de-Val-de-Vez, Guimarães e Ponte-de-Lima». (Passagem de uma carta do eng. Silva Campos).

Os Jesuítas mesmo, podiam acender altares, no período bravo de uma custosa doutrinação, a todos os Santos, menos àqueles onde um mais ardente calor do Paganismo alentava a popularidade para os deslizes da linha que desejavam fôsse recta e branca como a conduta de Deus. Sabemos que o Cristianismo usou e tomou inteligentemente as regras e os motivos do desenvolvimento pagão, para carrear proveitos à sua causa. Mas fê-lo com prudência.

De maneira que sendo a tradição a mesma, na herança e miúdas referências dos seus exercícios, embora os cânticos trovadorescos e as manifestações de cortejo ritual se tivessem levantado lá com mais inflamado ardor do que cá, mas dentro do mesmo coração de origem, ¿donde partiu todo êsse complicado evangelho lendário, poderosa seiva impulsionadora das massas populares?

Evidentemente que só de uma sugestiva fôrça, carrilada e exercitada na prática e nos usos dessa mesma tradição.

Só uma corrente, já iniciada em tam enraizado culto, podia alevar a maré-cheia de tam grande propagação em favor do prestígio de S. Gonçalo.

É esta a nossa modesta opinião.

Embora nos aldeamentos índios, que existiam no litoral do Estado da Baía, ao sul do golfão de Todos os Santos, a festa a S. Gonçalo fôsse observada, não podemos daí concluir, como querem alguns escritores brasileiros, que ela fôsse propagada pelos Jesuítas, simplesmente por lá andarem na sua missão catequizante.

E vão mais longe, dizendo, não por mal, senão pelo amor à terra pátria, que as festas do Espírito-Santo, de S. João, do Natal, de S. Gonçalo, de Santo António, de Santa Cruz, etc., foram propagadas pelos Jesuítas fundadores dos ditos aldeamentos, hoje transformados em luzidas cidades.

Sôbre êste ponto pouco abundoso e seguro de documentação comprovativa, o etnógrafo Silva Campos emite a sua robusta opinião desta maneira :

«¿Procederiam assim os padres de S. Inácio, ensinando aos seus missionados aquelas festas, tôdas elas cercadas de muito e barulhento aparato externo, para edificá-los na fé? Estou de acôrdo, excluindo daquêle rol a festa de S. Gonçalo. Esta e a de Santo António foram propagadas exclusivamente pelos colonos lusitanos». Não vale esta opinião, só pelo motivo concordante com o meu ponto de vista. Vale pelo valor da autoridade que a expande e a afirma.

### São Gonçalo no curso de algumas tradições portuguesas :

No século xvii, teve S. Gonçalo o seu cantor máximo e eloqüente. Foi o poeta Francisco Lopes, um dos líricos mais populares daquela época.

*Em 1627, publicou um poema intitulado «S. Gonçalo de Amarante», em 6 cantos, contendo seu nascimento, criação, vida, morte e milagres.*

*Consta de 975 quintilhas e consequentemente de 4875 versos.*

*É uma das obras de maior vulto e de mais raridade do poeta livreiro.*

E logo, quando nos revela a fama do Santo, e nos elogia a terra que o teve por seu ditoso filho, iluminado do Céu e querido dos homens, canta no seu doce cantar :

*Foi esta fama espalhada  
Em Tãgilde, vila amada,  
Que junto ao rio Vizela  
Nascera esta nova estrêla  
Em virtude assinalada. (1)*

Abade de Tãgilde, no seu volume «Guimarães e Santa Maria», a páginas 129, copia o segundo verso assim :

*Em Tãgilde, terra amada*

*Vila amada, ou terra amada ?* Modesta emenda do Autor. Parece.

Como se trata de obra muito rara, não conseguimos ver nenhum exemplar. (2)

Em 1855, o poeta Faustino Xavier de Novais, no seu volume «Poesias», e naquela sua ironia finamente amassada de graça e de leveza, onde conceitos e ditados populares por vezes põem um sabor fresco e lavado na música do seu verso fácil e ligeiro, cantou a S. Gonçalo :

*De certo não sabes, ó meu S. Gonçalo,  
Da guerra tam ímpia que o mundo te faz !  
Poder que da terra não tema um abalo,  
Tentando roubar-to, perturbam a paz !*

---

(1) *Favores do Ceo a Portugal*, por Francisco Lopes, precedidos de uma notícia bibliográfica do autor, por Pereira Caldas, pág. 24.

(2) Nem na Biblioteca Municipal do Pôrto, nem na Bib. M. de Braga, existe a referida obra do poeta Francisco Lopes.

*Que as velhas proteges é fama entre o povo,  
E o povo o domínio das velhas não quer ;  
Pois são rabugentàs, e já não é novo  
Que é duro a rabugem sofrer à mulher.*

E pede depois a divina protecção para as novas :

*As moças, coitadas, formosas que sejam,  
Mais que elas, precisam dum bom protector ;  
Que muitas não casam, por mais que forcejam,  
Embora possuam tesouros de amor !*

*Amor e virtude, no mundo mesquinho,  
Se outrora valeram, não valem real ;  
Protege-as, protege-as, meu São Gonçalinho,  
Suplanta o dinheiro, teu forte rival !*

Fugindo da parte harmónica e maravilhosa da agiografia de S. Gonçalo, nós vamos encontrar nos textos lendários da sua apegada manifestação popular, a cadeia de inspiração que levou muitas gerações de emigrantes e de romeiros marítimos, a prender ao Santo a sua fé, numa gorgeante, mimada e ingénua querendice de brincados louvores.

O povo encara o poder dos Santos tanto pela força espiritual e divina do milagre, concebido aos seus olhos como inegável recompensa das regiões do infinito à castidade e valimento dèsses bafejados pelo halo de Deus, como pelo lado mais terreno, quando acredita, em pureza, na história sacrificada dèsses Santos, e os julga ver ainda pal-milhar na vida em beneficiação da Humanidade sofredora, a exemplo de Cristo.

A parte divina, inflúi à reza e à oração, e é a história do seu agiológio surgindo no dualismo tradicional do milagre e da virtude ; e a parte mais compreendida com o contacto directo dos monumentos e dos objectos, que foram tacteados em vida, pelo amor e revoada de tam assinaladas personagens, em mística caminhada de serviços, leva-o numa correnteza de costumes, filhos dos mesmos elementos canónicos, ao culto das superstições e das folias.

As fontes, que brotam ao bater dos cajados, os penedos de pègadinhas, de covas, que marcam as passadas dos Santos, as pontes, as caixas das relíquias, etc., associam-se, pelo acreditar da lenda, à irradiação que o Cristianismo espalha em honra dos seus eleitos.

De maneira que havendo no rio de Amarante, uma passagem custosa de atravessar, e onde todos os invernos muitas e muitas pessoas morriam, o Santo se condeou dêesses desgraçados, e pôs-se a construir a ponte, levando êle as pedras mais pesadas, e trabalhando como os mais artistas.

Ninguém acreditava que tal ponte se pudesse erguer em sítio tam mau e tam difícil.

E a ponte fez-se.

Para os alimentos, que faltavam sempre, o Santo, a chorar, à beira-rio, conseguia que os peixes se deixassem agarrar por êle.

O Santo agarrava uns e abençoava os outros, que ficavam tristes por não serem também apanhados, volteando descontentes à roda do penedo onde o Santo se pusera a carpir.

Dêeste singelo feito de amorável carinho e dorida piedade pelos afogados, veio possivelmente o fervor da sua impetração nas horas de embarque, e o ter sido nomeado padroeiro de muitos ofícios e dos marítimos do rio Douro, que o festejam ainda todos os anos, com brilho de algazarra infrene. (1)

No Brasil, a mesma tendência se anota, no culto dos marítimos e das classes trabalhadoras. (2) É S. Gonçalo, por aquêles largos e

---

(1) O nosso despretençioso trabalho intitulado «S. Gonçalo — culto e lenda das bandas do seu berço» —, publicado em 1929, em separata da rev. «Gil Vicente», elucidará particularmente quem se interessar pela vida e tradições dêeste Santo casamenteiro, nos pontos de partida do seu primeiro voejo divino e do seu lidar na terra-mãe.

De algum modo elas completam, reforçam e podem esclarecer alguns dos pensamentos, algumas das características, algumas das afirmações e suposições que ficaram lançadas e das mais que se vão seguir.

O que não vale é voltar aqui a dizer da sua lenda, do seu cançoneiro de folga e dos seus hábitos, dentro do campo da sentimentalidade amorosa e da sensibilidade cristã, porque seria repetir, repisar o que já foi dito no mencionado folheto da nossa miúdeira lavra.

Para lá transportamos o interessado, visto que a matéria dêestes subsídios é nova e leva rumo diverso.

(2) ¿Não chegaria a influência até ao ponto de crismar no Brasil um rio com o nome de S. Gonçalo? No Rio Grande do Sul existe um rio chamado *rio de S. Gonçalo*.

«A sua navegação tem encantos; as margens são inteiramente planas; porém são verdes e apresentam belos trechos arborizados». («Viagem Militar ao Rio Grande do Sul», artigo de Gastão de Orleans. na *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 139 (1919), pág. 267).

extensos domínios, o patrono muito querido dos officios embandeirados : tozadores, vidraceiros, tintureiros, esteireiros e tecelões.

— «No dia 10 de Janeiro, em que se celebra a festa de S. Gonçalo d'Amarante, costumavam os officios de latoeiro e correeiro da cidade do Pôrto fazer uma grande festividade àquêlê santo, que era o seu orago, na igreja da Sé da mesma cidade. Depois da festa, e de tarde, formava-se um leilão de fogaças e outros objectos fora da porta principal, a que concorria imensa multidão de gente.

Então as raparigas solteiras, e as viúvas que pretendiam noivo, entravam em grandes ranchos pela igreja dentro, e em frente do altar do santo se punham a dançar e a cantar tôdas em côro :

*Casai-me, casai-me,  
São Gonçalinho,  
Que hei-de rezar-vos,  
Amigo Santinho.*

Mas se na igreja cathedral se dava em espectáculo público cena tam indecente, na de S. Domingos a mesma se dava, porque a esta igreja concorriam tôdas as regateiras, principalmente as da Ribeira, e outras mulheres da mais baixa qualidade. As danças e as cantigas eram as mesmas, etc. (1)

Ainda hoje, a 15 de Janeiro, em Mafamude, se realiza a tradicional romaria de S. Gonçalo.

— «No próximo domingo realiza-se em Mafamude, Gaia, a primeira romaria do ano, que ali costuma atrair muita gente da localidade e das freguesias vizinhas.

Comemora-se o S. Gonçalo, festa a que os marítimos da parte ribeirinha daquela vila dão grande relêvo, concorrendo extremamente para o seu brilhantismo.

Vem de há longos anos esta festividade, que é caracterizada pela organização dum extenso cortejo, que percorre as principais ruas da vila e em que se incorporam os mareantes do rio Douro com trajos pitorescos.

Como de costume, os mareantes, respeitando aquella tradição, e ao som dos «Zés P'reiras», vão em romagem à igreja de Mafamude, conduzindo entre grande ruído, a cabeça de S. Cristóvão, orago daquela freguesia.

---

(1) *Revista Lusitana*, vol. 12.º pág. 80.

É revestido dum certo paganismo êste cortejo, que se torna também interessante pela apresentação dos seus componentes, que envelopam calça branca, camisola azul e boina.

Figuram como principais intérpretes Luiz Maria da Fonseca, que conduzirá a cabeça grande de S. Cristóvão, Francisco Maria da Fonseca, a quem foi confiado o cargo de conduzir o «S. Gonçalinho» e Joaquim da Silva Almeida, que desempenha o papel de «monge». Êstes estreiam fatos característicos a rigor, oferecidos pelo Grupo Excursionista «Alma Lusa».

As cerimónias que precedem a organização do cortejo, em que se incorporam 80 figurantes, são revestidas de ritual apropriado.

Os mareantes do rio Douro, após a missa, que será rezada às 8 horas, na capela da Senhora da Piedade, formam no Largo 20 de Abril.

Dali seguem para a residência da velhinha Ermelinda Marques, das Azenhas, que religiosamente guarda o «S. Gonçalinho», e depois vão buscar a cabeça de S. Cristóvão, à rua Cândido dos Reis. Nestes locais os mareantes pronunciam discursos alusivos.

A partida do cortejo para Mafamude está marcada para as 11 horas.

Na igreja de Mafamude realizam-se as cerimónias religiosas com missa de festa.

No largo fronteiro a esta igreja tocará, durante o dia, uma banda de música». (1)

— «Em Ponte-de-Lima, a festa a S. Gonçalo é celebrada a capricho dos mordomos. Original, nesta romaria, é o bazar de prendas, pela sua qualidade.

Numa árvore melhor ou pior formada, vêem-se essas prendas, que são chouriços, salpicões, caixas de figos, troços de couve de um desenvolvimento colossal, tendo pendurado nos seus esgalhos, batatas, figos, chouriços e rosários de pinhões».

— «Em Aveiro, ainda actualmente se costuma fazer a *Festa ao S. Gonçalinho*, na sua Capela. Êste ano (1933) um grupo de crianças e raparigas, vestidas de *pastorinhas*, com trajos variados e garridos, formou cortejo da Capela dos Santos Mártires, ao Albôr, até à Capela de S. Gonçalinho, onde as suas prendas foram leiloadas em benefício dos festejos». (2)

---

(1) «O Primeiro de Janeiro» de 10-1-1935, no Noticiário de Gaia.

(2) *Mosteiró*, pelo P.<sup>e</sup> Moreira das Neves, pág. 18.

---

E não havia nada que estranhar estas manifestações populares. Estavam na feira da época e do culto. Estavam presas à crença pelos laços duma filiação paganizada, não de todo sacudida dos altares e dos templos.

Em 1549 festejava-se na Sé de Braga, com mascaradas e outros divertimentos, a imagem de S. Tiago Apóstolo (¹).

Em princípios do século XVIII, na procissão do Corpo de Deus e mais festas e procissões da Câmara, seguia a dança chamada da *judenga*, onde homens e mulheres, disfarçados com máscaras, e levando uma cabra viva e vários figurados, entravam pelas igrejas donde saíam as procissões, bailando, e caminhavam com elas, pelas ruas, em gritaria inflamada (²).

Depois da Revolução Cristã, operada pelo gradual poderio da doutrinação evangélica, o Paganismo entrou em fase lendária, e êsse fautor que marcou indelêvelmente uma passagem histórica de civilização, foi cedendo terreno a outra onda de tradições e costumes de nova marca, sem que todavia as características do seu ritual em honra dos mitos e dos símbolos se obliterassem no todo, antes em tendência evolutiva se achegaram a uma modificação das velhas crenças e hábitos populares.

E por muitos séculos fora, seguiram ao gôsto acentuadamente pagão, muitos cultos, muitas folias, muitas procissões, que os tempos, a civilização cristã e a progressividade das prédicas e das cartilhas, foram modificando em leves alterações, e assim chegaram até nós.

Em várias partes, ainda hoje as promessas são penduradas nos canos de qualquer árvore dos adros, e as esmolas espetadas nos mantos dos Santos festejados.

No Vale do Pêso, as notas de oferta à Senhora da Luz, são presas com alfinetes ao seu manto.

Em Estremoz, à milagrosa imagem de S.<sup>to</sup> Antão, oferecem promessas variadas, e então é curioso ver por costumeira velha, como uma figueira ostenta no dia da festa, todos êsses penduricalhos de oferta,

---

(¹) *Inscrições e Letreiros da Cidade de Braga*, por Albano Belino, pág. 17.

(²) *Curiosidades de Guimarães* — I — por Alberto V. Braga, pág. 52.

vergando ao pêso de dezenas de paios, murcelas, chouriços, nacos de toucinho, perdizes, ramos de laranjas, etc. (1).

Na procissão, que sai antes da festa religiosa, vai S.<sup>to</sup> Antão, cujo andor leva um porquinho de madeira, grosseiramente figurado.

Depois, num outeiro próximo, o padre procede à bênção do gado muar e bovino.

A bênção do gado, em muitas terras se usa e em muitas procissões se pratica, quando os Santos festejados são os protectores das lavouras e dos moirejantes da terra.

Também há a bênção comovente aos ventres acalentadores de onde brota a fartura, a abastança e a riqueza.

Em Tôrres-Vedras (Carvoeira) ao recolher a procissão de S.<sup>to</sup> Isidro, patrono dos lavradores, do alto do adro, o padre, majestosamente procede à bênção dos campos, cerimónia impressionante que faz os pobres deitar um rôr de lágrimas, tantas como os escaldantes pingos de suor, caídos pela maré do sementar das terras que trazem arrendadas a pão.

Em Almada, na festa à Senhora do Cabo, a procissão costuma parar em frente à praia, e aí, o padre, sob o maior respeito dos assistentes, procede à bênção do mar, proferindo em seguida um discurso.

As danças variadas e curiosas de indumentária, que acompanhavam, desde o século XIII, as procissões do Corpo de Deus; as danças e as festas que acompanhavam os antigos clamores e os cercos de S. Sebastião, etc., tinham seu vislumbre de sentimento amoroso de calhada feição popular.

Ainda há poucos anos, na procissão da Senhora do Pôrto de Ave, que era bizarra nos carros triunfais, simbolizando milagres de Santos e outros actos de religião, «costumava ir também uma dança de pastores, oferecendo cada um, e indo por sua vez depositar no carro triunfal, em significação própria, a sua oferenda e o seu presente, com certo carinho e amor de almas novas, e devotadas a um princípio justo».

---

(1) Em muitas procissões do Brasil, e sobretudo na do Bom Jesus de Pirapóira, que sai com um acompanhamento enormíssimo, as promessas, as mais típicas e curiosas seguem atrás dos andores. Vêm-se então mulheres, homens e crianças, vestidos de mortalhas e hábitos, a carregar potes de água, pedras na cabeça, dinheiro amarrado em quaisquer das partes do corpo, velas acesas, etc. etc. (*O Bom Povo — festas, costumes e lendas populares* — por Francisco Damante, S. Paulo, 1925, pág. 68).

«Êstes pãstores, quando o carro triunfal queda, começam a dançar, sendo nisso guiados, por uma pessoa que os ensina, e, nos meneios do corpo, e no vestuário próprio, é interessante vê-los desempenhar o seu rodeio, assim dispostos e alegres, respondendo o côro das virgens em cânticos apropriados».

À laia dos antigos rituais pagãos, quando da oferenda dos animais aos Deuses, que depois seguiam ao sacrifício em festa e dança do povo e sacerdotes, também entre nós, numa semelhança de voto, os animais que são oferecidos aos Santos, pela recompensa de milagre obtido, bois, vitelos ou cabritos, eram ainda há poucos anos, passeados ao redor dos templos, em muitas voltas de galhardia, de aparato, de consolada vaidade, seguidos de manifestações musicais, ante a admiração e a bôca aberta dos mirones endomingados, e depois, na companhia do oferente, lá iam pela igreja dentro, guisalhantes e alegres nos enfeites caídos das caudas, das hastes e dos carrulos lustrosos de azeite, com grande acompanhamento de povinho e das cerimônias do estilo.

Ao fim, o animal era avaluado, e o oferente deixava a importância da avaliação ao Santo ou Santa a quem a promessa fôra feita.

Assim na Senhora do Pôrto de Ave, S. Bento, etc.

Em Belver, na festa de S. Marcos, organizada pelos lavradores, segundo um antigo uso, costumam concorrer com as suas juntas, incorporando-as no primeiro plano da procissão. Nas festas de S.<sup>to</sup> Estêvão, em Cachapo, a procissão que é sempre de grande pompa e brilho, vai acompanhada de numeroso grupo de devotos com saquinhos de trigo à cabeça, em sinal de penitência.

Na tradicional romaria da Senhora dos Remédios, os andores, por um breve de Roma, são puxados por nédias juntas de bois ou de cavalos.

Os tempos de hoje, afinal, muito semelhantes aos de ontem...

De supor é, também, encarando a onda devota que se remexe e volteia no cirandar duma liberalidade de festejos em honra de S. Gonçalo, num modelo de culto à margem da severidade que impõe o seu agiológio respeitoso, com cantos, danças e pregões, que o poder reconhecido que o fez eleito e reinante patrono das velhas, das novas e orientador e conselheiro máximo dos casamentos, lhe venha da fase primária do culto fálico, em que a popularidade o envolveu.

*(Continua).*

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

« Os Reis, não sendo eleitos, asseguravam pela continuidade dindstica a unidade do Govêrno e o equilibrio no meio da variedade chocante das opiniões. O liberalismo infirme e revolucionário cerceou-lhes todos os direitos, acabou por lhos extinguir e reduziu-os a verdadeiros manequins, de cujos pescoços pendia sôbre o peito o cartaz duma Constituição onde se lia: «Vossa Majestade reina, mas não governa». Não obstante, os erros, desmandos e dissipações eram pelos governos e pelos políticos atribuidos ao rei e tudo quanto o rei fazia em benefício da Nação era atribuido aos ministros. Esta situação equívoca, desairosa e h:milhante abriu o caminho aos inimigos do trono para substituir sem vantagens reais a Monarquia pela República ».

Simplicio — no «Notícias de Valença»,  
n.º 182, de 14 de Fevereiro de 1935.

### «SUMA TEOLÓGICA»

O Dr. Alexandre Correia, distinto professor de Filosofia na Faculdade Livre de Filosofia de São Bento (S. Paulo—Brasil), prestou um alto serviço à cultura portuguesa com a tradução de uma parte da *Suma Teológica* de S. Tomás de Aquino, a primeira que se publica em português vernáculo, embora o benemérito trabalho do distinto professor não tenha sido editado em Portugal, mas sim no Brasil, onde,—como o confessa L. Van Acker na *Introdução* que escreveu, — «o idioma vulgar está exposto a tôda espécie de deturpação e solecismos».

Por isso o P.º Leonel Franca, S. J., no admirável *Prefácio* a êste oportuno I volume, pode afirmar com tôda a verdade:

«Uma tradução portuguesa da *Summa Theologica* de S. Thomaz de Aquino é um verdadeiro acontecimento que deve marcar epoca na história da nossa literatura.

«A obra prima do grande génio medieval não é destas que pertencem a um século ou a uma nacionalidade. Como tôdas as criações verdadeiramente geniaes, altêa-se acima das particularidades de uma raça ou das contingencias mutaveis de uma epoca, para attingir

esta eminência humana que se impõe, na sua universalidade, a todos os lugares e todos os tempos».

De facto, assim é. A obra do Doutor Angélico tem sempre oportunidade. Ainda há pouco, num semanário literário de Lisboa, — *Fradique* — se esboçou uma polémica crítica entre os Drs. Garcia Domingues e João Ameal, a que o *tomismo* não foi estranho.

Na hora incerta que atravessamos, a obra do Anjo das Escolas volta a ser agitada, tanto pelos defensores das verdades eternas como por aquêles que aplaudem a nova barbarie que avassala a desditosa Rússia.

Vários trabalhos se têm publicado, últimamente, à cerca de S. Tomaz. O livro de Cherteston, por exemplo, vem-nos demonstrar, em tôda a plenitude do seu pensamento, da sua alta cultura, da sua profunda filosofia, da sua admirável arte, a grandiosidade do filósofo e teólogo medieval. Nesta obra de Cherteston S. Tomaz desdobra-se e irrompe cheio de majestade e de grandeza, perante a revolução Aristotélica. O burilador apurado das figuras de Dickens, de Chaucer, de Shaw, de São Francisco de Assis, alcança, neste trabalho sôbre o Angélico, um novo triunfo, tanto sôbre o ponto de vista histórico como, também, sôbre o da filosofia e de humanidade.

\*

\*      \*

Divagamos um pouco à volta da tradução da *Suma Teológica*. Mas, esta ligeira divagação, foi para demonstrar quanto os estudiosos portugueses ficam devendo ao professor Alexandre Correia. Obra canseirosa, sem dúvida, esta a que se abalançou o culto professor da Faculdade de S. Bento, e que o I volume publicado vem demonstrar nas suas 478 páginas que abrangem as questões. I a XXVI, com acompanhamento do texto latino.

Já os franceses, os ingleses e os alemães possuíam as traduções desta grande obra prima que é a *Suma*. Agora já nós possuímos, também, uma tradução na doce língua portuguesa, devida ao perseverante esforço pessoal do douto professor. Vejamos como ela foi conseguida, acompanhando Van Acker na *Introdução* já citada: — «A versão da *1.ª Pars.* ocupou quatro anos. (1926 questões 1 a 43; 1927 q. 44-65; 1928 q. 66-74; 1929 q. 75 — fim). A *Prima Secundae* foi vencida em três anos (1930 q. 1 a 25; 1931 q. 26 a 70; 1932 q. 71 até ao fim). A *Secunda Secundae* foi principiada em 1933 (q. 1-33) e continuada em 1934 (q. 34-56).

«A execução de obra tam alentada foi levada a efeito, sem prejuízo da preparação de três concursos para provimento de cadeira, um de literatura; os outros de filosofia do direito e direito romano. Acresce uma vida de professor sobrecarregado de aulas, para ter um vislumbre da fidelidade inquebrantável à pequena tarefa diária, pela qual se constroem tôdas as grandes obras do espírito».

Eis como a persistência do Dr. Alexandre Correia conseguiu o *milagre* da tradução. Aqui o apontamos à admiração de todos os portugueses e, em especial, à dos nacionalistas de Portugal. A edição desta obra, magnificamente apresentada, pertence à Livraria Editora Odeon, de São Paulo.

Ficamos aguardando, com o maior interêsse, a conclusão dêste grandioso trabalho que a vontade enérgica do laureado doutor pela Universidade de Lovaina tam auspiciosamente iniciou. Bem haja!

É que, baseados nas páginas autorizadas de Gonzague Truc, nós entendemos, também, que «pela disciplina espiritual que restabelece, pelos problemas que restaura, por uma análise que nos mostra o carácter superficial e imperfeito da nossa, a obra de S. Tomaz parece natural ou providencialmente chamada a corrigir o êrro moderno, e a reensinar-nos que o sensível não esgota o ser, e que o fim da vida não é viver cômodamente».

Isto nos leva a louvar o esforço do professor da Universidade de São Paulo que, desta maneira e mais proficuamente dá a conhecer, S. Tomaz aos povos da raça e da língua portuguesa.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

#### « Documentos »

O Secretariado da Propaganda Nacional patrocina o seguimento da valiosa obra *Documentos*, que o saudável Dr. Trindade Coelho iniciou em Itália, de colaboração com o nosso distinto colaborador e ilustre professor de Florença Sr. Guido Battelli.

Estão prestes a ser publicados os volumes III e IV. O III contém cinqüenta cartas inéditas do

arquitecto italiano Filipe Tercio, sôbre o qual o Professor Battelli publicou já um curioso artigo na nossa revista. Estas cartas lançam muita luz sôbre a extraordinária actividade do artista, que deixou vincado o seu nome nas obras das fortalezas de São Vicente de Setúbal, de Leça, de Viana do Castelo e nos claustros do convento de Cristo, em Tomar e nos da Misericórdia, de Còfmbra.

O IV volume publica cartas inéditas do Cardial-Bispo de Viseu, D. Manuel da Silva, que desempenhou um papel de destaque na vida política e literária de Roma no séc. XVI. Foi secretário de D. João III e íntimo amigo do Papa Paulo III. Êste volume contém, também, uma linda poesia latina em louvor das *Águas de Prata*, de Évora, e várias poesias latinas do eminente purpurado, que foi um Mecenas das artes e das letras e conquistou a amizade dos artistas e dos maiores letrados da Itália da Renascença.

Merece louvores esta resolução patriótica do Secretariado da Propaganda Nacional, que encontrará no distinto Professor Battelli um primoroso auxiliar e distinto colaborador nessa valiosa obra que tanto serve o intercâmbio cultural entre a Itália e o nosso país.

### Prémio Dr. António Sardinha

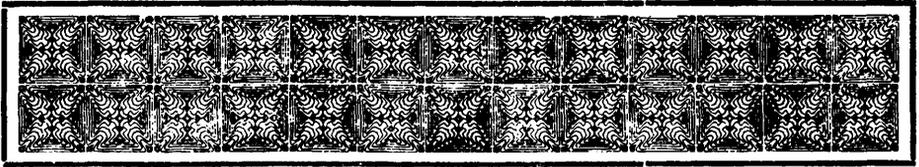
Na festa anual da Sociedade Martins Sarmiento, realizada em 9 de Março para distribuição de prémios aos alunos mais distintos das escolas do concelho, coube o « Prémio Dr. António Sardinha » — criado pela nossa revista — ao aluno mais distinto do V ano do Liceu de Martins Sarmiento, David de Oliveira Alves, natural de S. Mateus de Oliveira, do concelho de Vila Nova de Famalicão.

### Em memória de António Sardinha

Na notícia que, no último fascículo, demos das publicações que se referiram à passagem do décimo aniversário da morte do grande Mestre nacionalista Dr. António Sardinha, não foi mencionada, por a desconhecemos então, a página da secção « Artes — Ciências-Letras » do *Diário da Manhã*, de 10 de Janeiro, em que foi publicado um belo artigo — « António Sardinha profeta dos tempos modernos... » — da autoria do nosso prezado camarada e distinto colaborador João Ameal. Não nos permite a falta de espaço com que lutamos a transcrição desse admirável artigo. Mas queremos aqui deixar testemunhadas a João Ameal a nossa muita estima e admiração.

Também *União Nacional*, brilhante e intemerato semanário de Leiria consagrou um artigo em memória do precursor do nacionalismo português, bem como o semanário académico *Avante!*, de Lisboa.

É possível que mais alguma publicação se tenha referido à passagem do décimo aniversário da morte do autor do « Ao Ritmo da Ampulheta », mas, por delas não termos conhecimento, que nos desculpem a involuntária omissão.



# A ironia de Eça de Queiroz

(EXCERTO DO LIVRO RECEM-PUBLICADO «NO SAGUÃO DO LIBERALISMO»)

por FERNANDO CAMPOS

É ponto assente que o romancista da *Ilustre casa de Ramires* nunca foi êsse desnacionalizador sistemático, apontado às turbas inconscientes por certa crítica leviana.

Acusaram-no de francês, de estrangeirado, de autor rebelde às disciplinas tradicionais da linguagem — que teria maculado por desconhecer os clássicos — e de mau português, que desdenhava a sua terra, denegrindo-a em muitas obras traçadas num exílio donde atentava, com lentes deformadoras, nos vários aspectos da vida nacional, em que se comprazia em vêr apenas rotina, ridículo e decadência. E, todavia, com sobradas razões pôde afirmar o sr. dr. Alberto de Oliveira que quanto mais pesava essa opinião, mais ligeira e superficial a encontrava, acrescentando que lhe parecia ter-se ajuizado do escritor e dos seus escritos, « mais pela aparência do que pela essência » (1).

Não é divergente o parecer de outro crítico autorizado da obra queirosiana, o sr. dr. Agostinho de Campos, o qual, ao referir-se a semelhante acusação, sustentava que Eça « provou que era, ao contrário, portuguêsíssimo, num Portugal que abdicara todo da sua velha individualidade nacional, para fazer na política, nas letras, nas artes, no janotismo, em tudo, a macaqueação de Paris » (2).

Tomando, piedosamente, a defesa do romancista, a quem essa crítica censurava tam *negro crime*, escreveu o malgrado José Maria

---

(1) *Eça de Queiroz, (Páginas de memórias)*, pág. 52.

(2) *Antologia Portuguesa — Eça de Queiroz*, II, pág. LIII da *Introdução*. Também no vol. I escrevera: « assim transformam em crime negro uma nobre qualidade, considerando estrangeiro ou bárbaro o latinismo de tam grande Latino » (Pág. XVII da *Introdução*).

de Eça de Queiroz, filho primogénito do escritor, que, embora incorrendo no risco de parecer paradoxal, ousava afirmar que seu pai fôra « o grande inimigo do estrangeirismo em Portugal ». E observava justamente: « Quer isto dizer que não admirou as civilizações superiores em que viveu, que não desejou para nós igual somma de desenvolvimento material e intellectual? Não, certamente — mas ninguem como elle aborreceu e flagellou a macaqueação servil e perigosa que entre nós sempre se fez dos sentimentos, das doutrinas, das leis e das modas d'essas civilizações. De facto — e aqui vem o aparente paradoxo — elle proprio importou de França, tantos vocábulos e modos de dizer como em geral as concepções da sua arte e os seus processos — mas tão habilmente soube utilizar em nosso proveito essas riquezas trazidas de fora, tão perfeitamente as adaptou á índole da nossa lingua e ás necessidades do nosso genio, que com ellas creou bellezas inexcedíveis, e os seus livros, em que a França collaborou, se tornaram, á força de portuguezismo, quasi intraduzíveis para francez »! Acentuando, oportunamente, que « Além d'isso não devemos perder de vista que, n'esse tempo, ainda não se fizera nos espíritos a evolução para o nacionalismo integral que hoje se observa — e que elle de resto previu, sentindo antes de ninguem a necessidade de *reaportuguezar Portugal* » (1).

Mas para que havemos de insistir num ponto que o próprio Eça nos deixou sobejamente esclarecido, nalgumas das suas páginas mais curiosas e lembradas? No artigo *O Francezismo*, confessava, sinceramente, o escritor:

« Em todo o caso, ou á maneira de Curvo Semedo, o classico, ou á maneira do Zé Pinguinhas, o fadista, é evidente que ha quarenta annos, desde a Patuleia, Portugal está curvado sobre a carteira da escola, bem applicado, com a ponta da lingua de fora, fazendo a sua civilização, como um laborioso thema, que elle vai vertendo dum largo traslado aberto de frente — que é a França. Quem dependurou allí o traslado para que Portugal copiasse, com finos e grossos? Talvez os homens de 1820; talvez os românticos da Regeneração. Eu não fui; — tenho sido acusado com azedume, nos Periodicos, ou n'aquelles bocados de papel impressos, que em Portugal passam por Periodicos, de ser *estrangeirado*, *afrancezado*, e de concorrer, pela penna e pelo

---

(1) *Prefácio às Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas esquecidas*. Pôrto, 1929, pág. XXVIII-XXIX.

exemplo, para *desportuguezar Portugal*. Pois é um d'esses erros de Salão, em que tão fértil é a frivolidade meridional. Em lugar de ser culpado da nossa desnacionalização, eu fui uma das melancolicas obras d'ella » (1). E passava a contar-nos, com delicioso humorismo, como desde que nascera e dera os primeiros passos, « *ainda com sapatinhos de crochet* », começara



a respirar a França, e a ver só a França à sua volta. Admitia, por certo, que mais tarde, se modificasse essa tendência perniciosa, tanto mais que Portugal seria o que um pequeno número de jornalistas, de políticos, de banqueiros e de mundanos, decidisse, no Chiado, que êle havia de ser. Sustentava, porém, que no momento em que escrevia, tudo era francês no seu país. A tôda a parte chegava essa ondulação de franciezismo que partia do Chiado, « mais forte no Pôrto do que em Guimarães, mais visível em Guimarães do que em Lamaçal de Bouças, mas sensível para quem sabe vêr debaixo das superfícies. Pode-se conservar o chinelo d'ourêllo e ser-se fiel ao sar-rabulho de porco, mas por tôda a parte há vagamente essa tendencia, essa aspira-

ção, esse desejo escondido de não se ser como foram nossos avós, mas d'outro modo, como se é lá fora. E lá fora — é a França ». E o ironista referia, a propósito, êste episódio sugestivo que eu já um dia arqueei numa colectânea nacionalista que tem por título *Os Nossos*

(1) *Últimas páginas*, Pôrto, 1912, pág. 470-471.

*Mestres*: «O pae d'um amigo meu, em 1836 ou 1848, n'um odio repentino a tudo que lhe lembrava o velho Portugal, foi-se á sua mobilia antiga, de pau preto torneado e de assentos de couro lavrado, e n'um só dia vendeu, queimou, sepultou em sotãos, dispersou tôdas essas fórmas vetustas, que lhe vinham do passado; depois correu a um estofador da esquina, e comprou, ao acaso, n'um lote, uma mobilia francesa. O que este homem fez,—comentava—todo o Portugal o fez. N'um rompimento desesperado com o velho regimen, tudo quebrou, tudo estragou, tudo vendeu. Achou-se de repente nu: e como não tinha já o character, a força, o genio, para de si mesmo tirar uma nova civilização, feita ao seu feitio, e ao seu corpo, embrulhou-se á pressa n'uma civilização já feita, comprada n'um armazem, que lhe fica mal, e lhe não serve nas mangas» (1). E era, sobretudo, na sua especialidade, na literatura, que a pecha do *francezismo* se lhe afigurava desoladora, reconhecendo que, à semelhança daquêles patos que Zola descrevia, cômicamente, na *Terre*, aí iam todos, «em fila, lentos e vagos, atravez do caminho da poesia e da prosa, atraz do ganso francez» (2).

À longa e forçada permanência de Eça de Queiroz em terra alheia, se pretendeu atribuir, principalmente, essa feição desnacionalizadora que o rigorismo crítico dos censores se desvelava em descortinar nas obras do romancista. Não duvidarei, ainda, a êste respeito, partilhar a convicção do autor das *Palavras loucas*, que, ao indagar da influência exercida pelo exilio sôbre a evolução literária do escritor, declarava estar persuadido de que êle, em boa verdade, nunca vivera no estrangeiro. Por lá andou, com efeito. «Morou lá, ancorou em diversas partes do mundo a sua nau consular e litteraria, mas nunca se estabeleceu na terra firme. A sua casa e a sua vida foram sempre através do seu longo exilio, uma ilha cercada de Portugal por todos os lados» (3). Assim o confirmam o seu viver, os seus livros e alguns depoimentos que nos legou, como êste, por exemplo, que transcrevo duma carta sua a Ramalho Ortigão:

«Por isso, amigo, não creia que eu deva julgar-me feliz por me achar longe da infecção do Chiado. Ai! como Madame de Staël, eu tenho saudades do enxurro do Rocio.—Você não comprehende decerto porque este sentimento, nunca esteve exilado. O exilio importa a glo-

(1) *Últimas páginas* — *Pôrto*, 1912, pág. 484-485.

(2) *Ibidem*, pág. 486.

(3) Alberto de Oliveira, *Eça de Queiroz*, pág. 53.

rificação da pátria. Estar longe é um grande telescópio para as virtudes da terra onde se vestiu a primeira camisa. Assim, eu, de Portugal, esqueci o mau — e constantemente penso nas bellas estradas do Minho, nas aldeolas brancas e frias — *e frias!* — no bom vinho verde que eleva a alma, nos castanheiros cheios de passaros que se curvam e roçam por cima do alpendre do ferrador . . . » ( <sup>1</sup> ).

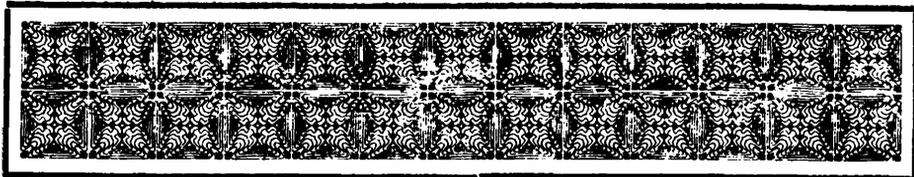
Eça não foi um desenraizado nem um desnacionalizador, não demolindo também por sistema, nas suas obras de intuito social, em que é sempre possível descobrir-se algum aspecto moralizador ou construtivo. Persuadido de que os Acácios, os Ernestos, os Saavedras e os Basílios constituíam « *formidáveis empecilhos* », que eram uma causa evidente de anarquia no seio da transformação moderna, que mereciam partilhar com o padre Amaro « *da bengalada do homem de bem* », a sua ambição, confessada numa carta a Teófilo Braga, consistia em « pintar a Sociedade portugueza, tal qual a fez o Constitucionalismo desde 1830 — e mostrar-lhe, como n'um espelho, que triste paiz elles formam, — elles e ellas ». Era o seu fito ao traçar as *Cenas da vida portuguesa*, porquanto se impunha a tarefa de « acutilar o mundo official, o mundo sentimental, o mundo litterário, o mundo agricola, o mundo supersticioso — e com todo o respeito pelas instituições que são de origem eterna, destruir as *falsas interpretações e falsas realizações*, que lhe dá uma sciedade podre » ( <sup>2</sup> ).

Longe, portanto, de condenarmos com engenho e abundância de argumentos o autor da *Cidade e as Serras*, longe de o considerarmos um desnacionalizador impenitente, devemos, antes, ver nêles um percursor, um *antecipado*, que pelo esforço da sua intelligência, pela sua sensibilidade nacionalista e pela sua experiência de homem culto e viajado, grandemente concorreu para a obra de renovação mental de que as novas gerações são fiadoras.

---

( <sup>1</sup> ) *Correspondência*, Pôrto. 1925, pág. 7-8.

( <sup>2</sup> ) Teófilo Braga, *Quarenta annos de Vida Litteraria*, Lisboa, 1903, pág. 93.



# Tríptico de sonetos medievais!

## I

### O Cruzado

O Cruzado jurára, olhos nos Céus,  
Que ia bater-se à voz da santa sina,  
Pela fé do Senhor, na Palestina,  
Contra as leis de Mafoma, falso deus.

Deixando o seu Amor, deixando os Seus,  
— Sempre guiado pela Luz Divina! —  
O cruzado lá ia à Palestina  
Então bater-se contra o falso deus.

Se por lá não morria heroicamente,  
Êle voltava à Pátria novamente,  
Depois de ter cumprido o seu Dever !

— Tempos de crença que não voltam mais  
São êsses belos tempos medievais,  
Em que pelo Senhor se ia morrer! . . .

## II

### Amadis

Teve el-rey D. Dinis, — que as Musas ama —,  
Na sua côrte esplêndida, sem par,  
Um cavaleiro que «João» se chama  
E que, como êle, soube trovar.

Seu ap'lido é «Lobeira». É Velha fama  
Dizer-se que êle fez «em bom vulgar»,  
Uma novela, — que heroísmo inflama —,  
De nome o «Amadis, Donzel do Mar».

Mas seu original perdeu-se um dia . . .  
Mais tarde em Castelhana aparecia  
Êste Conto d'enrêdo encantador . . .

— Se os «Lusiadas» são um hino à Raça,  
É o «Amadis» a Alma dela em graça,  
Onde mais vibra o português Amor! . . .

### III

#### Por minha Dama! . . .

— Por minha Dama! . . . —

Ao gôsto nobre e antigo,  
— Novo «Amadis» da honra e gentileza! —,  
Hei-de cantar em verso brando e amigó,  
O amor — culto da gente portuguesa!

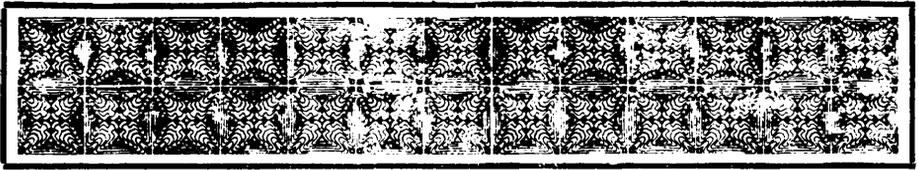
Amor — adoração! . . . Também eu sigó  
Na mesma esteira de ideal beleza!  
— Por minha Dama! De qualquer perigó  
Por êle hei-de bater-me com nobreza.

Depois . . . direi ao medieval sabor,  
De joelhos; mão na espada; olhar em chama:  
— Senhor! custa mais morrer de amor! . . .

Tempo do Gesto! . . .  
— Como vai distante  
Essa admirável época galante,  
Em que se ia bater . . .: «Por minha Dama! . . .»

(Do livro: *Cântico dos Cânticos*)

RUY GALVÃO DE CARVALHO



# O Culto de S. Gonçalo na Baía

---

## (NOTAS SUBSIDIÁRIAS)

(Continuado da página 60)

por ALBERTO V. BRAGA

Santo de tendências mais humanas e oposicionista à despiedade de St.º Hilário, viu criar à sua volta, como ao derredor de S. João, efebo namoriscador das ranchadas folionas das moças, e que andava igualmente envolvido na graça do povo por liames gentílicos nas demonstrações do prazer, viu criar à sua volta, não festejos tam públicos e algazarrentos, mas uma legião enorme de penitentes, que em formigado desfile pelos altares onde a sua imagem se erguia, cantarolava a sua súplica em danças e folguedos. (1)

Por vezes, êsse povo que o afamava, ia acreditando nas virtudes do Santo pela sua representação fálica, e então, dentro dêsse carácter representativo, a muitos exercícios recorria, evocando-o também, sob a mesma influência, em muitos serviços da vida ordinária e caseira, em muitos serviços do govêrno correntio e diário.

Em Amarante, a parte fálica da festa « consiste à aller à l'église où on vénère le saint, lui porter aussi des bouquets d'oeillets, à le tirer par sa ceinture et à baiser sa relique, pour qu'il fournisse un beau parti.

Or comme la statue est vêtue en moine dominicain, la ceinture est attachée sous le long scapulaire qui forme le devant de la robe, et comme cette ceinture se termine par un bout libre avec une plaque en argent, ce n'est rien autre pour les dévotes que la représentation symbolique de l'organe sexuel du saint » (2).

---

(1) *Influência de S. Tiago da Galiza em Portugal*, por Alberto V. Braga, pág. 431.

(2) *Sur les survivances du culte phallique dans les fêtes en l'honneur de Saint-Gonçalo de Amarante*, por José de Pinho, pág. 4.

Os festejos populares a S. João, S.<sup>to</sup> António, S. Pedro e S. Gonçalo, rescendem a forte e declarado sensualismo em quasi tôdas as suas andadas.

Aparceiram pela tradição nas lampas de casamenteiros, e o povo, no culto externo que lhes dedica, culto naturalista ariano, com bailados dionisiacos e festadas, noite fora, pela densidade das trevas e dos retiros, pela esquentura das fogueiras e dos amores, procura, sem o imaginar, sem o suspeitar, a sensação capitosa do seu extinto poder fálico.

Caminha para as orvalhadas, dança e pincha sôbre fogueiras crespas, banha-se e espolinha-se pelos verdes e rociados linhais, interroga o cuco e deita mil e variadas *sortes* (1), e faz mil e variadas promessas para a favoreza de um jeitoso conversado, para a ventura de um rico marido ou para o amanho de uma boa cachopa, que sirva aos intentos de fugaz capricho e siga na onda e em ranchada até à Fonte Santa, noite alta, até à hora em que a madrugada principie a aclarar molengamente, e pela Praça do Mercado surjam os enchoupilados da noite à vela, a mercar os alhos-porros, espantalhos das más olhaduras e das vistas invejosas, e as mólhadas de hervas bentas, boas para chás e cozimentos.

Em Roma, eram as matronas que prestavam a sua adoração às práticas do culto fálico.

Em Agôsto havia a festa de Phallagoguas ou de Priapo, na qual levavam as senhoras Romanas, até fora da Porta Collina, em pompa, um membro viril, que colocavam depois no seio da estátua de Vénus (2).

E estas festas, representadas sob várias formas simbólicas, eram vulgares e comuns em todos os povos do Oriente, que as conservavam como valioso documento tradicional e as promoviam com calorosa intensidade.

*No Egipto celebravam-se as faloforias em honra de Khem, considerado como principio gerador. Os israelitas celebravam no país de Canaan o culto fálico. Os monumentos fálicos dos hebreus eram, por via de regra, pedras verticais isoladas, que não podendo servir de base a qualquer objecto, não podiam deixar de ter um sentido religioso e simbólico.*

---

(1) Ver as páginas 199, 211, etc. da *Rev. Lusitana*, vol. 32.<sup>o</sup> o artigo *Sortes Amorasas de S. João*, por Cláudio Basto.

(2) *El Gran Diccionario Histórico*, por Luis Moreri, tómo IV, pág. 98.

E o secreto rancho das recolhidas, das freiras, que o festejava alacrememente, as romagens dos cónegos, que para Amarante seguiam em calcorreado peregrinar <sup>(1)</sup>, são a consequência da maravilha criada pela história severa e reverente dos seus milagres e pelos votos curiosos e exquisitos, que para junto do altar do Santo, as mais ingênuas devotas transportavam, em agradecimento e promessa, como fôsem bogalhos, castanhas, milho, etc. <sup>(2)</sup>.

Promessas estas de significação, sem dúvida, como a têm os cravos, o sal, o linho, os frangos, os ovos, os pinhões, a alfádega, etc., que aos Santos e Santas o nosso povo offerenda. <sup>(3)</sup>.

Demais, as aspirações e os desejos que o Santo protegia, eram bem de molde a ser alimentados por todos os corações, mesmo por aquêles que estavam emparedados pelos cilícios e regras abstinentes!

Esta corrente de liança ante o altar e a mística da sua atracção supersticiosa, estabelecida pelos corações perdidos por êsse mundo, numa velhice sem affecto e numa novidade sem amparo, é que S. João nunca logrou, embora esteja considerado o Santo casamenteiro por excelência.

S. Gonçalo é lembrado nos lares que não têm fogo, nas celas que não têm abrigo, e anda sempre de vela acendida e de promessa feita e suplicada pelos peitos enfraquecidos, pelos lábios mortços, pelas mãos sem dote e pelas almas apaixonadas.

S. João anda despreocupado no torvelinho da enervante loucura do povo, guiando sem freio e sem norte a sua folga, e regulando pelas *sortes*, e ao calhar, os destinos das moças.

S. Gonçalo estabelece uma mais directa confiança no espírito crente do povo, porque se torna o advogado e conselheiro de novas

(1) *Influência de S. Tiago da Galiza em Portugal*, por Alberto V. Braga, nota n.º 4 de pág. 428.

(2) Duas raparigas do lugar da Marinha, limites de Ovar, atravessaram esta vila em direcção a Válega, onde foram cumprir uma promessa a S. Gonçalo.

Uma delas levava um enorme colar de bogalhos, um grande pinheiro ao ombro, com rama e raízes, e um tamanco cheio de milho; a outra fiava e levava um colar de castanhas cruas! («Revista de Guimarães», artigo Usos e Costumes, Tradições e Bruxaria nas obras de Camilo, por Alberto V. Braga, vol. XXXV, pág. 22).

— «A Mafamude, no dia de S. Gonçalo, ia, dantes, todos os anos, uma velha de Avintes, chamada a *Saltona*, com um burro carregado de bogalhos». (*Mosteiró*, pelo P.ª Moreira das Neves, pág. 17).

(3) *O culto da alfádega e dos cravos — no amor e na crença*, por Alberto V. Braga.

e velhas, no arranjo cómodo e afeiçoado da maior aspiração da mulher, em recompensa e em paga das honras e promessas que lhe dirigem.

Assim pelo menos fala a sua folhinha de govêrno andadeiro. Assim pelo menos reza a sua cartilha de soletramento revelho (1).

S. João é mais popular; é um Santo mais risonho, mais fresco, mais novo, mais querido, mas só da folia moça.

S. Gonçalo é mais recolhidamente venerado pelas velhas e viúvas. Tem ainda a poderosa enfiada dos sortilégios, dos registos, das mágicas, dos feitços e ensalmos com que as feitceiras prendem, ao seu nome sagrado, a enorme multidão das envergonhadas, das pacientes e mártires durázias, que se vêem a caminhar para *tias*.

A rêde de simpatia, dedicada aos Santos mais influenciadamente destacados no lidairar festeiro do povo, prende-se, numa fusão de crença tôda espiritual e numa reserva de crença tôda supersticiosa,



**S. GONÇALO**

(De uma gravura antiga — Colecção da Soc. Martins Sarmento)

(1) «Vossa senhoria sentiu alguma coisa no coração para vir ter-se comigo?— perguntou a risonha Custódia, querendo verificar se de feito o gentil moço fôra tocado por S. Gonçalo de Amarante...

—... e se Deus quizer, o marido dela há-de ser vossa senhoria, ou S. Gonçalo não tem poder nenhum...

— Ora!... Quem sabe?

— Quem sabe!— respondeu severamente Custódia, pondo um braço ao alto, e um dedo apontando

Quem sabe? O meu S. Gonçalo de Amarante é que sabe, e por intercessão do glorioso santo Deus é que o quer». (*O Sangue*, por Camilo Castelo Branco, págs. 60, 62 e 64).

aos rastos do paganismo, que revivesceja ainda por entre os amuletos, por entre as penitências e por entre as orações de cantilena das mulheres de virtude, e esmalta-se e rebrilha e destaca-se, nas fogueiras da anunciação, nas cantigas eróticas e nos extravagantes ornamentos dos carros de triunfo das procissões, nos andores torreados, pingando trenas e espelhos de algibeira, nos mastros e nos arcos de murta e papel, nos guiões de pinheiros altos, com bandeiras fraldiquentas, nas zèpreiradas que abrem os cortejos processionais e em muitas promessas de ingenuidade, que fazem e tornam, muito lírica, animada e doce, a embaladora crença do povo.

As danças e as festadas, votos e penhores de graça conferidos aos Santos, de que se usou até o século passado, eram como as antigas folias, como os bailes e como os grupos grillentos de emmascarados, que acompanhavam em vozearia e em faina de seracoteio, as mais importantes procissões das épocas já distantes, e representavam uma evolução histórica, coada através dos cultos romanos, no exemplo de quando os sacerdotes iam de folgança e de tocata até junto de alguns dos seus Deuses, para o sacrifício dos animais domésticos, abatidos em sua honra, e servidos ao fim em repasto fraternal numa função de cerimónia respeitosa.

Explica-se pois que, no giro dessa evolução histórica, os cônegos da Sé do Pôrto dançassem certa dança hierática « diante de S. Gonçalo de Amarante, e em trinta préstitos e procissões em que iam a muitos oragos e festas de vários santos e santas » (1).

Era costume inveterado e seguido o dançarem pessoas eclesiásticas e seculares dentro das igrejas (2).

« Na *Description de la Ville de Lisbonne*, de 1738, também se lê: Os velhos e pessoas achacadas têm uma singular devoção a S. Gonçalo, português de nação, que está no convento dos Dominicanos, na praça do Rossio.

No dia da sua festa fazem ali *suas danças*, bailando e cantando:

*Quem com o Santo quiser sarar,  
ao Santo ha-de bailar »* (3).

---

(1) *O Arco de Sant'Ana*, por Almeida Garrett, — Colecção Lusitânia, pág. 86.

(2) Em princípios do século XVI tôdas as Constituições Sinodais dos Bispos, proibiam as pessoas eclesiásticas e seculares de comer e beber nas igrejas, *nem nelas cantem, nem bailem, nem em seus adros.*

(3) *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, por Theophilo Braga, pág. 435.

As danças, como se vê, não sendo absolutamente profanas, acompanhavam em regra de pompa e de solenidade, as festas mais severas, as cerimónias religiosas mais respeitadas e as procissões mais imponentes.

*Bispos e cardiais abriram o Concílio de Trento com um minuete. David dançava diante da arca.*

No século VI, entravam as danças populares em todos os officios divinos (1).

---

(1) No primeiro Concílio bracarense (561) proibem-se as danças populares nos officios divinos. (Hist. da Poesia Pop. P., idem, pág. 97).

—«Em Pedrogam Pequeno (Sertã), havia ainda em 1864 um costume curioso.

No dia de S. João Baptista, orago da Igreja Matriz, antes de começar a tradicional e pomposa festa anual, realizava-se a *mourisca*. Sete campónios, envergados de trajos carnavalescos, saíam de determinada casa da vila, e dirigiam-se para o altar de S. João da mencionada igreja. Um deles, o *rei*, cingindo uma coroa, levava uma espada na mão direita e um broquel na esquerda, os quatro homens que o ladeavam iam munidos de duas violas e dois pandeiros e os restantes da comitiva com tirso enfeitados de cravos. Chegados ali, começavam uma dança grotesca, com momices e trejeitos semelhantes aos dos batuques. A certa altura do baile selvagem o *rei* fazia o sinal para pararem e, cheio de entusiasmo estúpido, gritava: *viva o nosso compadre S. João!*».

—«Na Várzea dos Cavaleiros (Sertã) fazem ainda hoje parte da confraria do Espírito Santo sómente os rapazes solteiros, caso que não é único e creio que era costume geral no País, há séculos. Já em 1454 havia o mesmo uso em Marvão e, na verdade, eram os moços solteiros os mais próprios para desempenhar os papéis das importantes procissões do E. Santo, que se realizavam em Portugal desde os tempos da Rainha Santa Isabel.

Nelas se incorporavam um imperador, reis e suas espôsas, pagens, nobres, todos ricamente trajados, corporações operárias, etc., seguindo-se um lauto bodo, símbolo dos dons do E. Santo, para todo o povo. Depois estas procissões degeneraram em todo o País, tornando-se muito profanas com as suas danças grotescas ao som de pandeiros e adufes, etc.» (A Sertã e o seu Concelho, pelo P.<sup>o</sup> António Lourenço Farinha, págs. 144 e 159).

—Em Serpa, pela ocasião da festa de S. Pedro, numeroso grupo de pastores realizava uma dança interessante, em redor da ermida daquêle Santo. Depois atravessavam as ruas da vila até casa dos festeiros. Aqui, os dançadores, todos irmãos do Santo, vestiam os trajos característicos dos seus misteres, envergavam a opa branca da irmandade, e em cabelo continuava a dança debaixo dum sol ardente. *A Tradição*—ano I, n.<sup>o</sup> 2, de 1899).

—Sobre as danças e folias que antigamente acompanhavam as festas anuais da Câmara de Guimarães, curiosa descrição nos faz Abade de Tãgilde, nos vols. XX e XXI da *Revista de Guimarães*.

Em algumas comarcas da Galiza bailava-se em derredor dos mortos a dança chamada *o abellón*, imitando com a bôca, os dançantes, o zoar das abelhas (1).

Os bailes, as folias e as danças levadas a S. Gonçalo ou representadas em sua honra, deviam ter, pois, por muito tempo, um carácter de pura espiritualidade de promessa, e eram o documento vivo de uma civilização e a afirmação social de uma raça em suas manifestações étnicas (2).

As cantigas que enfeixam o seu cancionero de liberalidade, e são inconfundíveis dentro da psicologia envolvente da sua criação popular, alinham no exotismo da folga provocante e libidinosa.

A invocação de casamenteiro cria, como é lógico, alusões de erotismo e simbologia fescenina (3).

Irámos muito longe, se puxássemos mais fios à dobadoira.

*Há por tôda a parte um santo de invocação local a quem recorrem as moças que se querem casar* (4).

Sendo certo haver por tôda a parte um Santo protector das moças, achamos curioso que uma Santa nos surja com a mesma sina de protecção.

Deve pesar menos na balança do milagre, mas reconhecemos que a defesa é natural e muito condicionada ao juízo do sexo, sendo de bendizer o aparecimento de uma Santa na ajuda e na canseira de via-sacra da causa de S. Gonçalo. E lá perdida na humilde freguesia de Amorim, na Póvoa do Mar, sorri à piedade das musgosas e encortiçadas casadoiras, a Santa Rita de Amorim, que é advogada do casamento das velhas, e aonde vão as novas fazer-lhe a romaria, para não ficarem no rol das esquecidas, cantando todo o caminho:

(1) *Galicia*, por Mugía, pág. 232 e Estudos sôbre a idade do ferro, por Florentino Cuevillas, a pág. 361 do vol. VI dos *Arquivos* do Seminário de E. Galegos.

(2) «É sabido que entre os antigos iberos e povos do oriente asiático, uma das formas do culto externo era constituída pela dança; não qualquer dança, mas sim uma especial consagrada pelas formas litúrgicas, que tinha passes, trejeitos e cadência próprias — dança sagrada». (*Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, pelo Reitor de Baçal, tómo IX, pág. 295).

(3) *Portugal Além*, Gaia, 1932, por Luís Chaves, pág. 38.

(4) *O Amor Português*, Lisboa, 1922, por Luiz Chaves, pág. 35.

*Lari-ló-lé-la*  
*Santa Rosa de Amorim,*  
*casamenteira das velhas*  
*casai-me também a mim. (1)*

No Brasil, porém, e sobretudo na Baía, é que as homenagens de roda-viva a S. Gonçalo, na dançarinada sensual de pública manifestação de festejo em seu louvor, tomaram um incremento fogoso, delirante, azoinado.

Espalharam-se, como já foi dito, e possivelmente, pelo favor dos milagres, graças e mercês, concedidos por S. Gonçalo aos emigrantes, quer durante o baloiço temeroso e arriscado das ondas dos mares sagrados, quer depois, na ajuda e favoreza dos seus negócios e dos seus amanhos, lá pelo ingrato e bravo sertão. E espalharam-se na pureza respeitosa do culto interno, quando de princípio, ao erguer dos templos, dos mosteiros, das capelas e dos altares, tomando depois, mais tarde, pela adaptação dos colonos, pelo ritmo da criação da família, aos poucos, a generalidade do sentimento amoroso, e então as homenagens externas atreparam àquêlê calor e celebridade que só no meio de um ambiente largo se podem manter.

Os rosários das suas cantigas, dos seus bandos, dos seus cânticos de singeleza e de compostura, que acompanhavam os peditórios e os ranchos, também subiram no Brasil à escala mais alta, e serviram desenvolvida e pronunciadamente aos núcleos e aos grupos, que levavam a S. Gonçalo, em peregrinações de culto orgiástico, os seus favores e mimos de danças fesceninas, para dentro das igrejas e dos mosteiros, e para o ar livre dos adros e rossios, onde se desenrolavam os aparatos das cheganças, dos fandangos e dos congos.

Nesta particularidade folclórica, a riqueza da imaginação popular, aliada a um bem definido vislumbre de arranjo erudito, que dá sem dúvida, mais solenidade e mais gravidade às vésperas anunciadoras de S. Gonçalo, criou, ao gôsto local, e ao cómodo de outras tendências, de outros hábitos e de outros temperamentos, uma mais variada, mais gritante, mais viva e mais pitoresca cantoria versejada, onde pontifica o Santo com o ladário das suas virtudes e regras do seu préstimo.

---

(1) *As Bodas duma Pòveira*, Póvoa, 1902, por Cândido Landolt, pág. 53.

O seu poder e a sua larga fama, estendem-se e espalham-se por todos os Estados do Brasil e pelas brenhas dos sertões.

E veremos então, mais adiante, como talvez se engane, e senão no todo, pelo menos em parte, o autor de um curioso artigo sôbre algumas quadras do folclore brasileiro, quando diz: «VIII — *São Gonçalo de Amarante* — Registou o Sr. Gustavo Barroso, na sua obra já por nós citada, estas duas quadras, respectivamente às páginas 594 e 601:

*São Gonçalo de Amarante,  
santo bem casamenteiro,  
antes de casar as outras,  
casai-me a mim primeiro.*

*S. Gonçalo de Amarante,  
feito de pau de alfavaca,  
no sertão, quem não tem rede  
dorme num couro de vaca...*

Estas quadras, que encontramos *Ao som da viola*, são, queremos crer, as únicas brasileiras que invocam S. Gonçalo de Amarante; mas não sabemos ainda se existe, aqui no Brasil, algum templo, imagem ou culto dele.

No Minho, Portugal, sabemos é tido como casamenteiro e é corrente a seguinte trova:

*S. Gonçalo de Amarante  
feito de pau de amieiro,  
dá saúde aos meus tamancos  
p'ra regar o meu lameiro.*

Isso de pedir ao Santo *saúde para regar o lameiro*, se não há na quadra algum sentido irónico que não alcançamos, talvez se prenda a algum costume antigo que se imagina pelo seguinte trecho das *Constituições do Arceb. de Évora*, publicadas em Lisboa, em 1534:

«Outrosim defendemos que nenhuma pessoa doente passe por silva ou machieiro, ou por baixo de trovisco ou por lameiro virgem...» ap. Alex. Herc. — *Opusc.* IX, 167 » (1).

A nossa variante mais corrente, reza porém assim:

*S. Gonçalo de Amarante,  
feito de pau de amieiro,  
irmão das minhas tamancas,  
criado no meu lameiro!*

(1) «À Margem de algumas quadras do folclore brasileiro» — artigo de Levy Braga, no tómo II, fascículos III-IV da *Revista de Philologia e de Historia*, Rio de Janeiro, 1934, pág. 429.

E é desta forma explicada por José Leite de Vasconcelos :

As mulheres usam tamancas ou socas, que são menores e mais apuradas do que as tamancas, mas com *sola* de madeira como estas. A *sola* dos tamancos e tamancas faz-se de amieiro, nogueira, etc. (1).

Há ainda uma quadra que nos fala dêste modo :

*S. Gonçalo d'Amarante  
mora na costa do Pinho ;  
dai-me fôrça nos meus braços,  
como o porco no focinho.*

Esta quadra vem na «Revista do Minho», n.º 29, do ano de 1894 a páginas 291, e é uma variante adocicada e disfarçada da que anotamos no nosso folheto — *S. Gonçalo — culto e lenda das bandas do seu berço*, 1929, a páginas 33.

Na Baía, é casamenteiro das velhas ; em Pernambuco, é casamenteiro das moças ; em tôda a parte é o Santo advogado das lícitas e humanas virtudes do casamento.

Em São Paulo, a pessoa que faz o pedido do casamento em nome do noivo, é chamado *São Gonçalo* (2).

As grandes festas em honra do Santo, criaram até uma típica e curiosa dança, intitulada : *Dansa de San Gonçalo*, própria do Ceará e Piauhy, e que é, sem dúvida, um mixto de religiosidade e pagodeira. *Um rancho de meninas, vestidas de cambraia e enlaçadas fitas, dançam ao ritmo do maracá do mestre, um marmanjo que entôa preces ao Santo casamenteiro* (3).

*Na Baía, a sede antiga da colônia, onde temos visto predominar mais o elemento africano, tivemos ocasião de reparar nisto. Os bailados, os bandos de São Gonçalo, as sambas, os maracatús, as cantigas, tudo é um agregado de saltos e pulos, trejeitos e maquiçes, gritos roucos e vozes ásperas . . .* (4).

«É certo que já os naturalistas bávaros Von Martins e Spix, de passagem, em 1817, pela vila de Camamú, situada no litoral do Estado, ao sul desta capital, fundada no século xvi pelos Jesuítas e por

---

(1) *Revista Lusitana*, vol 3º, pág 231, art. de J. L. de Vasconcelos.

(2) Informação do engenheiro João da Silva Campos.

(3) *Historia da Poesia Pop. Portuguesa*, 3.ª edição, por Theophilo Braga, página 442.

(4) *Historia da Poesia Pop. Portuguesa*, 3.ª edição, por Teophilo Braga, página 430.

êstes missionada até 1760, quando foram extraminados para fora do Brasil pelo Marquês de Pombal, — aquêles naturalistas falam-nos de uma dança festiva que os índios dali (aliás, deveriam dizer descendentes dos índios; os Jesuítas aldearam, embora mui pouco mesclados) realizavam em honra de S. Gonçalo de Amarante » (1).

Na Baía, afinal; ¿ que mais estima e mais deseja, o Santo português ?

A quadra o diz :

*S. Gonçalo não quer missas,  
nem pede esmola ;  
quer uma roda bem feita  
com rabeça e viola (2).*

E assim, por muito tempo, lhe fizeram a vontade.

Agora, não. Tudo cansou.

As tradições vão morrendo, e é pena. Com elas vai muito do lirismo, da poesia, e do sentimento risonho da gente portuguesa.

### **O povo e o Paraíso das suas ambições.**

#### **A poesia do amor no chôro e nas rezas das despedidas :**

Aqui temos o nosso povo, no regalo soalheirento da sua pátria, e sob o afago sentimental da sua ternura amorosa, a sonhar, olhos na terra e no céu, com um mundo melhor, mais largo e mais afastado, que antevê rico de farturas para uma ambição mais lata, mais luzente, mais passadia.

E o sonho desce natural, pisqueiro e enleante, pelo lembrar dos contos aventureiros e das histórias dos mares ; pelo conversar das maravilhas e pelo recordar dos que se foram já no risco da marcha, a caminho da felicidade, para muito longe, onde ela sorri !

Onde ela sorri e onde existe, porque assim, louvar a Deus ! o mandaram dizer tantos e tantos que por lá andam, em cartas felizes voando nas asas da saúde, às noivas que esperam o abraço do casório, às mulheres que esperam a abastança da sua casa, a merca

---

(1) *Através da Bahia*, por Tiraja da Silva e Paulo Noel, Bahia, 1916, pág. 145. Inf. do etnógrafo Silva Campos.

(2) Informação do meu Amigo P.<sup>e</sup> Moreira das Neves.

duma propriedade e o luxo constelado e oirento do seu peito, aos pais que aguardam uns cobrinhos para ajuntar certas terrinhas de extrêma às leiras pobres das suas herdades, e aos amigalotes, que morrem no mesmo desejo da partida, esperando só o regresso de quem os leve, porque os enxovais já estão amanhados e os papéis falados na cidade.

O mundo é só um, para êle. É o do sonho: é o Brasil.

E então o mar vem-lhe à lembrança, com todo o mistério das façanhas lendárias, com todo o desfile das conquistas célebres, com tôda a beleza dos tráfeos comerciais e das viagens afanosas onde marinham, para lá, os que vão em busca do trabalho, e para cá, os que vêm em procura do amor, das terras, dos bens, da família, braços abertos, corações aos tombos, sorrisos em festa, olhos em lágrimas, correntes abrochadas na última casa do justilho e caídas em rabiosca aos dois bolsos, como bambinelas de altar, brilhantes mais grandes do que nozes de dedos, prantados nas tampas dos relógios, nas medalhas, nos pregos das gravatas, carteiras aferrolhadas de notas e algibeiras tilintantes de loiras de cavalinho.

O Brasil é o sonho, é a fada, a sereia, a tentação, a sina do português.

E embora os trabalhos cresçam, as tranqueiras surjam e as incertezas negrejem as primeiras tentativas do despegar, do arranque, da abalada, o nosso homem incendeia-se pela alma e pelo sacrifício ao arrôjo, à sorte.

*Tudo é Brasil, Brasil!  
Ái, Jesus! quem me lá dera!  
A culpa tive-a eu:  
'stava lá, não me viera... (1)*

*O Brasil, ó Brasil,  
Ó Brasil, ó ganhar:  
em tôda a parte é Brasil  
p'ra quem quiser trabalhar. (2)*

Mas para tanto, o mar é a mais respeitável, a mais impressionante e sagrada barreira que se estende, infinita, a seus olhos.

O povo teme-o, mas entrega-se-lhe.

¿Esconde, o mar, no seu seio, a raiva da morte e junca de cadáveres o seu lastro fundo e imenso?

---

(1) *Cancioneiro Pop. de Vila-Real*, por A. C. Pires de Lima, pág. 232.

(2) *Tradições Pop. de Barcelos*, pág. 87.

---

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1835

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Março

**Dia 1**—À noite houve na casa do Teatro repetição da tragédia Othello, representada por vários curiosos.

**Dia 4**— Sai a procissão de Cinza conforme o antigo costume, levando atrás uma música a tocar e uma escolta do batalhão móvel. (P. L.).

**Dia 7**— Em vereação: foi dado juramento a António de Araujo Salgado e João de Araújo Salgado, do lugar de Passinhos, da freguesia de S. Tiago de Candoso, que se apresentaram com suas cartas que haviam obtido e pelas quais se achavam examinados legalmente para poderem curar *tumores bastardos*.

**Dia 14**— A Câmara deu princípio à nomeação dos empregados da polícia que haviam de servir neste corrente ano.

**Dia 18**— Foram nomeados os empregados da polícia para a freguesia de N. S.<sup>a</sup> da Oliveira e redigida a proposta para o Governo da eleição de oficiais do estado maior para a Guarda Nacional desta vila.

**Dia 20**—(Extra)—Foi apunhalado no Pôrto o official de D. Miguel, chamado Pita Bezerra quando saía do tribunal aonde tinha sido interrogado. Depois de morto foi arrastado e lançado ao Douro. (P. L.).

**Dia 27**— Ao romper de alva, meio dia e à noite houve repiques, e à noite iluminação geral, por fazer um ano que nesta vila entrou a tropa constitucional e foi aclamada D. Maria II e a Carta. (P. L.).

## Abril

**Dia 1**— A Câmara determina que, em virtude do officio n.º 208 da Prefeitura do Minho que ordena se proceda à derrama para pagamento dos Expostos, se officiasse à mesma Prefeitura a pedir autorisação para que a derrama possa exceder a taxa da lei.

**Dia 3**— Às 10 horas da noite chega do Pôrto um próprio com a notícia de ter fallecido, a 28 do mês passado, o marido da Snr.<sup>a</sup> D. Maria II. (P. L.).

**Dia 5**— A Câmara, em sessão extraordinária, delibera que no dia de amanhã, 6 do corrente, se faça público o luto que se deve tomar pela infausta morte de S. A. R. o Príncipe D. Augusto, por tempo de 6 meses, sendo 3 de rigoroso e 3 de aliviado, e que os trabalhos desta Câmara se suspendam por 8 dias. Mais deliberou cumprimentar por o mesmo motivo a Rainha (não obstante não ter vindo parte official a esta Câmara) e a Duquesa de Bragança.

\*

Domingo de Passos — Ao recolher a procissão para a igreja de S. Francisco houve uma grande desordem entre a Polícia e os Voluntários, da qual esteve para haver grandes conseqüências. Também esta tarde um Polícia deu uma baionetada em um homem. De noite andaram alguns constitucionais a cantar cantigas aos Chamorros (ministeriais) e deram alguns tiros. (P. L.).

Dia 6 — Bernardo José Antunes, ourives de ouro, da rua da Tulha, apresentou na Câmara a sua marca para registrar.

\*

Neste dia e nos 2 seguintes tocaram todos os sinos da vila por ter chegado a notícia oficial do falecimento de S. A. R. o Príncipe D. Augusto, espôso da rainha a Sr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup>, a qual marcou 3 meses de luto pesado e 3 de aliviado. (P. L.).

Dia 7 — À meia noite os ladrões tentaram assaltar de surpresa uma casa na freguesia de Arosa, mas a polícia de Ataíde, com o apoio da polícia das freguesias imediatas e de algum povo do termo de Guimarães, acudiu tanto a tempo que impediu o roubo, ferindo gravemente um dos salteadores, que se dizia ser o chefe da matilha, que comandava por uma corneta. Foram presos diversos quadrilheiros.

Inculcavam-se tropa, o que testemunhavam pelo traje de alguns e pelos atavios militares que traziam outros, cingindo o comandante uma banda com os mais uniformes competentes.

Dia 8 — Chega vindo de Braga, um destacamento do regimento n.º 18, por as autoridades o terem requisitado, em vista dos anti-ministeriais se haverem exaltado, chegando até a cantar cantigas aos ministeriais. (P. L.).

\*

É concedida à paróquia de S. Sebastião, para sua sede, a igreja do extinto

convento de S. Francisco. Esta concessão foi revogada em 22 de Junho dêste ano.

Dia 10 — O Juiz de fora, por officio, manda recolher ao arquivo da Câmara todos os Autos findos do extinto Juízo dos Orfãos.

Dia 13 — 2.<sup>a</sup> feira santa — Não sai da igreja de S. Sebastião o Senhor aos entrevados por não os haver. Ha muitos anos que tal se não dava. (P. L.).

Dia 16 — 5.<sup>a</sup> feira santa — Por causa da chuva não sai a procissão do Ecce Homo. Ha exposição em tôdas as igrejas, inclusive nas 3 dos frades. (P. L.).

Dia 17 — A irmandade de Nossa Senhora do Rosário faz na sua igreja de S. Domingos a função do entêrro, havendo sermão no fim; e a irmandade dos Santos Passos — não fêz a procissão do entêrro, conforme o seu antigo costume, porque o prefeito da provincia tinha proibido tôdas as procissões de noite. (P. L.).

\*

Das 9 para as 10 horas da noite foi atacado em sua casa, na Praça de S. Tiago, o escrivão dos órfãos, por alguns homens armados que o tencionavam roubar porque tinha fama de rico. Depois de lhe darem algumas punhaladas fugiram porque uma criada do escrivão chamou *à del-rei* e acudiu a guarda da cadeia, não chegando a prender ninguém. (P. L.).

Dia 23 — Chega uma portaria da rainha que concedia aos fregueses de S. Sebastião (por assim lhe terem representado alguns fregueses para depois demolirem a igreja de S. Sebastião) a igreja de S. Francisco, podendo a Ordem Terceira aí exercer as suas funções. Alguns fregueses que não assinaram a representação e as irmandades colocadas na igreja de S. Sebastião, tendo notícia desta portaria, representaram em sentido contrário. (P. L.).

**Dia 25** — A Câmara determina officiar ao provedor do concelho para se passar os competentes editais, a fim de no dia 17 de Maio futuro se proceder à eleição dos officiais da Guarda Nacional.

**Dia 29** — Aniversário da Carta — Repiques e luminárias. (P. L.).

\*

A Câmara determinou que se continuasse com a nomeação de policia nas freguesias aonde ainda se não fez.

\*

A Câmara, determina: dar execução à circular da sub-prefeitura desta comarca para se remeter à mesma sub-prefeitura, até 24 do corrente, o lançamento da décima dêste ano.

## Maio

**Dia 16** — Em sessão de Câmara, o presidente deu o juramento a Domingos Gonçalves Guimarães, do Campo da Feira, louvado fazendeiro dêste concelho, nomeado em sessão de 6 do corrente mês.

**Dia 18** — Sai o destacamento do regimento n.º 18 que aqui estava e vai reunir-se ao seu regimento que estava no Pôrto. Chega a Braga um destacamento do regimento n.º 3 para fazer a guarnição da vila. (P. L.).

**Dia 23** — A Câmara determina que em consequência da ordem da prefeitura desta província se officie immediatamente às Irmandades para darem o ano de rendimento que lhe foi aplicado para o pagamento dos Expostos dêste concelho.

**Dia 26** — Portaria do ministério do reino nomeando uma comissão administrativa para a Misericórdia. Os nomeados pediram e alcançaram a sua escusa, excepto um. À comissão foi imposto promover a melhor administração da Santa Casa e propor oportunamente um Regulamento aduado ao mesmo fim.

**Dia 29** — O Sub-prefeito da comarca officia ao dr. provedor para mandar intimar o Cabido a immediatamente parar com as obras da sua igreja Colegiada, que só por autorização do Prefeito da província podiam continuar, na conformidade da Lei de 16 de Maio de 1832, art.º 43, § 1.º.

**Dia 31** — Chega a notícia da constituição do novo ministério, quasi todo da opposição (vulgo *mijados*), nomeado pela rainha, assim: presidência e guerra Marquês de Saldanha; estrangeiros Duque de Palmela; marinha Marquês de Loulé; justiça Manuel António de Carvalho; reino João Pinto de Magalhães; fazenda Francisco António de Campos. (P. L.).

## Junho

**Dia 2** — Alvará nomeando correio assistente nesta vila a João António da Silva Vilela.

**Dia 3** — A Câmara para satisfazer ao artigo 9.º da Carta de Lei de 15 de Abril último que manda nomear uma comissão de homens bons e entendidos em agricultura e cumprir o determinado no artigo 8 da mesma Carta, nomeou: José Joaquim de Abreu Cardoso, do Reboto; o bacharel João Ribeiro da Silva Rocha; José Lourenço, de Urgeses; José Gomes Fernandes Baptista e António Fernandes Guimarães, o Gaia. — Determinou: officiar ao recebedor geral da comarca, José Francisco Ferrer de Gusmão, para fazer entrega ao tesoureiro da Câmara do dinheiro existente em seu poder.

**Dia 6** — A Câmara determinou que se fizesse a Procissão do Corpo de Deus na forma do costume, com tôda a pompa, e que se officie ao provedor da comarca para tomar sôbre êste objecto as medidas necessárias.

**Dia 17** — Nesta vila e arrabaldes há uma grande trovoada que faz grandes estragos, levando sementeiras inteiras, e havendo

em partes uma saraiva tamanha que chegou a quebrar vidros em algumas casas das aldeias, tendo havido em tôda esta lua trovoadas, ou mais fortes ou mais leves. (P. L.).

**Dia 20**—A Câmara determinou que se expedissem os editais para eleição de Juiz de Paz nas fregueisas dêste concelho, para o que se designaram as pessoas que às mesmas hão-de ir presidir.

**Dia 23**—A Câmara, em sessão extraordinária, faz representação à Rainha, sobre

os estragos que causou a trovoadas nos dias 17 e 18 dêste mês em algumas fregueisas dêste concelho. Pede-lhe providências em favor de todos os infelizes que foram vítimas das trovoadas.

**Dia 28** — Neste dia e no seguinte, os Molarinhos armaram na rua da Tulha alguns passos como festa de S.ta Vera Cruz, os quais estavam ricamente asseados. Acorreu nestes dois dias e noites muita gente para os ver, estando de noite uma música a tocar. (P, L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

## BRÁULIO CALDAS

(A propósito duma homenagem)

Bráulio Caldas foi o poeta cativante de uma geração romântica, folgazã, brincalhona que fez nome e é recordada com funda saúde e admiração na terra vimaranense.

Geração académica, entusiasta, nobre, cheia de sentimentos elevados, ela marcou na realização das tradicionais *nicolinas*, a sua festa querida e bela, barulhenta e alegre como arraial das nossas romarias. Nem o frio intenso das manhãs de Dezembro, nem as chuvas fustigantes da quadra invernososa conseguiram arrefecer o entusiasmo ardente desses rapazes cheios de vida e de ilusões, que então eram o pesadelo maior dos Senhores Cónegos, professores do Liceu.

Bráulio Caldas foi o poeta dessa geração. Recordá-lo, é recordar os bons tempos das *nicolinas*, é recordar os *pregões* de que as nossas mãis ainda nos falam com enternecedor enlêvo, é recordar as *danças*, êsse belo e último número das festas académicas que punham em movimento e alvorôço tôda a cidade, numa ânsia enorme de partilhar da alegria dos moços estudantes.

Os poetas minhotos formaram a constelação mais alta do nosso lirismo. Bráulio Caldas, no género a que se dedicou, pode incluir-se na galeria de poetas primorosos que deram nome à nossa terra e cantaram as belezas da nossa província.

Teve Guimarães a honra de ser berço natal de Manoel Gonçalves, que foi o primeiro homem que em Portugal fez trovas.

Bráulio Caldas, porque nascido em Vizela, era vimaranense também. Era filho desta terra de poetas, que D. Deniz distinguiu com privilégio e que a saúdosa D. Carolina Michaëlis afirmou ser «o primeiro centro de Arte».

MANOEL ALVES DE OLIVEIRA

## Os funerais da Senhora D. Maria Teresa de Bragança

Após o falecimento da Augusta Mãe de S. M. o Senhor Dom Duarte, no palácio de Favoritens-trasse, foi armada a câmara ardente. No dia 21 de Janeiro, através de uma clara tarde de sol brilhando sobre a neve e depois de rezados os responsos pelo Bispo de Viena, avançou o préstito fúnebre a caminho da Igreja das Carmelitas, em Döbling.

Concorreram ao funeral, além do Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança e de suas irmãs solteiras as Senhoras Infantas D. Beneditina, D. Filipa e D. Adelaide, e de suas irmãs casadas, a Princesa Teresa de Turn e Taxis, a Princesa Isabel, herdeira de Turn e Taxis e a Princesa Mariana de Turn e Taxis, com seus maridos o príncipe herdeiro Francisco José e o príncipe Carlos Augusto de Turn e Taxis, muitos parentes e amigos da Família Real e numeroso povo de Seebenstein e de Viena.

Assim, estiveram, como parentes mais próximos: os irmãos da Augusta Senhora, Príncipe Luis de Loewenstein com sua esposa e filhas, Príncipe João de Loewenstein, Condessa Adelaide de Schönburg e filha; suas cunhadas a Arquiduquesa de Áustria, D. Maria Teresa de Bragança e Habsburgo, com sua filha a Arquiduquesa Anunciata e a Senhora D. Maria

Antónia de Bragança, Duquesa de Parma; seu cunhado o príncipe Felix de Schwartzenberg, com seu filho.

Também assistiram, na capela-mor da Igreja das Carmelitas, o Arquiduque Maximiliano, irmão do falecido Imperador Carlos, que representava o Imperador Otão e a Imperatriz Zita; e o Príncipe Ernesto de Saxe, representando o Rei de Saxe.

Podemos mencionar ainda entre a assistência: Príncipe Luis de Lichtenstein, com seus filhos, que representava o tio da falecida Rainha, Príncipe reinante Francisco de Lichtenstein e a esposa deste último, Princesa Elsa; Arquiduque Teodoro, Duque Maximiliano e Príncipe Ernesto de Hohenberg, filhos do Arquiduque Francisco Fernando, falecido em Serajevo; Arquiduquesa Branca de Bourbon e Habsburgo e filho; Arquiduque António de Habsburgo e esposa, Princesa Ileana da Roménia; Princesa Ida de Schwartzenberg, Príncipe Elias de Parma, com a esposa e filhos; general Príncipe Luis de Schöaburg, Haetenstein, ex-ministro da Guerra de Dollfuss e Príncipe João de Schöaburg, primos da falecida Rainha; os Condes de Kinsky; Condessa Maria Elz; Markgraf Pallavicini, Altgraf Salm, Condessa Wenckheim, Condessa-Büdingen, Baronesa Palimasini, Barão Höchstätten, Direktor Martin, Primarius Kutscha von Dissberg, etc.

Também assistiram: a sr.<sup>a</sup> D. Maria Luiza Castelo Pinto de Magalhães, dama da Infanta D. Mariana, Princesa de Turn e Taxis; a sr.<sup>a</sup> D. Maria das Dores Castelo de Sousa Rêgo, dama da falecida Rainha, que era portadora das insígnias das Ordens que pertenciam à Augusta Senhora, e o dr. José Pequito Rebêlo.

Na igreja oficiou o Padre Provincial da Ordem dos Carmelitas, Mullbacher, rodeado de toda a comunidade.

A inhumação fez-se provisoriamente num jazigo da Casa de Bourbon-Parma, onde jaziam já os restos mortais da Infanta D. Mafalda de Bragança, filha da falecida Rainha, falecida em 1918 com 20 anos, esperando-se ocasião oportuna para a trasladação para Bronnback, para junto do lugar onde repousam as cinzas do Senhor D. Miguel II.

\*

No dia seguinte ao do funeral, também com grande concorrência, houve missa de «Requiem» na igreja dos Anjos (Paulauerkirche), em Viena.

À chegada a Seebestein da Augusta Família enlutada, a povoação apresentava um aspecto expressivo da dor geral, efeito natural pelas benemerências de caridade da falecida Rainha, pois por sobre as ruas atapetadas de espessa neve se projectavam as sombras de numerosas bandeiras negras penden-

do lamentosamente de tôdas as casas.

\*

A nossa revista enviou ao Senhor Dom Duarte o seguinte telegrama: — «Revista GIL VICENTE interpretando sentir monárquicos Guimarães, apresenta respeitosa condolências».

### Duque de Bragança

O Senhor D. Duarte Nuno de Bragança esteve, ultimamente, duas semanas em Londres, onde se dedicou, com o maior interesse, ao estudo de assuntos de aviação.

Dali seguiu para a Bélgica, hospede de seu primo o arquiduque Otão, futuro Imperador da Áustria.

### Jacques Bainville

Dos três novos eleitos pela Academia Francesa, que substituíram Raymond Poincaré, Barthou e o erudito Padre Bremond, é Jacques Bainville, sem dúvida, a figura de maior relêvo.

Realista, sob todos os aspectos, historiador, crítico financeiro e economista, colaborador efectivo dos maiores e melhores jornais franceses, director da *Revue universelle*, Bainville é um comentador da política internacional, admiravelmente lúcido, por vezes quasi profético, tanto as suas previsões costumam ser confirmadas pelos factos.

As suas qualidades de historiadador patenteou-as na sua *Histoire de France* e recentemente no seu livro *Bismarck et la France*, digno de lêr-se e de notável e originalíssimo recorte. O mesmo se pode dizer dos seus deliciosos livros «Tasse de Saxe», «Jaco et Lori» e dos admiráveis *Elementos de filosofia*, notáveis pela clareza, pela metódica ordenação das matérias e pela elegância da exposição.

Dizia-se que não seria eleito por ser monárquico. O sucesso da eleição de Bainville é um sintoma de rejuvenescimento, que não deve deixar de ser registado com todo o prazer pelos defensores da monarquia.

### Tenente Morais Sarmento

Fez em 20 de Março cinco anos que, nas terras portuguesas de Luanda foi assassinado ferinamente por soldados indígenas comandados por maus portugueses, um valoroso soldado, que era também um nobilíssimo carácter — o tenente Morais Sarmento.

Se bem que da lembrança dos vivos passe depressa a memória dos mortos, não esquecemos nós essa varonil e gentilíssima figura de soldado e de português, que pertenceu à primeira fila — e com que valor! — dos que estiveram na arrancada magnífica do 28 de Maio.

### Antão de Moraes Gomes

Num artigo brilhantíssimo (em que mais uma vez afirmam as suas altas qualidades literárias) referiram-se no *Fradique* ao talentoso quão malogrado Poeta nacionalista Antão de Moraes Gomes, os nossos distintos colaboradores Cláudio e António Correia de Oliveira Guimarães.

Praticando uma linda obra de arte, êstes nossos prezados amigos praticaram, também, um acto de justiça à memória dessa riquíssima sensibilidade de poeta, a quem, em 1925, a nossa revista prestou homenagem, num artigo de Horácio da Castro Guimarães, a propósito do aparecimento do livro de sonetos *Antão era pastor...*

### « Portugal - 1934 »

Numa bela edição do S. P. N., foi distribuído êste esplêndido album, belamente ilustrado. É um trabalho que honra o nosso País, pela sua documentação e pela sua magnífica apresentação gráfica. Louvamos esta iniciativa do Secretariado da Propaganda Nacional.

### « Bandarra »

Recebemos a visita dêste «semanário da vida portuguesa» que tem como redactor principal o nosso amigo e distinto jornalista Pedro Correia Marques e como editor o

nosso bom camarada e apreciado colaborador Horácio de Castro Guimarães. Boa apresentação e colaboração variada.

As nossas saudações.

### **Portugal romeiro da Fé**

Portugal inteiro esteve representado na grande manifestação de Fé realizada em Vila Viçosa em honra de Nossa Senhora da Conceição.

A chama ardente que em tempos idos alimentou com fervorosa devoção o espírito e a alma dos portugueses no culto por Nossa Senhora, reacendeu-se com piedoso entusiasmo em Portugal inteiro, pela voz dos milhares de peregrinos que se juntaram em comunhão do mesmo pensamento, numa manifestação grandiosa e comovedora aos pés da Virgem, mãe de Deus e mãe dos homens.

Portugal continua a manter a mesma generosa tradição do grande, do maior romeiro da Fé.

### **Fernando Campos**

Este nosso distinto colaborador, a quem se devem já vários trabalhos de historiografia política e de

arqueologia literária, e que ainda há pouco deu a público um volume intitulado «No saguão do Liberalismo», está preparando activamente um largo ensaio crítico e biográfico sobre a figura de José Acúrcio das Neves, e um esboço histórico do regime corporativo em Portugal.

### **Mecânico Lobato**

Num desastre de aviação perdeu a vida o mecânico António Lobato que viveu, com Humberto Cruz, as horas históricas da maior viagem aérea dos portugueses.

É mais um bom português que desaparece, firme no seu pôsto, cobrindo de glória o nome de Portugal.

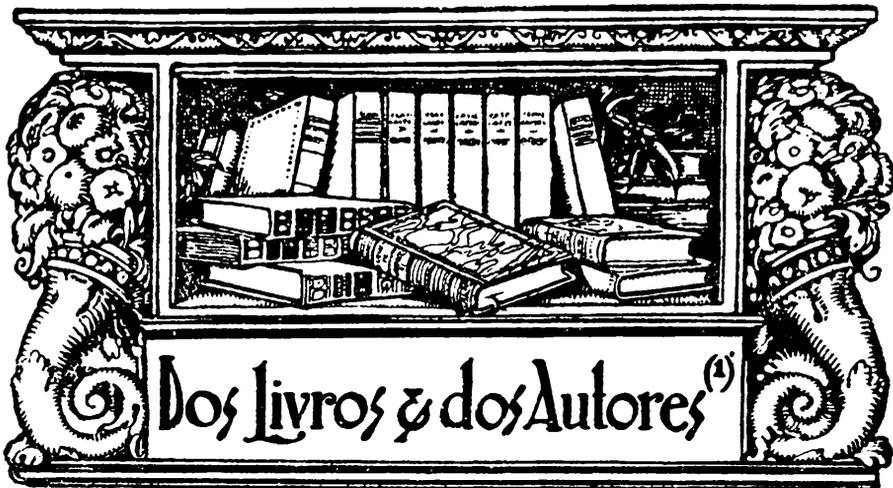
### **Nuno de Montemor**

Entrou na 4.<sup>a</sup> edição o famoso romance «Paixão duma religiosa» do nosso querido amigo e antigo colaborador Nuno de Montemor.

É um acontecimento literário notável, raro em Portugal este dum livro atingir dentro de tam pouco tempo a quarta edição.

Felicitemos sinceramente o autor.





THE EXCULPATION OF YERROS POR AMORES IN THE SPANISH COMEDIA, by Ernest H. Templin. Ed. da University of California Press, Berkeley, 1933. 49 págs.

LOPE DE VEGA'S Peregrino LISTS, by S. Griswold Morley. Ed. da mesma, 1930. 23 págs.

SPANISH BALLAD PROBLEMS, pelo mesmo. Ed. da mesma, 1925. 23 págs.

Estes três opúsculos, já antigos, mas dos quais só agora tivemos conhecimento representam estudos de valor sôbre vários aspectos da literatura castelhana no séc. xvi. O primeiro, o mais extenso, constitúi um estudo muito completo acêrca da influência, melhor dizendo da continuidade na literatura de Castela da teoria da desculpa dos erros amorosos, segundo o verso do romance do *Conde Claros* :

Que los yerros por amores  
dignos son de perdonar.

E sobretudo à volta desta teoria que o professor Templin borda as suas considerações, expendidas, sobretudo, no cap. III—*Aspectos da teoria e prática do amor na comédia que servirão de base para YERROS POR AMORES*.

Estas três obrinhas são três exemplares magníficos do labor editorial da Imprensa da Universidade da Califórnia, ao mesmo tempo que nos dão mostras do intenso trabalho dos profs. daquela reputada Universidade.

ANTÓNIO A. DÓRIA

ASSISTÊNCIA MÉDICA MUNICIPAL, — pelo Dr. José Crespo. Tip. Gutemberg, Ltd.ª Viana, 1934.

Não é a primeira vez que o Dr. José Crespo nos demonstra as suas admiráveis qualidades de trabalho, tratando com elevação assuntos da sua especialidade e que teem merecido o melhor acolhimento.

Assim aconteceu com *Aspecto Sanitário da Emigração no Minho*, estudo consciencioso e de largo alcance. O mesmo se pode dizer da *Assistência Médica Municipal*, tese apresentada ao III Congresso dos Funcionários Administrativos de Portugal, realizado em 1933, em Setúbal, e que teve o justo prémio da aprovação *in limine*.

Poder-se-á discordar, num ou noutro ponto, da tese do Dr. Crespo. Mas é indubitável que se tem de olhar a sério para o problema da assistência médica municipal, de maneira a dar-lhe desenvolvimento e... meios de vida.

Este novo trabalho do Dr. Crespo merece ser estudado com atenção e consciência. Esperamos que êle seja a base em que, num próximo futuro, assentem os novos métodos da assistência médica municipal no nosso País.

À LUZ DUM IDEAL, por *Câmara Manuel de Melo*. Coimbra Editora, L.da Coimbra — 1934.

Nobre o ideal que norteia êste livro. Livro de contos lhe têm chamado alguns. Mas, quanto a mim, é mais um livro de interessantes narrativas de viagem, sempre norteadas por um elevado pensamento nacionalista e cristão. ¿Isento de defeitos? Não. Ha capítulos de certa inverosimilhança como o diálogo de Marta Schultze, quando do falecimento de Karol. Mas já *Amor Supremo*, tem encanto, tem leveza e é equilibrado.

O A. revela qualidades apreciáveis, sendo de esperar que, no futuro, venha a ser um bom escritor. É êsse o nosso maior desejo.

CÂNTICO DOS CÂNTICOS, por *Ruy Galvão de Carvalho*. Livraria Editora Andrade. Rua Lisboa, Angra do Heroísmo, 1934.

Ruy Galvão de Carvalho é um poeta de sã espiritualidade, cheio de fé e vibrante de patriotismo.

*Cântico dos Cânticos*, é o primeiro livro de versos que publica. E a estreia é auspiciosa. Os seus versos de amor, lembram, por vezes, os da *Chuva da Tarde* de António Sardinha. Sente-se mesmo a influência que o Mestre do nacionalismo português exerceu e ainda exerce sobre o espírito e sobre a inteligência do magnífico autor do *António Sardinha, poeta do amor cristão*.

Ruy Galvão de Carvalho, que tem já publicados diversos ensaios sobre Antero do Quintal, também poeta primoroso, promete-nos, para breve, três outros livros de versos: *Ervas do meu caminho*, *Transfiguração* e *Sol Posto*. Estamos certos de que constituirão novos e definitivos triunfos para o seu autor.

NO SAGUÃO DO LIBERALISMO, por *Fernando Campos*. Edição de José Fernandes Júnior, Lisboa, 1935.

Da valorosa pléiade de doutrinadores do verdadeiro e são nacionalismo, Fernando Campos tem sido, ultimamente, um dos mais incansáveis. Os seus livros, de admirável doutrinação, veem-se sucedendo com notável êxito, que muito nos apraz registar.

NO SAGUÃO DO LIBERALISMO, são publicados nove ensaios sobre altos espíritos do século XIX, que o mal do século contaminou. Alguns, como Ramalho, conseguiram libertar-se das algêmas doiradas do Liberalismo. Outros, conquanto deixassem esboçadas as reacções do seu espírito, não puderam concluir nem proclamar definitivamente « a sentença condenatória do grande desvaio liberalista ».

Fernando Campos reuniu neste novo trabalho, os depoimentos e confidências de Garrett, de Herculano, de Soriano, de Oliveira Martins, de Ramalho, de Eça, de Antero e de Fialho, com boa precisão de matérias e uma exposição clara e suficiente para que o leitor tenha, acerca de cada escritor focado, ideas nítidas e completas.

A exposição dos princípios, completada por depoimentos valiosos e bem escolhidos, tornam o novo livro de Fernando Campos indispensável a todos os que se dedicam ao estudo da política contemporânea, à história do nacionalismo português.

O NOVO IMPÉRIO DO BRASIL, por *Sebastião Pagano*. Edição da Acção Imperial Patrimonista Brasileira. São Paulo.

Este folheto de propaganda da Acção Imperial Patrimonista, tem por fim a divulgação dos princípios integralistas que, desde 1928, veem sendo defendidos com entusiasmo e vigor na terra brasileira.

Este movimento nacionalista-monárquico que teve o seu início nos meios culturais de São Paulo, vai alargando a sua esfera de acção, criando novos núcleos em diversos pontos do Brasil.

Com muitas afinidades com o programa que em Portugal foi defendido pelo Integralismo Lusitano, o movimento patrimonista combate a república que «gerou a luta de classes, a miséria, o caudilhismo, a criminalidade em todos os sectores; enlameou honras, aviltou consciências; saqueou a Economia nacional, pelas hordas da politicagem aliadas à plutocracia burguesa, que é sua obra, e ao argentarismo internacional».

O Patrimonismo quer despertar nos brasileiros o amor da Pátria invocando as energias da raça que «em quatrocentos anos, sob a égide dos nossos Reis, construiu a nossa Pátria imortal!».

CINQUENTA ANOS DEPOIS... A JOÃO FRANCO A TERRA DE GUIMARÃIS. (número único). Edição de Francisco da Silva Pereira Martins. Guimarães, 1934.

São páginas de saúde destinadas a perpetuar o esforço e a acção do conselheiro João Franco em prol da Grei vimaranense. Mas, ao mesmo tempo, são uma recordação viva do passado, dêsse passado tam cheio de beleza em que o coração vimaranense vibrava de entusiasmo, num consciente e elevado baírrismo. A terra de Guimarães inaugurou, aos 17 de Junho de 1934, um monumento à memória do seu amigo e deputado João Franco. E este número único, que se deve ao canseiroso e inteligente esforço de Francisco Martins, alma sempre moça e sempre vimaranense, é um elo a prender o passado ao presente, a lembrar a acção de João Franco, a recordar a gratidão do povo de Guimarães.

A OBRA FINANCEIRA DE SALAZAR VISTA PELO PROF. MARCELO CAITANO. Edições S. P. N. Lisboa, 1934.

O Secretariado da Propaganda Nacional reuniu, neste opúsculo de bela apresentação, um artigo publicado pelo Dr. Marcelo Caitano no *Jornal do Comércio e das Colónias*, de 26 de Abril de 1934, em que é louvada a acção e a obra financeira de Salazar, demonstrando com números e com argumentos quão proveitosa tem sido para o País a administração honesta do Ministro das Finanças.

O MOMENTO POLÍTICO. Edições S. P. N. Lisboa, 1934.

Outra bela edição do Secretariado da Propaganda Nacional em que se arquiva a nota oficiosa da Presidência do Conselho de 23 de Outubro de 1934. Nela se analisam, segundo o ponto de vista de Salazar, as posições nacional e internacional da política da Ditadura, a constituição do Conselho de Estado, Assembleia Nacional e Câmara Corporativa. É um documento mais para a história da política contemporânea.

ESTA É A VERDADE SOBRE SALAZAR, por *Henrique Cabrita*. Editorial Império. Rua do Salitre, 153. Lisboa, 1934.

A entrevista que o famigerado Dr. Afonso Costa, — um dos políticos da república a quem se deve o descalabro de Portugal, — concedeu ao jornalista brasileiro Jobim e que alguns jornais portugueses publicaram, deu ensejo a este livro do Dr. Cabrita,

que, nos seus 4 capítulos, vai rebatendo, uma por uma, as intencionais afirmações do político democrático.

O livro do Dr. Cabrita analisa, à face de orçamentos e de estatísticas, a situação do País antes do movimento de 28 de Maio, pondo-a em paralelo com o que se tem realizado nestes anos de Ditadura Nacional.

QUEM COMO DEUS?!, n.º 1., Sapatata do « Mensageiro do Coração de Jesus ». Largo de Santa Teresa, 5. Braga s/d.

A bela revista « Mensageiro do Coração de Jesus », no intuito de divulgar doutrina contra o ateísmo, a maior calamidade de todos os tempos, iniciou a publicação, em fascículos, de alguns artigos da maior actualidade e que tanto bem podem fazer às almas transviadas. Merece louvores a iniciativa da revista católica e estamos certos de que terá a coroa-la o melhor êxito. Que todos ajudem a espalhar a boa semente na boa terra de Portugal !

VOYAGE DANS LES MERVEILLES DE L'ESPACE, pelo *Abbé Remy*. P. Téqui. 82, Rue Bonaparte, Paris, 1934.

Como o título indica, êsta excelente obra, recheada de belas fotografias, dá-nos uma utilíssima descrição das maravilhas do espaço, de um modo claro e proveitoso para todos. Pertence êste magnífico livro à colecção « Je sème », que tanto vem contribuindo para ilustrar o espírito, quer no estudo das ciências, quer ainda no robustecimento da fé católica.

DERNIÈRE RETRAITE DU R. P. DE RAVIGNAN. Pierre Téqui. 82, Rue Bonaparte. Paris, 1933.

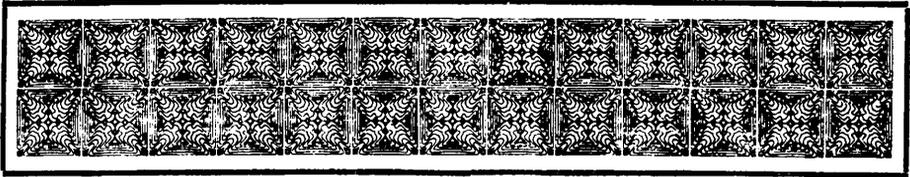
Neste volume reúnem-se as conferências que, em Novembro de 1857, fez o P. Ravignan, o conhecido conferencista de Notre-Dame, quando dirigiu, três meses antes da sua morte, o retiro espiritual das religiosas Carmelitas do Mosteiro da rua de Messina, em Paris.

Para se avaliar do valor do livro basta referir que se encontra já na 7.ª edição, o que prova o seu valor intrínseco. O célebre orador seguiu o método de Santo Inácio, que hoje volta a ser louvado. Foram as Carmelitas quem recolheram e escreveram as últimas conferências do P. Ravignan, tornando assim possível a organização dêste volume. O texto ressentem-se, por vezes, de alguns dos defeitos da improvisação, de que resultam perda de concisão e de propriedade.

LA TÊTE DÉFORMÉE, por *René Duverne*. P. Téqui, 82. Rue Bonaparte, Paris, 1934.

Pertence êste volumezinho à colecção « Vérité ! » e nêle se descreve a vida dum pobre rapaz a quem as más leituras, a falta de educação e os maus companheiros corromperam e lançaram no mau caminho. Quantos Paulos, como êste, não andam por aí, na estrada do vício, sem a luz da fé que os ilumine e guie ?

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA



## Notas sôbre Educação e Instrução

# Compêndios de História Geral

por Ruy Galvão de Carvalho

**E**RNESTO LAVISSE, referindo-se ao ensino da História, diz que o principal objecto dêsse ensino é o de contribuir para a educação intelectual e moral dos escolares. (1)

Por isso é que nada há mais difficil do que fazer um trabalho histórico que obedeça ao pensamento acima exposto do conhecido historiador francês, sobretudo se êsse estudo tem uma finalidade eminentemente educativa, se é um compêndio de História Geral destinado a alunos do liceu.

Além disso é considerada a História como uma ciência diferente daquela que se faz *nos laboratórios* ou da que nasce da observação directa dos factos naturais, porque o método que ela usa é o de *inferência*, visto estudar o que do passado nos resta, e isso sempre indirectamente.

Bom seria que a História fôsse, como queria Michelet ou mesmo o nosso Oliveira Martins, « a ressurreição integral do passado, » (Vid. as obras dêstes autores).

Mas tal fenómeno é inteiramente impossível, porquanto o passado . . . passado está e, portanto, atrás não se poderá voltar, nem tam-pouco actualizá-lo em absoluto.

Daí as dificuldades que há em estudar as épocas idas, *aquilo* que não é mais possível ressuscitar, reviver, muito embora êsse *passado* nos dê, fartamente, obras, actos e monumentos, subsídios suficientes para se fazer trabalho histórico rigoroso e fiel.

Contudo, segundo a moderna teoria científica da História, podemos nós ter uma visão quási rial do passado, *vêr* mesmo o teatro onde

---

(1) Vid. *La enseñanza de la Historia* (vários autores). Ed. de *La Lectura*.

esses acontecimentos se desenrolaram, a acção dramática dos personagens, etc., etc.

Podemos, sim, conhecer, panorâmicamente, o que foi o passado, se quem no-lo revelar tiver critério científico e não se sujeitar ao seu critério subjectivista ou partidário.

Infelizmente grande número de historiadores e de pseudo-historiadores não tem feito outra coisa senão deturpar o passado, procurando até mudar o verdadeiro rumo da História e dos acontecimentos humanos.

Chegam mesmo—esses falsificadores da verdade histórica—a fundamentar-se em lendas, tradições erradas e juízos facciosos, com o fim de conceberem uma história segundo a sua delirante imaginação ou os seus preconceitos políticos ou religiosos.

Mais: chegam esses «cavalheiros de indústria» a inventar as maiores calúnias contra, por exemplo, a Igreja, contra a sua acção na história da civilização universal, especialmente da Europa; forjam êles, nos seus «compêndios de fancaria» as mais negras lendas sobre certas épocas da História, entre elas, a Idade-Média—essa Idade-Média que é fonte da nossa civilização, época sem a qual não teria sido possível a Idade moderna, nem sequer o próprio Renascimento quinhentista.

E todavia esses primários consideram esse período como uma longa noite de trevas, em que reinavam o terror, a fome, o desespero, a ignorância e a superstição...—catastrófico eclipse de mil anos na História da civilização humana!

Ignoram esses falhos de espírito histórico e de compreensão crítica que «a Idade-Média não foi, como erradamente lhe tem chamado, um eclipse total da inteligência», no dizer de Latino Coelho, (1) pois em todos os departamentos do saber o homem medieval desceu e aprofundou, preparando assim o movimento literário, artístico, filosófico e científico dos tempos modernos.

Foi nessa época, na época admirável das *Cruzadas* e da *Cavalaria*,—relativamente a mais espiritual da história, na expressão feliz de Jacques Maritain (2), que o homem melhor se conheceu a si próprio, procurando o equilíbrio do seu espírito e do seu corpo.

---

(1) Cit.º por D. Manuel Gonçalves Cerejeira, ao tempo Prof. da Faculdade de Letras de Coimbra, in—*Biblos*, vol. III, ano de 1927, pág. 536 (*A noite de 10 séculos*).

(2) Vid. *Art et Scolastique (Frontières de la Poésie)*, pág. 165; Ed. de 1927.

São do insuspeito Rabindranath Tagore, dêsse genial poeta da Índia moderna, estas palavras que vêm ao encontro do que acabamos agora de afirmar: — «Na Idade Média, na Europa, o homem simples e natural, com todos os seus desejos e paixões violentas, esforçou-se por descobrir uma reconciliação entre a carne e o espírito.

Durante a carreira turbulenta da vigorosa juventude da Europa, as fôrças temporais e espirituais actuaram ambas com energia sôbre a sua natureza, fazendo dela uma personalidade moral. A Europa deve tôda a sua grandeza na humanidade a êsse período de disciplina — a disciplina do homem na sua integridade humana». (1)

Mas a maioria dos historiadores, principalmente dos fazedores de compêndios escolares, limita-se a seguir o que a lenda teceu ou o que a tradição deu foros de verdade histórica, dizendo «cobras e lagartos» dessa época criadora, deturpando tudo e tudo confundindo.

Visão parcial, unilateral da História, visão errada escrita por «hommes de parti», exprimindo-nos com Fustel de Coulanges. (2)

¿E que dizer emfim dos manuais de história geral dados nos liceus? Quantos erros nêles vêm expressos!...

Muitas vezes temos a impressão de que os seus autores tiveram com os próprios personagens da História alguma questão pessoal... — esquecendo-se de que, como diz Jean Guiraud «l'histoire impartiale doit mettre chaque chose à sa place et donner aux faits, dans ses récits, le relief que réclame leur importance relative» (3)

Sistemáticamente, com uma estreiteza de vistas, é assim às avessas que se tem compreendido o sentido da História, é assim que se tem feito em Portugal, como no estrangeiro, compêndios de história universal expressamente destinados à mocidade escolar.

Por isso é com razão que o revolucionário Janviou diz que «l'histoire qu'on enseigne dans les écoles de l'E'tat, ce n'est pas l'histoire tout court, collation et interprétation aussi exactes et aussi impartiales que possible des faits; c'est une histoire où les faits sont maquillés,

---

(1) Vid. *Nationalisme*, pág. 47; cit.º por João Ameal — *No limiar da Idade-Nova*, pág. 235. Ed. de 1934.

(2) Cit.º por António Sardinha, in — *Á sombra dos Pórticos*, pág. 101 (*Questões de História*). Ed. de 1927. Em mais de um passo dos seus ensaios de crítica histórica transcreve António Sardinha o juízo do grande historiador francês.

(3) Vid. *Histoire Partiale, Histoire Vraie*, pág. 49. Ed. de 1927.

les documents travestis, où leur enseignement est faussé et dénaturé». (1)

É preciso, por conseguinte, reagir contra essa maneira viciosa de conceber a História, é indispensável evitar a continuação da prática dêsse autêntico *crime*, para que os escolares melhor possam compreender o sentido da História e melhor a vivam.

Quem entre nós tomou tam nobre iniciativa e elegante gesto foi o distintíssimo professor do liceu de Leiria — o Dr. António G. Matoso, autor ilustre de notáveis compêndios de História Geral. (2)

Nesses compêndios não é só perfeita a exposição, a probidade histórica, a fidelidade das fontes: é até perfeita a disposição das gravuras, a própria bibliografia que alunos e mestres podem consultar a todo o momento, na certeza de que ela está certa e completa e nela se encontram os assuntos tratados no texto.

Acrescente-se, ainda, que a linguagem é atraente e bela, estilo acessível, mas disciplinado.

Lêem-se os compêndios de História Geral do Prof. António Matoso com agrado e proveito, tanto para o aluno como para o próprio professor.

Difícilmente se encontrarão compêndios semelhantes no estrangeiro, difficilmente as escolas estrangeiras do ensino secundário terão compêndios de história geral tam rigorosos como os organizados, em hora feliz, pelo Dr. António G. Matoso.

Honrando sobremaneira a classe a que pertence, o Prof. António Matoso empreendeu uma obra utilíssima ao ensino secundário e à Pátria.

No meio da nossa pobreza franciscana, os compêndios do culto professor do liceu de Leiria vieram colocar Portugal a par dos países que à causa da instrução secundária têm dado o melhor do seu esforço e simpatia.

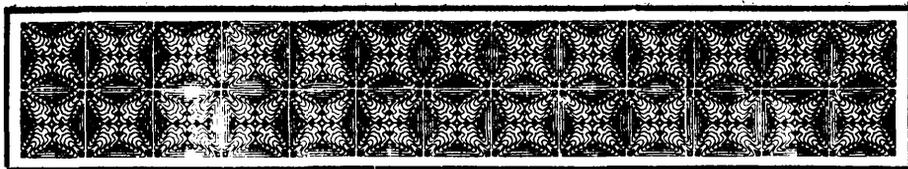
A terminar: Como o arcebispo de Besançon, Monsenhor Gauthey, referindo-se à *Histoire Partiale, História Vraie*, de J. Guiraud, também diremos que os compêndios de História Geral do Prof. Matoso são dignos de todos os nossos elogios. (3)

13 de Fevereiro de 1935

(1) Cit.º por J. Guiraud, pág. 7 da obra cit.ª.

(2) Também é autor de Compêndios de Geografia Geral e Económica, metódicamente organizados e magnificamente apresentados.

(3) Vid. *Lettre*, p. VIII da obr. cit.ª.



# Guimarães

---

Quando a Vila aparece, clara e densa,  
No manso vale feito de alegria,  
A leve paisagem, mais intensa,  
Ajunta formosura à que se via.

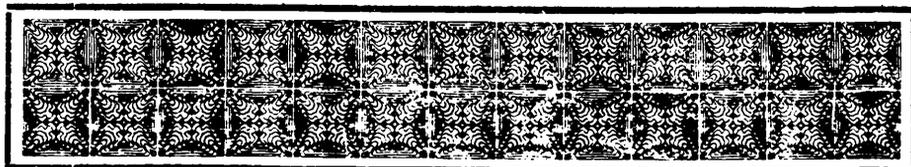
Lá, o antigo castelo; além, a esguia  
Penha e a sua fina encosta; e já se pensa,  
A alma vibrante em ondas de harmonia,  
que é pura jóia aquela, outra Florença.

Jóia alçada por forte tradição,  
Que dum raça ilustre o ideal  
Magnífico reflecte em estilo chão;

Terra de nobre gentileza, à qual  
Do peregrino vai a gratidão  
Como ao berço que foi de Portugal.

FERNANDO AMADO.

1929



# CULTURA PENINSULAR

---

NOTAS À MARGEM DO ÚLTIMO LIVRO DO PROF. FIGELINO DE FIGUEIREDO

por ANTÓNIO A. DÓRIA

**P**ASSOU já infelizmente à categoria de lugar comum o desconhecimento por parte dos portugueses das literaturas que mais afinidades têm com a nossa: a brasileira e a galega. Esse desconhecimento não é de molde, por certo, a lisonjear a cultura geral dos médio-cultos, pois revela uma ignorância diria propositada. A bela literatura do Brasil, até mesmo a da época colonial, pode-se dizer afoitamente que é por completo desconhecida em Portugal, salvo dos raros estudiosos que ou por dever de ofício ou por gosto pessoal se vêem obrigados a devassar essa rica selva de obras interessantíssimas.

Nos liceus em antologias, bem ou mal feitas, lá se loriga uma ou outra página da época colonial, quasi sempre breves poesias do chamado grupo de poetas mineiros. Daí por diante — e erradamente! — nada mais. A independência cortou todos os liames que uniam a Metrópole ao reino brasileiro e quasi ia cortando até o uso da nossa bela língua.

A não menos rica literatura galega, sobretudo a da época de renascimento iniciada nos começos do século passado, essa principia a tornar-se mais conhecida, mas por enquanto só em um grupo de raros conhecedores. Mercê dos esforços, entre outros, do benemérito Instituto Histórico do Minho, o grupo notável que se reúne à volta da revista «Nós» tem vindo a tomar contacto com o público português, e já hoje se contam portugueses ilustres como colaboradores de revistas galegas e não menos ilustres galegos como colaboradores de revistas culturais portuguesas. É este um sintoma consolador o qual, por certo, muito contribuirá para Portugal e a Galiza virem enfim a aproximar-se depois de um divórcio de tantos séculos.

Deve-se, porém, acrescentar às literaturas a que me venho referindo, uma irmã nossa, a mais velha desta honrosa família de literaturas hispanó-americanas: a castelhana. Até ao advento do realismo não era ela desconhecida. Nos séculos xv, xvi, xvii e xviii foi corrente o conhecimento da língua castelhana e concomitantemente da riquíssima literatura de além do Caia. Grandes poetas e prosadores portugueses escreviam em castelhano: Gil Vicente, Sá de Miranda, Diogo Bernardes, Camões, Andrade Caminha, D. Francisco Manuel, para só citar os maiores, cultivaram as duas línguas, e o pai do teatro português, o velho e ilustre Gil Vicente, e D. Francisco Manuel, notável, como dizia Camilo, pelo talento e pela desgraça, êstes dois são clássicos simultaneamente na literatura portuguesa e na castelhana.

Depois veio a submissão à França que já muitos espíritos brilhantes têm verberado com energia, submissão logo no século xviii ridicularizada pelos poetas depois do casamento de D. Afonso VI com M.<sup>elle</sup> de Aumale:

*Enfermo do mal francês  
Há anos está Portugal...*

A intromissão de Luiz XIV nos negócios da Península e em especial nos de Portugal durante a longa e gloriosa campanha da Restauração, a nossa aliança com a França (que nos trafu em Vestfália) para podermos resistir aos terríveis *têrços* de Felipe IV, e todos os jogos diplomáticos que se lhe seguiram, trouxeram como resultado uma aproximação não muito para desejar. Com o andar dos tempos o mal agravou-se e nem mesmo as «radicais» medidas do ingénio Pina Manique conseguiram extirpar do corpo valetudinário do antigo reino de Portugal e dos Algarves o «mal francês» que o ia corrompendo. No advento do Romantismo a doença tornou-se endémica estabelecendo-se de vez até hoje. E efectivamente parece que cultos e semi-cultos só tem olhos para ver a França e até para amar a França. A explicação cabal de tal idolatria (porque é uma idolatria, indubitavelmente!) é algo complexa para poder exposta com clareza nestas ligeiras e desprezenciosas notas. Nos últimos tempos proveio, em grande parte (e já o acentuava a ironia cintilante do Eça) do lugar primacial que no nosso ensino ocupou e ocupa a língua francesa, quer por lhe ser dado o primeiro lugar entre as línguas a-par-do português, quer sobretudo pelo emprêgo, até há pouco exclusivo, de

compêndios redigidos naquela língua, uso que parece ir-se atenuando, embora ainda se desculpe pelo preço excessivo dos livros escolares escritos em castelhano, italiano ou inglês e pela insignificância pedagógica de grande parte dos de autores nacionais.

Ora essa subserviência em face da França nestes últimos anos tem sido rudemente atacada, embora Maurras e seus discípulos venham exercendo ainda nas novas gerações um prestígio algo perigoso, por vezes. Seja dito, embora de passagem, que nenhuma animadversão nutro pela França, gloriosa nação de gloriosa história e cujas lições são tantas vezes proveitosas. O que por forma alguma se admite é o exclusivismo da França, quer no estudo da sua língua, quer na sujeição à sua cultura, tantas vezes em detrimento do estudo, ainda que superficial, da nossa. Outras culturas existem, outras literaturas há, mais ricas e mais poderosas do que as da França e para nós, portugueses, é um dever imperioso o conhecimento perfeito da riquíssima literatura de Castela e sobretudo da actual cultura espanhola (passe a impropriedade do têrmo).

Êsse conhecimento e êsse estudo podem, porém, levar a conclusões inesperadas e perigosas. Houve uma época em que foi moda o chamado «iberismo», moléstia daninha não de todo extinta. Todos sabemos quais são as veleidades que sôbre o nosso País alimentam ainda hoje muitos dos melhores espíritos de Castela. Não recordo agora quem disse existir na alma de todo o castelhano o sonho imperialista de Felipe II, e eu próprio já o tenho repetido algures, sempre que vem a-propósito.

São muito recentes ainda, infelizmente, certos factos de ordem política para poder negar-se com afoiteza a verdade de tal asserção. Essas veleidades iberistas tiveram o condão de cativar o espírito cultíssimo de Latino Coelho, entre outros, e é conhecido de todos os que me lêem o livro famoso de Magalhães Lima (o da Maçonaria), *La Fédération Ibérique*. Modernamente, e há bem poucos anos, alguns descendentes espirituais dos iberistas do século passado, animados dum fogo nacionalismo incompreensível, quiseram lançar sôbre os tradicionalistas portugueses o labeu de iberistas, levantando então ruídos celeuma à volta da *Aliança Peninsular* do ilustre e sempre chorado António Sardinha. E fizeram isso com pensamento reservado, como é óbvio. As alianças encobertas ou declaradas dos revolucionários portugueses com os democratas espanhóis são o desmentido formal e patente do que há poucos anos se pretendeu assacar aos discípulos e companheiros de António Sardinha.

Deve, porém, confessar-se que o hispanofilismo ou antes hispanismo do grande Mestre é algo perigoso não tanto nas suas origens como nas suas conseqüências, e isto por duas razões de pêso: a incompreensão de muitos dos seus leitores e o poder de sugestão do seu entusiasmo de evangelizador das novas gerações. Foi, incontestavelmente, um grande espírito António Sardinha; o seu nome há-de ficar gravado bem fundo nas páginas da história do pensamento português, como um dos grandes agitadores de ideas da nossa terra, o maior depois de Antero, mas deixava-se levar pelo seu temperamento ardente de combativo que por vezes tomava feições bastante perigosas. O seu hispanismo foi uma delas, não pelo que de perigoso encerrasse, sendo como é uma idea admirável, mas pela incompreensão, repito, de muitos que a defenderam e insensivelmente a poderiam levar às últimas conseqüências, facto desastroso por descambar num mal-encoberto iberismo.

É forçoso, porém, reconhecer-se que pela mente poderosa de Sardinha nunca passou qualquer veleidade iberista. Nacionalista dos mais puros, crente dos mais sinceros e sobretudo generoso até ao extremo, na sua alma não poderiam albergar-se sentimentos tam contrários ao sentir português. O seu livro *A Aliança Peninsular* há-de ficar, a-pesar-de tudo, como um marco miliário inamovível na história do desenvolvimento do ideal nacionalista português, e ao mesmo tempo como um dos melhores documentos para o perfeito conhecimento das semelhanças e diferenças entre Portugal e Castela.

Fechado este parêntesis necessário, devo acentuar que são sempre bem-vindas as obras tendentes a tornar a Espanha (e tomo aqui o termo no seu sentido político) melhor conhecida dos portugueses de hoje. São, infelizmente, raras as obras revelando-nos quaisquer facetas do génio castelhano, tam divorciados temos andado do que se passa entre o Caia e os Pireneus. Mesmo na actualidade há profundas divergências entre o pensamento português e o pensamento espanhol. Vistas as coisas um tanto superficialmente é possível que o espectador chegasse à conclusão apressada de que os ideais norteadores da intelectualidade castelhana são antagónicos dos portugueses. Isto porém, seria, como disse, resultado duma observação pela rama e nada nos diria de verdadeiro tam depressa profundássemos o âmago da questão. A Espanha atravessa presentemente uma crise, por alguns espíritos atentos aos problemas políticos de hoje comparada à crise portuguesa de 1908-10. Em meu entender essa semelhança é apenas aparente e logo o reconhecemos desde que verifiquemos

o seguinte facto : a crise portuguesa, fruto duma longa doutrinação, quási exclusivamente feita de início pelos antigos conferentes do Casino e continuada pelos que lhes recolheram a herança política, deu-se antes da Grande-Guerra quando o mundo ainda não assistira à profunda convulsão social posterior. Reflectia ela apenas os últimos raios já pálidos dessa outra longa convulsão que foi a Revolução Francesa, com uma ideologia já caduca, senil mesmo, e propagada um tando indecisa pelos doutrinários democratas. A actual crise espanhola parece, de facto, à primeira vista provir da mesma fonte, nascer do mesmo pé e assim é, pelo menos em princípio. Todavia analisando-a de perto veremos que nela se reflectem tôdas as doutrinações desencontradas do após-guerra, tôdas as ânsias de modificação, tôdas as esperanças, todos os desejos de um novo estado de coisas que caracterizam o período de transição que atravessamos. A Espanha era com efeito um bloco uno e hirta na aparência, com uma serenidade semelhante à que na Natureza costuma preceder as mais violentas tempestades. Bastava, porém, uma pequena chispa para o incêndio deflagrar. Essa chispa foi afastada algum tempo pela ditadura benévola de Primo de Rivera. Causas que ainda se desconhecem motivaram a rápida subversão de tudo o que o ditador instaurara e assim surgiu o inesperado com a república. Seria êste o caminho melhor para a dignificação da Espanha? Talvez... se os homens fôsem outros ou se os corifeus da novel democracia espanhola não fôsem homens de ontem, de ideologia sedida e arcaica para os nossos tempos de dinamismo até no campo da política. O resultado dessa incongruência está bem patente : a Espanha busca uma ordem nova e uma idea directriz precisamente sob um regimen que nunca poderá dar-lhas. Isto levar-me-ia, porém, muito longe, nem é minha intenção analisar aqui tais factos. Queria eu, simplesmente, acentuar o nosso desconhecimento em presença dos acontecimentos políticos ou intellectuais da Espanha, precisamente o país da Europa, que depois do nosso, mais nos devia interessar já pelas afinidades étnicas e culturais, já pela nossa próxima vizinhança. Êsse conhecimento só os nossos intellectuais no-lo poderão dar pelo lugar que ocupam como orientadores do pensamento português. Poucos são, porém, os que lançam vistas atentas sôbre a vida espanhola. Entre os que últimamente vêem pugnando por um estreitamento de relações culturais entre Portugal e Espanha está em primeiro plano o prof. Fidelino de Figueiredo.

Não é desconhecido êste talentoso professor, cuja obra crítica das nossas letras é um dos melhores guias de quem inicia os seus passos

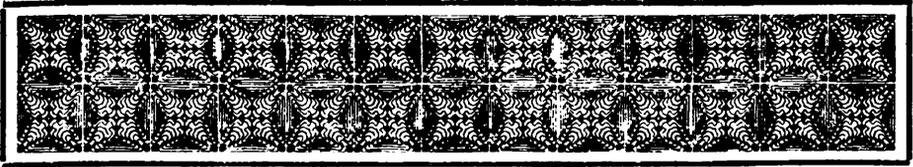
no estudo da literatura portuguesa. Principiando a sua carreira como crítico literário manteve-se largos anos nesse lugar conquistado pelo seu esforço e consolidado pela sua cultura, seguindo a bela mas infelizmente inacabada lição do ilustre Moniz Barreto. Na *Revista de História* pôde o prof. Fidelino de Figueiredo lançar as bases da sua vasta obra e aí dar guarida a tantíssimos estudos notáveis saídos da pena de alguns dos melhores espíritos da nossa terra e do estrangeiro, tornando-se esta revista imprescindível a todo o que pretender conhecer pormenorizadamente alguns pontos da nossa história política e social. Com um amor declarado pelos problemas históricos, veio pouco a pouco até ao campo das letras e com um espírito serenamente crítico, sem *parti pris*, estudou as épocas literárias de Portugal produzindo uma obra que, apesar de não isenta de defeitos, é a única que se pode confiadamente pôr nas mãos dos estudantes. Todavia êste professor sentiu-se breve preso duma inquietação mental, inquietação que o levou do campo das letras para o da filosofia e daqui ao da política, embora não chegasse a ser, ao que me consta, político militante. Dessa primeira fase da sua inquietude é filho *Sob a cinza do tédio*, espécie de autobiografia romantizada, na qual Luiz Cotter, o protagonista, é o próprio autor desdobrado em um outro inquieto mental que morre vencido pelo tédio. Não se deixou, porém, assaltar por êsse tédio o prof. Fidelino. Ao contrário, a sua curiosidade inquieta levou-o a lançar os olhos para fora do restrito horizonte mental português e a procurar em outras civilizações e outras culturas *algo de nuevo* para satisfazer a sua insaciável sêde de inédito. Esta sêde de inédito, ou melhor de ineditismo que levaria outro qualquer de espírito emotivo até aos extrêmos do exotismo, como Lafcadio Hearn, Pierre Loti ou Venceslau de Moraes, a êste professor, magnificamente provido duma vasta cultura e com um senso crítico perfeito e subtil, só serviu para aguçar ainda mais êste senso crítico, tornando-o aberto às mais variadas correntes do pensamento europeu e americano. Daqui nasceu a segunda fase da sua obra onde há livros tam completos e tam perfeitos como *Crítica do Exílio*, *Iniciação boémia* e *As duas Espanhas*, para só me referir a êstes. Tendo viajado e com uma faculdade admirável de assimilação logo traduzida por outra qualidade rara nos portugueses — a síntese, Fidelino de Figueiredo viu que o pensamento não é coisa que possa confinar-se apenas «entre as saias de Elvira», quero dizer nos restritos limites das fronteiras dum povo, obra dos homens e não da natureza. Esta compreensão muito cedo o levou a olhar a Espanha como nossa amiga e bem digna do estudo que há muito lhe é devido, compreensão

que se traduziu primeiro em vários ensaios dispersos pelos *Estudos de Literatura*, depois nas *Duas Espanhas* e agora, com maior fôlego, em *Pyrene*. Êste livro sub-intitulou-o seu Autor «Ponto de vista para uma introdução à História Comparada das Literaturas Portuguesas e Espanhola»; porém êste sub-título modesto não corresponde inteiramente à verdade; o volume é uma perfeita introdução à história comparada das duas literaturas peninsulares e afoito-me até a dizer que dado o devido desenvolvimento aos seus capítulos seria uma verdadeira história comparada das literaturas portuguesa e castelhana.

O prof. Fidelino de Figueiredo esteve algum tempo em Espanha onde professou na Universidade de Madrid. Perfeitamente apetrechado pelos seus anteriores estudos, a sua permanência em Castela e o seu desejo de lhe perscrutar a alma deram-lhe o conhecimento íntimo dessa riquíssima literatura, levaram-no a estudá-la em paralelo com a nossa. Tal a origem dêste livro que é uma obra única na literatura portuguesa dêste século e constitui um estudo magnífico dos principais problemas literários, culturais e históricos de Portugal e Castela, e cujo principal defeito é ser demasiadamente sintético sobretudo em capítulos como o VII, requerendo um maior desenvolvimento.

Ê, porém, perfeito o equilíbrio da construção desta obra, que de forma alguma é um estudo desconexo como tantos que infelizmente para aí aparecem de vez em quando. Tratando-se duma introdução à literatura comparada de Portugal e Castela e tendo previamente definido o seu conceito de literatura comparada, trata seguidamente de recordar outro conceito seu já explanado em anteriores trabalhos sobre o critério de nacionalidade literária. Todavia, e a meu ver, não podem ser aceitas sem reparo certas vistas do prof. Figueiredo neste ponto. Isto carecia de um desenvolvimento que não comportam as presentes notas, pelo que me limito a notar de passagem esta pequena discordância.

(*Continua*).



# O Culto de S. Gonçalo na Baía

(NOTAS SUBSIDIÁRIAS)

(Continuado da página 83)

por ALBERTO V. BRAGA

O povo confia sempre e lá vai onde a êle, pertinho dos seus beijos murmurados, espumantes, tentadores, e embarca naquêles berços grandes, que baloçam como os dos seus filhos, esconde as lágrimas nos lenços de um bordado todo simbólico e recordativo e deixa-se levar, deixa-se ir, assim com Deus e Santo António, à ventura, ventura a mais dignificante, porque é a da pobreza a caminhar em busca do trabalho, ventura a mais respeitosa, a mais sacrossanta, nimbada de uma respeitabilidade sentimental, porque é a do humilde, do desconhecido, a caminhar com o pêso das responsabilidades de família ou da magreza da sua fome, para a dúvida, para o sacrifício, talvez para a morte.

*Ó mar, que és um leão,  
que a todos queres comer,  
não sei como os homens podem  
as ondas do mar vencer. (1)*

Por isso o povo, no seu gorjeio, canta com piedade e tristeza o mar.

Tudo o que ama, tudo o que teme, tudo o que respeita e tudo o que o impressiona e amofina, o povo canta.

Dentro da alma do povo há um mistério tam profundo de dor e de penas, que é muito irmão do mistério imenso que de segredos e de dores envolve o mar.

---

(1) *Cantos Pop. Portugueses*, por A. Tomaz Pires, pág. 338.

Só nas mulheres há íntima semelhança, pelo mar de lágrimas, angustiado e sofredor, que lhe anda no peito, sempre gemente de soluços e de aflições.

E é assim que muitas vezes a sua voz se ergue, se alevanta, se encrespa, e cicia, e murmura, e grita :

*Mal haja quem inventou  
no mar andarem navios,  
que foi êle o causador  
de os meus olhos serem rios.*

*Ó Brasil, terra de enganos,  
quantos lá vão enganados !  
Quantos lá vão por três anos  
e lá ficam enterrados !*

*Ó meu amor, não embarques,  
olha que o mar tem travessas . . .  
eu ia para embarcar,  
achei o mar às avessas.*

*Ó meu amor, não embarques,  
não te metas ao navio ;  
olha que as ondas do mar  
não são as do nosso rio.*

*Ó meu amor, se te vires  
nas ondas do mar aflito,  
chama por mim, que eu irei  
logo ao teu primeiro grito (1)*

*Eu hei-de ir ao mar chorando . . .  
chorando lhe hei-de pedir  
que abraque a sua fereza,  
que o meu amor quer partir (2)*

*Da marinha o meu amor . . .  
eu também sou marinheiro :  
só te peço que me leves  
para o Rio-de-Janeiro (3)*

Pela voz da mulher, quantos destinos se marcam, quantos afoitos se arrojam, quantos tímidos se quedam.

*Aquêle navio novo,  
que se fez no estaleiro,  
julga que me há-de levar  
para o Rio-de-Janeiro.*

*Aquêle navio novo  
jura que me há-de levar ;  
eu juro que não hei-de ir  
passar as ondas do mar.*

*Meu amor foi p'ra o Brasil,  
quis-me consigo levar ;  
mas eu não me animei  
p'ra as águas do mar passar. (4)*

*Amor cordão de navio,  
e cama de marinheiro,  
és tu que me vais levando  
para o Rio-de-Janeiro. (5)*

(1) *Mil Trovas*, pág. 49

(2) *Cancioneiro Lusitano*, por Paixão Bastos, pág. 34.

(3) *Cancioneiro de Celorico de Basto*, por F. C. Pires de Lima, pág. 20.

(4) *Revista do Minho*, vol. XX, pág. 214.

(5) *Idem*, n.º 17 de 1894.

*Embarquei para o mar largo,  
já perdi vistas à terra;  
já não vejo senão céu,  
água e vento que me leva. (1)*

Pois sim.

Mas acima de tudo, Deus e os Santos.

E então lá vinham de longada, todos os minhotos que tivessem de romper as ondas até essa Terra da Promissão, suplicar à S.<sup>ra</sup> da Oliveira, muito confiantes, os levassem a bom têrmo, como ainda hoje, para Oliveira-do-Hospital, à ruidosa festa da S.<sup>ra</sup> dos Milagres, a mais importante romaria das Beiras, concorre a fé devota e palmilhada de todos aquêles que desejam tomar o rumo das Américas ou das Colónias, no pedir à Santa a sua protecção de saúde e de fortuna.

A S. Gonçalo, igualmente acudia a mesma fila romarieira de pedintes, a mesma desfilada de emigrantes. (2)

---

(1) *Mil trovas*, pág. 49. Tem variantes, que se encontram no *Cancioneiro de Vila-Real*, de A. C. Pires de Lima, pág. 113 e Trad. Pop. de Portugal, de J. L. de Vasconcelos, pág. 34.

(2) Embora esta nota saia um tanto ou quanto deslocada, convém dizer todavia, já que em sítio mais calhado a não explanamos com a devida largueza, que Braga, a capital da província do Minho, prestando merecida honra a S. Gonçalo, deu-lhe o nome a uma rua e erigiu-lhe uma capela, a que juntou mais tarde o *Recolhimento das Convertidas*, destinado a doze mulheres arrependidas, a quem davam diariamente, a cada uma, vinte réis e meio alqueire de pão por semana.

Na Sé, tem altar e imagem. «Entre o Mogadouro e Penaroiás tem o Santo uma igreja da sua invocação. Na vila de Chaves tem altar no Mosteiro de S. Francisco e junto da mesma vila, na aldeia grande, que chamam Ceravelha, há uma ermida do nome do Santo. Em Gozedes, concelho de Fonte Longa há a freguesia e a igreja do nome do Santo, e do mesmo é a igreja e freguesia de Alfarela, em Val Longo. Há uma imagem no mosteiro junto da vila de Ponte-do-Lima, e outra em Vila-do-Conde, na casa da Misericórdia.

Na Sé do Pôrto há altar e imagem, e antiqüíssima confraria, e por cima da cidade, no lugar chamado Araújo, há uma igreja e freguesia com o nome do Santo.

No concelho de Paredes da Beira, há uma ermida a que chamam S. Gonçalo de Penela. Na vila de Valença-do-Douro há uma freguesia com o seu nome, onde se faz uma grande feira no seu dia.

A vila de Aveiro tem uma igreja e freguesia com o seu nome. Na freguesia de S. Gião da cidade de Lisboa, há altar e pintura do Santo.

No Convento de S. Domingos da mesma cidade tem o Santo altar, imagem e célebre confraria, como a tem também por todo o Reino, e até na Índia Oriental

À Senhora da Oliveira      S. Gonçalo, ajudai-me  
 prometi festa e sermão,      na viagem pelo mar;  
 se andasse pelo Brasil      se eu voltar e não morrer,  
 guiado por sua mão.      juro que me hei-de casar. (1)

todos os conventos da Ordem. E o mesmo é nos conventos de Galiza Dominicos, pela comunicação que tem com Entre-Douro-e-Minho.

Passou o mar a devoção, como os portugueses começaram a navegar. Na Ilha Terceira, Bispado de Angra, edificaram um Mosteiro de freiras da Ordem de Santa Clara, mas debaixo do nome e invocação de S. Gonçalo. Nas Ilhas Canárias está dilatado o nome e devoção dêste Santo. Dous irmãos nascidos e criados em Guimarães, trocando a Pátria pela vivenda da que chamam Grã Canária, levantaram-lhe altar, e instituíram confraria num Mosteiro de freiras Bernardas, festejando em tôda a ilha seu nome e dia.

Merecem memória êstes irmãos pela obra; e porque afirmavam terem parte no sangue do Santo, por direita descendência. Chamavam-se Diogo Fernandes e Pedrálvares, e o apelido de Silva.

Na ilha de Tenerife há uma imagem de S. Gonçalo com quem tôda a ilha tem tanta devoção, por milagres sem conto, que obra em tôdo o género de enfermidades. Na cabeça da cristandade, que é Roma, vemos na igreja de Santo António dos Portugueses, o nosso S. Gonçalo de Amarante em seu hábito dominico, de tal pintura e mão, que representa uma grande antiguidade». (*História de S. Domingos, por Frei Luis de Sousa, tomo III pág. 223 e segts.*)

Em Murça, há a freguesia de Valongo que tem como orago a S. Gonçalo.

Em S. João da Pesqueira, a freg. de Valença, idem; em Vila do Conde, a freg. de Mosteiró, idem; em Carrazeda de Anciães, a freg. de Zedes, idem; em Mirandela, a freg. de Vale de Sancha, idem; em Chaves, a freg. de Vilas Boas, idem.

Na povoação de Pinheiro, em S. João de Tarouca, há uma capela da invocação de S. Gonçalo. Em S.<sup>to</sup> Adrião de Vizela, há um lugar de S. Gonçalo.

No Funchal há a freguesia de S. Gonçalo que tem como orago S. Gonçalo.

A mais, há para riba de vinte e sete lugares, hortas e quintas com o nome do Santo Vimaranesense (*Diccionario Postal e Chorographico do Reino de Portugal, por João Baptista da Silva Lopes, tomo II, pág. 164*).

Amarante, a terra que lhe serviu de túmulo, também o recorda em vários monumentos de justa nomeada.

Guimarães, o seu berço, tirante algum pouco que modestamente o representou noutras eras, por essas freguesias d'aldeia, (S. Cipriano, Mesão-Frio, Mascotelos, Atães, Azurém, S. Paio de Vizelas, Tágilde, etc., e igrejas da Oliveira e S. Domingos), não tem uma verdadeira e eloqüente memória que diga e lembre, perpétuamente, a seus filhos, que S. Gonçalo foi, destas bandas, a mais dignificante constelação do amor e da crença. (*S. Gonçalo — culto e lenda das bandas do seu berço, por Alberto V. Braga, págs. 12 a 20*).

Nem um templo, nem um recolhimento, nem um albergue, nem uma casa de pobres com o seu santo nome. Nem uma triste rua...

(1) Estas duas quadras pertencem a um cancionero inédito de Albeito V. Braga.

E a muitos Santos mais, com a mesma devoção, a mesma sú-  
plica é feita :

*À Senhora da Lapinha*                      *O homem quando embarca*  
*no meio daquela serra,*                      *deve rezar uma vez ;*  
*hei-de lhe dar uma prenda,*                *duas, quando vai p'ra a guerra,*  
*se voltar a esta terra.*                      *e quando se casa, três. (1)*

E da banda de cá, por amor dos que lá se vão, não faltam tam-  
bém corações de noivas, amizades de pais e carinhos de espôsas, a  
pedir aos Santos venturas muitas para os seus, que foram à cata de  
melhor sorte, rezando sempre, a piedade humana, tôdas as noites,  
pelos que andam «sob las águas do mar».

*Da minha janela rezo*                      *Senhora dos Navegantes,*  
*à Senhora das Areias,*                      *sois pequenina e bem feita :*  
*que me guarde o meu amor*                *livrai os homens do mar,*  
*que anda por terras alheias.*              *dai-lhe a vossa mão direita. (2)*

Os votos cumprem-se. São sagrados.

Não é poesia, no seu delicado sentimento, quem nos revela em  
canto os feitos amorosos das almas, quando tocadas de unção espi-  
ritual dentro do respeito do milagre. Estas confissões de promessa  
estão só na sua liberalidade de execução. Não se alardeiam, não se  
comunicam, não se transmitem, não se manifestam, nem mesmo quando  
são feitas, por divino juramento, de peito para peito, de amor para  
amor, de coração para coração, ou do pensamento e da vontade ao  
amor da terra e do lugar.

São promessas caladas. Cumprem-se.

Não são daquelas que levam o caminho dos amortalhados, dos  
círios de altura, dos ex-votos em cera, das voltas em redor dos tem-  
plos e dos caixilhos exemplificando a fase dos milagres.

São das que se erguem à luz do sol e da caridade em rasgado  
altruismo, em generoso preito de humana beleza, transformadas na  
virtude de mais templos e mais altares, de mais albergues para os  
velhos, de mais alegres casinhas para as crianças e de mais agasa-

---

(1) *Folclore Lanhozense*, por A. Basto, pág. 55.

(2) *Mil Trovas*, pág. 8.

lhados retiros para os desafortunados, para os doentes, para os que não podem lutar, nem servir, nem viver.

Mas em simplicidade, ainda assim o povo canta o amor da promessa :

|                                                                                                                        |                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>A Senhora da Saúde<br/>tem um manto que reluz,<br/>que lhe deu um Brasileiro<br/>que se viu no mar sem luz. (1)</i> | <i>A Senhora da Agonia<br/>tem telhadinho de vidro,<br/>que lhe deu um marinheiro<br/>que se viu no mar perdido.</i> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                                                         |                                                                                                                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>A Senhora da Peneda<br/>tem o telhado de vidro,<br/>que l'o deu um Brasileiro<br/>que se viu no mar perdido. (2)</i> | <i>Ao Senhor da Piedade<br/>quem me dera poder ir,<br/>para ver as portas novas<br/>que vieram do Brasil. (3)</i> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

E até as Santas abençoam o mar, num gracioso simbolismo encantador, calhado ao gosto misterioso do povo crente :

|                                                                                                               |                                                                                                            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>A Senhora da Abadia<br/>bota fitas a voar :<br/>vermelhinhas e branquinhas,<br/>tôdas vão cair ao mar.</i> | <i>A Senhora das Candeias,<br/>bota fitas a voar :<br/>bota uma, bota duas,<br/>tôdas vão cair ao mar.</i> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

E começam os adeuses, sempre os últimos e derradeiros e sempre os mesmos e em comêço, sem despegadoiro, os olhos a botar por fora muitas lágrimas, sem nada que as estanque, nem lenços, nem abraços, nem colos de encôsto, nem palavras de ânimo, de esperança e de alegria. Nada.

De-súpeto rompe a descer sôbre os peitos o negro do desalento, o dó da separação, assim como quando tomba a noite, e embrulha e enrola os casais silenciosos, que os mêdos rodeiam, nos uivos das aves agoirentas dos montados, nos rugidos traiçoeiros do vento, no

---

(1) *Alguns aspectos da vida portuguesa no Cancioneiro de S. Simão de No-  
vais*, por Fernando Pires de Lima.

(2) *De Terra em Terra*, vol I, Lisboa, 1927, por J. Leite de Vasconcelos,  
pág. 11.

(3) *Cantos Pop. Portugueses*, por A. Tomaz Pires, pág. 50.

gerner das árvores, no latir denunciante dos cães, no estraquejar suspeito dos guissos secos e no rolar dos seixos dos caminhos velhos.

Adeus!... Adeus é p'ra quem morre. Mas inda assim, quantas coisas, em mingado tempo, morrem para os olhos de quem parte!...

¿Que fica a mais do que a familia, do que os parentes, do que os amigos, do que as noivas?

¿Que é que se despega dos corações?

Não é o amor, porque êsse vai, embarca, segue o homem até à morte.

Mas é a vida que formou os corações, é essa que se despega, a vida das coisas que por cá ficam a brilhar, a desbotar, a morrer à luz dos dias, sem o afago da luz dos olhos de quem lhes queria bem.

E por cá se ficam, quedos e mudos aos adeuses, os longes esgarçados dos montes; os verdes lustrinos dos campos; os enferrujados e decrépitos olivais, cheios de torcidas, rugosas e nodosas oliveiras, como amarrecadas avós; as videiras dos eidos, gordas de sustância e afilhadas de saúde, trepando a fêsto pelas árvores, ou ao comprido, em espreguiçamento de braços, pelas latas e pelos bardos; os alpendres esburacados, seguros pela hera, que marinha e se enlaça para não deixar cair, pelas gretas, o grão doirado ao bico cacarejante das galinhas de ninhada; os casais térreos, de cozinha defumada, onde medram a lareira, o forno, a candeia e os filhos; os quintalejos, onde namoram os frutos com a embriaguez dos perfumes; os talhões dos cheiros, dos cravos e das flores; as alminhas contorcidas e apiedadas dos caminhos e das quelhas; as capelas dos lugares, branquinhas como as toalhas de água-às-mãos, de caminhos festeiros em maré de missa ou de arraial; as fontes rasgadas em veio corredio, cantando cromáticamente nas linhas singelas da forma e graça dos púcaros e das cantarinhas, desde a base ao bôjo, desde o bôjo ao colo e desde o colo à bôca; as noras gementes e cansadas das regas calmosas; o cantarolar chocalhento dos moínhos; os carros na chiada dos carrêgos e no cirandar do S. Miguel e das lavoiras, bois à frente, bondosos e humildes ao mando da sogá e da aguilhada; as violas e os cavaquinhos do zangarreio repenicado das pisadas, do enriar do linho, das romarias e das caminhadas nos dias de ver as moças; os tambores, os ferrinhos, os macacos, os réque-réque, as castanholas e os harmónicos das danças de roda e dos cantos ao desafio...

Mas olhai: afinal, o que fica, é tudo!

Não torturemos demais a saúde.

*Adeus, adeus, minha terra,  
mal de ti nunca direi,  
o mundo dá muita volta,  
não sei se cá tornarei. (1)*

*Tu me acenaste do mar  
c'um lenço de meia-vara;  
eu acenei-te da terra  
c'os olhos da minha cara. (3)*

*Adeus, cidade do Pôrto,  
Adeus, ponte dos Guindais;  
eu cá vou para o Brasil,  
adeus até nunca mais. (5)*

*Adeus, barra de Lisboa,  
Adeus, tirano vapor,  
ó ladrão, que me levaste  
p'ra o Brasil o meu amor.*

*Já lá vai pelo mar fora,  
quem cá não há-de voltar:  
quem cá fica, fica a rir;  
quem lá vai, vai a chorar.*

*Já lá vai pelo mar fora,  
quem me dizia: sou teu!  
Deus lhe dê tanta ventura  
como aos anjinhos do céu. (8)*

*Não chores, amor, não chores,  
eu ainda aqui estou contigo;  
chorarás quando me vires  
no mar largo, sem abrigo. (2)*

*O meu amor foi-se embora  
sem se despedir de mim;  
o mar se lhe torne em rosas  
e o navio num jardim. (4)*

*O mar se torne em flores,  
o navio em jardim,  
os mastros em açucena  
p'ra êle se lembrar de mim. (6)*

*Já lá vai pelo mar dentro,  
quem no meu peito dormia;  
Deus o leve, Deus o traga  
para a minha companhia.*

*Já lá vai pelo mar fora,  
quem me tirava o chapéu;  
Deus o leve, Deus o traga,  
como os anjinhos do céu (7)*

*Já lá vai pelo mar fora,  
quem nos meus braços dormia;  
era o cravo mais bonito  
que na minha rua havia. (9)*

(1) *Trovas do Povo*, por João do Minho, pág. 132.

(2) *Cantos Pop. Portugueses*, por A. Tomaz Pires, pág. 322.

(3) *Cantos Pop. Portugueses*, por A. Tomaz Pires, pág. 323.

(4) *Cantos Pop. Portugueses*, por A. Tomaz Pires, pág. 319. — Tem uma variante, que vem nas *Tradições Pop. de St.º Tirso*, por A. C. Pires de Lima, pág. 80.

(5) *Revista do Minho*, vol. XX, pág. 213.

(6) *Idem*, n.º 6 de 1891, cantiga recolhida por Silva Vieira.

(7) As 4 quadras são do *Cancioneiro Pop. de Vila Real*, por A. C. Pires de Lima, págs. 22 e 112. Tem a última quadra uma variante, que vem nas *Mil Trovas*, a pág. 48.

(8) *Cantos Pop. Portugueses*, por A. T. Pires, pág. 86.

(9) *O Pòveiro*, por A. Santos Graça.

As saúdaes, as lágrimas, os abraços, os beijos, as ânsias, as torturas, as aflições, os ais e os desesperos, andam de cá para lá e de lá para cá, sempre a fio e sem parança, em voejos de pensamento, em rezas recordativas, em cartas de letra tremida, às escadinhas.

E na cegueira louca do apartamento, do amor consumido, do amor ausente, distante, quantas vezes as estrêlas são anunciações do além, avisos da chegada do bem querido, e as borboletas que de noite embarram pelo fumo da candeia, a novidade de carta que se aproxima, a novidade de amigo que não tarda!...

¡ Como as ilusões vão matando as dores do povo!

¡ Como num tudo-nada, num chisquinho, está por vezes uma grande soma de poder sugestivo a distribuir coragem e alento, por caridade, à resignação, ao sofrimento da espera prolongada, e se cahar duvidosa e incerta!...

*Tôdas as vezes que vejo  
gaiotas à beira-mar,  
cuido sempre que são cartas  
que o amor me está a mandar.*

*Se o mar fôsse de leite,  
e as ondas de requeijão,  
ia-te ver ao Brasil,  
meu amor do coração. (1)*

*Se fôra de leite o mar,  
como é de água salgada,  
corria por êle abaixo,  
ia ver a minha amada. (2)*

*Se o mar tivesse varandas,  
ia-te vêr ao Pará;  
mas o mar não tem varandas,  
meu amor, anda tu cá.*

*Se vires o mar vermelho,  
não te assustes, que é sagrado;  
são as lágrimas de sangue  
que por ti tenho chorado. (3)*

*Se o mar tivesse varandas,  
ia-te ver ao Brasil;  
mas o mar não tem varandas,  
e eu a pé não posso ir. (4)*

*Quem me dera dar um ai,  
que se ouvisse na Baía, —  
e que o meu amor dissesse:  
Êste ai de onde viria?*

*Ó mar, que nas ondas levas  
um bem que tanto adoro,  
se levas fartura de água,  
é das lágrimas que eu choro.*

---

(1) *Mil Trovas*, pág. 49 e 50.

(2) *Cancioneiro Lusitano*, por Paixão Bastos, pág. 85.

(3) *O Poveiro*, por A. Santos Graça.

(4) Tem variantes.

*Se o mar fôsse de papel  
e os peixes «escrivões»,  
escrevia-te uma carta  
de lágrimas e paixões. (1)*

*Carta, vai onde te mando,  
por êsses mares sem fim...  
chega lá e de joelhos  
dá-lhe saúdaes de mim (2)*

*Em carreira, p'ra o Brasil,  
andam sempre as andorinhas;  
nunca trazem novas tuas  
e eu sempre a mandar as minhas.*

*Daqui ao Brasil é longe,  
não chegam lá meus suspiros;  
mas quando êles lá chegassem,  
iam mais mortos que vivos. (4)*

*Vou-me daqui p'ra o correio  
daqui pró correio me vou;  
vou-me buscar uma carta  
do meu amor que embarcou. (6)*

*Vejo mar, não vejo terra,  
vejo ondas a luzir;  
vejo o meu amor ausente,  
não sei para onde hei-de ir.*

*Quando olho para o mar,  
a Deus peço paciência,  
que me dê água nos olhos  
com que chore a tua ausência. (3)*

*O meu amor me deixou,  
sozinha neste deserto;  
hei-de-me ir deitar ao mar,  
levam-me as ondas, decerto.*

*Já não há papel em Braga  
nem tinta no tintureiro,  
p'ra escrever ao meu amor  
para o Rio-de-Janeiro. (5)*

*O meu amor foi-se embora.  
para o Rio-de-Janeiro;  
quando vierem noticias  
também me há-de vir dinheiro (7)*

*Eu espero da Baía,  
lá do Rio-de-Janeiro;  
da Baía uma carta,  
do Rio um brasileiro. (8)*

Depois o adeus ao Brasil, na hora feliz do regresso, mais alegre ou mais triste, consante a ventura de cada um. Adei nem todos podem ter a mesma sorte.

(1) *O Amor Português*, por Luis Chaves, pág. 26.

(2) *Cancioneiro Minhoto*, por Silva Vieira, pág. 31.

(3) *Cantos Pop. Portugueses*, por A. T. Pires, pág. 324.

(4) *Revista do Minho*, n.º 17 de 1894.

(5) *Idem*, n.º 3 de 1886.

(6) *Idem*, n.º 6 de 1891, cantigas recolhidas por Silva Vieira.

(7) *Idem* ano X de 1895, pág. 24.

(8) *Idem*, n.º 6 de 1891.

O que todos sentem é a curteza do caminho, quando a direcção, a linha, o norte, é o da sua terra, é o da sua casa, é o da sua família, é o do fumo do seu lar.

Para trás, tudo escurece, tudo fica em arrumo adormecido.

Vão fugindo, ao avanço das águas, o bulício, a grandeza, o movimento, o volume enorme, estupendo, duma vida agitada, custosa, de negro, de calvário, de pesada cruz.

Já perto, o cenário é outro: de mimo, de afago, de leveza, de côr, mais igual, cheio de músicas ternas e orquestrado de tons. Cenário vivo de claridades e perfumes, lindo e brincado como os presépios em maré de Natal e como as cascatas em maré de S. João.

Depois a chegada, a espera, a alegria esfolhando sorrisos nas caras e nos corações. Os sinos a tocar, muito galhofeiros; os foguetes dando alarme; os vizinhos dando palmas, pesando abraços, cochichando gracejos; as caras mais lavadas, frescalhudas, os cabelos untados, mais lustrosos; a canalha menos pingôna, menos desmaneirada, menos codeenta, saltando de curiosidade; os peitos das mulheres com todos os oiros e luxos das caixas; os caminhos mais passariñhados, mais acenados de mãos amigas, de curvaturas velhinhas...

*Se eu soubera que tu vinhas,  
Josèzinho brasileiro,  
mandava varrer as ruas  
c'um raminho de loureiro (1)*

Mas nem todos chegam!

E é essa a maior pena dos que ficam de olhos rasos de água, sempre à espera, como tontos, dos corações que não mais tornarão a ver, nem a sentir a grandeza dos abraços, a quentura dos beijos, a mornidão do carinho e a paz de um descanso entre as mãos velhinhas de quem soube rezar e esperar, entre as mãos trémulas e brancas de quem soube pedir e amar, ou entre a traquinice de sam-ba-leite da inocência que soube sempre sorrir...

*Adeus, Rio-de-Janeiro,  
cercado de água salgada;  
no meio tem uma fonte  
onde o meu amor se lava.*

*Adeus, Rio-de-Janeiro,  
perdição de tanta gente;  
quando vão parecem cabos,  
quando vêm, são uns sargentos.*

---

(1) *Revista do Minho*, n.º 13 de 1888.

*Adeus, Rio-de-Janeiro,  
adeus, primeiro pontão,  
onde eu tenho e não vejo  
amores do meu coração.*

*Quando no mar se vê ao longe  
lindo barco a navegar,  
meu coração se alegra  
pelo ver à terra chegar.*

*Tudo que no mar embarca,  
à barra do pôrto vem ;  
tudo vejo vir à vela,  
só o meu amor não vem.*

*Quem me dera ser navio,  
ser mar imenso também,  
p'ra trazer o meu amor  
que anda por terras de além.*

*Quando eu vim da Baía,  
lá me ficaram dez réis ;  
comprei duas mulatinhas  
cada uma por cinco réis.*

*Mulatinhas da Baía,  
quando vão rezar o têrço  
dizem umas para as outras :  
Eu se não caso, esmoreço.*

*Mulatinhas da Baía,  
quando vão domingo à missa,  
levam contas de bugalhos,  
Padre-nossos de cortiça.*

*Pernambuco me perdeu,  
a Baía me soltou ;  
o Rio-de-Janeiro  
para mim já se acabou.*

*Aí vêm barcos à vela,  
só o meu amor não vem ;  
é certo que o mataram,  
ou êle matou alguém. (1)*

*Eu hei-de ir àquêl mar,  
hei-de abraçar-lo com ais,  
que me traga o meu amor,  
assim como traz os mais.*

*Quando eu vim da Baía,  
quando da Baía vim,  
as mulatas carinhosas  
tôdas choraram por mim.*

*Mulatinhas da Baía,  
foram-se lavar ao mar,  
deixaram as águas turvas  
sendo elas um cristal. (2)*

*Mulatinhas da Baía,  
foram-se lavar ao mar ;  
acharam a água fria,  
tornaram a recuar,*

*Mulatinhas da Baía  
foram-se lavar ao rio,  
disseram umas p'ra as outras :  
Não se pode parar com frio.*

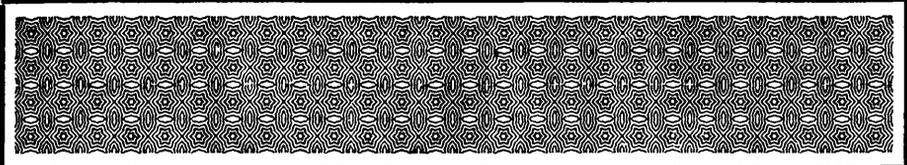
( Continua )

---

(1) As 6 quadras são do *Cancioneiro Minhoto*, por Silva Vieira, págs. 40, 129, 32, 30, e 126.

(2) *Cantos Pop. Portugueses*, por A. T. Pires, págs. 317 e 246.

---



# Da enfiteuse — Soluções necessárias (\*)

por António de Sousa Machado

**B**REVES PALAVRAS, tam resumidas quanto possível, pretendem focar, com a actualidade que merece, o importante problema da propriedade enfiteutica entre nós. Recentemente compilou em opúsculo alguns artigos publicados no «Comércio do Pôrto», o sr. A. Carvalho Cirne, escritor e jornalista muito ilustre e presidente honorário da Liga Agrária do Norte, depois de ter sido da mesma Liga um activo Presidente em efectividade de serviço.

Esse estudo do sr. Carvalho Cirne além de ter a impô-lo o nome do autor, tem ainda a dar-lhe cunho de autoridade o facto de ser o pensamento da Liga Agrária do Norte, conforme nêle se declara.

Bem andaram, a Liga e o Autor do opúsculo, em fazer a sua publicação, onde abundam claras ideas que bem podem pôr os leigos à altura de entenderem a origem e actuação do contrato en-

---

(\*) **NOTA PRÉVIA** — O presente estudo não tem, como da leitura se verá, a mais pequena pretensão de mostrar um trabalho erudito. Eis porque o leitor não encontrará nêle uma multidão de citações como agora soe patentear-se sapiência; nem tam pouco encontrará divagações históricas ou de legislação comparada, absolutamente inúteis para o fim que se pretende: uma solução prática para o regime enfiteutico que entre nós é injustiça e anarquia.

Esclarece-se ainda que nada tem êste pequeno estudo com uma comissão constituída pelos srs. D. António Carvalho Cirne, Conde de Aurora, Dr. Mário Carneiro Pacheco, Dr. Simeão Pinto de Mesquita e o autor e em que uma assemblea de senhorios directos delegou o encargo de apresentar uma solução que se pretende. Foram estas páginas escritas antes de qualquer reunião dessa comissão, sendo da única e inteira responsabilidade do autor que pede, no entanto, a quem as ler, o favor de a qualquer dos membros da comissão indicada, fazer chegar as considerações que o problema lhe suscitar.

fitêutico, esclarecendo a situação dos foreiros, senhores de terra que não a adquiriram se não com a obrigação de pagarem certas compensações, periódicas e ocasionais.

A terra assim adquirida, nunca foi paga, digamos assim, de forma que o fôro ou laudêmio que sôbre ela pesam não são encargos, odientas obrigações adquiridas por lamentável hábito — como muita gente parece supor.

Pelo contrário, a pessoas que não tinham, as mais das vezes, possibilidades financeiras de adquirir propriedade, um dono dela deu-lha com a obrigação daquêle que a recebeu ficar a pagar uma pequena prestação anual e outros réditos ocasionais, em compensação.

O contrato, aceite por ambos, livremente estipulado, tinha a sua existência legal e pelo convencionado tempo, tempo incerto mas limitado as mais das vezes, perpétuo, outras.

A imaginação era fértil na regulamentação dos contratos.

Há extravagantes prestações a pagar, por motivo do seu restrito valor, um ôvo, por exemplo, ou pela sua causa, como aquela de que vagamente tenho notícia devida pelas freiras de Lorrvão à mitra de Coímbra nos sábados sem sol.

Tudo isto, claro, era livremente aceite e durante os séculos em que Portugal se criou e pelos séculos que se seguiram não se queixava quem havia dado a terra nem quem pagava o fôro.

No norte, há concelhos onde a generalidade da propriedade é foreira. Daí, a importância do problema.

Isto mesmo foi notado — a observação é fácil... — por alguém, bacharel em leis, que escreveu em letra de fôrma ter tal desenvolvimento a propriedade adestrada ao pagamento de fôro ou cânon que em Coímbra havia, ao lado de uma Faculdade de Direito Civil, uma Faculdade de Direito Canónico!

A frase corre impressa e o advogado seu autor, já falecido, parece que fez escola e talvez tenha a mesma origem e seja único o pensamento que perseguia a Faculdade Canónica e as pessoas com direito ao fôro ou cânon...

Infelizmente, não são os cursos que deixam ver claro, fora e acima dos preconceitos; e o doutoramento ou o bacharelato em leis não tem elucidado suficientemente os graduados sôbre a instituição enfitêutica.

Vem de longe o pensamento perseguidor da propriedade enfitêutica; a revolução francesa viu nessa forma de propriedade um resto do feudalismo.

O mesmo pensamento entrou barreiras com a primeira chilreada dos pintainhos de Rousseau portugueses.

O sentimento de libertação da terra nasce então do facto de a propriedade vinculada ser tradicional na nobreza; era a nobreza, em geral, senhora da terra e, aforando, aparece-nos como senhoria directa.

Acontece o mesmo com os bens da Igreja. E a perseguição à Igreja e aos Nobres leva, implicitamente, à protecção dos enfiteutas.

Claro que se entende a preocupação do Estado proteger os fracos, mas não se confunda, em plena época de capitalismo e plutocracia, nobreza com força. Há muito já que a nobreza nortenha não se distingue das mais classes (média ou remediada), se não numa melhor compreensão dos deveres sociais que os *parvenus*, num desejo de conservar as suas tradições e as suas casas com um sacrifício incompreendido por muitos e que tanto concorre para sustentar padrões do passado, motivos de arte que tornam as províncias do norte zonas de um turismo encantador, motivos de contacto com as populações rurais, de famílias de maior cultura e melhores hábitos de vida, elevando naquelas os sentimentos de hospitalidade, afabilidade e solidariedade social.

De resto, economicamente, senhorios e foreiros, pertencem a essa classe média do capitalismo, de pé de meia feito à custa das maiores economias, cuja defesa é um princípio essencial e urgente na estabilização da sociedade em que se têm de erguer, sólidos e indestrutíveis, os alicerces familiares e cristãos do Estado Novo.

\* \* \*

No estudo apontado do sr. A. de Carvalho Cirne onde, repetimos, se expõem ideias, as mais claras e úteis, conclui-se pela necessidade de se legislar convenientemente sobre o regime enfiteutico.

Chama a Direcção da Liga Agrária do Norte a atenção de quem ler o trabalho do seu ex-presidente e pede a opinião sobre o estudo apresentado. É amplo, pois, o sufrágio a que nos convidam e assim talvez se me possa perdoar que eu concorra a êle numa limitada contribuição de elementos.

Parte o sr. A. de Carvalho Cirne do princípio de que a enfiteuse é um anacronismo. E explica as origens da enfiteuse, confessando os seus benefícios no passado:—A terra era dada a fidalgos, prelados, abades de mosteiros que não eram as pessoas mais idóneas para o seu amanhã; recorriam pois ao braço do trabalhador. Para

lhe pagar, como era escasso o numerário, recorriam à enfiteuse. Mas hoje, acrescenta, não há falta de braços, de ferramentas e de dinheiro para se poderem transformar charnecas ou montanhas em terras produtivas.

É uma explicação romântica para a enfiteuse que talvez possa não ser ainda um anacronismo. São muitos os autores que ao problema se têm dedicado, apresentando-nos a enfiteuse em plenos séculos XIX e XX capaz ainda de representar um largo papel.

Por exemplo: Oliveira Martins que definiu o fôro como a forma de associação permanente do capital e do trabalho, do proprietário e do lavrador, do fidalgo e do plebeu para o arroteamento dos incultos, — defenição em que há actualidade, por enquanto.

É que, realmente, se o numerário já não escasseia, escasseia muitas vezes, quasi sempre, o capital em quem possui terra para fazer o seu melhor arroteamento.

Alexandre Herculano queria ver o fôro (moralizador dos campos, lhe chamou) a exercer no Sul do País a acção de povoamento e desenvolvimento económico que exerceu no Norte.

E talvez não seja só no Sul do País; é também nos nossos domínios ultramarinos, um regime de futuro.

— Lembro que o folheto de que me ocupo é da Liga Agrária do Norte que possivelmente se não lembrou do Sul e do nosso Império —.

Em meados do século XIX pedia-se na Câmara dos Deputados o aforamento dos bens nacionais que não logravam comprador por preço algum (1).

Recentemente Xavier Cordeiro coloca a enfiteuse nos seus devidos termos e cita uma curiosa monografia publicada por The Cobden Club, intitulada «Systems of land tenure in various countries» que largamente se refere ao aforamento em Portugal pondo em relêvo os seus benefícios e afirmando: «infelizmente, a legislação influenciada pelas ideas francesas declarou guerra a este sistema de propriedade, com o fim de realizar uma abstracta libertação da terra. Foi um êrro porque tôda a instituição que tende a assegurar a posse da terra naquêle que a cultivou, é excelente (2)».

(Continua)

(1) O Problema da Vinculação e o Casal de Família de Xavier Cordeiro, pág. 30, 2.<sup>a</sup> ed.

(2) Xavier Cordeiro in loco cit., pág. 39

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1835

## GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

### Julho

**Dia 1** — João António da Silva Vilela, apresenta à Câmara um alvará do Duque de Palmela, datado de 2 de Junho, no qual a rainha lhe faz mercê, por portaria de 24 de Abril, da administração do correio desta vila. Pelo presidente foi-lhe deferido o juramento. A câmara determina que, em virtude dos officios da prefeitura da província, n.ºs 446 e 451, que acompanhavam, por cópia, o officio da provedoria do concelho n.º 454, que manda arrecadar o líquido dos rendimentos de um ano das Irmandades do concelho, se notifiquem os tesoureiros dessas Irmandades a darem entrada, no prazo de 3 dias, na tesouraria da Câmara, das importâncias respectivas, sob pena de procedimento na forma das portarias citadas.

**Dia 7** — Foi reeleita, pela quinta vez, abadesa de S.<sup>ta</sup> Clara, D. Maria Máxima da Natividade.

**Dia 8** — A Câmara, em virtude do officio da sub-prefeitura desta comarca, n.º 1.165, de 7 do corrente, determina que se não faça a eleição de Jufzes Eleitos para as freguesias dêste concelho.

**Dia 11** — Procedendo-se à eleição dos Jufzes de Paz nas freguesias do concelho, foram eleitos, para as freguesias da vila, os seguintes: da Colegiada (Oliveira), Ro-

drigo de Sousa Fartura; de S. Paio, António Ribeiro da Costa e de S. Sebastião, António Joaquim, boticário.

**Dia 12** — Da igreja de S. Sebastião sai uma majestosa procissão em que figuravam as imagens dos oragos das irmandades existentes nessa igreja. Esta procissão foi feita em sinal de regosijo pela portaria régia que manda conservar a freguesia na referida igreja, acabando, desta maneira, a que a mandava transferir para a de S. Francisco. (P. L.). — Nota: «O Espectador» publicou esta notícia em efeméride mas dando-a como ocorrida em 12 de Agôsto, o que foi êrro.

**Dia 21** — Às 10 horas da noite teve princípio, nas casas de José Leite, do terreiro da Misericórdia, um grande incêndio que se comunicou às casas do Raro, às de António Pereira da Cunha e às do cônego João Batista. Se se não atalhasse às immediatas e não tivesse também mudado a direcção do vento, teriam ardido certamente tôdas as casas daquêle corrente até à Porta da Vila. Êste incêndio durou até de manhã, tendo destruído 4 prédios e todos os móveis neles existentes (P. L.).

Os bombeiros trabalharam com difficuldade porque as mangueiras estavam rotas e os canecos quebrados. Os prejuízos foram avaliados em 150 mil cruzados, afirmando-se que o fogo foi pôsto.

**Dia 22** — Entre outros assuntos, a Câmara determina que, para ocorrer a qualquer incêndio que possa haver, todos os vendeiros sejam obrigados a terem um caneco sempre cheio de água. Os que assim não fizerem serão condenados em acto de correição da Câmara. Mandaram, para êsse fim, afixar os editais na forma do estilo.

### Agosto

**Dia 6** — A ordem Terceira de S. Francisco toma posse da igreja, sacristia, claustro e hospício dos frades que, por carta de lei de 28 de Fevereiro dêste ano, lhe haviam sido dados. No acto de posse houve repiques na sua tórre, e foguetes.

**Dia 7** — Por decreto desta data, foi alterada a divisão judiciária. Desta maneira foram desanexadas do concelho de Guimarães: para o julgado de Barcelos, as duas freguesias de Cunha e Revelhe com um total de 195 fogos; para o de Fafe, as freguesias de Felgueiras, Gontim, S. Miguel do Monte e S. Martinho de Silvaes num total de 548 fogos. Do de Barcelos transitaram para o de Guimarães, os lugares de Mourisco e Condado, da freguesia de Mogege, que foram anexados à freguesia de Ronfe.

Por decreto desta data foi nomeado Juiz de Direito para Guimarães, António Clemente de Sousa Gião, da Póvoa de Lanhoso. Para os cargos de Delegados do Procurador Régio foram nomeados os seguintes bachareis vimaranenses: para Barcelos, Francisco Leite Pereira da Costa Bernardes; para Chacim, João António de Oliveira Cardoso; para Guimarães, Agostinho Vicente Ferreira de Castro, e transferido de Guimarães para Caminha, Manuel de Freitas Costa.

**Dia 8** — A Câmara determina que se pague pela compra da água que se fez ao caseiro da Cantonha por ocasião da feira

de S. Gualter, 960 réis, e oficiou ao provedor do concelho para inspecionar a companhia da Bomba dos Incêndios, não só no pessoal como no material.

**Dia 12** — A Câmara determina que havendo falta de água nos tanques desta vila, tendo sido necessário, neste e nos anos antecedentes, comprar-se nos meses de maior seca, se procure remediar esta falta fazendo-se uma mina com princípio na Leira do Cano, que é do casal da Tórre do Vilar, freguesia da Costa, pertencente a D. Rosa Joaquina, viúva e filhos de José António Fernandes de Meireles, da casa do Rio.

**Dia 19** — A Câmara determina que o seu secretário tome conta dos Lançamentos do Ferrolho dêste concelho e dos livros da receita para deles extrair o rol dos vedores.

**Dia 22** — Em virtude de um requerimento que à Câmara fizeram os habitantes das ruas da Cruz da Pedra, Madrôa, Marianas e Travessa, para que se providenciasse sobre a água da Fonte da Madroa que alegavam ter-se extraviado devido a uma mina feita na propriedade do bacharel António Joaquim Ferreira de Eça e Leiva, foi determinado que hoje mesmo se procedesse a vistoria na mesma fonte. Essa vistoria só se realizou no dia 29 dêste mês.

**Dia 24** — O dr. Agostinho Vicente Ferreira de Castro despede-se, por circular, dos párocos e clero das comarcas de Guimarães e Amarante, de que era vigário geral!!! desde Abril de 1834, por estar despachado Delegado do procurador régio em Guimarães. Ele era secular, e na procissão do Corpo de Deus presidia ao corpo clerical, com a vara branca e vestido de casaca.

\*

Nêste mês principiaram as audiências gerais no convento de S. Francisco. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

*« Em contacto directo com a turba, compelido a excitá-la com um vinho forte, o ditador excede em demagogia os demagogos das democracias. Além de que tem o vício fundamental de cercear as liberdades individuais a que os franceses são, com tanta razão, afeiçoados. Pelo contrário, um poder seguro da sua continuidade e da sua duração pode curvar sob a sua lei os poderosos interesses particulares ».*

CONDE DE PARIS.

## D. JOSÉ FERRÃO

No n.º 77 do *Fradique* e na apreciada secção que redigem, — « Pôrto de Honra » —, os nossos distintos colaboradores Cláudio e António Corrêa de Oliveira Guimarães prestaram ao nosso prezado Director Sr. D. José Ferrão, uma justa homenagem a que damos tôda a nossa solidariedade.

*Poucas pessoas revelarão tam flagrantemente a sua maneira de ser, a altitude da sua atmosfera social, a genealogia da sua raça e a capacidade vasta do seu espirito, como êste fidalgo sem diminuições nem jactâncias de que sempre nos apraz falar com estima e admiração.*

*Sôbre tôdas as qualidades que o distinguem (e são numerosas: carácter íntegro; intelligência viva e culta em que se reflecte o mais entranhado amor pelas belas coisas do Espirito; sensibilidade delicada; educação perfeita; juventude de ideas e rectidão de intenções patrióticas); sôbre tôdas as características exaltantes da sua psicologia, uma avulta e domina formosamente: a simplicidade.*

*Vestindo com modéstia, sem atavios inúteis nem forçadas exhibições de uma elegância que geralmente é, apenas, vaidade, D. José Ferrão de Tavares e Távora não se confunde com a turbamulta, indistinta e amorfa, que cruza indiferentemente as nossas ruas. Olhando o seu vulto delgado de aristocrata, logo se sente emanar dele, sem esforço, uma intraduzível irradiação de superioridade.*

*Falando-lhe, essa boa impressão inicial, ganha volume e empolga-nos. Ninguém existe mais singelo, despretencioso e afável no trato. E contudo, o seu espírito de conversador—brilhante e profundo como há poucos—encantaria os intelectuais mais exigentes, os ironistas mais subtis, os pensadores mais argutos.*

*Convive de perto e de perto é estimado por alguns dos espíritos mais claros da sua geração e das gerações mais moças; a estrutura excelente da sua mentalidade permite-lhe interpretar, com pleno desfôgo de horizontes e inteiro irrequietismo de Juventude, os homens, as ideas e os acontecimentos de hoje.*

*D. José Ferrão de Tavares e Távora é, no sentido único da frase, um espírito de vanguarda; porisso o sentimos connosco, agora, sempre, através de uma jornada que vem de longe e para longe se projecta.*

*Nacionalista perfeito, há que assinalar entre as suas benemerências patrióticas, o admirável esforço que representa, no campo da actividade doutrinária, a existência da « Gil Vicente », onde Deus lhe proporcionou, em Manuel Alves de Oliveira, um cooperador precioso.*

*Na galeria das nossas simpatias pessoais e das nossas admirações mais vivas, encontra-se justamente êste fidalgo completo, a que o legítimo orgulho de sangue não diminuiu as virtudes que, mesmo independentemente da condição de nascimento, podem impor uma personalidade: a inteireza do carácter; a correcção de maneiras; a clareza e o valor da cultura.*



D. JOSÉ FERRÃO

## Gravador Molarinho

Por iniciativa da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães, foi prestado pela cidade de Guimarães uma bela homenagem a José Arnaldo Molarinho, seu filho ilustre.

Nascido na rua que hoje tem o seu nome (Rua do Gravador Molarinho) foi, depois, viver para o Pôrto, onde mais se aperfeiçoou na arte a que se tinha dedicado.

Companheiro e amigo de Camillo, de Alberto Pimentel, do Conde de Samodães e de outros vultos originais, Molarinho foi um dos primeiros gravadores portugueses, deixando trabalhos que amplamente confirmam o poder da sua técnica vigorosa, expressiva e rica de pormenores.

## Integralismo Brasileiro

Está em plena floração este esperançoso movimento político nas Terras de Santa Cruz.

No semanário católico «A União» do Rio de Janeiro encontramos estas curiosas informações:

«O integralismo já conseguiu dominar completamente o Brasil. Não há hoje uma só província, um só município, uma cidade apenas ou um único vilarejo, onde os homens verdes do sigma não exerçam benêficamente as suas actividades.

Do Norte a Sul do país o pensamento nacional é o integralismo, o comentário obrigatório da imprensa é sobre o integralismo; a vida brasileira vai, numa palavra, se amoldando ao ritmo integral que Plínio Salgado lhe vem dando, através a formação de elites moças e condutoras que amanhã governarão, para glória de Deus, felicidade das famílias e grandeza da Pátria na terra gloriosa de Santa Cruz».

O mesmo jornal menciona as viagens de propaganda integralista que Plínio Salgado tem feito, aclamado por multidões inumeráveis que abraçam aquela corrente.

## A língua portuguesa no Brasil

A Academia Brasileira de Letras, do Rio de Janeiro, aprovou uma resolução contrária à denominação de «língua brasileira» para a língua falada no Brasil.

Esta resolução contraria a opinião do parlamento brasileiro que injustificadamente não quer a denominação de «língua portuguesa» para a adoptada naquêlê país.

## Antônio Corrêa de Oliveira

Num lindo gesto de mocidade, os estudantes do Pôrto levaram a Corrêa de Oliveira o calor da sua homenagem.

Admirável Poeta, os seus versos, principalmente os de devoção e exaltação de Portugal, são sem-

pre cânticos. Ao rezá-los, dilatam-se os corações de puro gôzo que ascende as almas à plenitude excelsa do amor cristão e do orgulho patriótico. A sua arte atrai e cativa, exalta e glorifica. O grande Poeta encontra, na hora própria, a virtualidade de traduzir com grande vibração e alta eloquência o que a sua alma sonha e vive.

Já um dia — memorável e satúdoso dia êsse — fomos a Belinho prestar as nossas homenagens muito sinceras ao grande Poeta de Portugal.

Agora, associamo-nos também à homenagem dos estudantes do Pôrto e com êles fomos, em espírito, à casa fidalga e bem portuguesa de Belinho.





DECÁLOGO DO ESTADO NOVO. — Edições S. P. N., 1934.

Reúne-se, neste volume, a doutrina que há-de orientar o Estado Novo, assente nos princípios basilares do discurso de 30 de Julho de 1930, que tantos entusiasmos despertou e tantas decepções veio ocasionar.

Louvamos este trabalho do S. P. N., pois torna-se sempre oportuno lembrar directrizes que pareciam esquecidas e que virão dar um sentido luminoso à política do futuro.

O DESEMPREGO E A COLOCAÇÃO NO REGIME CORPORATIVO, por *Ruy de Lordelo*. Editorial Império. Rua do Salitre, 153. Lisboa, 1935.

Ruy de Lordelo, pseudónimo de um distinto publicista, que, já por vezes, tem honrado as páginas desta revista com a sua brilhante colaboração, vem pôr em foco um dos problemas que maior preocupação traz aos espíritos. O estudo de Ruy de Lordelo toma, como *ponto de partida*, a legislação de carácter social iniciada, no nosso País, em 1891, seguindo, depois, as modificações introduzidas até ao presente. — Mostra a inconsciência da liberdade económica e a pseudo liberdade que ela trouxe aos trabalhadores; — a tirania do capital impondo o absolutismo da burguesia, — e revela quão perniciosa foi para a economia o sistema falso da luta de classes preconizado pelo regime económico-liberalista do trabalho.

UM MODELO DE JOVENS, por *D. Manuel Maria Ferreira da Silva*. Edição «Pax». R. D. Diogo de Sousa, 107. Braga, 1935.

D. Bernardo de Vascellos, que na Ordem Beneditina se chamou Frei Bernardo da Anunciada, é esse modelo de jovens que o Senhor D. Manuel Maria Ferreira da Silva, bispo titular de Gurza e auxiliar do Senhor Patriarca das Índias, tomou por tema duma conferência que a «Pax» agora editou num elegante opúsculo.

Numa linguagem vibrante e persuasiva, o Senhor D. Manuel Ferreira da Silva exalta as virtudes de Frei Bernardo, (a sua vida de sacrifício, a sua vida de santo), que, no *Cântico de amor*, nos legou uma grande alma de cristão e de português.

PORTUGAL, por *Sanches Ferreira*. Imp. Comercial (à Sé). Leiria, 1935.

Ainda há pouco tivemos ensejo de nos referir a um interessante e valioso trabalho do capitão M. Sanches Ferreira. E, ao terminarmos essa referência, ficávamos a de-

sejar que novos trabalhos surgissem da pena apurada do capitão Sanches Ferreira. Foi por isso que, com certo alvoroço e o maior interesse, lemos *Portugal*, livro de versos primorosos. E se a prosa de Marino Ferreira nos tinha encantado pela sua leveza, os seus versos encantaram-nos, também, pelo seu ritmo suave e de empolgante sentimento. Destinados «aquêles que, em corpo ou alma, andam da Pátria arredados», êles terão o condão de libertar os espiritos da modorra internacionalista, levando-os a amar Portugal, Pátria de heróis e de santos, e essas

*Vidas que doidas se deram  
À Terra aonde nasceram  
E que jazem a brilhar  
Nos fastos da nossa história  
Como ditames divinos  
Duma grandeza sem par.*

CANCIONEIRO DE CELORICO DE BASTO, por *Fernando de Castro Pires de Lima*. Imprensa Portuguesa. Rua Formosa, 108. Pôrto, 1935.

O Dr. Fernando Pires de Lima é, além de um médico distinto, um escritor primoroso e um apaixonado folclorista. Dedicar-se com entusiasmo ao estudo e recolha das cantigas populares da nossa terra, arquivando, assim, o que ainda resta do Cancioneiro curioso e variado do nosso povo. Depois do *Cancioneiro de S. Simão de Novais* que o mesmo A. organizou, é de louvar êste novo e paciente trabalho do Dr. Fernando Pires de Lima. O *Cancioneiro de Celorico de Basto* é mais um acto de alto nacionalismo que se fica devendo ao perseverante e inteligente esforço do Dr. Fernando de Castro Pires de Lima.

A MOSCOU DURANTE LE PREMIER TRIENNAT SOVIÉTIQUE, por *Mgr. J. M. Vidal*. Bonne Presse, 5 Rue Bayard, Paris, s/d.

Novos dados para a história da revolução russa, escritos dia a dia por Mgr. Vidal que, sendo pároco na igreja de S. Luis dos franceses, em Moscú, pôde, assim, dar-nos as suas impressões, em traços rápidos mas expressivos, dos acontecimentos desenvolvidos desde os anos de 1917 a 1920, a que assistiu. Por isso êste livro tem certo valor, relatando-nos, embora sumariamente, o estado de abjecção e de miséria a que desceu o infeliz povo russo. Não há exageros de romancista. Os seus capítulos são simples nas desapassionadas monografias descritivas que todos devem lêr e, sobretudo, meditar.

QUEL EST LE BUT DE LA VIE ? por *H. Mathieu S. J.* Bonne Presse, 5 Rue Bayard, Paris, s/d.

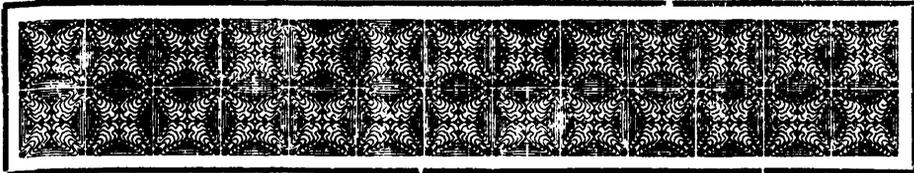
Eis um livro que os assistentes eclesiásticos devem recomendar nos círculos de estudo.

O problema do destino do homem é tratado neste livrinho com elevação e clareza, com argumentos de alto valor que muito contribuem para esclarecer muitos cristãos e, mais ainda, os que ignoram as verdades de Deus.

SAINT THOMAS D'AQUIN, por *P. F. J. Thonnard*. Bonne Presse, 5 Rue Bayard, Paris, s/d.

Mais um trabalho sobre a vida do Angélico Doutor. Não se trata de uma obra de investigação, mas, no entanto, põe-nos em contacto com o temperamento natural e os factos mais característicos de Santo Tomás, com a sua vida de sábio e de santo que, embora curta em duração, foi fecunda em actividades.

Manoel Alves de Oliveira



# IMPRESSÕES DUMA ESTADA NO MINHO

por LUCRÉCIA DE OLIVEIRA CÉSAR

*A Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Lucrecia de Oliveira César, filha do Ilustre Cônsul da Argentina em Lisboa, publicou, há tempos, na revista ilustrada de Buenos Aires « La Novela Semanal », as justíssimas impressões do Minho, que hoje traduzimos. Esta Senhora que veraneia, há dois anos, na estância da Penha, em Guimarães, tem feito chegar a tôdas as casas nobres da região a influência magnífica do seu espírito culto, que emana, ao conhecê-la, da sua conversa e do seu porte elegantíssimo.*

*As suas impressões àcerca da nossa terra têm um grande valor, porque a ilustre Senhora, tendo vivido sempre noutra ambiência, melhor conseguiu observar e descrever os detalhes da vida minhota, acabando as suas impressões por uma síntese perfeita que resume muito bem a vida do nosso povo — « é aqui que se encontra a alegria de viver ».*

*Cumprimentamos muito a notável escritora, e agradecemos sinceramente a delicadeza e a bondosa generosidade com que trata o povo minhoto, que, infelizmente, nunca foi compreendido nem encaminhado na carreira da civilização pelos estadistas portugueses. Só a formidável acção religiosa tem actuado de algum modo na sua cultura tosca, na sua sensibilidade e no seu carácter, enfim.*

Louvado seja Deus, portanto.

J. F.

**D**E tôdas as nações da Europa Ocidental é a portuguesa, segundo creio, aquela que melhor mantém os costumes dos tempos passados.

Sobretudo no norte do País, onde a vida simples da sua gente impediu o acesso de modernismo, melhor se apreciam os aspectos das cousas típicas.

Percorrendo a província do Minho, veem-se as mulheres com os vestuários que usavam as suas remotas antepassadas: saias de tecidos tôscos às riscas, aventais lisos, camisas de linho com mangas bordadas, e, por cima destas, coletes brancos, de linho também, bordados em tons diversos; sôbre êstes, ainda, e cruzado no peito, um lenço de côres vivas. Na cabeça outro lenço cuja posição varia conforme as localidades.

O adôrno principal de tôdas as lavradeiras é o oiro. Brincos formados por grandes argolas para as menos abastadas, que não tiveram a fortuna de herdar moedas de oiro circundadas por aros de filigrana simples ou largamente trabalhados, constituindo verdadeiras obras de arte. No pescoço, cordões de oiro macisso, como antigamente usavam os nossos avós, pendentos dos coletes. É curioso observar como estas mulheres, que apenas ganham para comer insuficientemente, têm jóias que representam uma pequena fortuna. É também interessante dizer que andam descalças e que só usam chinelas nos momentos solenes da sua vida, preocupadas por se verem livres delas logo depois de as terem calçado.

O traje dos homens tem sofrido as modificações do tempo, usando aos domingos coletes de cores características, fingindo peles, e jaqueta curta, debruada de fita de sêda preta com alamares de retroz, que em geral trazem ao ombro. Na cabeça, chapéu flexível de abas largas, e na mão, um grande pau rústico. As mulheres portuguesas de humilde condição têm um modo de marchar que encanta e que não é possível encontrar em qualquer outra parte do mundo. Têm uma elegância e elasticidade que fariam inveja às francesas que vemos pelas ruas de Paris. E sabem as causas? É porque transportam sôbre a cabeça pesados volumes que não seguram com as mãos, precisando, assim, dum grande equilíbrio na maneira de andar. Agüentam algumas um pêso de quarenta quilos e, ao vê-las moverem-se com tanta rapidez e naturalidade, parece-nos uma ilusão de ótica que elas transportem uma carga de lenha ou um grande cesto de uvas.

Se o homem desta região é trabalhador, que diremos das mulheres que, além dos seus afazeres domésticos, lavram a terra e trabalham na construção de estradas?

As crianças seguem o exemplo dos pais, começando a dura faina do trabalho aos cinco e seis anos: os rapazes guiando os carros de bois, as raparigas cosinhando e substituindo as mãis na criação dos seus irmãos mais pequenos.

Esta gente é na sua maioria analfabeta, e graças à sua ignorância, junta à sua bondade natural, não se deixa influenciar pela falsa ideologia da civilização; para elas o comunismo e ateísmo são palavras que nada dizem. Ao ver o seu respeito e submissão às autoridades, o carinho pelos seus senhorios, julgamo-nos no regime patriarcal dos tempos há muito passados.

Os homens que se encontram pelos caminhos, quando passamos, páram de trabalhar para nos saúdar com modesta simpatia. As mulheres, comparadas com as dos grandes centros, são duma timidez que toca a selvageria; vimo-las esconder a cara e até fugir precipitadamente quando lhes pedíamos a indicação dum caminho.

O lavrador trabalha tóda a semana ao sol, de cabeça descoberta. Mas, aos domingos e dias santos, aquêles que julgam ter certa categoria usam guarda-chuva que nunca abandonam, pois levam-no como manifestação de luxo e de civilização e não para se resguardarem da chuva ou do sol.

As igrejas e capelas contam-se às centenas. Em algumas estão « santos de carne », pois assim denominam os seus restos embalsamados. São objecto de grande culto, e as romarias realizadas em sua honra são dum pitoresco único, misto de catolicismo e paganismo, festa religiosa e feira ao mesmo tempo.

Como por encanto, num momento, antes de chegar uma peregrinação, aparecem vendedeiras de frutas e de doces, fogões ambulantes e pipas de vinho montadas sôbre carros de bois.

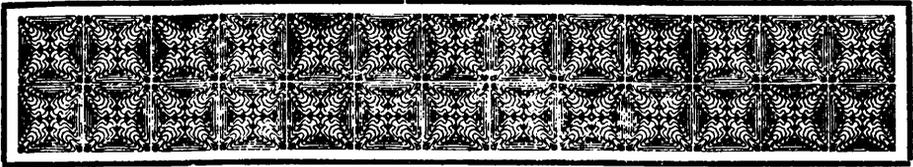
Quási sempre as romarias e as « festadas » não acabam sem as desordens características, devidas em geral à efervescência do vinho, que é muito barato por ser uma das produções predominantes na região. Numa destas peregrinações, a mais importante que se realiza no norte de Portugal, sentimos uma impressão muito curiosa e difícil de explicar pela surprêsa que nos causou: depois duma missa campal e da bênção do Santíssimo, dada pelo Bispo, o povo, que estava de joelhos, em profundo silêncio, levantou-se, rompeu em grandes manifestações e tirou os lenços para os agitar ao vento. Foi uma demonstração de fé tam pouco religiosa mas, ao mesmo tempo, tam imponente que ficamos surpreendidos.

As promessas feitas pela gente do povo aos seus santos predilectos fariam-nos sorrir com ironia se não nos sentíssemos comovidos pela fé ingénua com que as realizam. Nalgumas freguesias há encarregados para pesar os objectos que os crentes oferecem. Umas ve-

zes levam um animal até à igreja onde, no adro, é pesado e o seu pêso é oferecido em velas de cera para o culto do santo; outras vezes, os seus brincos e cordões de oiro são oferecidos em cumprimento de promessa feita ou, então, pagam em dinheiro o valor que lhes for atribuído. Alguns compram uma mortalha, que vestem, dando, depois, um certo número de voltas à capelinha ou dentro da igreja; outros levam os filhos vestidos como os santos da sua devoção e, imitando o aspecto da imagem, andam quilómetros. Se não fôsse comovente ver as caras estáticas e a unção dos seus semblantes, acharíamos ridículas estas manifestações incompreensíveis para o nosso espírito. E que diremos, enfim, ao ouvi-los aplicar a terminação diminutiva — *inho* — aos nomes de coisas e animais de grandes proporções como *campinho*, *boisinho*, *burrinho*, ao ouvi-los chamar às noivas « conversadas », ao vê-los pedir licença para falarem dum cavalo ou dum porco por acharem êstes animais indecorosos?

Aos que buscam em viagens pelo mundo o pitoresco da natureza e dos costumes, àquêles que estão enfastiados pela civilização dos grandes centros e . . . finalmente, aos que não creem nos sentimentos simples da vida primitiva e na bondade humana, vimos pedir-lhes que façam uma excursão ao norte de Portugal para nos dizerem, ao voltar à sua terra, se não encontraram tudo o que lhes descrevemos e mais ainda: *a Alegria de viver.*





# SAÜDADE

(NUM ÁLBUM)

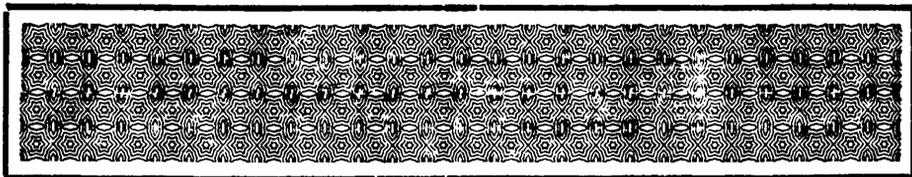
Em álbum de Portuguesa,  
¿quê posso, enfim, delinear,  
se não rimas de saüdades,  
murmúrios fundos de reza  
de quem andou pelo mar ?  
Em álbum de Portuguesa,  
¿quê posso, enfim, delinear ?

Saüdades das eras lindas,  
de amores, guerras, canções;  
saüdades das próprias dores;  
sempre saüdades infindas  
de glórias e corações !  
Saüdades das eras lindas,  
de amores, guerras, canções.

Saüdade — ponte sublime  
do Brasil a Portugal !  
Raínha das almas nossas,  
nenhuma delas se exime  
de alçar-lhe: *Real! Real!*  
Saüdade — ponte sublime  
Do Brasil a Portugal !

Cidade de S. Paulo (BRASIL).

Arlindo Veiga dos Santos



## Da enfiteuse — Soluções necessárias (\*)

(Continuação da pág. 124 — Conclusão)

por António de Sousa Machado

Ao trabalho de Xavier Cordeiro presta homenagem o actual governo da Nação no relatório do Decreto n.º 18.551, sôbre o Casal de Família. Neste decreto — note-se bem — é invocada a enfiteuse, não como um anacronismo, mas como instituição capaz de exercer ainda uma finalidade.

E note-se ainda que no relatório do decreto pelo qual o Estado torna obrigatória a remissão dos seus foros, não se fala no anacronismo da instituição mas sim na *falta de actualização daquêles e na impossibilidade da sua identificação*.

Procuramos, muito propositadamente, pôr em relêvo a nossa divergência neste ponto com o sr. A. Carvalho Cirne, exactamente para se reconhecer que mesmo partindo de pontos diferentes, chega-se a iguais ou idênticas conclusões...

Estamos convencidos, sim, que são ponderáveis ainda hoje as razões que há alguns anos levavam a defender a enfiteuse; há hoje, como nesse tempo, muita terra inculta, mal aproveitada, capaz de ser beneficiada com o regime enfitêutico.

E se, econòmicamente, êste regime é possível, socialmente, podemos também facultar as maiores vantagens.

É êste um aspecto sôbre que nos hêmos de deter; é que a propriedade não é, como diz o sr. A. C. C., um valor que o será tanto maior quanto mais fàcilmente se possa trocar por outro valor.

É isso, sim, mas é muito mais também; e talvez quanto *menos trocável*, melhor.

Desnecessário é hoje encarecer o aspecto social da propriedade.

Pôsto em relêvo pelas encíclicas de Leão XIII e Pio XI, salientado pela doutrina do Nacionalismo Português, felizmente sempre

informado pelos princípios de moral cristã, êle transporta-se para a construção política do Estado Novo e firma-se nos princípios constitucionais portugueses.

Socialmente, a enfiteuse pode ser benéfica porque leva à fixação à terra de massas que não tendo meios para adquirir propriedade livre, seriam levadas à emigração, ao urbanismo e suas prejudiciais conseqüências; à indivisão do património e conseqüente estabilização familiar; à aquisição de propriedade por quem não tem capitais, concorrendo assim para a solução do problema social, sabendo-se que não é entre possuidores de terra que as doutrinas subversivas à face da nossa civilização conquistam os seus adeptos, como realmente sucede.

E se procuro pôr assim em relêvo o papel social da enfiteuse, como também se põe o seu papel económico, é exactamente para concluir que a instituição deve ser prestigiada.

O que está, não agrada nem a senhorios directos nem a enfiteutas, não é justiça nem é moral.

É um problema importante, sendo de uma equidade elementar solucionar o que actualmente se passa.

\*

\*           \*

O desprestígio da instituição enfiteutica vem, principalmente, da legislação liberal que trouxe com um cercear de direitos dos senhorios, o cáos da propriedade foreira.

Um sentimentalismo, falso, doentio, o sentimentalismo próprio da democracia em política, do liberalismo em ecónomia, do romantismo em literatura e de um falhado criticismo histórico, aboliu o encargo das ltuosas, como se não fôsse maior dor de alma o imposto sucesório, as custas do inventário e a conta do cangalheiro . . .

Preceituou o Código Civil (que não ainda nenhum decreto estravagante) a inibição do senhorio directo receber os foros em dívida há mais de cinco anos; quer dizer, há um contrato bilateral que não é cumprido por uma das partes — o pagamento de uma prestação em dívida. Ao contrário do que sucede em todos os contratos bilaterais, a outra parte se por qualquer motivo (a falta de dinheiro por exemplo) não recorre aos tribunais dentro de cinco anos, perde o direito do que lhe é devido, sem poder usar daquelas faculdades que o Código Civil no art.º 676.º confere às partes de um contrato bilateral ou oneroso :

« o pactuante, que satisfizes àquilo a que se obrigou (à transmissão da propriedade, no caso presente) pode exigir do que não houver satisfeito (o foreiro), não só o que pela sua parte prestou, ou a correspondente indemnização, mas também a pena convencional estipulada ».

E assim que muito logicamente, na legislação anterior ao Código, o foreiro que não pagasse o fôro durante três anos perdia todo o direito à coisa aforada, que regressava ao dono originário.

Era isto assim quando os contratos de enfiteuse se faziam e se renovavam constantemente!

Hoje... para que há-de um foreiro correr ao pagamento do fôro que é devido se êle tem à sua frente a grata esperança de se ver desobrigado pela cômoda e simples invocação da prescrição legal? Claro, não pode ter prestígio uma instituição que convida ao calote.

O preceito do Código Civil é manifestamente contra a tradição e contra os princípios gerais do direito! Mas subsiste!

No próprio inquilinato de prédios urbanos, onde como que uma propriedade imperfeita se tem vindo a formar com a legislação extravagante de protecção aos inquilinos, não existe uma disparatada disposição de lei a proteger aquêle que por evasivas mais ou menos habilidosas tenha conseguido que estreito espaço de tempo tenha decorrido para achar a invocação do preceito prescristivo; justamente dão-se ao senhorio eficazes direitos de despejo contra aquêle que não paga.

Já não vale a pena referir a faculdade de o foreiro remir e o senhorio ser obrigado à remissão, (uma venda para todos os efeitos), pelo preço feito atendendo apenas à conveniência daquêle, sem liberdade de contratar para o segundo.

Refiro-me, porém, à conversão em definitivos de todos os contratos.

Antigamente êstes contratos eram pelo tempo convencional; determinado mas incerto, as mais das vezes; perpétuo, outras, o mais usual nos aforamentos feitos pelas ordens religiosas ou pelo Estado, mas muito raro entre particulares.

Um prédio, não cultivado ainda, aforava-se, por exemplo, por três vidas, o mais vulgar, a trôco de uma pequena prestação; claro, findas essas três gerações o prédio já em pleno cultivo e de novo em posse do senhorio podia ser objecto de um novo contrato de enfiteuse em que o preço do novo fôro seria mais elevado. Isto era justo: o proprietário podia prever uma melhor renda da terra que êle procurara valorizar em regime enfitêutico.

O legislador, porém, ofendeu esta justa expectativa e condenou *ad perpetuo* o senhorio directo a receber dessa terra apta a produzir melhor, a renda que lhe dava como charneca ou pinhal.

Não se pretende, porém, remediar êste mal consumado, mas note-se que nesta perpetuidade dos foros temos a explicação da barafunda em que se encontra envolvido quem possui ou paga foros.

Uma vez decretada a perpetuidade, não mais se renovaram os contratos, nunca mais se actualizaram as descrições e confrontações dos prédios; e entre os foreiros primitivos e os seus sucessores actuais já não se descobrem vestígios de identidade.

Para govêrno e elucidação das partes, há apenas os contratos celebrados há muitas dezenas de anos, há dois ou três séculos!

A dificuldade da identificação dos prédios ou dos foreiros, transforma-se, na generalidade dos casos, em impossibilidade!

A fisionomia dos prédios modificou-se e não condiz com as descrições muito antiqüadas em documentos de leitura para paleógrafos.

E as dificuldades dêste problema, têm apenas uma solução: acabar, liquidar definitivamente com tudo isso!

\*

\*            \*

Na legislação do actual govêrno do Estado Novo há algumas referências à enfiteuse. Nas alterações ao Código Civil, dois artigos que regulam a enfiteuse são levemente affectados pelo Decreto n.º 19.126; o já citado Dec. 18.551, como dissemos, contém várias disposições sobre foros, impondo nos artigos 13.º e 14.º obrigação de serem aforados os incultos susceptíveis de cultura pertencentes ao Estado ou a particulares se pelos seus proprietários não forem aforados ou cultivados dentro de cinco anos após a publicação do Decreto.

É uma interessante disposição que talvez venha a ficar no olvido; entretanto, deve o Govêrno da Nação rehabilitar êsse instituto para que apela a-fim de que possa encontrar simpatia nas medidas decretadas.

Em decreto do Ministerio das Finanças ordenou o govêrno a remissão obrigatória dos foros; a razão dessa medida, diz o relatório, foi a falta de actualização dos foros, a impossibilidade de se identificarem muitos foros e censos devido às sucessivas transmissões do domínio útil, juntas à falta de actualização e boa ordem

das matrizes; fala ainda no prejuízo para o Estado e no dispêndio da cobrança.

É o caso.

Deixamos ditos motivos vários que nos levam a defender ainda hoje a enfiteuse; se assim é, convém mesmo prestigiar essa instituição.

Mas, em qualquer caso, impõe-se a resolução das dificuldades enormíssimas que há nos contratos existentes.

Elas são para os particulares aquelas que para o Estado vem indicadas no relatório e que deixo acima citadas, agravadas naquêles com uma escrituração mais deficiente e com a falta de poder coercivo que o Estado tem para as suas execuções.

Pois se o Estado com uma burocracia completa e permanente deixou chegar os foros à impossibilidade de os identificar, o que não acontecerá com os particulares?

Se o Estado se queixa da dificuldade de os receber e do enorme dispêndio de cobrança, o Estado que tem justiça gratuita, que dizer dos particulares cujo recurso aos tribunais é caríssimo e é sempre necessário em questões de foros, já que sôbre os foreiros caloteiros não há sanção nenhuma por não pagar, antes pelo contrário, há o prêmio de uma prescrição fácil?

Que isto é assim, é incontroverso e a solução é apenas a extinção dos foros de pretérito com as compensações justas.

Há quem avenge a remissão obrigatória dos foros por parte dos foreiros, pagando êstes 20 vezes a pensão mais o laudémio. O pagamento seria feito durante um certo número de anos pagando o capital de remissão a um juro módico e ficando a propriedade hipotecada a êsse pagamento.

Vejo nesta solução, os seguintes inconvenientes:

1.º — é uma obrigação que se impõe apenas a uma das partes contratantes, o que me repugna;

2.º — não resolve o problema praticamente, pois que o problema consiste na dificuldade de receber os foros que continua na mesma durante os anos em que as prestações da remissão são devidas, agravado pelo facto dessa prestação ser maior que o fôro e ser mais difícil receber o mais que o menos.

3.º — não havia garantia nos casos, imensos, aliás, em que sôbre as propriedades pesassem já hipotecas anteriores, que tinham de ser sempre respeitadas.

4.º — a forma de pagamento parcelar levava à volitalização do capital recebido, sendo assim esta forma de remissão um concorrente perigoso à perda da idea de economia, o que é lamentável.

Pode-se mesmo afirmar que êste sistema equivale à conversão da enfiteuse perpétua numa enfiteuse a prazo com o encargo aumentado, em que afinal o senhorio directo ficava reduzido a nada e em que o laudémio convertido em fôro deixava de exercer a função social de obstáculo à transmissão de propriedade.

A meu ver, a solução a desejar consiste no seguinte processo: O senhorio directo que pretende libertar-se do contrato enfiteutico faz a notificação com efeitos jurídicos ao enfiteuta, para êste, num prazo fixo, de seis meses ou um ano, por exemplo, fazer a remissão conforme a lei em vigor (20 vezes a pensão mais o laudémio) sob pena de êle, senhorio, poder reaver o prédio pagando-lhe o seu valor menos 20 vezes a pensão mais o laudémio.

Esta solução tem vantagens: — não traz violência para nenhuma das partes pois de ambas as formas há uma justa indemnização dada por aquêle que ficar senhor da terra e permite, se o houver, que permaneça nos actuais contratos, quem o quizer assim.

O Estado conseguia nas remissões desta forma originadas ou nas encampações (chamemos assim à modalidade pela qual o senhorio reavia o prédio por o enfiteuta não fazer a remissão) uma apreciável fonte de receita pelas sisas e pelos sêlos dos contratos feitos.

Pela forma que deixo indicada dava-se ao senhorio directo a faculdade de êle também poder pôr fim ao contrato de enfiteuse, como se deu ao enfiteuta pela remissão.

No caso, porém, de a nenhuma das partes convir ficar com o prédio, a cominação a fazer na notificação do enfiteuta, seria não proceder-se à encampação, mas à venda judicial da propriedade cujo preço de venda seria o valor sôbre que se acharia o laudémio, cabendo ao enfiteuta o produto da arrematação deduzida a remissão, devendo as custas serem pagas proporcionalmente.

Acontece que no Norte, onde a propriedade é tam dividida, o proprietário de foros, na generalidade, possui diversos, assim como o foreiro é-o de mais de um prédio; a solução que deixo indicada levando a operações simultâneas permitiria que pelas importâncias

que uns recebessem de remissões ou encampações feitas, podessem reciprocamente, fazer encampações ou remissões de outros prédios, de forma a ficarem sensivelmente com igual capital em terra e compensados por serem titulares de todos os direitos de propriedade em menos porção no facto de deixarem de ser senhores de menores direitos em porção maior.

Há quem ao pensar na solução do problema, fale na dificuldade dos laudémios. Na solução que deixo enunciada não lhes faço referência especial porque tam legítimo é o fôro como o laudémio. Na feitura dos contratos, fôro e laudémio eram inter-dependentes e inversamente proporcionais; a um fôro menor acudia um maior laudémio e vice-versa. O facto de um laudémio ser mais carregado era a compensação de um fôro mais leve. Uma superficial observação mostra-nos bem como muitas terras grandes e boas pagam um insignificante fôro; nestas o laudémio é sempre elevado.

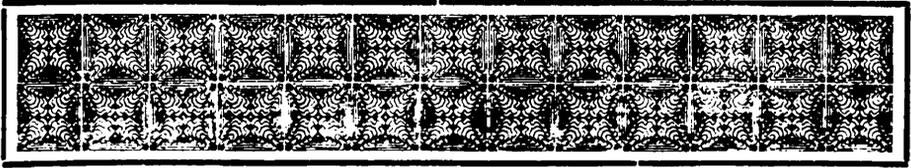
\*

\*

\*

Se tive a preocupação de afirmar que a enfiteuse não é um anacronismo, para chegar afinal a conclusões que bem podem ser as mesmas dos que a entendem como tal, nos contratos de pretérito, é porque entendo que para essa instituição ser útil para futuro é indispensável que o seu regime legal seja profundamente modificado.

Seria, porém, ousadia minha tentar expor princípios que devem orientar a nova legislação sôbre enfiteuse; não é êsse objectivo que me proponho atingir nestas breves palavras, mas entendo, entretanto, que êste pensamento de Xavier Cordeiro é bom fecho às minhas considerações: — « a sua função económica é de aproveitamento e colonização de incultos; — a sua missão moral é de assistência às populações rurais, facilitando-lhes, sem dispêndio de capital, a aquisição de propriedade, que, ficando vinculada à família e indivisível nas sucessões, lhe assegurará uma base económica fixa. Pelo que respeita aos emprazamentos de terras, já em plena cultura, ou de prédios urbanos, a tendência deverá ser no sentido de os transformar, quanto possível, nas outras formas de vinculação, principalmente a de *casal de família* ».



# O Culto de S. Gonçalo na Baía

(NOTAS SUBSIDIÁRIAS)

(Continuado da página 120)

por ALBERTO V. BRAGA

*Mulatinhas da Baía,  
quando vão para o sermão,  
levam contas de bugalhos,  
Padre-nossos de carvão.*

*Mulatinhas da Baía  
foram acompanhar um têrço,  
disseram umas p'ra as outras:  
Se não caso, enlouqueço!*

*As mulatinhas da Baía  
já não comem bacalhau;  
comem o belo arroz doce,  
bela farinha de pau. (1)*

A graça, a amabilidade, também têm a sua cortesia.  
O respeito, o remoque, também iludem o ciúme.  
A ambição, os desejos, também são apregoados.

*Mandei ladrilhar o mar  
de pedras de esquadria,  
para o Cat'rimo passear  
de Lisboa até à Baía.*

*Já «embarquê» para a América,  
Já corri os quatro mares;  
lembraram-me os meus amores,  
fiquei suspenso nos ares. (2)*

---

(1) Colhidas em um número truncado da *Revista do Minho*, que supomos seja do ano de 1896, e que vêm indicadas como sendo conhecidas nas províncias do Alentejo e Douro.

¿Não terão tôdas essas dez quadras que falam das mulatinhas da Baía, o seu tique de influência brasileira?

(2) *O Amor Português*, por Luiz Chaves, pág. 27.

*Já andei pelo Brasil,  
Já passei o Maranhão ;  
tenho visto caras lindas,  
mas, como a tua, outra não.*

*Minha maçã vermelhinha,  
que ma deu um brasileiro :  
há três anos que a tenho  
ainda não perdeu o cheiro.*

*Hei-de me ir para o Brasil,  
casar com uma brasileira,  
já que não há nesta terra  
rapariga que me queira.*

*Deus te leve a Pernambuco  
e venhas de lá tam rico,  
que el-rei da Dinamarca  
não possa igualar contigo. (3)*

*Rosa, que estás na roseira,  
deixa-te estar fechadinha ;  
que eu vou ao Brasil e venho;  
quando vieres, serás minha. (1)*

*Tôda a vida desejei  
O que nunca pude armar,  
uma casa no Brasil  
com as varandas pró mar. (2)*

*Tenho o meu peito fechado,,  
a chave está no Brasil ;  
o meu peito não se abre  
sem a chave de lá vir.*

*O tiroliro é meu,  
comprei-o c'o meu dinheiro ;  
custou-me pataca e meia  
lá no Rio-de-Janeiro.*

E os cantares são como as môças, no derriço da conversa namorisqueira e são como os rapazes, no baloiço rabicho do entretenimento.

*Já fui mar, já fui navio,  
já fui ao Brasil e vim ;  
já fui amado de um anjo,  
agora de um serafim.*

*Vós dizeis que não há rosas,  
lá no Rio-de-Janeiro ;  
mas eu já hoje vi uma  
ao peito de um brasileiro.*

*Tu dizes que me não queres,  
que eu não tenho dinheiro ;  
tenho meu pai no Brasil,  
sou filha de um brasileiro.*

*Fui a Braga, fui ao Pôrto,  
fui ao Rio-de-Janeiro ;  
não achei amor mais firme  
do que a bôlsa do dinheiro. (4)*

---

(1) Tem variantes.

(2) *Tradições Pop. de Barcelos*, pág. 40 e 111.

(3) *Mil Trovas*, pág. 285.

(4) *Idem*, pág. 76 e 164.

*Limoeiro do Brasil,  
deita-me cá um limão;  
quero tirar uma nódoa  
que tenho no coração.*

*Vila-Nova já foi vila,  
agora é um charqueiro;  
quem quiser moças bonitas,  
vá ao Rio-de-Janeiro.*

*Castanhas do Maranhão  
vêm de fora do Reino;  
quanto mais mal de ti dizem,  
mais amizade te tenho. (2)*

*Torradas e mais torradas,  
torradas, eu bem sei onde...  
Já fui ao Brasil e vim  
e mais não sou nenhum visconde.*

*Já fui ao Brasil e vim,  
já fui meio brasileiro;  
já tive amores de graça;  
agora nem por dinheiro. (1)*

*Não são calças, meu amor,  
são saias à brasileira;  
são modinhas e bailares  
que andam na brincadeira.*

*Os alecrins do Brasil  
têm as fôlhas aos anéis;  
por causa de ti, menina,  
passo tormentos cruéis. (3)*

*Embarquei p'ra Pernambuco,  
mas não me fiquei por lá;  
patacas para abanar,  
só as topei no Pará.*

*Ó meu rico S. João,  
ó meu Santo marinheiro,  
levai-me no vossa barca  
para o Rio-de-Janeiro.*

Pois valeu. Embarquemos confiantes que vamos em boa companhia. E uma vez lá, não nos quedaremos pelo Rio-de-Janeiro.

Em chegando à Baía, ajoelhar é o nosso dever, porque esta terra formosa é minhota pelas honras da descoberta, lembrando por isso, às nossas virtudes de emigrantes, o nobre fidalgo Diogo Álvares Correia, de Viana do Castelo, que teve a dita e a graça de a descobrir, aí pelo meado do século XVI, marcando assim o primeiro capítulo histórico duma epopeia a todos os títulos brilhante e fecunda. (4)

É preciso, enfim, que o Brasil entre todo no nosso coração, porque só dêste modo o poderemos sentir e amar.

---

(1) *Cancioneiro Pop. de Vila Real*, por A. C. P. de Lima, pág. 111.

(2) *Revista do Minho*, ano X de 1895, pág. 24.

(3) *Idem*, n.º 22 de 1894.

(4) *Caramurú — Poema Epico Do Descobrimento Da Bahia*, composto por Fr. José de Santa Rita Durão, Lisboa, 1781.

**São Gonçalo nos costumes, nas tradições e no culto dos brasileiros:**

Perdoai, pelo Senhor e pelos nossos pecados, esta tam palavrosa jornada, que vos enfadou o espírito e amolentou a santa generosidade, sem o alcance de nenhuns proveitos, de nenhuma recompensas, de nenhuma vantagens.

Devíamos ser lesto no arranjo do itinerário de ligação, onde houvesse poucas paragens e passagens, para mais de pronto, sem tardanças aborrecidas, num caminhar directo e escoreito, trazer-vos até aqui, até à extrêma final do percurso, para ouvirdes, no encantamento enamorado da vossa alma saúdosa e lusiada, as rezas votadas a um Santo que é vosso, e que anda cheio de cantos e louvores na tradição desabrochante de aromas e alegrias do povo brasileiro.

Ouvi, pois, as almas irmãs das vossas. Escutai, quêdos e atentos, o peito amigo de um amigo vosso, que vos fala no amor das vossas tradições de culto, que foram o fermento e o alento de muitas maravilhas, de muitas venturas, de muitas misericórdias e de muitas fortunas, milagrosamente iniciadas na terra seivosa e lêveda do Brasil.

Ouçamos então, sem delongas, o nosso amigo de além-mar, e juntemos ao carinho do interêsse cultural, tôdas as suas notas e tôdas sa suas curiosas informações.

«No século XVIII, — é possível que também na centúria anterior, — a festa a S. Gonçalo tinha estrondoso brilhantismo nas igrejas: do Hospício de Nossa Senhora da Boa-Viagem, dos menores franciscanos (filhos da Província de Santo António de Portugal); do Convento do Destêrro, das freiras Clarissas (fundado por quatro freiras vindas de Évora, na segunda metade do século XVII); de Nazaré (hoje matriz), e na sua extinta capelinha do Rio Vermelho, à qual me refiro nas minhas *Tradições Bahianas*. A do Bonfim data do início do século XIX.

Tôdas essas festividades revestiam-se, ao mesmo tempo, de carácter religioso e profano. Êste era o mais interessante, e foi o de maior celebridade.

Na festividade do Convento do Destêrro, os nobres da cidade, os graves Desembargadores da Relação, os altos funcionários civis, oficiais do exército e clérigos seculares, dançavam e poetavam dentro do templo, ao som de instrumentos tangidos pelas freiras, postadas no

côro alto a descoberto, as quais namoriscavam os sécios e petimetres, jovens fidalgos e garbosos militares.

Havia na festividade da Boa-Viagem—não do Bonfim, como erroneamente se tem escrito—uma bacanal de oito dias, e no interior da igreja, na vigília do famoso Santo dominico, o vice-rei, com o seu abigarrado séquito, homens da mais elevada posição da cidade, e mais uma farândola de padres e frades de má vida,—que por aqui os houve de uma cana e em barda,—dançavam em franca e desenfreada promiscuidade com a escumalha social cidadina, sem excluir os negros e mulatos de ambos os sexos, fôrros ou escravos. Uma indescritível cena de orgia era aquilo. Aliás, durante tôda aquela hebdómada de saturnal o nivelamento das classes sociais da cidade do Salvador era um factio no arraial da capela.

Nos matos que circundavam o templo, faunos de casaca e calções de veludo, meias de sêda, sapatos de fivela dourada e cabeleira de rabicho, empoada, perseguiram e venciam fâcilmente ninfas de côr ebânea ou cris, que sempre foram mui sensíveis às solicitações carnaes dos brancos reinóis. Numa palavra: reeditava-se ali, em caricatura, o episódio da Ilha dos Amores.

A estas festas, que se faziam na igreja do extinto hospício da Boa-Viagem, refere-se o § 239 do vol. I do *Novo Orbe Seráfico Brasilico*: «... e a terceyra (festa), que he a do gloriozo S. Gonçallo; e nesta ha procissão, em que vay a Imagem do Sancto, para a qual, (que he o seo dia de tarde) vay da cidade hum grande concurso de povo, e tem o Santo obrado varios prodigios a favor dos seos devotos, e pelos quaes logo desde os principios que alli se collocou a sua Imagem foi buscado, e servido com grande devoção». (1)

Nas festas de Nazaré e do Rio Vermelho, havia igualmente grande espavento, tanto de portas adentro, como destas para fora, durante o tempo da novena, e na vigília e dia da festa.

Mas, nestas duas, a concorrência, mui numerosa, era sómente do elemento popular, e nelas se observavam, a rigor, as práticas tradicionais que, muito esmaecidas, chegaram até aos nossos dias.

Uma das tais costumeiras era o peditório das *pastorinhas de São Gonçalo*, mocinhas de vestidos e chapéus brancos, descalças, precedidas da bandeira do santo, tambores e gaitas, que saíam a angariar

---

(1) *Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil*, por Fr. António de Santa Maria Jaboatam, Rio 1850, vol. I, § 239.

óbulos para as despesas da festa, de porta em porta; bailando e cantando trovas adequadas, como estas :

*São Gonçalo foi pescar,  
pescou um peixe xaréu;  
vendeu por meia pataca  
para comprar seu chapéu.*

*Aqui está S. Gonçalo  
que sua esmola vem buscar,  
para comprar o incenso  
para incensar seu altar.*

E esta, variante da que vem no seu interessante opúsculo — *S. Gonçalo — Culto e lenda das bandas do seu berço*, que tive o prazer de receber :

*Glorioso São Gonçalo,  
casamenteiro das velhas,  
casai-me também as moças.  
Que mal vos fizeram elas ?*

Menos retumbantes, e exclusivamente religiosas, eram as festas do Convento das Mercês (das freiras Ursulinas), com procissão interna, as da igreja da Misericórdia, e as dos Terceiros Dominicanos. Além destas, outras havia, ainda, mais singelas.

Na procissão do Triunfo — faustosíssima que foi, em antanho, nesta cidade, — feita pelos supracitados terceiros na domingo de Ramos, desde 1762 até 1830, figurava, a partir de 1819, uma bonita imagem de S. Gonçalo, que ainda existe num cómodo anexo ao templo. Não se deve confundir com a que se encontra num dos altares daquele templo.

Há tempos dei notícia, por um dos jornais da cidade, da existência da velha ermida de S. Gonçalo, sem dúvida nenhuma do século XVIII, edificada em êrmo e pouco transitado sítio da zona suburbana, e da qual nunca tivera a mais vaga informação escrita ou oral.

No Recôncavo da baía de Todos os Santos (assim se denominam as terras irrigadas pelos cursos de água que despejam no lagamar, num raio de 120 quilómetros) S. Gonçalo sempre foi também festejadíssimo, em matrizes, capelas e ermidas.

Num dos engenhos dessa vasta zona, — onde se desenvolveu primeiro a colonização lusitana, na Capitania da Baía, e florescente, outrora, pelo extraordinário desenvolvimento da indústria açucareira, — até hoje denominado de S. Gonçalo do Poço, existe, consoante era uso sem excepção observado antigamente em tais estabelecimentos, uma capelinha dedicada ao Santo daquêlê nome, e com a mesma invocação — do Poço. A festa que ali se fazia era a mais barulhenta das do interior da Capitania. Por isso, no Recôncavo ninguém dizia, — quasi todos o dizem ainda agora, — S. Gonçalo de Amarante, senão do Poço. Indago eu, então: ¿S. Gonçalo do Poço, porque o sítio onde se fabricou o engenho, com a sua capelinha se dominava do Poço, ou porque aí, no norte de Portugal, se invoca também o Santo com igual título, para cá trazido pelos primeiros colonos, na quasi totalidade minhotos? Sómente o meu amigo me poderá responder. Não sei se será disparatada esta minha idea: se a invocação de S. Gonçalo do Poço foi trazida para cá, dessas bandas do ¿Minho, não terá raízes remotas na existência daquela *fonte de S. Gonçalo*, a que o meu amigo se refere no seu citado livro, a páginas 30 e 31? De *fonte para poço* a diferença é mínima. (1)

Também na ilha de Itaparica (feudo que foi do 1.º Conde da Castanheira), fronteira a esta capital, missionada pelos Jesuítas desde 1552, quando êsses padres fundaram ali aldeamentos de índios e igrejas, desde os mais recuados tempos até ao presente se festeja S. Gonçalo com tôda a pragmática tradicional, que não consiste sómente no *peditório*, a que me referi linhas atrás, mas também no levantamento do mastro da bandeira no adro da igreja, no passeio do juiz da festa com a bandeira do Santo, na entrega do ramo ao mencionado juiz, e na apresentação de farças tradicionais: cheganças, fandangos, marujos, cacumbis, congos, taieiras, etc.

Destas, umas são deformações dos antigos autos e entremezes lusitanos; outras são criações mestiças.

---

(1) Sôbre êste ponto em que incide a pergunta do nosso Ex.<sup>mo</sup> Amigo, pouca luz poderemos fazer. Todavia diremos que tendo nascido S. Gonçalo numa casa conhecida pelo *Paço de Gonçalo Pereira*, era por isso também aqui apelidado, embora não tam freqüentemente: *S. Gonçalo do Paço*.

O nome de Paço, como é sabido, só a pessoas e casas ilustres pertence, Haverá alguma relação? Confusão entre Paço e Poço? (*Nota de Alberto Braga*).

As festas actuais de S. Gonçalo são essas de Itaparica, (1)—hoje com diminuta concorrência, —as da Basílica do Bonfim, as mais notáveis de tôdas elas, apesar de muito apagado o seu antigo brilho, as da capelinha de Nossa Senhora da Luz, na Pituba, à beira-mar e a meia légua dos limites suburbanos, e, por fim, as do curato do Rio Vermelho, localidade igualmente marítima, promovidas pelos pescadores ali domiciliados.

A respeito da do Bonfim, o meu amigo inteirar-se-á lendo a interessante obra *A Devoção do Senhor Jesus do Bom-Fim e Sua História*, do Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho. Sôbre a da Pituba, aliás singelíssima, tenho na gaveta um artiguete, à espera de publicação.

No interior do Estado, além do Recôncavo, é muito espalhado o culto do Santo. Na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, festejam-no com o mesmo ritual católico-profano, seguido aqui na Baía, até ao primeiro quartel do século XIX; moças e rapazes dançavam e folgavam dentro da igreja, em frente do altar do Santo, etc. Mas, sendo mui ferinas as críticas dos viajantes estrangeiros que passavam pela cidade, os recifenses deram cabo de tais folguedos.

Naquêlê seu opúsculo já mencionado, aprendi que muita cousa por nós observada na festa do glorioso dominicano português, veio de aí, da terra *do seu berço*.

---

(1) A primeira parte do vol. *Praieiros*, Bahia, 1902, de Xavier Marques, dá-nos, em movimentada e colorida prosa, uma larga descrição de tôdas as manifestações profanas com que os pescadores de Itaparica honravam S. Gonçalo:

«Sôbre a pele do tambor recaíram as baquetas, num sarilho louco, troante, arrebatando as dançarinas naquêlê rodopio cortado de saltos, que era a sua paixão, a sua embriaguez, o delírio de tôdas:»

|                                   |                                  |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| — <i>Ora brinque, menina...</i>   | — <i>Ninguém pode brincar...</i> |
| — <i>São Gonçalinho!</i>          | — <i>São Gonçalinho!</i>         |
| — <i>Aproveite seu tempo...</i>   | — <i>Ninguém pode sambar.</i>    |
| — <i>São Gonçalinho!</i>          | — <i>São Gonçalinho...</i>       |
| — <i>Que a quaresma aí vem...</i> | — <i>É daqui, é dali...</i>      |
| — <i>São Gonçalinho!</i>          | — <i>São Gonçalinho!</i>         |

— *É de todo o lugar.*  
— *São Gonçalinho...*

(Nota de Alberto V. Braga)

Nem podia deixar de ser assim, se o seu culto foi introduzido nesta terra pelos filhos daquelas *bandas*!

As romarias de Portugal, por exemplo, correspondem aos nossos extintos ranchos, que se dirigiam antigamente da cidade às igrejas da Boa-Viagem, Bonfim, Nazaré e Rio Vermelho, na vigília do Bem-aventurado de Amarante.

E mais coisas que não espioho para não fatigar o meu amigo.

Certa feita, há uns bons trinta anos, indo à festa do Santo na Pituba, ouvi cantar ali o seguinte bendito, durante o giro da procissão :

I

*Se eu não fôsse, como sou,  
tam pobre desta maneira,  
prometia a São Gonçalo  
meu corpo pesado em cera.*

II

*Ainda depois de morto,  
debaixo do frio chão,  
hei-de amar a São Gonçalo  
com verdadeira devoção.*

III

*As dores já eram tantas,  
quer de noite, quer de dia;  
prometi a São Gonçalo  
fazer uma romaria.*

IV

*Ofereço êste bendito  
à Virgem Santa Maria;  
meu São Gonçalo do Poço  
aceitai a romaria.*

V

*Meu São Gonçalo do Poço,  
meu soberano Senhor!  
Tantas dores e tormentos  
São Gonçalo aliviou. (1)*

No peditório a S. Gonçalo ainda se canta :

*Meu São Gonçalinho,  
vossa casa cheira  
a cravos e rosas,  
flor de laranjeira.*

---

(1) É o mesmo que entre nós os serões, muito em uso em Vizela.

**Serão.** Assim se denomina uma romagem constituída por crianças do sexo feminino, em número indeterminado, que, organizada, em cumprimento de promessa, por algum devoto, se dirige a alguma igreja, cantando, pelo caminho e ao redor

Esta redondilha menor é portuguesa, — desculpe-me estar a ensinar o Padre-Nosso ao vigário, — cantada aí, por exemplo, na romaria da Senhora da Saúde :

*Ó Senhora da Saúde, (1)  
A vossa capela cheira;  
cheira a cravos, mais a rosas  
e à flor de laranjeira.*

Assim tenho lido em vários autores lusitanos. Nos *peditórios* da Ilha de Itaparica canta-se êste refrão :

*Ora viva e reviva,  
Viva São Gonçalo, viva !*

Resta-me falar do seguinte: Viceja aqui na Baía um arbusto, — parece-me ser uma mirtácea, — chamado vulgarmente *sangonçalinho*,

desta, a Ave-Maria e versos em louvor do Santo que se intenta venerar. (*Guimaraes e Santa Maria*, por Oliveira Guimarães, pág. 84).

*Senhor das Chagas de Infias,  
olhai para mim, olhai,  
que eu sou tam pequenina,  
já me morreu o meu pai.*

*Ó Senhor de Infias,  
ouvi êste serão,  
por vós sarardes  
êste nosso irmão*

. . . . .

Em algumas partes, chamam a estas crianças romeirinhos :

*Senhora do Sameiro,  
aqui vos trazemos  
êstes romeirinhos  
que vos prometemos.*

(Nota de Alberto V. Braga).

(1) O povo costuma substituir o primeiro verso a seu gôsto, pondo nesse lugar de honra o Santo ou Santa que nomeadamente quer destacar, e assim também temos :

*Ó meu padre Santo António,  
a vossa capela cheira*

. . . . .

ou

*Ó meu rico São João*

. . . . .

(Nota de Alberto V. Braga).

com o qual se enamam os presépios pelo Natal, a par da pitangueira, das palmas de dendezeiro, crótones, etc. Os meninos, do meu tempo de criança, vendo passar os feixes de ramos do vegetal em aprêço, mercadejados que iam ser pelas ruas da cidade, nas vésperas do dia do Nascimento do Senhor, costumavam declamar :

*'Meu sangonçalinho,  
oradô, dô, dô.*

Pois bem, isso é estribilho duma velha e dessueta cantiga de S. Gonçalo.

Livre Deus o meu amigo de outra estopada dêste calibre ». (1)

Um ravegante francês, Le Gentil de la Barbinais, aportado à cidade do Salvador no ano da graça de 1717, deixou escritas linhas mui curiosas sôbre a vida baiana da época. Diz-nos, por exemplo :

— « Mês e meio após a festa do Natal celebrava-se a de S. Gonçalo de Amarante com um tríduo solene num lugar a uma légua da cidade. (2)

Convddado pelo vice-rei (3), partiu La Barbinais com esta personagem e lôda a sua côrte.

Imenso poviléu amontoara-se no adro da igreja onde se festejava o patrono das solteironas, a dançar ao som de guitarras e de vivas ao Santo.

Apenas appareceu o vice-rei, carregaram-no ao ar e o levaram para dentro da capela, obrigando-o a dançar e pular, *violento exercicio que lhe não ia nada bem com a idade e posição; mas seria uma impiedade ligna do fogo, se não prestasse esta homenagem ao Santo de Anarante.*

Também tiveram os franceses de se associar ao bate-pé, não havendo cousa mais esquisita do que se ver num santuário *padres, mulheres, frade, fidalgos e escravos a saracotarem-se como loucos, todos misturado e a berrar — Viva « San Gonçalés d'Amarante »* (sic).

---

(1) De uma carta de João da Silva Campos, recebida em 5 de Maio de 1933.

(2) Na igreja do Hospício da Boa-Viagem, dos franciscanos — *Inf. de Silva Campos.*

(3) Devia ser D. Pedro António de Noronha de Albuquerque e Sousa, Conde de Vila Verde e Marquês de Angeja. — *Inf. de Silva Campos.*

Findo êste saracoteio, tomaram os devotos uma pequena estátua do Santo de cima do altar e começaram a jogá-la uns para os outros, *exactamente o que outrora obravam os pagãos num sacrificio especial anualmente oferecido a Hércules, cerimónia na qual fustigavam e cobriam de injúrias a estátua do semi-deus.*

Belo lugar êsse, onde se ergue a igreja em aprêço, à beira do mar, e rodeada de pequenos e lindos bosques.

Nestes se espalhavam numerosas barracas, para onde haviam concorrido tôdas as marafonas da Baía. O dia todo consagrou-o num ressoar de gritos de alegria e acordes de violas e guitarras

*Estava desfigurada a gravidade clássica portuguesa e nada faltava à festa, a não ser a presença de Baco.*

Mas os portugueses não o admitem quási nunca em seus divertimentos, observa La Barbinais, rendendo êste preito de verdade à sobriedade lusitana.

Mandou o vice-rei que lhe armassem a barraca no meio do pequeno laranjal, a um quarto de légua da igreja. Ali esteve três dias em admirável bródio e regabofe. Notou o navegante algumas lições da cozinha francesa no meio de cardápios indígenas.

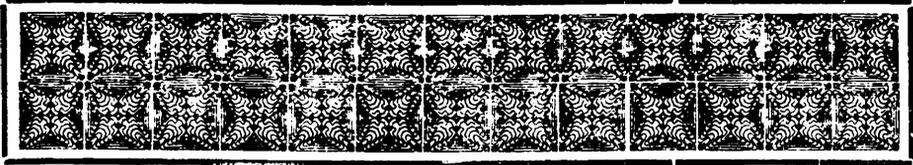
No primeiro dia de festas representou-se péssima comédia espanhola, desempenhada pelos mais píffios actores do Universo e intitulada *La Monja Alferes*. Começava em Madrid; era o segundo acto no Callau do Peru, o terceiro em Barcelona, e a acção da comédia durava 32 anos!

Erguia-se o teatro em face da igreja, e os actores entoavam hinos em honra do celícola, ridículos e muito pouco cristãos, onde se notava ímpia mistura do sacro e profano. Passados os três dias de folguedos, voltaram todos à cidade, sendo o vice-rei escoltado por quinhentos ou seiscentos cavaleiros portugueses do Recôncavo, que tinham abandonado as suas casas para festarem.

Sôbre êstes acontecimentos filosofa La Barbinais: «Si eram de espantar tantos abusos nas colónias, mais difficil ainda remediá-los». (1)

(Continua)

(1) Cópia do trabalho de Afonso Taunay, publicado no tómo 90 da *Rev. do Inst. Hist.º e Geo.º Brasileiro*, subordinado ao título → «Na Bahia Colonial». É o comentário de algumas narrativas de viajantes que estiveram na Baía. — *Inf. de Silva Campos*.



# CULTURA PENINSULAR

---

NOTAS Á MARGEM DO ÚLTIMO LIVRO DO PROF. FIDELINO DE FIGUEIREDO

(Continuado da pág. 108 — Conclusão)

por ANTÓNIO A. DÓRIA

O capítulo sôbre as «características da literatura espanhola» é um dos mais perfeitos desta obra e segue em orientação *pari passu* o antigo ensaio do Autor sôbre as características da literatura portuguesa. Concretiza o prof. Fidelino de Figueiredo as suas notas, depois de ter rãpidamente esboçado um paralelismo com a nossa literatura :

«A literatura espanhola, a da massa continental, exprime fôrça e fôrça contínua; a literatura atlântica, a da periferia marítima ocidental, exprime lirismo e, depois que a unidade espiritual dessa periferia atlântica se quebra com o fracasso político da Galiza e que essa contemplação lírica acha um sentido com a partida de Portugal para as aventuras de além-mar, a buscar um fulcro para a sua tendência desiberizante, exprime a aliança das duas essenciais características: fôrça lutadora e sonho distante». Se bem apreendo o pensamento do Autor pode-se com uma certa antecipação concluir dentro da mais perfeita lógica que a civilização portuguesa e a civilização espanhola são partes autónomas de um todo — a Hispânia, e que êste todo só poderá constituir uma fôrça sob todos os pontos de vista quando os seus componentes caminharem num paralelismo sem agressividades descabidas capazes de produzirem a ruína e a queda numa vida vegetativa a que já se assistiu em tempos idos.

Êsse paralelismo, porém, não constitúi uma doutrina do Autor, nem êle pretende doutrinar, mas tam sómente chamar a atenção de portugueses e espanhóis (sobretudo daquêles) para a comprovação de factos ensinados pela história. Daqui surgiu a necessidade, para completa elucidação do leitor, de um capítulo em que a-par das iden-

tidades se chamasse igualmente a atenção para as antinomias existentes entre os dois grandes estados peninsulares (1). Neste passo aproxima-se o Autor notavelmente das conclusões há anos apresentadas por António Sardinha, embora a exposição do prof. Fidelino de Figueiredo tenha uma qualidade que a sobreleva à do ilustre Mestre do nacionalismo-integral: a clareza de expressão e a habilidade feliz na síntese. Esse interessante capítulo do «recordatório histórico» principia por explicar a origem da formação dos diversos estados peninsulares todos fruto da vontade idómita dos seus chefes que conseguiram fazer frente com felicidade durante séculos à força esmagadora dos Árabes. Essa potente energia dos primeiros reis do período em Espanha chamado da Reconquista (longo período que abre logo com a luta de Peláio em Covadonga e termina às vésperas da descoberta da América, com a tomada de Granada), não foi só fruto da vontade inabalável de expulsar do território cristão os sectários de Mafoma, mas sobretudo duma política sólidamente oportuna em presença das continuadas contendidas entre Árabes e Berberes começadas logo após a batalha do Crissus, contendidas avolumadas nos séculos seguintes pelas tendências separatistas da Espanha árabe (as quais vieram a finalizar na criação do califado de Córdova, inteiramente independente do de Damasco), e pelas lutas sangrentas em que se degladiavam os partidos que não punham fim às suas ambições nem mesmo em face do avanço cristão. Esta é uma lição oportuna dada pelos homens do passado aos de hoje, lamentavelmente divididos e lamentavelmente esquecidos das severas lições da história.

Não deixa o prof. Fidelino de Figueiredo de frisar que os Pireneus constituem uma barreira a quaisquer veleidades de expansão continen-

---

(1) Chamo a Portugal e à Espanha dois grandes estados e creio que os meus dois ou três leitores não vão achar descabidos os termos, porquanto está hoje mais que assente ser Portugal uma *nação* mutilada pela ablação secular da Galiza, com a qual são impressionantes a identidade de língua, a de costumes, a de folclore, a de paisagem, etc. A Espanha, por sua vez, é um *estado* que só pôde vir a formar-se pela vontade férrea dos Reis Católicos, completada admiravelmente pela sábia política de Carlos V e de Felipe II. Isso não impede, porém, que reconheçamos a impotência daquêles Reis e de todos os seguintes para transformarem o «estado» espanhol em uma «nação», trabalho tam gigantesco e tam impossível aos nossos olhos de humanos, como qualquer dos decantados trabalhos de Hércules.

tal quer da parte de lá quer da parte de cá. E assim foi que as dos Árabes liquidaram em Poitiers e as dos Francos em Roncesvales. «Desde então, acentua, há duas civilizações limítrofes, que se reconhecem mutuamente o direito exclusivo a um campo geográfico: francos ao norte dos Pireneus e do Ebro; mouros ao sul. A história da península vai, por largo tempo, decorrer em perfeita autonomia, desarticulada da civilização europeia, tendo por sólio um cenário próprio e por característica essencial a luta, nem sempre seguida nem intransigente, entre duas revoadas culturais de ritmo inverso: uma que se forma lentamente e que, a-pesar das suas afinidades com a de além Pireneus, raramente dela recebe contactos e apoios; e outra em plena pujança, que sobe ao seu auge e logo declina e se extingue. O século XII é o momento decisivo dêsse longo choque entre a maré cristã e a maré moura».

Historiada seguidamente a vária fortuna dos diversos reinos da Península, chega o Autor ao ponto culminante da criação do condado de Portucale como entidade autónoma do bloco leonês-castelhano. «Quando Afonso VI, de Leão, criou o condado de segunda categoria ou viscondado de Portugal, confiando-o ao borgonhês D. Henrique, lançou as bases duma nova nacionalidade. 1094, a data mais antiga referente à criação dêsse condado, é assim como a ejaculação do gérmen fecundador — o que teve uma gestação laboriosa, através de tôdas essas lutas e intrigas, nem sempre rectilíneamente prosseguidas, para obter a independência administrativa perante o conde suzerano, o conde de primeira categoria, Raimundo da Galiza, que recebera a mão da filha legítima e herdeira da coroa, não a bastarda. A directa dependência de Toledo era já um ganho». E isto porque com mais facilidade se libertaria D. Henrique da suzerania do rei de Castela e Leão, do que da do ambicioso Raimundo, ou melhor da sua ambiciosa mulher, aquela D. Urraca que parece nunca perdoou à irmã bastarda o arrogar-se o título de rainha (*Regina Tarasia*) apôsto em tantos documentos.

Porém «nem sempre foram rectilíneas na prossecução do seu escôpo essas lutas e intrigas, porque o pensamento da independência também não aparecia claro à mente de D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques, como nos aparece hoje a nós, homens saturados de experiência histórica, que pontificamos profecias sôbre sucessos consumados». De facto não é possível afirmar categòricamente que D. Henrique tivesse largas vistas sôbre o futuro do seu condado,

que se limitou a guardar e a defender das agressões de mouros e cristãos, sem aquêles assomos de conquista que caracterizariam mais tarde o seu filho Afonso Henriques. Quanto a D. Teresa parece-me, todavia, que já se não pode afirmar com tal dogmatismo a sua ausência de desejos de inteira independência. São bem claros, a meu ver, os planos da bulhosa e incompreendida Infanta que mais tarde havia de ser levada ao desastre de S. Mamede pela fôrça das circunstâncias. As ambições incontidas dos fidalgos chefiados pelo «Lidador» e quiçá o seu despeito por se verem preferidos pelo Conde de Trava no coração da enérgica e bela D. Tareja, provocaram um movimento de revolta a que, inocentemente ou não, deu o seu concurso o jovem e resoluto Infante. Ora os planos de D. Tereza eram mais do que claros: a animosa Rainha queria servir-se das desinteligências e das lutas que lavravam na Galiza depois da morte de seu cunhado Raimundo para incorporar ao seu condado Portucalense aquelas terras extensas e ubérrimas que iam até ao mar Cantábrico. Tudo, porém, se gorou diante da obstinação dos ricos-homens de Entre-Douro-e-Minho acobertados por detrás do jovem e ambicioso Infante. E assim a Galiza dentro em pouco ia incorporar-se para sempre, contra tôdas as leis históricas, geográficas e étnicas, no vasto bloco castelhano. Daí o divórcio a que já atrás me referi, ou melhor o abandono de Portugal pela sua metade irredenta, abandono provocado primeiro pela necessidade da luta contra o moiro e depois pela miragem magnífica dos segredos do mar.

Encontra-se pois o prof. Fidelino de Figueiredo com Oliveira Martins, não na sua discutida teoria do «acaso» na formação da nacionalidade portuguesa, mas naquela afirmação que de resto é quasi um axioma histórico, de «que a monarquia portuguesa é obra da vontade dos seus chefes, os reis da casa de Borgonha e os seus cabos de guerra, criando uma consciência colectiva». Já o historiador o dissera: «A causa da separação de Portugal do corpo da monarchia leoneza não é obscura, nem carece de largas divagações para definir-se: é a ambição de independência do governador do condado, que o tinha do rei suzerano; é o afastamento da realiação pulverizada aos sarracenos; é a necessidade de soberania, que a região rouba uma aliança d'esta idea com a de propriedade, e a ignorância de meios administrativos capazes de manter a ordem em terrenos dilatados, tornava inevitável na Idade-Média. Portugal separava-se, da mesma forma que o reino da Navarra se dividira em três, e pelos mesmos motivos.

Portugal defende a separação; o monarca suzerano impugna-a».

E Oliveira Martins continua: «Debate-se mais de uma vez a questão com as armas; não porque se chocassem os sentimentos nacionais, mas porque os príncipes defendiam o que era, ou julgavam ser, propriedade sua». E, mais adiante, acentua: «O sentimento de independência nacional, a ideia de que os reis são os chefes e representantes de uma nação, e não os donos de uma propriedade que defendem e tratam de alargar, bem se pode dizer que só data da dinastia de Avis, depois do dia memorável de Aljubarrota». (1) Não ferem estas afirmações de forma alguma o nosso sentimento de nacionalistas conscientes, embora se acoimasse já Oliveira Martins de desnacionalizador por conclusões desta ordem. Isto não constituiu mais do que uma conclusão lógica do estudo profundo da era em que se principiou a formar o estado português.

Desviei-me um pouco do assunto destas ligeiras notas, mas para comentar ao-de-leve um passo do livro a que me venho referindo. Neste ponto é-me grato reatar a discussão lembrando que o prof. Fidelino de Figueiredo renova no capítulo em questão a sua tam grata teoria, já desenvolvida até à saciedade na *Crítica do Exílio*, da identidade geológica e geográfica de Portugal e Espanha. E explica: «Nunca a geografia, por mais genialmente divinatória, explicará o fraccionamento da zona atlântica numa Galiza, populosa e remediada, mas politicamente fracassada, e num Portugal minúsculo, quase indigente, mas autónomo, leoninamente individualista, criador de coisas grandes, superiores às suas possibilidades de perseverança e de meios, mais justificadores depois do seu orgulho autonomista». Abstenho-me, por esta vez, de comentar exaustivamente este ponto e por haver até mesmo entre os geógrafos castelhanos quem perfilhe ideias contrárias. Todavia se a diferenciação geológica não existe ou quase não existe, a diferenciação geográfica e a étnica são um facto, mormente se, abstraído por agora da ideia de dois *estados* peninsulares, formos até à de duas *nações* (pelo menos): Portugal e Castela, entendendo por Portugal a estreita mas extensa faixa do cabo Finisterra ao de S. Vicente, isto é do extremo da Galiza ao extremo do Algarve; então, sim, poderemos afirmar que Portugal está nitidamente diferenciado do resto da Espanha pela geografia e pela etnografia. Enquanto, porém, o

---

(1) O. Martins, *Hist. de Port.*, 10.<sup>a</sup> ed., Lx.<sup>a</sup> 1920, vol. I, p. 14-15.

Minho for apenas um espelho em que se mirem com saúde as duas metades separadas da pátria lusitana, temos de concluir com o prof. Fidelino de Figueiredo que «é infundado procurar a explicação do drama histórico na geografia».

A constante preocupação absorcionista de Castela trouxe a Portugal a tendência «desiberizante», que o levou a procurar um ponto de apoio fora da Península, sabido como o crescente bloco castelhano constituiu uma séria ameaça à autonomia deste canto atlântico. Se não fôsse, durante os séculos XII a XV, a luta que o castelhano teve de empreender contra o mouro, é bem possível que contra tôdas as expectativas a unificação fôsse um facto. Por outro lado Afonso Henriques soube aproveitar-se sãbiamente da indiscutível supremacia da Santa Sé sobre os príncipes europeus e daí surgiu a contrapor à ameaça castelhano-leonesa, o nosso primeiro ponto de apoio fora da Península, o qual se traduziu na discutida vassalagem do nascente reino português ao Papa. Mais tarde, passada já a crise do reinado de D. Fernando, aquietadas por dois séculos ainda as veleidades castelhanas, foi a política do mar o segundo ponto de apoio, fulcro à volta do qual girou tôda a vida da Nação durante a dinastia de Aviz. Fechada violentamente pelos têços do duque d'Alba em 1580 a longa crise que se seguiu aos descobrimentos, eis que com a Restauração a nóvel dinastia brigantina vai novamente procurar, para se garantir e ao reino, fora da Península o último ponto de apoio contra Felipe IV: a aliança inglêsa. Tais são as conclusões a que chega o prof. Fidelino de Figueiredo, conclusões de factos estudados com certo desenvolvimento ao longo deste «recordatório histórico». Não deixa porém de acentuar, em refôrço do seu ponto de vista, que formado antes de Castela e para fugir à ameaça centrípeta do bloco que no centro de Ibéria se ia formando, Portugal foi lançado lógicamente na epopeia das descobertas para aí encontrar um fulcro de acção e um meio que lhe permitisse justificar a sua autonomia num momento em que a Espanha se unificava sob o cetro de Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Quere-me parecer, todavia, que desta forma não conseguimos explicar cabalmente a existência da Catalunha integrada no bloco espanhol, quando teve uma independência completa, uma literatura notável e uma história brilhantíssima, tendo tido também em dado momento um ponto de apoio fora da Península — a Sardenha, a Sicília e Nápoles — que poderia igualmente constituir uma razão de ser da sua existência como nação livre.

Não deixarei de notar neste passo que sob êste ponto de vista o Autor sintetiza e concretiza o seu estudo das semelhanças e diferenças, melhor identidades e antinomias de Portugal e Castela com o que chama «*paralelidade e asincronia, fôrça e lirismo, contraste e desproporção e continentalidade e oceanicidade*» o que constituirá para nós «um corpo de advertências para a compreensão das duas literaturas». Segundo o seu sistema de sínteses, neste ponto nem sempre muito claras, o prof. Fidelino de Figueiredo coleia por entre a floresta de composições literárias dos dois países e conclui que a literatura castelhana surge já madura e com uma epopeia anónima, o *Cantar de Mio Cid*, com um castelhano já feito e vai numa progressão constante até à perfeição dos escritores do *siglo de oro*, sem soluções de continuidade; a literatura portuguesa medieval, pelo contrário, «é pobre de monumentos e tem escasso relêvo de arte e de individualidade, exceptuadas a floração lírica por que se inaugura e a escola de prosadores com que se cerra». Êste é um contraste que fere o estudioso da literatura medieval castelhana e da portuguesa, contraste que mais patente se torna desde que, cotejando as divisões cronológicas das suas literaturas, verifiquemos que caminham ambas num paralelismo realmente impressionante. Acentua o Autor o carácter anónimo dos monumentos poéticos medievais de Castela, como o *Mistério de los Reyes Magos*, *Cantar de Mio Cid*, *Infantes de Lara* e outros. Será interessante notar que em contraste com as composições poéticas medievais castelhanas as portuguesas são de autores conhecidos ou pelo menos identificáveis.

Advirtamos porém, que a épica floresceu em Portugal, e daria provas do mais elementar primarismo quem negasse aqui a sua existência. Claro que não me refiro às supostas composições arcaicas, hoje definitivamente desautorizadas, como o *Poema da Cava*. Mas há uma diferença fundamental entre as duas, diferença que não é para desprezar e que ajuda a compreender o seu carácter. «A epopeia espanhola, escreve o prof. Fidelino de Figueiredo, é popular e de formação colectiva; a portuguesa compraz-se no maravilhoso» e isto por ter nascido por via erudita. Enquanto que aquela é espontânea, simples e rude, esta é artificial, complexa e com a preocupação da beleza formal, o que nem sempre conseguiu como é óbvio. Já em França, país onde também floresceu a epopeia popular anónima — *La Chanson de Roland* — as tentativas eruditas para a constituição de uma epopeia nacional, como a *Franciade* de Ronsard e a *Henriade* de

Voltaire, não vingaram. Em Espanha deu-se um facto semelhante, do qual, embora um tanto superficialmente, podemos concluir que onde a epopeia popular tiver criado raízes a epopeia erudita não ganhará foros de cidade: o artifício cede em face da espontaneidade. Em Portugal as epopeias existentes são tôdas obra dos poetas renascentistas ou dos seus imitadores: *Lusíadas*, *Ulisseia*, *Ulissipo*, *Naufrágio de Sepúlveda*, etc. O próprio romanceiro, que em Espanha «é genuinamente espanhol na sua parte mais antiga, mais valiosa e mais típica, em Portugal é pura infiltração espanhola e francesa, com limitadíssima colaboração nacional».

A nossa poesia popular, meramente folclórica, não passa de reprodução mais ou menos variada, mais ou menos adulterada de composições estranhas, pouco ou nada havendo de caracteristicamente nacional no nosso *Romanceiro*, e isso, a meu ver e em concordância com a observação de Menéndez Pidal (já contraditada, porém), porque os romances populares são fragmentos dispersos de uma épica cujos pontos mais impressionantes foram fixados pelo povo ou pelos jograis e repetidos indefinidamente; daí a sua constante adulteração. A incapacidade épica do nosso povo não lhe permitiu a criação de matéria nova, pelo que os jograis errantes e as constantes lutas dos príncipes da dinastia de Borgonha foram por certo o veículo dos romances castelhanos para o nosso País. De resto o próprio Garrett é o primeiro a citar, a-par dos romances portugueses que colecionou, grande número de romances castelhanos que andam positivamente traduzidos na língua do nosso povo.

Creio haver sido o mesmo Garrett quem primeiro manifestou a sua estranheza por não haver romances marítimos na tradição do nosso povo a quem o mar deu renome imortal. A meu ver isto só vem em reforço da conclusão do prof. Fidelino de Figueiredo: «O romance português, indiscutivelmente mais original, o da *Nau Catrineta*, não tem carácter épico, tem-no marítimo e nostálgico, e será provavelmente produto da efervescência emotiva dos descobrimentos; pertencerá já à fase criadora de valores náuticos, de que saíria a genial cristalização dos *Lusíadas*».

Concluindo êste seu notável capítulo «Alguns contrastes essenciais», que constituiu a razão de ser da obra e é um verdadeiro estudo comparativo, embora sintético, das duas literaturas, o Autor afirma que «depois desta longa dissertação, fundada em sólidos materiais proporcionados pelos mais autorizados especialistas, pode-se con-

fiadamente afirmar uma conclusão: a épica espanhola, originariamente castelhana, é medieva, popular e continental; a épica portuguesa é renascentista, culta, oceânica, impregnada de lirismo e corre sempre no leito que lhe cavou o génio de Camões. O lirismo português é constitucional, originário; o lirismo espanhol é uma aquisição erudita, laboriosa e tardia; a fermentação nacional, que determina a epopeia, produz-se em Espanha no século XII e em Portugal produz-se no século XV-XVI».

E prossegue: «Será esta uma conclusão magra, após um tam fatigante dissertar, que está ainda longe de esgotar os documentos? Mas as ideas gerais precisam de se fortalecer com freqüentes banhos justrais de realidade. Nascem da realidade dos factos, mas correm o risco de se esterelizarem em lugares comuns, quando não se revitalizam periódicamente no meio ambiente de dados concretos, que os engendrou. É a sua terra vivificadora, como no mito de Anteu. E neste campo da história litterária pouco mais se pode fazer do que registar factos e organizá-los em ideas gerais de interpretação dêsses mesmos factos».

Êste livro sendo, no dizer de seu Autor, «um livro de tendência que procura exemplificar um ponto de vista pessoal para o estudo da literatura», é uma lição excelente que vem fundamentar, se é possível, as razões de ser do nosso nacionalismo. E não se diga que a evolução espiritual do prof. Fidelino de Figueiredo já passou a sua fase de nacionalista na acepção comum do termo, tal como a abelha — recolhendo de cada flor a essência necessária para que o mel se produza. Não; nem eu, conscientemente nacionalista-integral, poderia concordar com tal acusação (se há quem a formule) pelo facto de entender que um nacionalismo sã e compreensivo deve ser essencialmente dinâmico em contraposição àquele pseudo-nacionalismo estático, contemplador saúdorista do passado, já pelo Eça baptizado cruel e irónicamente com o epíteto sangrento de *patrioteirismo*. Porque em literatura portuguesa, e para só falar nesse sector dos nossos estudos, há quem a suponha uma construção feita por si, sem a contribuição alheia, logo o prof. Fidelino de Figueiredo, com muito acêrto, explica que «a literatura nacional não pode ser bem compreendida só a dentro das suas herméticas fronteiras locais, porque, como tôdas as literaturas, muitas influências recebeu e alguma coisa irradiou, e ainda e principalmente porque é, com os seus alogismos, o espelho fiel do drama da nacionalidade, com uma fatal raiz ibérica e uma voluntária tendência

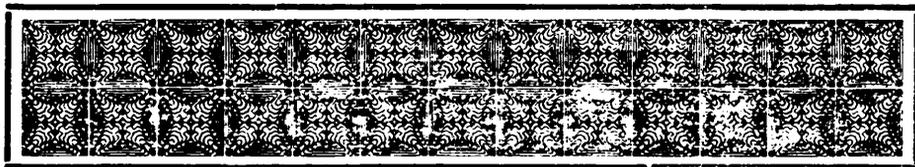
desiberizante, e com essa separação abissal entre o querer duma minoria e a indiferença da massa passivamente integrada na paisagem».

E continua: «Esta literatura tem de ser articulada de novo no sistema histórico do povo que a produziu, povo condenado a um signo doloroso de aspiração de genialidade e condições de mediocridade».

Em presença dum facto destes é que eu classifico este livro como uma obra meritória por representar uma honesta tentativa para levar os portugueses ao estudo da sua literatura não o confinando, como quasi sempre se tem feito, aos estreitos limites dos seus documentos nativos (nem sempre dizendo, por si só, grande coisa), mas sim integrando-a dentro do momento europeu que gerou os seus diferentes estados; é-o igualmente porque vem chamar a atenção dos portugueses cultos para a riquíssima literatura espanhola e suas influências profundas na portuguesa, numa época em que ela anda já esquecida, ao mesmo tempo que, pondo-as em paralelo, melhor as ajuda a compreender; é-o também porque não sendo uma obra de crítica bizantina ou rasteira, presa em superfluidades, se mantém sempre numa atmosfera de elevação a que estamos todos pouco habituados neste século de excessos; é-o, enfim, por representar algo de novo e com novos aspectos no campo das nossas letras tam falhas, no momento que passa, de obras que obriguem a pensar. O português, intelectualmente, é duma indolência pasmosa; entre os intelectuais, infelizmente tam poucos neste País de pouca gente, é restrito o número dos que pensam pela própria cabeça e dos que se dão ao trabalho de investigação e reflexão; na maior parte dos casos limitam-se a expor noções recebidas já feitas, sem inquirirem da sua veracidade e tomando, ainda por cima, ares dômáticos na exposição. Vai sendo, infelizmente, muito frequente a acusação de plagiário lançada a certas pessoas que nas letras ou no magistério superior ocupam lugares de responsabilidade, sintoma assustador a dentro do nosso restrito campo mental. O estudo é hoje, mais do que nunca, um derivativo sobretudo para quem não se adapta à hora febril que o mundo atravessa. Urge, pois, que o trabalho intelectual seja dignificado; essa dignificação só pode fazer-se com obras fruto do próprio esforço e com uma finalidade construtiva. Para isso, repito, não nos encerremos a dentro das nossas fronteiras exíguas bradando ao mundo o nosso veemente desejo de viver. Retóricas inflamadas já não constroem nações; exhibições fantasmagóricas já não enganam ninguém; gritos de fictícia vitória só provocam o riso dos espíritos equilibrados. É necessário ir mais

longe: é preciso que se lancem os olhos para além desses muros ideais das fronteiras e se observe o que em campo alheio se vai passando, e que tarde ou cedo possa a vir reflectir-se no nosso País. Hoje já não é possível uma independência absoluta das nações, nem esse nacionalismo estreito e patriocentrista está na tradição da nossa Terra. No período áureo de Quinhentos Portugal atingiu um lugar primacial na história dos povos porque houve homens de poderosa vontade e poderosa mentalidade que recolham no celeiro das nossas realizações o que se podia aproveitar na seara imensa do mundo de então. Voltemos, pois, a seguir a lição dos nossos antepassados indo buscar lá fora o que sirva para melhor dignificar e elevar Portugal no conceito das nações. Assim se firmará melhor o nosso nacionalismo dinâmico, consciente e são. O livro do prof. Fidelino de Figueiredo é uma obra com essa finalidade.





## Da obra de Antero de Figueiredo em geral e do “Miradooro” em particular

por CLÁUDIO e ANTÔNIO CORRÊA D'OLIVEIRA GUIMARÃIS

SINGELAMENTE se impõe ao nosso espírito, como um dever intelectual, esta referência ao novo livro de Antero de Figueiredo. Não tanto pela amiga dedicatória com que o insigne escritor valorizou para o nosso affecto o seu volume de oferta, mas pela alegria espiritual de quem encontra, entre a turba multa das letras portuguezas contemporâneas, um trabalho que nobremente encanta e faz pensar.

Não entra em conta no aplauso modesto, quanto caloroso, que êste artigo exprime, a lembrança da nossa meninice, nem o factio da amizade de Antero de Figueiredo tam de perto a haver conhecido e acompanhado.

Na sua antiga casa de Cadouços, havia, pintada a *ripolin*, certa porta de uma brancura perfeita: o lápis do escritor marcara, nela, a nossa estatura de palmo e meio, e, sempre que o visitávamos, verificava com interêsse sincero os progressos do nosso crescimento rápido; a seus olhos, tornamo-nos os homens que hoje somos.

Gratamente reconstituímos na memória o ambiente intelectual do seu gabinete de trabalho, onde brilhava, nas estantes, a encadernação viva dos livros; aí, muitas vezes, Antero de Figueiredo recebeu nosso Pai, para se entreter com êle, horas a fio, em complexos problemas de Pensamento e Arte; a História — andava, por essa altura, na tela acesa dos comentários, a questão sebástica — chamava a atenção dos seus espíritos; recordações da mocidade comum afluíam inevitavelmente à superfície do diálogo, imprimindo-lhe um carácter de intimismo perfeito.

(Permita Antero de Figueiredo que por aqui fiquemos. A lembrança de algumas horas que a sua emoção não deixará de acompa-

nhar, comovida, reaviva, em nós, a chaga de uma grande saúde — cada vez mais próxima e funda)!

As crianças de ontem, rapazes de hoje, trazem a êsse Amigo de sempre, independente de todo o subjectivismo sentimental, disfigurador de sentido crítico, a sua admiração de adultos.

Fôsse Antero de Figueiredo, escritor, um desconhecido para o nosso affecto; nem por isso a sua figura literária nos surgiria diminuída no que tem de realmente admirável.

\*

É o autor do «D. Pedro e D. Ignez», um dos raros homens de letras que, olhando o longo itinerário de uma formosa jornada já percorrida, afoito, em paz com Deus e de bem com os homens, pode orgulhar-se de ter realizado verdadeiramente uma obra.

Viria a propósito acentuar-se — se tal verdade não equivallesse a banalíssimo lugar comum — que uma obra literária, no amplo e nobre sentido do termo, se não mede pelo número de páginas em que é vasada nem tam pouco pelo seu requinte estético, antes sim, pela latitude da sua projecção moral.

Sem distinção de finalidade ética, falando exclusivamente como Artista, Lorenzo Riber, exalta as que se gravam e fecundam: *«fazem como o arado, abrem uma larga ferida cruenta e dentro dela deixam o estremecimento vital de uma semente»*.

Na obra de Antero de Figueiredo tal semente frutifica num renque de orquídeas, nunca numa mêsse de cardos, e essa característica torna-a, à exigência da nossa moral, particularmente grata.

Há nela, exemplarmente afirmada, a disciplinização salutar dos sentidos à inteligência: mãos que tateiam grangrenas nas enfermarias das almas tocadas de males ruins, e as curam; mãos que se erguem, em reza, no altar santo das almas perfeitas, e as louvam; sensibilidade que chora a Dor, e a entende, sem desprezar a alegria do riso: isto é, a aproximação da vida no que a vida tem de superior e horrendo, como síntese ou exemplo.

Falando da humanidade antiga, Peter Wust salienta quanto *na caracterização de qualquer espécie de objectivismo, muito importa o olhar, a pureza e castidade do olhar que contempla as coisas, concluindo pela piedade do homem antigo para com o objecto em pleno contraste com o realismo ímpio e profano da nossa época positivista.*

A castidade de olhar que no homem antigo derivava do desconhecimento integral das profundidades específicas do espírito, o homem moderno só poderá adquiri-la através da sagração litúrgica da sua personalidade.

Forçoso é ter atingido, como Antero de Figueiredo, um estado de profundo ascetismo interior, para que a óptica ganhe o condão de observar e traduzir com perfeita diafanidade, a essência de beleza esparsa nas coisas. O seu olhar literário é o olhar que para além do material descortina as almas; tem, assim a profundidade singular do olhar das crianças, tam nobremente assignalada por Chesterton.

\*

O homem — consoante há dias Antero de Figueiredo afirmava, nos breves minutos de uma espera de *eléctrico*, encontrando em nós perfeita reciprocidade de opinião — é e será sempre o maior, senão o único grande motivo da Arte.

Não o homem restringido a si próprio, dominado de egocentrismo doentio que *abandonou ou foi violentamente expulso de tôda a substância sacra do sêr*, mas o homem colectivo, irradiação de universo, mais *meio* de que *princípio* e *fim* de si próprio.

A hipertrofia do *eu*, a ansiedade de expressão subjectiva, pode revelar excepcionalmente — sabido que não existem regras absolutas psicologias originais, agudíssimas. Mas isso é tam raro!

A maior parte dos decalcados estados de alma e dos fictícios exotismo de temperamento que constituem o ritmo da moderna actividade literária — virtuosos porque sinceros e imprevisos, num Marinetti, por exemplo, como em todos os criadores de tendências — não conseguem comover o sentimentalismo ou interessar a curiosidade intellectual de quem quer que seja.

Através da inclinação *personalista* que adquire sintomas epidémicos e vai matando pelo fatal narcisismo interior a que conduz (desde que automaticamente se transforma em escola) o aparecimento espontâneo, sempre insensível, nunca premeditado, de intuições definidas e únicas, a literatura vai-se convertendo lamentavelmente no rio de água estagnada, a que afluem tôdas as incoerências de interpretação e de ritmo que fazem a glória dos génios contemporâneos — uns pueris génios de trazer por casa . . .

Os devotos dessa epilepsia inovadora crêem na própria inanidade da função crítica: os deslizes do *inconsciente* (sinónimo aqui de inconsciência pura) há que considerá-los manifestações individuais incriticáveis, porque provindas do refeito fôro das sensações íntimas... Para os referir, não basta, por isso entende-las ou explicá-las: é necessário senti-las, e isso só é dado aos temperamentos eleitos, afins.

Livremente renunciamos — e conosco os espíritos a que a barafunda moderna não diminuiu o necessário equilíbrio — a entender quantas incoerências, delissecências, e outras transcendências, literárias, significam o domínio do absurdo e do arbitrário no plano da Arte.

A humanidade, friso de tragédias schakspeareanas e de alegrias molierescas, de scepticismo voltairiano e de fé pascaliana, é que inspira, apaixonada e torna grandes os maiores artistas.

Compreende-se que um homem de Letras a esqueça e despreze como milionário a que seja indiferente todo o oiro da terra e o recuse, quando, em porção de idealidade, de beleza ou significação interior, o seu panorama rivalize com o da humanidade inteira. Mesmo que tal prespectiva humanamente fôsse possível, nada lucraria o verdadeiro Artista em se desviar dela, furtando-se à interpretação original dos seus *faits-divers* dolorosos ou cómicos, eximindo-se à sua sugestão incomparável.

Esse sentido objectivo e profundo encerra a obra de Antero de Figueiredo: é através de uma visão humana, integral e não parcial, que ela se superioriza.

\*

Para falar da produção literária do inconfundível auctor que é Antero de Figueiredo não nos obrigamos, neste momento, à, aliás, sempre, tam grata tarefa de relê-la; vivas perduram no nosso espírito as sugestões de beleza que a sua primeira leitura lhe ofereceu...

Pela intenção ensinadora que a valoriza, a obra de Antero de Figueiredo cabe, quasi tôda, na estante dos mais moralistas autores, junto das obras piedosas cuja leitura converte, apazigua e conforta.

Os nomes místicos de alguns dos seus livros são ladainha de exaltação religiosa: «*Último Olhar de Jesus*», «*Senhora do Amparo*», «*O Padre Sena Freitas*»; pronuncí-los é preparar a alma para a beatitude da reza...

A sua *História posta em Arte* não recusa confrontar-se com os volumes do género, em que melhor se exaltam os altos momentos da nossa existência colectiva e as mais representativas figuras nacionais. Não se ajusta completamente ao seu espírito a frase — programa de Michelet, demasiadamente fria, porque exclusivamente estética.

A *História* de Antero de Figueiredo é algo mais do que simples e inútil Arte: cadinho de sentimento patriótico, surgindo numa hora de derrotismo quási comum, apologética que estimula, nunca exegese que congela.

Há quem proclame, enfatulado de intelectualismo excessivo, que ela está errada; acusam-na de sofrer uma super-abundância poética, desfiguradora do facto demonstrado; revoltam-se contra certas figuras transformadas pelo sonho em símbolos de perfeição que não atingiram . . .

Superfluo será discutir . . . Não exijamos, dêses difíceis críticos, matéria historiográfica em que a verdade se apresente com incorruta e linear perfeição. Acentuemos, simplesmente: o exagêro que constrói é mais útil de que a fobia arvorada em regra mental de destruir. E apontemos, a propósito, o discutido livro de Antero de Figueiredo, «*D. Sebastião*», e a singular circunstância de êle ser, entre todos os seus volumes de *História*, o mais intencionalmente nacional . . .

(*Continua*).



# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1835

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Setembro

**Dia 2** — A Câmara determinou que se faça entrar no seu arquivo tudo que era pertença das câmaras dos Coutos anexados a este concelho.

**Dia 5** — Por o vereador José Joaquim Vieira, provedor interino deste concelho, ter impedimento, ficou servindo no mesmo cargo o fiscal Domingos Duarte Machado Ferraz, por ser o imediato em votos.

**Dia 9** — Tomou posse da vara de vigário geral da comarca de Guimarães o cônego-cura José Joaquim de Abreu «o curadeiras» e nomeou para seu secretário o ex-cônego loio João Ribeiro Guimarães. (P. L.).

**Dia 15** — O Juiz de Direito, António Clemente de Sousa Gião, natural de Lanhoso, toma posse. O Delegado, Agostinho Vicente Ferreira de Castro, natural desta vila, já há dias a tinha tomado. (P. L.).

**Dia 22** — Decreto nomeando Juiz de Direito para Fafe o vimaranense Agostinho Vicente Ferreira de Castro, delegado de Guimarães, e transferindo de S. Tiago de Cácem para Guimarães o delegado Gonçalo Xavier da Silva.

**Dia 23** — Decreto deste dia, e não de 22 como por erro publiquei no «Independente» n.º 510, porque a Rainha «em atenção ao merecimento, provada lealdade e insigne valor com que durante a guerra contra o usurpador se houve sempre o

brigadeiro Mariano José Barroso» fez-lhe mercê do título de Barão do Almagem.

**Dia 30** — Decreto nomeando o vimaranense José Inácio de Abreu Vieira para escrivão e António Faria Chaves para contador do julgado de Guimarães, bem como menciona estarem nomeados escrivães do mesmo julgado João Maria da Silva Maio e José de Sousa Bandeira.

\*  
A Câmara determinou que se passem editais para a eleição de juizes eleitos nas freguesias deste concelho, para o domingo, 11 de Outubro, e que se designassem presidentes para as mesmas.

## Outubro

**Dia 3** — Principiaram Preces nas igrejas da Misericórdia e S. Francisco por causa da muita chuva que há muitos dias não deixava fazer as colheitas. Desta última igreja safu no dia 4 a imagem de S. Francisco para as Capuchas. Por esta ocasião fizeram-se Preces em outras igrejas e safu em procissão o Senhor dos Passos. (P. L.).

**Dia 10** — A Câmara designou 9 assembleas paroquiais e respectivas freguesias que haviam de reunir em cada urna, para eleição do substituto do Juiz de Direito.

**Dia 11** — Fez-se a eleição dos Juizes Eleitos de paróquias do concelho desta vila, saindo eleito na freguesia de N.ª S.ª da Oliveira o José Tamanqueira; na de

S. Paio, José Gonçalves Pereira, morador no Passeio do Toural, e na de S. Sebastião, José Pereira, negociante de panos, atrás do tanque. (P. L.).

**Dia 14** — A Câmara determinou que se procedesse a inscrição dos Jurados do Julgado de Guimarães, na forma das ordens dadas para esse fim.

**Dia 17** — A Câmara, em observância do art.º 21 do decreto de 12 de Dezembro de 1833, propôs para membros do Tribunal da Polícia Correccional os bacharéis Joaquim Pinto Teixeira de Carvalho e José António Baía, ambos desta vila, e que esta proposta fôsse levada ao Governador Civil desta província. Também nomeou para commissário geral do distrito da Polícia Correccional a José Joaquim de Abreu Cardoso, conhecido por o «Capitão do Rebot», morador na freguesia de S. Tiago de Candoso.

**Dia 19** — Decreto transferindo de Caminha para Fafe o delegado dr. Manuel de Freitas Costa, vimaranense.

**Dia 22** — Portaria em que a Rainha manda, pelo Tribunal do Tesouro Público, declarar ao governador civil de Braga, em resposta ao seu officio de 28 de Setembro último, em que o sub-perfeito de Guimarães pedia o dormitório novo do extinto convento de S. Francisco de Guimarães para servir de casa de audiência e mais funções do juiz de direito do Julgado de Guimarães: que sobre tal objecto deve o Juiz de Direito representar pelo ministério dos negócios ecclesiásticos e de justiça, para que, depois de feita pelo respectivo ministro à estação competente a necessária requisição, se possa deliberar conforme o exigirem os interesses da fazenda e o bem do serviço.

**Dia 24** — Pela escusa que obtiveram os bacharéis José da Costa Vieira e José António Baía, da comissão dos danos pessoais, nomeados a 5 de Setembro último, este por occupado na Polícia Correccional e aquê

por se ausentar para Lisboa, a Câmara Municipal nomeou em seus lugares Manuel José Ferreira Guimarães, da rua Sapateira, e Manuel António da Silva Guimarães, da Praça do Toural.

**Dia 25** — À noite efectuou-se a sessão preparatória ou de instalação da «Sociedade Patriótica Vimaranense». Reüniram-se a convite do dr. Juiz de Direito, António Clemente de Sousa Gião, e, sob a presidência dêste, 45 sócios. A sessão foi aberta com um discurso preparatório em que o Dr. Gião mostrou o fim para que convidara os sócios, utilidade da Sociedade, os princípios desta e os fins a que se dirigia, e nomeou secretário interino o deputado José Fortunato Ferreira de Castro.

Procedeu-se à eleição permanente e saíram eleitos: presidente, por aclamação, Sousa Gião; vice-presidente, 1.º o capitalista Jerónimo Martins da Costa e 2.º José Fortunato; secretário, o escrivão de direito José de Sousa Bandeira; vice-secretário, o negociante José Joaquim Fernandes Guimarães. Comissão para a redacção dos Estatutos; Sousa Gião, José Fortunato, os advogados António Joaquim Ferreira de Eça e Leiva e António Leite de Castro e o bacharel Bento António de Oliveira Cardoso. Às 10 horas, o presidente levantou a sessão, descobrindo o retrato de S. Mag.<sup>6</sup> ao som de uma girândola de fogo e entoando os vivas à Carta e à Rainha, a que corresponderam os sócios e espectadores das galerias com o maior entusiasmo.

**Dia 27** — O secretário do vigário capitular de Braga vem a Guimarães para executar uma portaria do mesmo, a fim do Cabido lhe dar contas do rendimento do D. Priorado, que era vago, e escreve ao presidente do mesmo Cabido para que o não demore aqui.

Neste mês principiaram os júris de pronúncia na casa das audiências, no convento de S. Francisco, sendo pronunciados alguns réus. JOÃO LOPES DE FARIA.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

*« Quantas vezes, nós republicanos de sempre e plebeus com muita ufania, temos meditado sôbre a psicologia, a sensibilidade, o procedimento de alguns monarcas !*

*Escravos da palavra dada, dos juramentos feitos, do dever, alheios e sobranceiros às lutas dos partidos e das classes, são os inquebrantáveis salvaguardas das regalias de todos ».*

ÂNGELO VAZ

(No *Primeiro de Janeiro* de 12 de Setembro de 1935)

### MESTRE GIL (\*)

Há poucos dias, os jornais diários publicaram uma notícia que parece não ter tido eco no burgo vimaranense. Pelo menos a imprensa local, salvo êrro, não lhe fez qualquer referência.

No entanto essa notícia não pode ser indiferente ao tantas vezes cantado e tantas vezes demonstrado bairrismo dos vimaranenses. Vejamos o que disseram os jornais:—«O eminente académico sr. dr. Carneiro Veloso, na sessão de hoje da classe de Letras da Academia das Ciências, apresentou uma proposta, que foi unânimemente aprovada, no sentido da Academia das Ciências de Lisboa, a exemplo do que a Espanha está a fazer no actual momento com Lope de Vega, comemore no próximo ano de 1936 o 4.º centenário da morte de Gil Vicente, o fundador do teatro português ».

É tradição que Gil Vicente nasceu em Guimarães e os nobiliários antigos assim o afirmam. Embora algumas vezes se pretenda pôr em dúvida essa afirmação, o certo é que ela não pode ser posta de parte

---

(\*) Publicado no diário *Novidades*, de Lisboa, em 3 de Agosto de 1935, na página dedicada a Guimarães.

sem que elementos seguros nos venham demonstrar que é outra a terra natal de Gil Vicente.

Apareceram êles até agora? Não. Surgem, aqui ou além, hipóteses que se não podem considerar infalíveis e que variam segundo a preferência dos seus autores por esta ou por aquela província. O ponto nebuloso da questão está em que Gil Vicente, em tôda a sua obra, só cita Guimarães nos títulos de «D. Gemes». ¿Mas é isto suficiente para se poder afirmar que Gil Vicente não nasceu na terra que foi berço de Portugal?

Inclino-me mais à hipótese de que Gil Vicente tivesse saído muito novo de Guimarães e, tendo visto outras paíesagens, outros costumes e outras gentes, aproveitasse essas paíesagens, êsses costumes e essas gentes para os seus Autos admiráveis que foram a pedra forte dos alicerces do teatro português.

Ora se a Academia das Ciências se prepara, e muito justamente, para comemorar o 4.º centenário da morte de Gil Vicente, porque não havemos nós, os que nascemos em Guimarães, terra, também, de Gil Vicente, de congregar todos os nossos esforços no sentido de que uma comemoração se faça nesta nossa terra com o possível brilhantismo? ¿E não será esta a ocasião propícia para se erguer, num dos nossos largos, que bem poderia ser o do Liceu, a decantada estátua a Gil Vicente?

Creio que sim e que alguma coisa se poderá fazer neste sentido, se os vimaranenses quiserem. Não é a primeira vez que Guimarães se lança à empresa nobilitante da glorificação dos seus filhos e, até, de quem à terra vimaranense prestou os mais altos benefícios. Assim, temos os monumentos a Sarmento e Molarinho, não falando já no do nosso primeiro rei. Como testemunho de gratidão aos benefícios recebidos, ergue-se, também, o monumento a João Franco. Não serão horas de se pagar a dívida em aberto a Gil Vicente trovador e ourives?

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

### A dor da Bélgica

Não se apagou ainda, e não se apagará tam cedo, a dolorosa impressão causada em todo o mundo pela morte da rainha Astrid. A Bél-

gica, que há pouco mais dum ano sofrera o rude golpe da perda do Rei Alberto, chora, neste momento, sôbre um túmulo, a perda da sua rainha. Dir-se-ia que a fatalidade se obstina em envolver em

crepes tôda a gloriosa nação belga.

Diante da dor brusca e esmagadora, diante dum dêsses desastres absurdos e trágicos que fazem pensar, segundo Maeterlinck, *num crime da morte* — êsse povo de excepcionais virtudes une-se melhor na consternação e no luto, à volta do seu Rei, encarnação suprema da unidade belga. É que só são grandes os povos com unidade e essa unidade só é possível mantê-la quando, como na Bélgica, existe a dinastia a assegurar a continuidade, o prestígio, a prosperidade e a glória da Nação.

### A Imprensa de luto

Com pequenos intervalos, a morte roubou à imprensa de Lisboa e Pôrto, três dos seus representativos vultos.

Bento Carqueja, exemplo de tenacidade e de trabalho da sua geração. *O Comércio do Pôrto*, que o seu esforço soube manter e continuar fica sendo um dos seus melhores legados.

Lourenço Cayolla, jornalista da velha guarda, também professor e colonialista culto e sabedor, soube lançar os alicerces do moderno jornalismo cheio de dinamismo e vibração. Deixou-nos Lourenço Cayolia alguns livros que são documentos vivos duma época.

Reinaldo Ferreira, o conhecido «Reporter X», foi um jornalista

estranho, duplamente sugestivo e bizarro, criador de inéditos panoramas emocionais e de ritmos originalíssimos. Constituíram verdadeiros triunfos as suas reportagens do crime de Augusto Gomes e do julgamento do célebre Marang, em Amsterdão.

### Mestre Gameiro

Outra figura notável de artista que desaparece. Roque Gameiro, aguarelista, dominador magistral da técnica das aguadas, deixou uma obra que ficará, adentro da arte portuguesa e com renome no estrangeiro, como um poderoso documentário demonstrativo das excepcionais qualidades de um artista de fulgurante valor.

### Vila Moura

E a Parca continua. Morreu Vila Moura, um dos maiores escritores dêste século. Estilista requintado, deixou-nos uma obra a todos os títulos brilhante. Tendo pertencido à geração liberalista, veio à compreensão do ideal nacionalista. De então, os seus livros, cheios de beleza, são um cântico permanente de amor à terra e à nossa língua.

Sentimos a falta dessa figura curiosa que tam bem, e a seu modo, soube interpretar o sentimento nacionalista das coisas portuguesas.

## Itália - Abissínia

O aereopago de Genebra foi impotente para a solução pacífica do conflito. Italianos e abexins lá andam nas terras lendárias de Preste Joam, a resolver pelas armas o que não foi possível solucionar nas muitas reuniões da S. D. N.

Dividem-se os pareceres, segundo as simpatias... e as conveniências de certas nações. No entanto e sejam quais forem as consequências desta nova guerra, Musso-  
lini soube interpretar as aspirações da *Italia Rinovata*.

À volta do Duce, que o liberal Maurice Martin du Gard classificou de «o maior homem de estado dos últimos séculos», erguem-se clamores hostis, fazem-se mesquinhas insinuações e desenrola-se o duelo de interesses que se disfarçam em eufemismos diplomáticos.

Êsses interesses, aliados à intriga das chancelarias astutas, que-  
rerão lançar a Europa numa nova guerra?

## Relembrando poetas

Graças aos nossos camaradas Cláudio e António Corrêa de Oliveira Guimarães, Antão de Moraes Gomes, o poeta tradicionalista, voltou a ser lembrado. Às palavras que no *Fradique* — como já referimos — escreveram êstes nossos distintos colaboradores, vieram juntar-se, depois, as de Hipólito Raposo e Luiz de Almeida Braga, também nossos apreciados colaboradores.

*Bandarra*, tem publicado, últimamente, alguns inéditos de Moraes Gomes, que se encontravam em poder do Abade José de Castro.

Agora é António Pedro, outro poeta, que, no número 87 do *Fradique* lembra Guilherme de Faria, também poeta tradicionalista e vi-  
maranense. Êsse artigo é apenas uma parte dum trabalho notável que António Pedro prepara à cêrca do desventurado e tam nosso Guilherme de Faria.





CASCATA DE BRILHANTES e OS SERÕES DAS CRIANÇAS, por *Maria Pinto Figueirinhas*. — Editora-Educação Nacional. Pôrto, s/ d.

Com estas novas edições dos livros de contos de D. Maria Pinto Figueirinhas, prestou a Editora Educação Nacional um grande serviço. Já de há muito se fazia sentir a falta de livros sãos que, simultaneamente, recreassem e educassem as crianças. Os contos de D. Maria Pinto Figueirinhas atingem estes dois fins. A edição é magnífica. Boas gravuras e excelente apresentação. Enfim, dois livros que se podem oferecer a crianças e que elas lerão com o maior agrado e proveito.

CONTOS PARA AS CRIANÇAS, por *António Figueirinhas*. — Editora-Educação Nacional. Pôrto, s/ d.

A actividade literária de António Figueirinhas estende-se ao género infantil. Como os contos de D. Maria Figueirinhas, estes *Contos para as crianças* são deliciosos e proveitosos, porque, além de entreterem a imaginação infantil com ensinamentos úteis, encerram, também, magníficas noções de moral, exaltando a virtude através de trechos encantadores.

Primorosa apresentação e boas ilustrações. Um livro bem digno da «Biblioteca das Crianças».

O APOSTOLADO DA ORAÇÃO e A CRUZADA EUCARÍSTICA DAS CRIANÇAS AUXILIARES DA ACÇÃO CATÓLICA. — Edição do «Mensageiro do Coração de Jesus». Braga, 1935.

Neste folhetosinho, reuniu a benemérita revista «Mensageiro do Coração de Jesus» a exortação pastoral do Senhor Cardial Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira para o Congresso Diocesano do A. O. e da C. E. C. no Patriarcado de Lisboa. Palavras de exortação e de fé, cheias de elevação e de conforto cristão, onde se espelha a grande alma do Senhor Cardial Patriarca.

ORGULHO DE RAÇA, por *M. Maryan*. — Casa Editora de A. Figueirinhas, Lid<sup>a</sup>. Rua das Oliveiras, 87. Pôrto, 1935.

A paisagem da Bretanha e os seus costumes tradicionais e encantadores, inspiraram este trabalho de Maryan, que a Casa Figueirinhas incluí na sua utilíssima e escolhida «Biblioteca das Famílias».

ORGULHO DE RAÇA é um livro sã, que se lê com o melhor agrado e de que se colhem proveitosas lições. Lena é uma figurinha simpática, a contrastar com a severi-

dade de Alão. Luizinha é meiga, dócil, emoldurada nos hábitos bretãos. Todo o enredo deste livro de Maryan encanta, prende a delícia. A tradução portuguesa, do Tenente Neves Ferreira, muito correcta.

A VIDA DO LINHO, pelo Conde de Aurora. — Lisboa, 1934.

O Conde de Aurora, escritor primoroso, reuniu, num interessante opúsculo, a monografia que apresentou ao Congresso do Linho e da Lã.

Trabalho notável, que é, ao mesmo tempo, uma descrição técnica de *A vida do linho*, desde as adubações até à preparação do fio, procura despertar no nosso País e, em especial, entre os minhotos, o apêgo à cultura do linho, que tanto tem decaído entre nós.

Depois, o linho tem já tradição folclórica entre o nosso povo, tradição que é preciso manter, porque as *espadeladas* fazem parte integrante da vida minhota. O uso do linho vai rareando, e as camisas brancas, de toco bordado e de grandes letras vermelhas que antes eram *luxo* dos nossos lavradores, vão desaparecendo para darem lugar às incaracterísticas camisas de riscado de algodão que tanto adulteram o característico trajar dos lavradores do Minho.

Por isso nós queremos, também, juntar a nossa voz ao clamor do Conde de Aurora, gritando com êle:

«Senhores Governantes do meu País; Senhores Dirigentes da minha terra, Chefes, Directores de Associações Agrícolas e Comerciais, Mulheres de Portugal, Homens Bons do meu torrão — ajudai a levantar, é ao vosso patriotismo que falo, a cultura do linho em Portugal!»

O MUNDO QUE FINDA E O MUNDO QUE COMEÇA, por Luiz Vieira de Castro. — Funchal, 1935.

O que será o mundo de amanhã? Esta interrogação preocupa todos os espiritos, e todos procuram tirar, do mundo que finda, os ensinamentos que possam influir na marcha do mundo que começa.

Tal é a orientação deste trabalho de Luiz Vieira de Castro. O assunto é de si extremamente interessante e o A. foca-o com muita precisão e clareza. Aos que afirmam que caminhamos para uma nova Idade-Média opõe Luiz Vieira de Castro o argumento que essa Idade «foi um período de lenta e laboriosa elaboração, em que tudo foi preciso criar, erigir e inventar», ao passo que «a idade que vai principiar não será, pois, um período de *elaboração* — mas sim uma época de *organização*, íntima e profunda, cuja essência pode ser a mesma, mas cujos meios são mais abundantes, variados e completos».

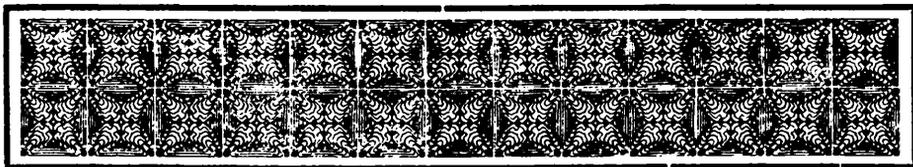
O recente conflito italo-abexim, cujas conseqüências se não podem ainda prever, está em opposição às conclusões do A. quanto à futura guerra. Mas, de tôdas as convulsões que voltam a agitar o mundo, nós cremos, também, que se há-de construir «um mundo que os homens desejam mais justo, mais serêno e mais equilibrado».

A «VITA BREVIS» DE CARLOS EUGÉNIO, por Pedro Paço d'Arcos. Lisboa, 1935.

Neste interessante opúsculo conta-nos Pedro Paços d'Arcos a vida cristã desse inteligente rapaz que foi Carlos Eugénio. Através dos livros de Carlos Eugénio, — *Jornadas dum crente* (1931), *Vita Brevis* (1934) — transparece tôda a sua alma cristalina que o sofrimento não consegue alterar, antes mais aproxima de Deus, mantendo, assim, o plano de vida que Carlos estabeleceu no retiro de Oya.

Os seus vinte e sete anos, tal era a idade com que faleceu, podem ser apontados às gerações de hoje, como um modelo a seguir. Foi esta, certamente, a intenção de Pedro Paço d'Arcos ao publicar o benemérito opúsculo que nos põe em contacto com o nobre espirito que pôde «viver asceticamente como se fôra um monge, em pleno mundo e no século xx».

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA



# O Culto de S. Gonçalo na Baía

(NOTAS SUBSIDIÁRIAS)

(Continuado da página 156)

por ALBERTO V. BRAGA

**A** LÉM da festa do orago, cuja fama se estende até aos mais remotos confins da terra brasileira, na basílica do Senhor Jesus do Bonfim celebram-se mais em Janeiro e Fevereiro as de Nossa Senhora da Guia, de S. Gonçalo de Amarante, e do Santíssimo Sacramento. Tôdas três animadíssimas (1).

A festa de N. Senhora da Guia data de 1792, mas a imagem foi oferecida em 1754 por Teodósio Rodrigues de Faria, fundador da Devoção e da igreja do Senhor do Bonfim.

Dir-se-á que por estarem amolecidos os nervos do povo, pela série de festas que se foram desdobrando da noite de sábado do Bonfim até o domingo da Guia, já não restará a disposição para outras festas, e então, a Senhora da Guia terá seus festejos modestos e pequenos.

Engano formal para os que assim pensarem; a festa de N. Senhora da Guia é a festa do Bonfim que se prolonga, como a do Sacramento e a de S. Gonçalo são a mesma coisa (2).

No dia da festa de N. Senhora da Guia, *pela tarde, encontram-se caretas avulso, como saúdosa recordação dos tempos anunciadores dos festejos de S. Gonçalo. Nessa mesma tarde de mascarados sai uma procissão composta de meninas e senhoras, que levam velas*

---

(1) Informação de Silva Campos.

(2) *Tradições e milagres do Bonfim—obra seguida de interessante Resenha Histórica da Península de Itapagipe*, de Carlos Alberto de Carvalho, Bahia, 1915, pág. 88. — *Inf. de Silva Campos*.

acesas e são precedidas da bandeira de S. Gonçalo, prestes a ser içada no mastro que para isto está fincado à frente do templo (1).

O préstito formado por muitos fiéis e curiosos sai da igreja ao toque de sinos da torre, percorre o largo todo pela linha externa e volta ao sítio onde se acha o mastro.

Pelo caminho, os rapazes alegres sopram insistentemente as velas ou abanam com os chapéus, até que conseguem apagá-las tôdas, isto com muita chalaça e galhofa, pois é sabido que aquela devota que levar na volta da procissão a sua vela acesa, o S. Gonçalo casamenteiro e protector das moças solteiras, fará a graça de casá-la durante aquêlo ano.

E justamente por isto o rapazio promove os meios de apagar êsses fachos de esperança!

É irrisório verem-se algumas solteironas, maiores de cinqüenta anos, vestindo branco e empunhando a vela a S. Gonçalo; mais irrisório, porém, é ver-lhes estampado nos rostos, o vivo desgosto por lhes terem mãos perversas apagado a sua vela!

Não fica bem, devemos concordar, a procissão de S. Gonçalo de permeio com mascarados, muito menos dando motivo às repetidas pândegas do apagar das velas.

(1) Idem, pág. 89.

— «Fazendo os melhoramentos da baixada e colina do Senhor do Bonfim, mandou o prefeito Francisco de Sousa retirar o mastro que havia no adro e no qual todos os anos, por ocasião da festa de S. Gonçalo, se hasteia a bandeira com a effigie do orago. Era isso, ou é ainda, uma tradição, muito usada no interior do Brasil.

Embora satisfeitas com os melhoramentos, as moças e devotas de S. Gonçalo, que se diz arranja casamentos mesmo para as que estão desesperançadas, ficaram tristes. Daí, uma petição que chegou às mãos do prefeito, pedindo-lhe o restabelecimento do mastro de S. Gonçalo. Bom católico, o Sr. Francisco de Sousa mandou aparelhar novo mastro, que seria colocado festivamente, segundo o uso, no dia de festa de S. Gonçalo, no domingo, 1.º de Fevereiro». (*D-A Tarde, jornal da Bata, de 23-1-930*).

— «Foi inaugurado ontem à tarde, festivamente, no adro do Bonfim, o novo mastro de S. Gonçalo, prometido pelo prefeito.

É um mastro longo, pintado de esmalte branco.

Como é da tradição, logo após foi içada a bandeira de S. Gonçalo, anunciadora dos festejos do domingo próximo.

Infelizmente, não se agüentou em pé. Caiu pouco depois com estrépito, por milagre não fazendo vítimas. (*Idem, do mesmo jornal, de 28-1-930*).

*Chegadas que são as devotas ao pé do mastro, a banda de música executa um hino ou marcha e a bandeira de S. Gonçalo, que na procissão angariou donativos para a festa, é içada, e em breve desfraldada no topo do mastro (1).*

*É uma bandeira feita em tela branca, com a imagem do alegre Santo, pintada.*

*Esta bandeira fica dias e noites até o dia da festividade.*

*Missa de festa no domingo, com fogueiras na véspera à noite, música, quermesse e alguma assistência.*

*Um ano por outro reza-se o tríduo de S. Gonçalo, mas tempo houve em que a sua festa era precedida de pomposa novena.*

*No adro fazia-se o « castelo » (2) com o mastro e lugar para a música (3).*

*Armava-se um caramanchel encimado por estatuetas de louça e de madeira e a sua iluminação era um sucesso para a época.*

*Havia também o bando, meio religioso e meio profano, precedido de três rapazotes vestidos à fantasia, com caixas de rufo, tirando umas quadras que a multidão acompanhava e cujos versos eram interrompidos pelo rufar das ditas caixas.*

*Essa procissão, ou que melhor nome tenha, fazia a nota principal dos festejos do S. Gonçalo. (4)*

*E lá iam rua adiante :*

*São Gonçalo, meu São Gonçalinho,  
ra-tam-plan, plan, ra-ta-plan.  
Casamenteiro das moças,  
ra-tam-plan, plan, ra-ta-plan.  
Ele é Santo muito bonitinho,  
ra-tam-plan, etc., etc.*

---

(1) No dia em que se ergue o *mastro de S. Gonçalo* (3 dias antes da festa) defronte da basílica do Bonfim, as moças que se querem casar passam-lhe rente ao sopé, enquanto no topo paneja a bandeira, por se casarem depressa. — *Inf. de Silva Campos*.

(2) Coreto ou palanque.

(3) *Idem, Idem, ob. cit.*, pág. 91.

(4) A procissão e muitas outras manifestações do culto externo, já não se promovem. — *Inf. da Silva Campos*.

*E seguia-se nesta toada.*

*À noite os rapazes dançavam ao mesmo tempo, com duas moças nos braços, saltando e pinoteando os três numa grande área no adro e mudando as damas quando estas se cansavam (1).*

Vem a pêlo produzir abaixo um dêsses pregões burlescos do Bando Anunciador do festejado e alegre Santo, quando há 62 anos êle fazia a alegria dos corações esperançosos no Bonfimi.

*Do festejo do Santo mais santo  
escutai a fiel narração,  
que mandou a devota Irmandade  
fazer hoje por êste pregão.*

*Nove noites, que o Santo permita  
sejam claras, formosas, serênas;  
precedidas de salvas constantes  
se farão as usadas novenas.*

*Desde quatro até dez do corrente (2)  
das novenas teremos além,  
de objectos de gôsto e de luxo  
variado sorteio também.*

*Em seguida (que grande e que belo,  
que solene espectáculo) atentai;  
há-de haver um palácio de fadas,  
não vos minto, vereis. Escutai!*

*Há-de o adro tornado em jardim  
inundar-se de luzes num mar;  
notas cheias de doce harmonia  
hão-de as auras subtis embalar.*

*Para dar às estrêlas notícia  
dos prazeres da leda função,  
há-de em nuvens de vivas montado,  
cada hora subir um balão.*

---

(1) Idem, idem, *vol. citado*, pág. 93.

(2) Fevereiro.

*Lindo fogo, cem salvas, mais uma,  
(em cortejo às baianas) o fim  
dão a vesp'ra, que o dia seguinte  
é o dia que toca ao festim.*

*Neste, além do que fica já dito,  
há Te-Deum, há um fogo de planta,  
que, segundo o factor assevera,  
pelas vistas e côres encanta.*

*Eis, baianos, um quadro sucinto,  
do festejo que havemos de ter,  
para o qual, como povo devoto  
à porfia deveis concorrer.*

*Quando aqui S. Gonçalo primeiro  
festejou-se, de antigos assentos,  
é constante que houve no ano  
alguns cinco a seis mil casamentos.*

*É a vós, ó meninas baianas,  
de quem todo êste mundo é vassalo,  
que mais tocam a gala e primores  
do festejo do Santo Gonçalo.*

*Uma jovem devota do Santo,  
a quem jovem aos votos traidor  
transformara em cruéis desenganos  
as douradas promessas de amor,*

*Da demanda melhor as meninas  
dizem ser êste Santo juiz;  
tratam pois de cair-lhe na graça,  
se quiserem sentença feliz.*

*de joelhos pedindo-lhe um dia  
um remédio a seu fado infeliz,  
viu o Santo tirando-lhe um noivo  
da manguinha da sobrepeliz.*

*Êste Santo... (que dote, que glória,  
que poder milagroso sem par!)  
êste Santo (escutai, namorados)  
faz os moços e moças casar.*

*Os milagres que faz neste assunto  
não há pena que possa narrar;  
deve pois festejar São Gonçalo  
tôda a moça que queira casar.*

*Que se case também uma velha,  
não é raro; bem pode portanto  
cada velha que queira casar-se  
dar também uma esmola pr'a o Santo.*

*Velhos, môços e moças e velhas,  
todos juntos deveis festejar  
ao bom Santo que alegra os amantes,  
ao bom Santo que sabe casar.*

*Mas a vós, ó meninas baianas,  
de quem todo êste mundo é vassalo,  
é que toca fazer os primores  
do festejo de Santo Gonçalo. (1)*

A festa de S. Gonçalo, na igreja do Bonfim, repita-se, data dos princípios do século passado.

Vejamos as linhas abaixo:

— «Em 1804 Leonardo Joaquim Veloso e outros devotos de S. Gonçalo de Amarante requereram à Mesa da Devoção do Senhor Jesus do Bonfim ter em sua capela a imagem do milagroso Santo. Foram os supplicantes deferidos em 3 de Fevereiro dêsse ano, sendo a imagem colocada no altar em que se acha, pois não só êle por essa época ainda não existia, como só em 1819 foi pelo tesoureiro Lino José Gomes mandado fazer o nicho respectivo, parecendo portanto que desde então é que S. Gonçalo passou a ocupar o segundo altar do corpo da capela, à esquerda de quem entra. (2)

---

(1) Poesia impressa, distribuída no *bando* anunciador da festa de S. Gonçalo de Amarante, na igreja do Bonfim, em 1855 — *Inf. de Silva Campos*.

(2) Êste Santo, tido por muita gente como natural de Amarante, antiqüíssima vila de Portugal, fundada no ano de 360 A. C. pelos turdetanos da Lusitânia, nasceu entretanto nos fins do século XII ou princípios do XIII em Arriconha, antiga freguesia de Tagilde, comarca e concelho de Guimarães, no Minho.

A denominação de Amarantino provém dos muitos prodígios e benefícios que fizera no povo de Amarante para onde foi residir em 1250. S. Gonçalo, entre o mais, erigiu sôbre um rochedo do Tâmega, que banha um lado da vila, uma capela de Nossa Senhora, onde foi sepultado em 10 de Janeiro de 1262, data do seu falecimento. Essa capela foi incendiada pelos franceses em 1809 e depois, reconstruída, passou a ser capela-mor do sumptuoso Convento dos Dominicanos de S. Gonçalo, cuja edificação se atribúi a êsse milagroso Santo, o que entretanto não tem fundamento, pois a construção só foi iniciada em 1540 por D. João III e sua mulher D. Catarina, e continuada por D. Sebastião.

A igreja construída por S. Gonçalo teve por muito tempo a S. Veríssimo como orago, mas fazendo D. Catarina, rainha de Portugal, doação ao Convento dos Dominicanos, deu-lhe por orago S. Gonçalo, que continua a sê-lo.

Com os progressos da impiedade de certos lusos, o convento foi transformado em teatro e sede de diferentes tribunais de Amarante.

Entre as obras materiais que S. Gonçalo realizou em Amarante, cabe citar a reedificação da importante ponte sôbre o Tamega, construída no ano de 106 A. C. por Trajano, Imperador Romano. (Nota n.º 29, de pág. 161 do vol. de José Eduardo Freire de Carvalho Filho, adiante citado).

A imagem é esculpida em cedro e creio que o foi em Portugal, mede de alto 50 centímetros, tem linda verónica, é no todo bem trabalhada e se acha perfeitamente conservada.

O culto de S. Gonçalo na capela do Bonfim conta mais de cem anos. Tem tido suas alternativas de esplendor e devoção.

A princípio foram mui pomposas as festas e de muita influência das senhoras solteiras e senhoritas, pela crença, como reza a crónica, de que o milagroso Santo amarantino é patrono dos casamentos. Depois, ora mais, ora menos influente, mas sem falhar, todos os anos se tem celebrado essa festa, no domingo seguinte ao da festa de N. S.<sup>ra</sup> da Guia.

Assisti a festas pomposíssimas, com novenas solenes, sermão, orquestra, iluminação do exterior do templo, música no coreto, grande fogueteiro, muita foguetearia, etc.

Precedida do costumado bando de máscaras anunciador da festa, foi o desse ano, 1865, mui grande e luzido, composto de cavaleiros e carros com máscaras a que seguiam muitos mascarados a pé, ao som de duas bandas de música, a distribuírem papéis de côr com os versos impressos, *bando*, alusivos aos festejos e lendas de S. Gonçalo.

A tradicional procissão da bandeira de S. Gonçalo, foi formada de numeroso séquito de senhoras e senhoritas trajando de branco, segundo a praxe até então seguida, e conduzindo tochas acesas.

De certo tempo, a partir de 1876, foi arrefecendo a devoção e os entusiasmos pelas festas de S. Gonçalo, chegando mesmo a não ter quem cuidasse dessa devoção, havendo até ocasiões em que houve receio de não se fazer festa.

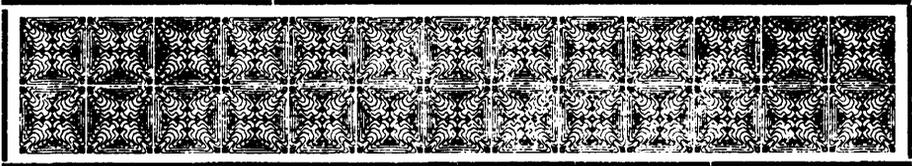
Entretanto nunca deixou ela de se efectuar.

Ante essa situação da devoção de S. Gonçalo, cada vez mais acentuada, a Mesa da Devoção do Senhor do Bonfim, resolveu, desde 1918, tomar a si o encargo dessa solenidade e devoção, elegendo anualmente juizes e mordomos para com suas jóias auxiliarem as despesas.

As solenidades têm nestes últimos anos consistido em um tríduo à noite, cantado pelo vigário ou pelo capelão e senhoritas, véspera, festa com sermão e orquestra.

Nas novenas de S. Gonçalo se pratica tudo como na novena do Senhor do Bonfim, com a diferença sómente de orações e jaculatórias.

( *Continua* ).



## INÚTIL ANSEIO

---

*Quantas vezes, por chuvas e por sóis,  
Não passei através d'esses caminhos,  
Ouvindo gorgear os rouxinóis  
Sobre os ramos dos choupos delgadinhos!*

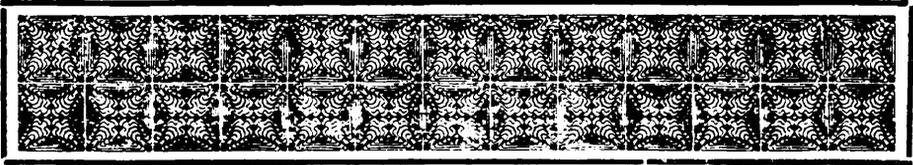
*Hoje ao cruzá-los outra vez, depois  
De ter sofrido os mais cruéis espinhos,  
Já não oiço cantar os rouxinóis,  
Nem me espera o prazer de teus carinhos!*

*Vejo apenas a sombra de teus passos  
Afastar-se de mim lá na distância  
Onde não podem, já, chegar meus braços...*

*E paro e fico extático e tristonho,  
A pensar de que serve tôda esta ânsia,  
Para que serve ter, na vida, um sonho!*

Do livro a sair brevemente :  
**ROMPENDO AS NUVENS**

**JERÓNIMO D'ALMEIDA**



## Da obra de Antero de Figueiredo em geral e do “Miradouro” em particular

por CLAUDIO e ANTONIO CORRÊA D'OLIVEIRA GUIMARÃES

(Continuado da pág. 172 — Conclusão)

A PAISAGEM entra na obra d'este escritor ilustre, como um elemento valioso, não só na sua fisionomia física e expressão plástica, mas também no seu cenário espiritual: O Gerez transfigurado pela emoção religiosa de um *Doutor de Almas*, com os longes da distância fundindo-se na ânsia subjectiva de infinito; ou Assis, perfumado de humildade franciscana, na sua delícular luz de vidral . . .

Peregrino apaixonado da fagueira doçura e da ciclópica grandeza dos panoramas portugueses, Antero de Figueiredo plasticizou na sua obra imagens vivas, coloridas, exactas, do nosso céu, da nossa terra e da nossa luz: lê-la é jornadasear por Portugal além com as pupilas extasiadas e sob a inspiração de um *ciceroni* singular, que nos aponta não só a superfície mas a própria alma da paisagem.

Na descrição de horizontes extranhos ao nosso convívio — cidades ou montanhas, catedrais ou museus —, nas ruelas misteriosas de Toledo, no vale fôfo da Umbria ou nas planícies escalvadas de Castela, é, ainda a sensibilidade lírica de Antero de Figueiredo que valoriza a feição menos espiritual porque menos portuguesa da paisagem.

\*

Os livros de Antero de Figueiredo ficam bem, não só junto das obras dos moralistas, mas também dos estetas requintados e dos observadores sugestivos: pela descrição minuciosa e penetrante, perto de Eça de Queiroz; pela intuição psicológica e dramaticidade dos episódios, perto de Oliveira Martins; pela sobriedade da forma e a justeza dos vocábulos, perto de Camilo.

\*

O novo e formoso volume de Antero de Figueiredo, nas figuras portuguesíssimas que desenha, nos portuguesíssimos sentimentos que agita e, ainda, no saboroso pão de espiritualismo que nos dá generosamente a provar — é irmão gémeo, dentro da sua obra, do «*Senhora do Amparo*», que a nossa predilecção de leitores tanto distingue.

Excede-o, certamente quanto à fisionomia plástica, — insatisfeita romeira de beleza que ora dir-se-ia ter chegado quasi ao têrmo da sua ascensão gloriosa, para honra de Antero de Figueiredo e proveito espiritual de todos nós.

A natural exigência estética que acompanha o nosso apagado instinto de escritores, obriga-nos à análise, observação e estudo do estilo alheio, como do nosso próprio estilo — se é que o temos... Mesmo sob êsse aspecto, as páginas do burilador magnifico das «*Exéquias de Amor*», são das que mais fortemente nos prendem e encantam o gôsto.

No «*Miradouro*», atinge a plasticidade formal de Antero de Figueiredo, a sua máxima altitude, o seu perfeito equilibrio. Nem cotovelos fonéticos, nem forçadas nuanças, nem desagradáveis exageros de sintaxe. Linguagem expressiva, sempre de puro acôrdo com a acção — irónica na pintura dos tipos — caricaturas; veemente nos castigos dos erros humanos; vigorosa na crítica; persuasiva na apologia entusiasmada das virtudes morais; e, como a acção rápida, sintética, dúctil, sem perder o mínimo da sua impressionabilidade e fôrça.

A nossa época é uma triste época dominada de vertigem e superficialidade. O Pensamento, função cada vez mais dada a raros, é semente que a inquietude da gleba esteriliza e mata. À meditação sucedeu literariamente o impresssionismo; o estudo cedeu o seu lugar a imaginação; os poemas deixaram de exaltar a glória das Pátrias para condensarem meras emoções sensoriais; o romance, pondo de parte a ficção, o enrêdo, intelectualizou-se; o próprio jornalismo se encaminhou da monotonia da *crónica* para o imprevisito da *reportagem à sensation*.

A Arte é o reflexo da vida (afirmação tantas vezes repetida e nunca errada). Aos Artistas compete distender a imagem no que ela tiver de bom, diminuindo o seu aspecto menos brilhante, benéfico ou útil, que é como quem diz, o reverso da medalha. Pela sua aceitação dêste critério e de acôrdo com a psicologia do nosso tempo, a Literatura moderna terá de ser supremamente sintética; não consintam, os que escrevem, que ela deixe, por isso, de ser profunda!

Ora Antero de Figueiredo dobrou triunfalmente neste livro, o ângulo tremendo: conseguiu ser clássico pela ordenação superior da cultura e pela repulsa do atrabiliário, na ordem intelectual: tradicionalista; e ser moderno pela expressão concisa do estilo, pelo estudo sagaz dos caracteres, pela ausência de tãda a rebuscada preocupação de *dernier-cri*.

Entregando-se à análise percuciente das almas, à anatomia do esqueleto sentimental do homem, sem atingir, nela, as fatigantes cumplidades dos encartados psicólogos franceses que vão de Bourget a Gide, o escritor português rectifica, em «*Miradouro*», o sentido exgotante de Proust, as suas conclusões excessivas, a sua minúcia irritante.

Nas derradeiras páginas produzidas até hoje pela actividade literária de Antero de Figueiredo, é de salientar a ausência de almas triviais e de assuntos efémeros, de todos os posições psicológicos que constituem a essência da literatura contemporânea, a unidade perfeita da intenção na variedade aprasível de aspectos, a superioridade de conceitos, a compostura altiva do estilo a mesma com que caminham as pessoas cõscias da sua dignidade e gerarquia.

\*

*Miradouro* de beleza é todo o livro de Antero de Figueiredo. Descubrem-se dele os largos horizontes de emoção da psicologia portuguesa. Almas sombrias, e almas lavadas, cohabitando em contraste flagrante, pleno de intensidade e de intenção moral. O «*Mariquinhas*», na Braga devota de há cinqüenta anos, evitando o escândalo mas encobrimdo o crime; o cristianíssimo *apêgo à dor* de Margarida, a affectividade com as raízes presas fundamente à terra virgem do coração feminino; a fisionomia contraditória, tam nobremente superior de *Mendes Gira*, parente espiritual do *Doutor de Almas*; o tipo ideal de Lúcia, sublinhando o amor terreno no amor a Cristo; os hipócritos refohos de um eclesiástico sobretudo de respeito, *por fora cordas de viola, por dentro pão bolorento*; a *Paz do Lar*, autêntica lição prática a maridos; o *Barbosa de Sezins*, viajero e aventureiro, arrastando pelas sete partidas do mundo a psicologia de um português de quatrocentos; o *Morgado de Sabariz*, autêntico fidalgo minhoto, leviano e perdulário: o *Padre Forjaz*, admirável síntese do sentido de violência que é já hoje, o de tãda a nossa geração.

A par do simbolismo equilibrado das figuras, Antero de Figueiredo dá-nos a pintura exacta do ambiente em que elas se movem; apraz-se a criar, até molduras diferentes para cada quadro; são sombrias, cheias de gravidade, as que envolvem os conflitos morais que em «*Miradouro*» se prolongam—o drama religioso de um sacerdote irrepreensível, mas exaltado; a piedade que ente infeliz e disforme pode merecer a um coração sensível de mulher—; garrida é a que envolve a luminosa tela da *Feira do Ano*, extravazante de colorido como uma página musical de Borodine, onde há pastadas de tinta alacre, o sol escalda, o vinho trepa, cheira a suor e a bosta, a honestidade só de leve aflora, a velhacaria trapaceia e engana.

Para além da curiosidade do enrêdo, do próprio desenho dos episódios em que a exactidão de pormenores se alia à originalidade do conjunto, quis, ainda Antero de Figueiredo, à boa maneira clássica e para que útil resultasse a sua preocupação de esteta, vincar a lição. Cada um dos vários capítulos de que se compõe «*Miradouro*» vale como a apologia de uma virtude ou o castigo duro de um êrro; ensinam a ser honesto, a ser crente e a ser bom; melhor ensinamento não conhecemos, mesmo para além, da certeza dos matemáticos, da conclusão dos sociólogos, da transcendência dos maiores filósofos...

Sinceramente louvamos Antero de Figueiredo pelo exercício dessa virtuosa medicina interior; terapêutica de almas em que se conjugam o ferro em braza que queima e o bálsamo que suavisa...

\*

Êste livro do lavrante exigente de tôda uma joalheria literária, ainda que desprovido de ascendência bibliográfica, consagraria, só por si, um escritor: na vasta obra de Antero de Figueiredo representa a reafirmação de um formoso engenho e a prova real dos benefícios que a inteligência traz à Arte, quando segue os claros caminhos da verdade cristã e nacionalista.



# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1835

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Novembro

**Dia 1** — Foi adjudicado em praça pública por 740\$000 réis livre de encargos para a Fazenda N. , a José Pereira da Silva Guimarães, negociante de panos, morador às Lages do Toural, o arrendamento dos foros do extinto convento de S. Domingos, vencidos no S. Miguel d'êste ano, avaliados em 592\$030 réis.

\*

Às 7 horas da noite realizou-se a 2.<sup>a</sup> reunião da Sociedade Patriótica Vimaranesa. Reunidos os sócios e os espectadores, o presidente declarou aberta a sessão. Entre os diversos assuntos: propôs o presidente se se devia ou não dar parte ao Governo, da instalação da Sociedade: suscitou-se vivo debate em que tomaram parte 8 sócios, e decidiu-se a matéria por discutida e que se participasse.

**Dia 8** — Às 7 horas da noite, reunidos os sócios da Sociedade Patriótica Vimaranesa, e cheias as galerias, o presidente abriu a 3.<sup>a</sup> sessão e levantou-a às 10 e meia.

**Dia 15** — Da mesma forma a dita Sociedade realizou a 4.<sup>a</sup> sessão.

**Dia 18** — O Cabido é citado nas pessoas dos cônegos Arcipreste Pedro Machado de Melo Araújo, Manuel de Barros Pereira da Silva, António de Freitas Costa e Joa-

quim Vaz Vieira de Melo Alvim, por um official de diligências, o qual declarou que os mais cônegos não quiseram assinar, dizendo não ser com êles mas sim com o seu rendeiro de S.<sup>to</sup> Estêvão de Urgeses, para um libelo de força nova espoliativa e turbativa que lhe moviam os meninos coreiros e os estudantes por não terem recebido em dia de S. Nicolau do ano anterior a costumeira ou renda das maçãs, etc.

**Dia 22** — A Sociedade Patriótica Vimaranesa celebrou a sua 5.<sup>a</sup> sessão, na forma das anteriores.

**Dia 23** — Lê-se no «Artilheiro» a seguinte correspondência de Guimarães: Reunido o júri para sentenciar o réu José Ferreira de Castro, o Barroca, cuja pronúncia, como salteador havia sido ratificada; era noite quando se sentiu no corredor próximo à Sala das Sessões, bastante sussurro, que causou cuidado! O sussurro foi-se aumentando: alguém houve que abriu a porta às testemunhas da culpa: estas tendo sido ameaçadas, assim como o haviam sido os Jurados, antes da sessão, se evadiram e não compareceram! O official de diligências que as chamava, foi escarnecido. O Comandante da Polícia que era igualmente testemunha contra êle salteador foi à Sala e disse em voz alta, que não saía fora, pois era ameaçado e a sua vida estava em perigo! Os Jurados vendo que o Povo honrado das galerias com susto se tinha evadido, e que os corredores se achavam

atulhados de gente de péssima conduta, talvez sócios e amigos do réu, e não tendo força que fizesse respeitar a sua decisão, e os livrassem da coacção em que estavam, requereram que se suspendesse a Sessão e se desse a Audiência por acabada, no que foram apoiados pelo Delegado Interino do Procurador Régio, António Leite de Castro. O Juiz de Direito, Domingos Manuel Pereira de Carvalho, fez de tudo lavar um Auto, que os mesmos Jurados assinaram, e a Audiência foi levantada. O Provedor do Concelho, José Joaquim Vieira, por denúncias que recebera de tarde, tinha postado patrulhas fortes de Polícia nas avenidas do edifício, o que na sala se ignorava. Notaram-se nas galerias várias pessoas armadas de bacarmartes!! Este desairoso negócio terminou do melhor modo possível, a favor do sossêgo público. • No dia seguinte, 24, tomaram-se medidas, pois que o réu e os seus camaradas na prisão pertenciam à grande quadrilha de Salteadores desta vila, muitos dos quais ainda passeavam, notando-se que desde a sua prisão os roubos tinham cessado.

**Dia 28** — Vindo do seu quartel de Braga, chega aqui o 1.º batalhão do regimento 3, que marcha no dia seguinte para Trás-os-Montes para reforçar, se fôsse preciso, a divisão auxiliar que tinha entrado nos fins do mês passado (a 24?) em Espanha a favor de D. Isabel e contra D. Carlos, comandada pelo seu coronel Manuel dos Santos Cabral. (P. L.)

## Dezembro

**Dia 2** — Decreto mudando o título que havia sido dado ao brigadeiro Pedro de Sousa Canavarro, em 1 de Outubro de 1835, de Barão de Vila Pouca de Aguiar para o de Barão de Arcôso.

**Dia 3** — Às 7 e meia horas da noite a Sociedade Patriótica Vimaranesa realizou a sua 7.ª sessão, extraordinária, que durou até

às 11 horas. Foram assinados os estatutos por 63 sócios que estavam presentes e elegeram a mesa e a comissão administrativa. O presidente declarou instaurada definitivamente a Sociedade, e sendo descerrada a effigie da Soberana, todos os sócios e espectadores, de pé, levantaram vivas à Carta Constitucional, e à Rainha D. Maria II, três vezes abafados por todos os assistentes.

**Dia 6** — Às 7 horas da noite a Sociedade Patriótica Vimaranesa efectuou a sua 8.ª sessão que terminou às 10 e meia.

**Dia 9** — Portaria encarregando do governo militar da provincia do Minho o brigadeiro Barão do Almargem, durante a ausência do actual governador militar o brigadeiro António Inácio Caiola, como membro da câmara electiva.

**Dia 13** — A Sociedade Patriótica Vimaranesa efectuou às 7 e meia horas da noite a sua 9.ª sessão, que findou às 10 e meia.

**Dia 18** — Realizou-se o julgamento do célebre ex-padre frei João de S.ª Teresa de Jesus, egresso de S. Francisco de Guimarães, no século padre João António de Oliveira, «O Lombela», por ser do casal da Lombela da freguesia de S. Torcato, acusado de fazer parte de uma quadrilha de salteadores.

**Sentença** — «Em vista das declarações do júri, julgada, provada e procedente a acusação dos diversos qualificados e agravantes crimes especificados nos quesitos precedentes, feitos ao 1.º Réu, Padre João António de Oliveira, por alcunha o Lombela, e outrora Frei João de S.ª Teresa de Jesus; estaria sem dúvida nos termos de lhe ser applicada a pena ordinária de morte natural, executada na Praça do Toural desta vila, e decepada sua cabeça ser colocada em um poste na Serra da Falperra, ou outro qualquer sítio, em que se acha convenido ter sido o teatro de seus execrandos

crimes, para satisfação pública, e exemplo e escarmentos de seus infames companheiros. Atendendo porém a ser um Eclesiástico, ao tempo da prisão sofrida em diferentes cárceres, e ultimamente no Limoeiro, e a não se achar verificado que cometesse, ou concorresse para assassínios, o condeno em degrêdo perpétuo para as Pedras d'Angonche, com irremissível pena de morte se voltar a êstes Reinos, ou nêles for visto e encontrado: em 400 mil réis para a Fazenda Nacional, e nas respectivas custas dos autos.

E o 2.<sup>o</sup> réu Joaquim da Silva Moreira, julgada igualmente provada e procedente sua acusação, o condeno em 10 anos de degrêdo para Angola e nas custas respectivas dos autos, igualmente divididas por todos os Réus. Guimarães em Audiência Geral de 18 de Dezembro de 1835. DOMINGOS MANUEL PEREIRA DE ABREU ».

Dia 25 — Há matinas cantadas e missa do Galo na Igreja da Misericórdia, única onde êste ano se fez esta função (P. L.)

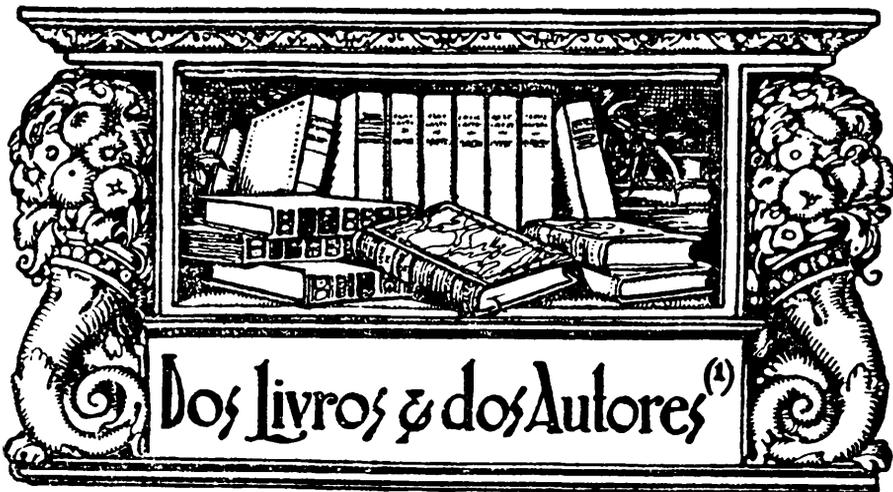
Dia 26 — Havendo faltado aproximadamente há um mês, um ferrador por nome João, do Arco ou ponte de Pombeiro, de 34 anos, que vivia há meses em casa de José António Simões, sapateiro, de Vila Fria, no Couto do Pombeiro, que a opinião pública designava como vadio e salteador, não se sabendo o destino do desgraçado,

chegou ao conhecimento do provedor desta comarca, João Leite de Faria e Sousa, que o Simões viera a esta vila vender parte da roupa do dito João, de quem era compadre, e que trazia vestida o resto da mesma. Conseguida a sua prisão na noite de Natal, foi a justiça desta comarca a Pombeiro fazer o exame, desenterrando o cadáver que se achava ainda incorrupto a-pesar de enterrado numa horta. Tinha ambas as coxas quebradas, a cabeça esmagada a golpes de enxada, os olhos fora do seu lugar, um lenço na bôca e a cabeça embrulhada num farrapo!! O assassino foi o citado Simões, que assassinou o João para lhe roubar 19\$200 réis! Confessado o delicto, o réu declarou que foi vários dias consecutivos passear sôbre o lugar onde havia sepultado a vítima da sua barbaridade. O assassino era alto, trigueiro, feroz e sem remorsos, tinha 40 anos, era casado, e deu entrada na cadeia neste dia 26 (assim o diz o registo), sendo depois mudado para o Castelo. Em 21 de Janeiro de 1837 foi para a Relação do Pôrto para executor das penas últimas,

Dia 31 — Chega um contingente do regimento n.º 18 que tinha estado destacado em Melgaço e em outras povoações da Raia. Marchou no dia seguinte para Vila Real a reünir-se ao seu corpo para seguir para a Espanha. (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.





*ALMAS SEM RUMO*, — por *Manuel de Campos Pereira*. Livraria Lelo, Ltd<sup>a</sup> Pôrto, 1935.

É o primeiro livro que conhecemos de Manuel de Campos Pereira e devemos afirmar que *Almas sem rumo* nos revelam um escritor com boas qualidades para se tornar um apreciado romancista. Lamentamos, apenas, que essas qualidades se malbaratem num tema que reputamos falso e bastante perigoso e que pode preverter os mais desprevenidos.

Combater a família, ridicularizar o matrimónio, exaltar o vício, é um erro grave. *Almas sem rumo* caem nesse erro tremendo a que o A. não pôde encontrar solução lógica.

Campos Pereira parece ter-se deixado influenciar um pouco por alguns livros de Eça, ao ridicularizar a burguesia liberalista, amolentada pela indolência e pelo desbotar, depauperada física e intelectualmente, eivada de vícios e possuída de baixos utilitarismos que a rebaixavam às concepções das camadas inferiores que não vêem além das mais mesquinhas e mais abjectas realizações.

Mas, os livros de Eça, espicaçando essa burguesia frouxa, inconsciente e conformista, macaqueadora e usurpadora de brasões e títulos, têm um claro objectivo. Nêles procura-se fazer ressurgir a vida nacional integrando-a na prática de tôdas as virtudes tradicionais. E isso não vemos em *Almas sem rumo* que se coloca a par dos romances falsamente realistas que negam a honestidade e divinizam o adultério e a prostituição da mancebia. E é pena que assim aconteça. Manuel de Campos Pereira, como já dissemos, tem apreciáveis qualidades de escritor, o que nos leva a esperar que, em trabalhos futuros, o possamos aplaudir e louvar.

*PELOURINHOS E FÔRCAS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO*, — por *Jaime Lopes Dias*. Depositários Tôrres & Ct.<sup>a</sup> Rua Nova do Almada, 74 — Lisboa, 1935.

Ao canseroso e louvável esforço do Dr. Jaime Lopes Dias se devem já estudos notáveis e curiosos sobre os usos e costumes das gentes da Beira. Autor de diversos trabalhos de reconhecido valor, continua a proporcionar-nos o ensino de conhecermos o que na Beira, e principalmente no distrito de Castelo Branco, há de apreciável sobre o ponto de vista histórico, etnográfico e folclórico.

Este novo trabalho *Pelourinhos e Fôrcas do distrito de Castelo Branco* é valiosíssimo pelos subsídios que nos fornece sobre pelourinhos e fôrcas que existiram ou ainda existem naquela região.

Os odiados símbolos de jurisdição municipal, sacrificados à sanha feroz dos homens do liberalismo, voltam a ter quem os acarinho e lhes faça a justiça devida. Está

neste caso o novo trabalho do dr. Lopes Dias, pois nêle se levantam da ignominia a que tinham sido lançados, os velhos padrões da maior glória municipalista, símbolos das liberdades locais e da organização administrativa da terra. Bem haja, por isso, o estudioso e criterioso investigador das tradições da Beira.

CATÁLOGO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO. — I — SECÇÃO LAPIDAR E DE ESCULTURA, — por *Mário Cardoso*. Edição da Sociedade Martins Sarmento. Guimarães, MCMXXXV.

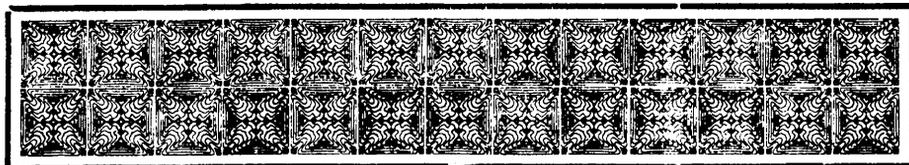
Já de há muito se fazia sentir a falta dum catálogo dos objectos preciosos que constituem a colecção da Sociedade Martins Sarmento. Mas, para que essa catalogação pudesse ser perfeita, precisava-se duma ordenação rigorosa dos objectos expostos. Dêsse trabalho se encarregou o actual presidente daquela prestante Sociedade, o capitão Mário Cardoso, inteligência lúcida e criteriosa.

Da necessidade da elaboração do catálogo, já Emilio Hübner, em 1898, se referia numa carta a Martins Sarmento. Só agora, porém, foi possível efectivar uma parte dessa antiga aspiração, pois o catálogo recém-publicado apenas abrange as secções lapidar e de escultura. Falta ainda o das secções de Cerâmica, Metais, Numismática, etc. Mas quem calcular o esforço que é preciso dispendir numa Instituição particular, (de que nem sempre é compreendido o trabalho realizado e, muitas vezes se tem de lutar contra a maleita das hostilidades), mais ainda poderá louvar a aturada persistência na organização dêste primeiro catálogo.

Pelo prestígio do seu autor e pela forma da sua organização sintética e eluciativa, muito desejamos que, em breve, nos possamos referir à parte que falta para complemento do trabalho agora iniciado e, precisamente, quando completa meio século de existência o valiosíssimo Museu da Sociedade Martins Sarmento, um dos primeiros Museus arqueológicos criados no nosso País.

*Manuel Alves de Oliveira*





## ÍNDICE DO VOLUME XI

### TEXTO

|                                                                | PÁGS.     |
|----------------------------------------------------------------|-----------|
| <i>Almeida (Jerónimo de)</i>                                   |           |
| Inútil Anseio. . . . .                                         | 188       |
| <i>Álvaro Maia</i>                                             |           |
| António Sardinha . . . . .                                     | 8         |
| <i>Alves de Oliveira (Manuel)</i>                              |           |
| «Suma Teológica» . . . . .                                     | 61        |
| Braulio Caldas . . . . .                                       | 88        |
| Mestre Gil . . . . .                                           | 17        |
| <i>Braga (Alberto V.)</i>                                      |           |
| O culto de S. Gonçalo na Baía 12, 49, 72, 109, 145 e . . . . . | 181       |
| <i>Braga (Luiz de Almeida)</i>                                 |           |
| A lição de António Sardinha . . . . .                          | 3         |
| <i>César (Lucrecia de Oliveira)</i>                            |           |
| Impressões duma estada no Minho . . . . .                      | 133       |
| <i>Dória (António A.)</i>                                      |           |
| Hipólito Raposo. . . . .                                       | 40        |
| Cultura Peninsular. . . . .                                    | 102 e 157 |
| <i>Fernando Amado</i>                                          |           |
| Guimarães. . . . .                                             | 101       |
| <i>Fernando Campos</i>                                         |           |
| A ironia de Eça de Queiroz . . . . .                           | 65        |
| <i>Ferrão (José)</i>                                           |           |
| D. Lucrecia de Oliveira César. . . . .                         | 133       |
| <i>Galvão de Carvalho (Ruy)</i>                                |           |
| Triptico de sonetos medievais. . . . .                         | 70        |
| Compêndios de história Geral. . . . .                          | 97        |
| <i>Lopes de Faria (João)</i>                                   |           |
| Velharias Vimaranenses (1835) — 22, 84, 125, 173 e . . . . .   | 193       |
| <i>Machado (António de Sousa)</i>                              |           |
| Da Enfiteuse. — Soluções necessárias . . . . .                 | 121 e 138 |

|                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <i>Magalhães e Menezes (Francisco Perfeito de)</i>                                   |           |
| Profecia . . . . .                                                                   | 7         |
| <i>Oliveira Guimarães (Cláudio e António Corrêa de)</i>                              |           |
| D. José Ferrão . . . . .                                                             | 127       |
| Da obra de Antero de Figueiredo em geral e do «Miradouro»<br>em particular . . . . . | 168 e 189 |
| <i>Redacção</i>                                                                      |           |
| Ávante! Pola Lei e Pola Grei . . . . .                                               | 5         |
| D. Maria Teresa de Bragança. . . . .                                                 | 26        |
| <i>Veiga dos Santos (Arlindo)</i>                                                    |           |
| Saúde . . . . .                                                                      | 137       |
| <b>Pensamentos, Palavras e Obras:</b>                                                |           |
| (Dr.) Aníbal de Moraes . . . . .                                                     | 27        |
| Antão de Moraes Gomes . . . . .                                                      | 91        |
| António Corrêa de Oliveira . . . . .                                                 | 129       |
| (Dr.) António Sardinha . . . . .                                                     | 27        |
| Álvaro Pinheiro Chagas . . . . .                                                     | 30        |
| «Bandarra» . . . . .                                                                 | 91        |
| Conselheiro Fernando de Sousa . . . . .                                              | 27        |
| «Documentos» . . . . .                                                               | 63        |
| (A) dor da Bélgica. . . . .                                                          | 176       |
| Duque de Bragança. . . . .                                                           | 90        |
| Em memória de António Sardinha . . . . .                                             | 64        |
| (Uma) excursão. . . . .                                                              | 28        |
| «Fradique» . . . . .                                                                 | 29        |
| Fernando Campos . . . . .                                                            | 92        |
| (Os) funerais da Senhora D. Maria Teresa de Bragança . . . . .                       | 89        |
| Gravador Molarinho . . . . .                                                         | 129       |
| (A) Imprensa de luto . . . . .                                                       | 177       |
| Integralismo Brasileiro. . . . .                                                     | 129       |
| Itália-Abissínia . . . . .                                                           | 178       |
| Jaques Bainville. . . . .                                                            | 90        |
| (A) língua portuguesa no Brasil . . . . .                                            | 129       |
| Mecânico Lobato . . . . .                                                            | 92        |
| Mestre Gameiro. . . . .                                                              | 177       |
| «No Saguão do Liberalismo» . . . . .                                                 | 30        |
| Nuno de Montemor . . . . .                                                           | 92        |
| «O Pinto» . . . . .                                                                  | 29        |
| «Portugal — 1934» . . . . .                                                          | 91        |
| «Portugal não é um país pequeno» . . . . .                                           | 29        |
| Portugal romeiro da Fé . . . . .                                                     | 92        |
| Prémio Dr. António Sardinha . . . . .                                                | 64        |
| (O) regresso do «Dili» . . . . .                                                     | 28        |
| Relembrando poetas . . . . .                                                         | 178       |
| Tenente-coronel Silveira Ramos. . . . .                                              | 30        |
| Tenente Moraes Sarmento. . . . .                                                     | 91        |
| Vila Moura . . . . .                                                                 | 177       |

Dos Livros e dos Autores :

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>A Flor dos Montes</i> . . . . .                                             | 32  |
| <i>Almas sem rumo</i> . . . . .                                                | 196 |
| <i>À Luz dum Ideal</i> . . . . .                                               | 94  |
| <i>A Moscou durante le premier triennat soviétique</i> . . . . .               | 132 |
| <i>A obra financeira de Salazar</i> . . . . .                                  | 95  |
| <i>Assistência Médica Municipal</i> . . . . .                                  | 93  |
| <i>A vida do linho</i> . . . . .                                               | 180 |
| <i>A «Vita Brevis» de Carlos Eugénio</i> . . . . .                             | 180 |
| <i>Bosquejo histórico àcêrca do Regimento de Artilharia do Pôrto</i> . . . . . | 32  |
| <i>Cancioneiro de Celorico de Basto</i> . . . . .                              | 132 |
| <i>Cântico dos Cânticos</i> . . . . .                                          | 94  |
| <i>Cascata de Brilhantes</i> . . . . .                                         | 179 |
| <i>Catálogo do Museu de Arqueologia</i> . . . . .                              | 197 |
| <i>Cinqüenta anos depois</i> . . . . .                                         | 95  |
| <i>Contos para as crianças</i> . . . . .                                       | 179 |
| <i>Decálogo do Estado Novo</i> . . . . .                                       | 131 |
| <i>Dernière retraite du R. P. de Ravignan</i> . . . . .                        | 96  |
| <i>Esta é a verdade sôbre Salazar</i> . . . . .                                | 95  |
| <i>La tête déformée</i> . . . . .                                              | 96  |
| <i>Lope de Vega's Peregrino</i> . . . . .                                      | 93  |
| <i>No saguão do Liberalismo</i> . . . . .                                      | 94  |
| <i>O Apostolado da oração</i> . . . . .                                        | 179 |
| <i>O desemprego e a colocação no regime corporativo</i> . . . . .              | 131 |
| <i>O momento político</i> . . . . .                                            | 95  |
| <i>O mundo que finda e o mundo que começa</i> . . . . .                        | 180 |
| <i>O novo Império do Brasil</i> . . . . .                                      | 95  |
| <i>Orgulho da Raça</i> . . . . .                                               | 179 |
| <i>Os serões das crianças</i> . . . . .                                        | 179 |
| <i>Pelourinhos e fôrças no distrito de Castelo Branco</i> . . . . .            | 196 |
| <i>Portugal</i> . . . . .                                                      | 131 |
| <i>Quel est le but de la vie?</i> . . . . .                                    | 132 |
| <i>Quem como Deus?</i> . . . . .                                               | 96  |
| <i>Romances of chivalry in the Spanish Indies</i> . . . . .                    | 31  |
| <i>Saint Thomás d'Aquin</i> . . . . .                                          | 132 |
| <i>Spanish Ballad Problems</i> . . . . .                                       | 93  |
| <i>The exculpation of yerros por Amores</i> . . . . .                          | 93  |
| <i>Um modelo de Jovens</i> . . . . .                                           | 131 |
| <i>Voyage dans les merveilles de l'espace</i> . . . . .                        | 96  |

Gravuras :

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| Hipólito Raposo . . . . . | 42  |
| Eça de Queiroz . . . . .  | 67  |
| S. Gonçalo . . . . .      | 75  |
| D. José Ferrão . . . . .  | 128 |